

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

**RAYLLANNE REBECCA PEREIRA
FILGUEIRAS**

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA DOS
TRABALHADORES RURAIS EM SANTA QUITÉRIA –
BACABEIRA/MA EM FACE DA IMPLANTAÇÃO DE GRANDES
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO**

São Luís

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL

RAYLLANNE REBECCA PEREIRA FILGUEIRAS

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS
EM SANTA QUITÉRIA – BACABEIRA/MA EM FACE DA IMPLANTAÇÃO DE
GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO**

São Luís
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL

RAYLLANNE REBECCA PEREIRA FILGUEIRAS

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS
EM SANTA QUITÉRIA – BACABEIRA/MA EM FACE DA IMPLANTAÇÃO DE
GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Franci Gomes Cardoso

São Luís
2022

Filgueiras, Rayllanne Rebecca Pereira.

Organização política e resistência dos trabalhadores rurais em Santa Quitéria – Bacabeira/MA em face da implantação de grandes projetos de desenvolvimento na região / Rayllanne Rebecca Pereira Filgueiras. – São Luís, 2022.

216 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso.

1. Organização política. 2. Resistência. 3. Consciência de classe. 4. Trabalhadores rurais. 5. Projetos de desenvolvimento. I. Título.

CDU: 911.3:316.482.3(812.1)

RAYLLANNE REBECCA PEREIRA FILGUEIRAS

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS
EM SANTA QUITÉRIA – BACABEIRA/MA EM FACE DA IMPLANTAÇÃO DE
GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 31/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Franci Gomes Cardoso

Prof.^a Dr.^a Franci Gomes Cardoso (Orientadora)

Doutora em Serviço Social

Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente



MIGUEL PACIFICO FILHO

Data: 17/06/2022 10:28:54-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

Doutor em História

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Documento assinado digitalmente



KARENINA FONSECA SILVA

Data: 01/07/2022 19:39:27-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Karênina Fonsêca Silva

Doutora em Políticas Públicas

Universidade Estadual do Maranhão

Ao meu avô, Amadeu Pereira, homem indígena, que me ensinou o valor da terra; aos trabalhadores e moradores de Santa Quitéria, Bacabeira/MA, que me ensinaram a importância da luta e resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela força e sabedoria durante o período de realização deste estudo. A Ele toda honra, glória e gratidão.

À minha família incrível, que tanto amo e admiro!

À minha mãe, Rozymary, professora, que sempre incentivou os meus sonhos, me acolheu nos momentos difíceis e acreditou no meu potencial para terminar este trabalho. Ao meu pai, Roberto, que sempre me acolheu com muito amor e carinho, acreditando nos meus sonhos e me motivando constantemente.

Ao meu avô, Amadeu Pereira (*in memoriam*), que me cercava de carinho.

À minha tia Roseane e ao meu irmão Adryell, que sempre me acalentaram com palavras de carinho e amor.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Franci Gomes Cardoso, por acreditar nesta pesquisa, pelas indicações de literatura precisas e por todas as contribuições feitas, que me ajudaram a elaborar este trabalho. Querida Franci, eu sou muito grata por ser sua orientanda; é um exemplo de competência profissional e determinação para os seus alunos e companheiros de luta.

Aos trabalhadores de Santa Quitéria, Bacabeira/MA, pelos ensinamentos e pelo exemplo de luta e resistência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pelas motivações e contribuições para este trabalho. Em especial, à Prof.^a Dr.^a Zulene Barbosa, que, através de suas aulas e seus trabalhos, contribuiu para a discussão da temática aqui abordada. Quero agradecer tudo o que fizeste por mim.

À Prof.^a Dr.^a Karênina Fonsêca Silva, que sempre me acompanhou e ajudou na realização desta pesquisa. Saiba que as suas contribuições foram fundamentais para esta pesquisa. Muito obrigada por compor a minha banca, por todos os ensinamentos e incentivos diários, que me ajudaram a acreditar mais em mim. É um exemplo de conhecimento e de professora.

Ao Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho, pelas contribuições precisas para a realização desta pesquisa. Muito obrigada pelo compartilhamento de conhecimentos e pela dedicação na minha banca. Professor, saiba que as suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Meu respeito e admiração pela sua trajetória profissional.

Aos meus amigos e amigas do Mestrado do PPDSR — em especial, à Glenda Santana, pelas motivações, apoio e preocupação durante a pesquisa. Você é uma grande amiga. Muito obrigada por todo o carinho e amor. À Jéssica Mendes, que sempre foi tão prestativa e amiga, agradeço pelo carinho e pela elaboração dos mapas deste trabalho. É uma amiga muito especial!

À Regina, minha amiga e parceira de estudos, por me ajudar tanto neste processo de investigação. Como a sua amizade e irmandade é preciosa para mim.

À Michelle, minha amiga, pelo incentivo diário para a finalização deste trabalho. Certamente ganhei uma amiga e irmã incrível.

Ao meu amigo Gladson Silva, pela elaboração dos mapas deste trabalho. Seu trabalho e apoio foram essenciais nesta pesquisa.

Aos meus amigos e rede de apoio: Marina Azevedo, Davi Rocha, Leandro Belfort, Denise Sousa, Luciana Freitas, Bruna Aguiar, Isabelle Ramos, Jonadabe Gondim, Genilde Santos, Eduardo Lima e Tarsis Aires. Obrigada por todo o apoio e as palavras de carinho neste processo. Vocês são incríveis!

Aos meus amigos e irmãos em Cristo: Hila França, Samira Freire, Adélia Sales e Danilo Nascimento. Obrigada pelas orações e palavras de carinho. Vocês são incríveis!

Aos meus professores do Curso de Serviço Social, agradeço por todo apoio e conhecimento compartilhado. Em especial, à Prof.^a Dr.^a Luciana Azevedo e à Prof.^a Dr.^a Glaucejane Galhardo. Muito obrigada por tudo! O apoio de vocês foi fundamental neste processo!

À secretaria do PPDSR, Elizete, pelo comprometimento com os alunos e pelo carinho. Obrigada por tudo que fizeste, querida!

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), pelo apoio financeiro concedido durante a pesquisa desta dissertação.

Ao meu amigo e parceiro Hector Pinheiro, pela elaboração do *abstract* e pelo incentivo diário.

À minha revisora Lívia Reis, pela revisão e formatação deste trabalho. Obrigada por tudo que fizeste por mim. Dessa relação, surgiu uma amizade muito especial.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram diretamente e indiretamente para a construção deste trabalho. Muito obrigada! Sem vocês, seria difícil finalizá-lo.

“[...] uma massa humana não se distingue e não se torna independente, por si, sem organizar-se [...] e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes.”

Antonio Gramsci

RESUMO

Esta dissertação expõe os resultados da pesquisa sobre a organização política e resistência dos trabalhadores rurais na comunidade de Santa Quitéria, no município de Bacabeira/Maranhão. Analisa os projetos de desenvolvimento industrial em Santa Quitéria, diante da implantação de grandes projetos de desenvolvimento na região, destaca as implicações desses projetos na vida dos trabalhadores rurais de Bacabeira e analisa a organização e resistência desses trabalhadores na luta pela terra. Para tanto, embasou-se no materialismo histórico-dialético, com destaque em categorias históricas e conceituais pertinentes ao objeto de estudo (organização, resistência e consciência de classe) e inseridas no quadro de referência teórico-metodológica adotado na pesquisa. Neste processo de investigação, foram utilizados instrumentos e técnicas diversificadas, desde literatura especializada até análise documental de notícias e dados. A fim de compreender qualitativamente o problema levantado, foram adotadas, no tocante aos procedimentos metodológicos, pesquisas bibliográfica e documental. Dessa maneira, esta dissertação analisa a lógica de implantação, nos países periféricos, de empreendimentos de grande porte, evidenciando a política de desenvolvimento no Brasil e sua relação de dependência com países hegemônicos no processo de expansão do capital. Contextualiza os conflitos e a luta pela terra no Brasil, em especial no Maranhão, como uma questão histórica, passada e presente das classes sociais. Destaca, ainda, a expansão de projetos empresariais financiados por recursos federais e transnacionais que anunciam a dinamização e a modernização do município de Bacabeira, local de implantação da Refinaria *Premium I*, e a particularidade do povoado Santa Quitéria. Esses projetos desconsideram o modo de vida e de trabalho dos trabalhadores da comunidade e, principalmente, o seu direito à terra. Por fim, analisa as formas de expressão da consciência da classe trabalhadora nas suas organizações e lutas políticas, centralizando a discussão na organização e resistência dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria e destacando diversas estratégias usadas pelos trabalhadores na luta pela terra como necessidade histórica e de sobrevivência. Nesse contexto, evidencia-se que a organização é um processo político de resistência da classe trabalhadora contra as ofensivas do grande capital.

Palavras-chave: organização política; resistência; consciência de classe; trabalhadores rurais; projetos de desenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation exposes the results of the research on the political organization and resistance of rural workers in the community of Santa Quitéria, in the municipality of Bacabeira/Maranhão. It analyzes the industrial development projects in Santa Quitéria, in the face of the implementation of large development projects in the region, highlights the implications of these projects in the lives of rural workers in Bacabeira, and analyzes the organization and resistance of these workers in the struggle for land. There is based on historical-dialectical materialism, with emphasis on historical and conceptual categories relevant to the object of study (organization, resistance, and class consciousness) and inserted in the theoretical-methodological framework used in the research carried out, for the purpose of dissertation. In this investigation process, diversified instruments and techniques were used, ranging from specialized literature to documentary analysis of news and data. To qualitatively understand the problem raised, bibliographic and documental research were adopted in terms of methodological procedures. In this way, this dissertation analyzes the logic behind the implementation, in the peripheral countries, of large-scale enterprises, highlighting the development policy in Brazil and its relationship of dependence with hegemonic countries in the process of capital expansion. It contextualizes conflicts and the struggle for land in Brazil, notably in Maranhão, as a historical issue, past and present of social classes. It also highlights the process of expansion of business projects financed by federal and transnational funds that announce the dynamization and modernization in the municipality of Bacabeira, place of implantation of the Premium I Refinery, and the particularity of the Santa Quitéria village and, mainly, its right to Earth. Finally, it analyzes the forms of expression of working-class consciousness in their organizations and political struggles, focusing the discussion on the organization and resistance of rural workers in Santa Quitéria and highlighting various tactics used by workers in the struggle for land as a historical and survival. In this context, it shows that the organization is a political process of resistance of the working class against the offensives of big capital.

Keywords: political organization; resistance; class consciousness; rural workers; development projects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pauta de exportações do Maranhão – 2019 (% do total).....	80
Figura 2 – Obras do I PAC na logística do Maranhão – 2007 a 2010	82
Figura 3 – Investimentos em andamento e planejados para o Maranhão – 2010 a 2017 (% do total).....	83
Figura 4 – Investimentos privados aplicados no Maranhão – 2004 a 2019.....	84
Figura 5 – Mapa da área de construção da Refinaria Premium I	87
Figura 6 – Situação geográfica do Brasil e localização estratégica do Maranhão para a construção da Refinaria Premium I.....	88
Figura 7 – Principais impactos de grandes projetos em populações locais	90
Figura 8 – Cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Refinaria Premium I em Bacabeira/MA – 2010.....	91
Figura 9 – Placa na entrada principal da Refinaria Premium I em frente à comunidade de Santa Quitéria em Bacabeira/MA – 2010.....	92
Figura 10 – Anúncio de vagas de emprego para a construção da Refinaria Premium I em Bacabeira/MA	93
Figura 11 – Manchetes de revistas sobre denúncias de superfaturamento e corrupção nas obras da Refinaria Premium I.....	95
Figura 12 – Fase de terraplanagem da Refinaria Premium I em Bacabeira/MA – 2011	97
Figura 13 – Empreendimentos de hotelaria abandonados após o cancelamento da Refinaria Premium I em Bacabeira/MA	98
Figura 14 – Casa e terreno disponíveis para venda em Bacabeira/MA	99
Figura 15 – Residência do Ernesto na comunidade de Santa Quitéria, Bacabeira/MA.....	100
Figura 16 – Contratação da CBSteel para a instalação de um projeto siderúrgico em Bacabeira/MA.....	105
Figura 17 – Localização do município de Bacabeira/MA.....	114
Figura 18 – Indicadores de infraestrutura de Bacabeira/MA – 2012	119
Figura 19 – Indicadores de saúde de Bacabeira/MA – 2012.....	119
Figura 20 – Pontos comerciais na BR-135, município de Bacabeira/MA	122
Figura 21 – Mapa de Santa Quitéria, Bacabeira/MA, e das comunidades próximas à Refinaria Premium I	124

Figura 22 – Disputa e desocupação em Santa Quitéria, Bacabeira/MA.....	126
Figura 23 – Placa da Associação de Moradores de Santa Quitéria, Bacabeira/MA.....	157
Figura 24 – Audiência pública da Associação de Moradores de Santa Quitéria, na sede da Prefeitura de Bacabeira	161
Figura 25 – Ampliação da Associação de Moradores de Santa Quitéria por moradores da comunidade.....	162
Figura 26 – Ampliação da Escola Municipal Santa Quitéria e do anexo, Bacabeira/MA.....	163
Figura 27 – Posto de Saúde Santa Quitéria, Bacabeira/MA	164
Figura 28 – Unidades habitacionais embargadas em Santa Quitéria, Bacabeira/MA.....	164
Figura 29 – Manifestação dos moradores da comunidade de Santa Quitéria na BR-402	167
Figura 30 – Outra manifestação dos moradores de Santa Quitéria na BR-402	168
Figura 31 – Mapa indicando o cercamento e as perdas de plantio dos moradores de Santa Quitéria, Bacabeira/MA.....	173
Figura 32 – Atividade de construção do mapa de Santa Quitéria após o cercamento do território pelo suposto dono	174
Figura 33 – Mapa construído pelos moradores de Santa Quitéria, Bacabeira/MA	174
Figura 34 – Mapa destacando as áreas de plantio perdidas após o cercamento do território pelo suposto dono.....	175
Figura 35 – Reunião na Associação de Moradores para a coleta de assinaturas após a decisão de colocar estacas para demarcar as terras de Santa Quitéria, Bacabeira/MA	176
Figura 36 – Autodemarkação dos moradores por meio de estacas em Santa Quitéria, Bacabeira/MA	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Investimentos previstos para o Maranhão – 2021 e 2022	85
Quadro 2 – Impactos ambientais e sociais negativos da Refinaria <i>Premium I</i>	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conflitos por terra no Brasil (2016-2019).....	64
Tabela 2 – Número de habitantes do município de Bacabeira/MA.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS

art.	–	artigo
Dr. ^a	–	Doutora
ha	–	hectare
km	–	quilômetro
km ²	–	quilômetro quadrado
Ltda.	–	Limitada
m	–	metro
m ²	–	metro quadrado
n ^o	–	número
p.	–	página
Prof. ^a	–	Professora
Sr.	–	Senhor
t	–	tonelada

LISTA DE SIGLAS

Aconeruq	–	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
Agema	–	Associação dos Geólogos do Maranhão
AI-5	–	Ato Institucional nº 5
Alema	–	Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão
Alumar	–	Consórcio de Alumínio do Maranhão
AM	–	Amazonas
Antaq	–	Agência Nacional de Transporte Aquaviário
AP	–	Amapá
Assema	–	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
Athuar	–	Assessoria Técnica para o Habitar Urbano e Rural
BA	–	Bahia
BNDES	–	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	–	BNDES Participações S/A
bpd	–	barris por dia
BR	–	Rodovia Federal
Caema	–	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CBSteel	–	<i>China Brazil New Energy Environment International Investment</i>
CCN	–	Centro de Cultura Negra do Maranhão
Centru/MA	–	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural do Maranhão
Cepal	–	Comissão Econômica para a América Latina
Cepea	–	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
Cerita	–	Cerâmica Industrial Ita Ltda.
CF/88	–	Constituição Federal de 1988
CLA	–	Centro de Lançamento de Alcântara
CMP	–	Central de Movimentos Populares
CNS	–	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
Contag	–	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPSL	–	Complexo Portuário de São Luís
CPT	–	Comissão Pastoral da Terra
CSM	–	Companhia Siderúrgica do Mearim
CUT	–	Central Única dos Trabalhadores

CVRD	–	Companhia Vale do Rio Doce
EFC	–	Estrada de Ferro Carajás
EFSLT	–	Estrada de Ferro São Luís-Teresina
EIA/Rima	–	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
Eisa	–	Estaleiro Ilha S/A
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
Eletronorte	–	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
Fapema	–	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FCP	–	Fundação Cultural Palmares
Fetaema	–	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
Fetraf	–	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
Fetraf/MA	–	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Maranhão
Fiocruz	–	Fundação Oswaldo Cruz
Funrural	–	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GLP	–	gás liquefeito de petróleo
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Icibra	–	Indústria de Cimento do Brasil
ICMS	–	Isenção de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
Ideb	–	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	–	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMESC	–	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
Incra	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iterma	–	Instituto de Terras do Maranhão
JK	–	Juscelino Kubitschek
LBA	–	Legião Brasileira de Assistência
MA	–	Maranhão
Mabe	–	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
Margusa	–	Maranhão Gusa S/A
Matopiba	–	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MIQCB	–	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MP/MA	–	Ministério Público do Maranhão
MPF/MA	–	Ministério Público Federal no Maranhão
MS	–	Mato Grosso do Sul
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MST/MA	–	Movimento dos Trabalhadores Camponeses Sem Terra do Maranhão
MT	–	Mato Grosso
Nupedca	–	Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento e Conflitos Agrários
OAB/MA	–	Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão
ONGs	–	Organizações Não Governamentais
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PA	–	Pará
PAC	–	Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	–	Partido Comunista do Brasil
PE	–	Pernambuco
PEB	–	Programa Espacial Brasileiro
Petrobras	–	Petróleo Brasileiro S/A
PGC	–	Projeto Grande Carajás
PIB	–	Produto Interno Bruto
PIN	–	Programa de Integração Nacional
PIPES	–	Pedro Iram Pereira Espírito Santos
PM	–	Polícia Militar
PND	–	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPDSR	–	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
PPS	–	Partido Popular Socialista
PR	–	Paraná
Prominp	–	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás
Proterra	–	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste
PT	–	Partido dos Trabalhadores
Replan	–	Refinaria de Paulínia
RO	–	Rondônia

S/A	–	Sociedade Anônima
SBPC/MA	–	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência no Maranhão
Secid	–	Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
SIN	–	Sistema Interligado Nacional
SMDH	–	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SP	–	São Paulo
STTR	–	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Sudam	–	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCU	–	Tribunal de Contas da União
tpb	–	tonelada de porte bruto
UEMA	–	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	–	Universidade Federal do Maranhão
UNMP	–	União Nacional por Moradia Popular
USP	–	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	A INSTALAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS SOB A LÓGICA DO CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONFLITO PELA TERRA.....	36
2.1	A lógica do capital nos países hegemônicos e periféricos e a política de desenvolvimento.....	36
2.2	O contexto histórico dos conflitos pela terra no Brasil e no Maranhão	51
2.3	O processo e a expansão dos projetos empresariais em Santa Quitéria, Bacabeira/MA, e a disputa pela terra.....	74
3	RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA E AS PARTICULARIDADES DE SANTA QUITÉRIA EM BACABEIRA/MA ...	108
3.1	A organização do município de Bacabeira/MA na conjuntura política brasileira e as particularidades de Santa Quitéria	113
3.2	Breve histórico da organização política e a consciência da classe trabalhadora	129
3.3	A organização e resistência dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria, Bacabeira/MA, frente às ações dos grandes projetos empresariais e do Estado	145
4	CONCLUSÃO.....	180
	REFERÊNCIAS	187
	ANEXOS.....	204

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo partiu de discussões acumuladas no processo de formação profissional de sua autora, especificamente durante a graduação em Serviço Social, na disciplina “Movimentos Sociais”, e com a participação no Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento e Conflitos Agrários (Nupedca)¹ — o que proporcionou investigar a categoria “trabalho” e as suas múltiplas expressões através dos movimentos sociais existentes no município de Bacabeira/MA, em particular. Essa investigação ocorreu por meio de sucessivas visitas de campo para a apreensão de conhecimentos sobre essa temática.

As inquietações sobre o tema também emergiram das vivências em serviços realizados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na referida instituição, teve-se a oportunidade de conhecer, com maior proximidade, a luta dos trabalhadores em favor da reforma agrária e os seus desdobramentos nas políticas públicas.

Dentro dessa perspectiva, apresenta-se o estudo desta dissertação, intitulada *Organização política e resistência dos trabalhadores rurais em Santa Quitéria – Bacabeira/MA em face da implantação de grandes projetos de desenvolvimento na região*, realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema).

Dessa maneira, nesta dissertação, analisa-se o processo de luta e resistência dos trabalhadores rurais da comunidade de Santa Quitéria, em Bacabeira/MA, frente à ampliação da política industrial nesse município e no Maranhão, que tem impactado comunidades tradicionais no estado. Convém destacar que Santa Quitéria se constitui uma comunidade majoritariamente rural, situada na cidade de Bacabeira, habitada por cerca de 220 mil² famílias, as quais vivem, principalmente, da agricultura, da criação de pequenos animais e da piscicultura.

¹ Coordenado, na Faculdade Pitágoras do Maranhão, pela Prof.^a Dr.^a Karenina Fonseca Silva, doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

² Informação fornecida, em maio de 2022, por um morador da comunidade de Santa Quitéria e membro da Associação de Moradores.

No campo de estudo, acontece uma disputa territorial entre os trabalhadores rurais e o suposto proprietário da terra, o advogado José Valmir Moura, popularmente conhecido como “Sr. Biril” — situação que foi acirrada após a especulação imobiliária gerada pelo anúncio de instalação da Refinaria *Premium I* da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) em Bacabeira e, depois, pelos impactos na fase da terraplanagem dessa refinaria. Essa empresa transnacional pretendia instalar esse projeto petrolífero, no referido município, visando ampliar a produção de petróleo e derivados, com o apoio efetivo do Estado.

Após o anúncio dessa refinaria e a especulação imobiliária, houve aumento do valor da terra e grileiros passaram a visitá-la e contatar o suposto dono do território de Santa Quitéria, oferecendo uma alta quantia pela compra dessa área. Desde então, o encarregado do suposto proprietário, o Sr. Ernest, passou a amedrontar e ameaçar os moradores da comunidade.

No enfrentamento dessa questão, Santa Quitéria utiliza diversas estratégias, envolvendo desde a luta individual pelo território até a formação da Associação de Moradores, considerada uma instância organizativa que tem por objetivos assegurar a permanência na respectiva comunidade, frear as novas ameaças do suposto dono dessas terras e discutir os impactos da instalação da Refinaria *Premium I* e de outros empreendimentos industriais na região de Bacabeira.

Esse processo, que atinge de modo violento a comunidade de Santa Quitéria, está associado a outros projetos industriais em Bacabeira, que visam transformar as comunidades dessas regiões em zonas industriais, em uma articulação que também envolve os governos federal, estadual e municipal. Nesse viés, com base em teóricos clássicos como Rostow (1974) e Schumpeter (apud PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2016), trata-se dos conceitos de industrialização, desenvolvimento e crescimento, por viabilizarem a compreensão acerca das políticas desenvolvimentistas realizadas em nível nacional, regional e estadual desde os anos 1930 — precisamente no Brasil, no Nordeste e no Maranhão.

Ademais, com base em Trotsky (2008) e autores contemporâneos como Marini (2017), Fernandes (2013) e Galeano (2020), aborda-se o modelo de desenvolvimento desigual e combinado, em que se situam o “moderno” dos projetos de grande porte que entram no Maranhão e o “atraso” preponderante nas formas de trabalho vigentes tidas como arcaicas, bem como nas disparidades e dependência socioeconômica do estado em um arranjo basilar para a produção e acumulação capitalista.

A literatura indica que, nesse arranjo, para expandir a combinação necessária ao capital, a atuação do Estado é essencial, visto que o capital precisa de condições específicas para colocar em prática os seus planos. Essa realidade fica evidente no objeto de estudo desta dissertação, pois o Estado tem intervindo fortemente a fim de garantir a instalação do projeto da Petrobras em Bacabeira, que é mais um processo do capital para aumentar lucros e superar momentos de crises, buscando diferentes formas para acumulação do capital (ARCANGELI, 2020; SILVA, 2014, 2019).

Para isso, assim como nos outros projetos de desenvolvimento instalados no Maranhão, torna-se necessária expulsar/retirar as comunidades das áreas almeçadas nesses empreendimentos, desconsiderando o modo de vida e trabalho desenvolvido nesses locais. Um exemplo disso é o caso da comunidade de Santa Quitéria, que passou a ser ameaçada pelo suposto proprietário das terras devido à especulação imobiliária produzida pelo projeto da Petrobras.

Nessa comunidade, a intervenção do Estado passou a ocorrer desde 2010, por meio de uma série de medidas para criar condições favoráveis visando à instalação da Refinaria *Premium I*, desconsiderando a comunidade atingida por esse projeto e demonstrando a verdadeira perspectiva estatal na realização de ações a serviço do capital. Acerca disso, Marx e Engels (1991) alertam que o Estado consiste em uma forma de organização adotada pela burguesia a fim de assegurar a sua propriedade e seus interesses interna e externamente.

Através de autores como Silva (2014, 2019), Sant'Ana Júnior (2009, 2016), Azar (2011, 2013), Miranda (2010) e Barbosa (2006, 2011), busca-se discutir sobre o processo e as tentativas de expulsão de comunidades rurais nas ofensivas do capital no Maranhão, especialmente em Bacabeira, como expressão da questão agrária no estado, que gera impactos sociais e ambientais. Além disso, busca-se compreender esse fenômeno recorrente no território maranhense a partir das relações sociais que têm interesses antagônicos quanto ao uso da terra.

Para os trabalhadores rurais, a terra constitui uma condição de sobrevivência, moradia, modo de vida e trabalho; já para os capitalistas, a terra e os frutos que ela pode fornecer são utilizados para ampliar a produção e a acumulação capitalista. Esse processo desenvolvido e defendido pelos capitalistas está em constante expansão no Maranhão mediante a instalação de grandes projetos de desenvolvimento, que situam o estado na rota do capital internacional.

Na atualidade, com base em Arcangeli (2020) e Azar (2011), a exportação de *commodities* (minerais e grãos) é a atividade econômica preponderante no país, uma alternativa desenvolvimentista adotada, desde 1970, pelo Governo Estadual. Nesse modelo econômico, basilar para o desenvolvimento capitalista, retiram-se as matérias-primas naturais, a exemplo dos minérios, para a sua transformação em outra região, de forma dissociada da economia local e garantida por estímulos fiscais estatais.

Com isso, expande-se o trabalho em regime parcial e temporário, precarizado e terceirizado (ARCANGELI, 2020). Com o alto padrão de automação, como explica Bentivi (2012), tais empreendimentos, na fase de instalação, contratam mão de obra para os serviços que exigem menos qualificação, mas, após entrarem em operação, os empregos são reduzidos e, muitas vezes, precarizados em nível local.

Essa realidade é mostrada no processo de implantação da Refinaria *Premium I*, projeto que faz parte da análise desta pesquisa, quando o presidente da Petrobrás destacou a grande expectativa na criação de empregos para a região. Dessa forma, foi salientada a demanda de treinamento para mais de 20 mil pessoas no Maranhão, precisamente 22.600 indivíduos, em que 11.100 são destinados à construção civil e 11.500 à montagem. Assim: “Essa é uma obra num primeiro momento desestruturante e num segundo momento estruturante” (GABRIELLI, 2009, p. 1).

Na etapa de instalação dessa refinaria, a Petrobrás firmou um contrato com o Consórcio Galvão/Serveng/Fidens, empresa que, na fase inicial do projeto, promoveu a contratação de profissionais para realizar os serviços de terraplanagem, drenagem e obras de acesso ao empreendimento, oferecendo 57 vagas para as funções. Nessa etapa, foram contratados aproximadamente 3.903 trabalhadores, dos quais 1.170, na época, eram habitantes de Bacabeira e de municípios vizinhos. Cabe destacar, com base em Santos (2014), que os cargos de gerência ou de mais alto nível hierárquico foram ocupados por profissionais de outros estados, restando aos trabalhadores de Bacabeira e municípios vizinhos apenas o trabalho braçal.

Essa situação foi justificada devido à baixa escolaridade e pouca qualificação dos trabalhadores desses municípios. Todavia, em curto espaço de tempo, as obras foram suspensas na fase de terraplanagem, em virtude das crises da Petrobras e de denúncias de superfaturamento dessa empresa. Diante disso, os trabalhadores foram sumariamente despedidos, caracterizando-se, no sistema capitalista, como uma mão de obra ora imprescindível, ora descartável.

À vista disso, muitos trabalhadores tiveram que lidar com o desemprego e as expectativas frustradas quanto ao projeto inacabado. Enquanto isso, os trabalhadores rurais da comunidade tradicional de Salvaterra, área que foi destinada para sediar o projeto da Petrobrás, passou pelo deslocamento compulsório, perdendo, com isso, as suas raízes culturais, moradia, modo de vida e trabalho.

Além desses efeitos negativos, o meio ambiente foi fortemente impactado pela ação da Petrobras por causa do desmatamento e da poluição em todos os aspectos. No que tange ao meio ambiente, Arcangeli (2020) aponta que, no Maranhão, esses impactos são comuns nos grandes projetos, que afetam de inúmeras maneiras os biomas locais, como cerrado, floresta amazônica, manguezais, babaçuais e outros, acentuados por licenças ambientais suspeitas e pela grilagem de terras.

Esses impactos recaem sobre o extrativismo, sobretudo a pesca, a agricultura, além de outras formas de produção das comunidades que precisam assegurar o seu modo de vida. Apesar desses impactos na região de Bacabeira, o anunciado discurso de “progresso” e “industrialização”, que provoca tudo isso, continua em efervescência no município, sustentado pelos discursos dos gestores maranhenses.

Assim, Bacabeira convive com as contradições de muitas cidades, apesar de existirem atenuantes: o peso de empreendimento transnacional, que foi o projeto da Petrobras; a provável implantação da Companhia Siderúrgica do Mearim (CSM), da Aurizônia Empreendimentos S/A, e um porto para subsidiar o escoamento dos seus produtos; o Terminal Portuário do Mearim; o “descobrimento” de gás em Barreirinhas, cruzando o município mediante a MA-104; e a possível implantação da siderúrgica da *China Brazil New Energy Environment International Investment* (CBSteel) (SILVA, 2014).

Em suma, convive-se com uma série de possibilidades econômicas em meio a uma população predominante rural, sem investimentos do governo para as práticas de agricultura, piscicultura e produção local e, de forma contraditória, sem estrutura adequada para sediar esses projetos econômicos (SILVA, 2014). Implica afirmar que ocorre a divulgação e o planejamento de vários empreendimentos industriais, que estão para acontecer ou acontecem em Bacabeira e em todo o estado, por parte de representantes públicos visando à modernização do próprio município e do Maranhão.

Entretanto, esses projetos, na realidade, não geram resultados efetivos ou têm ínfimo resultado multiplicador. Para confirmar esse fato, basta verificar as questões sociais reveladas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, ainda, no Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), nos quais o Maranhão e, notadamente, o município de Bacabeira enfrentam problemas estruturais, como violência e falta de água, saneamento básico e infraestrutura adequada.

Por outro lado, o município é conhecido pelas riquezas naturais e pela posição privilegiada, devido à proximidade com o Complexo Portuário, rodovias importantes que ligam o estado e a capital maranhense — o que chama atenção dos projetos de desenvolvimento, colocando, de acordo com Sant’Ana Júnior (2009), o município em posição de destaque na rota do desenvolvimento.

Ademais, Bacabeira dispõe de terras ainda não regularizadas, como no caso de Santa Quitéria, o que chama a atenção dos investidores e facilita a entrada de empreendimentos industriais. Entretanto, observa-se a insurreição de vários conflitos provocados por esses empreendimentos, bem como a construção da resistência e luta de trabalhadores rurais no Maranhão, embora nem sempre de maneira organizada (SILVA, 2019).

Desse modo, é possível sinalizar diversos processos de resistência no estado, que surgem nas mais variadas formas de organização e resistência dos trabalhadores compelidos pelo grande capital e que lutam pela permanência na terra, em virtude da implantação de grandes projetos de industrialização, que ocasionam conflitos de terra nas localidades escolhidas para a instalação desses empreendimentos.

Nesse sentido, cabe destacar a resistência dos trabalhadores do assentamento Santa Tereza, no município de Brejo/MA, após as investidas do agronegócio; a luta e resistência dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro, em São Luís, após o anúncio do “Porto São Luís”; a luta e resistência das comunidades quilombolas em Alcântara, com a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA); e a luta dos trabalhadores rurais em Bacabeira, após o anúncio de implantação da Refinaria *Premium I* e a duplicação da BR-135.

Sob esse prisma, considera-se que, nesses movimentos, muitos trabalhadores têm compreendido que, lutando e buscando alternativas a partir das suas realidades, podem contribuir para o enfrentamento da questão agrária, sobretudo com o avanço impetuoso de grandes projetos nessa região. Nota-se, então, que a questão agrária no território nacional e local, no campo dessas lutas pela permanência e pelo acesso à terra, é o reflexo das relações de favorecimento propiciadas pelo Estado à classe dominante ao longo do tempo (AZAR, 2011).

Nesse processo de favorecimento, o Estado promovia condições de privilégios e regalias que tem como base a apropriação da terra por meio dos mecanismos de expropriação, a exemplo do arcabouço jurídico que foi sendo desenvolvido na história do Maranhão. Implica afirmar que, no quadro histórico do país e do Maranhão, a luta pela permanência e pelo acesso à terra remete à luta de classe, em que uma classe dominante, representada pelos grandes latifundiários e donos de grandes empresas, tem concretado grandes extensões de terra e expropriado/explorado trabalhadores do campo, com privilégios do próprio Estado.

Enquanto isso, os trabalhadores do campo têm que conviver com a escassez de terra, a falta de trabalho e de moradia. De um lado, tem-se a opulência, a riqueza, os privilégios; de outro lado, tem-se a miséria e a fome. Dessa maneira, depara-se com uma história que mostra uma realidade de extremos, de confronto e de luta entre o capital e os trabalhadores, entre a classe dominante e a classe dominada, entre o opressor e o oprimido — em outras palavras, a luta de classes.

A história maranhense é um exemplo dessa luta de classes, pois revela uma das expressões do conflito por terra no país. O quantitativo de litígios no estado indica a atuação intensiva do capital no campo e suas implicações na vida dos trabalhadores rurais, visto que, como expõe a pesquisa de Sodré (2020), o Maranhão registra alto índice de conflitos por terra. Esses conflitos são concretamente percebidos na luta de posseiros, quilombolas, assentados, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, sem-terra, quebradeiras de coco, entre outras categorias, em prol de seus territórios e condição de vida.

Historicamente, a realidade maranhense tem sido definida pela concentração de capital, sustentada na agroexportação. Do ciclo econômico do algodão dos tempos coloniais ao modelo atual do agronegócio, nota-se que há uma intensa desigualdade social, na qual existe, de um lado, a riqueza dos que colhem as benesses do capital no campo e, de outro, pobreza e miséria espalhadas pelo estado e vivenciadas pela maior parte da população. Logo, o processo de acumulação no estado baseia-se em terra, capital e trabalho; por isso, em qualquer época da história maranhense, pode-se verificar estratégias expropriatórias e exploratórias (SODRÉ, 2020).

Desse modo, é possível perceber que os conflitos agrários no Maranhão estão densamente ligados às relações socioeconômicas reprodutivas do desenvolvimento privilegiado (SODRÉ, 2020). A implantação dos grandes projetos de desenvolvimento atrela-se quase sempre à expulsão/retirada dos grupos tradicionais, cujas relações

com a terra são distintas. Os conflitos, então, põem em xeque a própria sobrevivência de um dos lados envolvidos, o que explica os números alarmantes de casos no Maranhão.

Os conflitos também revelam a incidência de processos de luta e resistência no Estado, bem como no contexto nacional. Por sua vez, esses processos organizados de resistência possibilitam aos trabalhadores rurais a luta contra as adversidades do campo e propiciam o desenvolvimento de uma consciência de classe que os permite se transformar e se descobrir como sujeitos capazes de alterar a realidade histórica e social. Por isso, pode-se afirmar, consoante Oliveira (2007), que os trabalhadores se educam, fundamentalmente, no contexto luta de classe.

É nessa direção que se analisa, neste estudo, a organização e a constituição da resistência dos trabalhadores rurais, por meio das relações de força na luta, cuja consciência de classe é inerente ao movimento de reconhecimento e de luta política em oposição ao poder da classe dominante e às adversidades. É nesse processo de organização política que os trabalhadores podem congrega forças, articular a sua luta e potencializar estratégias de resistência (SILVA, 2019).

No caso do objeto deste estudo, as formas de organização de Santa Quitéria, segundo Silva (2014, 2019), têm despertado para esses processos na luta contra o suposto dono das terras, seja mediante reuniões para o esclarecimento da situação vivenciada na comunidade, seja através de articulações com os movimentos de luta, audiências públicas, manifestações e caminhadas para chamar a atenção dos órgãos públicos. Assim, os trabalhadores rurais de Santa Quitéria potencializam e aglutinam as suas ações de forma coletiva e organizada, diante do suposto proprietário e dos projetos de desenvolvimento do capital.

Nessa direção, percebe-se que, nessas disputas e correlações de força, esses trabalhadores podem transcender enquanto sujeitos políticos e sociais e continuar na luta pela terra, seu modo de vida e suas condições de trabalho. Esses sujeitos, em suas formas de organização, refletem o que Gramsci (1978) compreende, ao dizer que somente pela organização uma massa humana pode distinguir-se e alcançar a independência; para tanto, essa organização exige a efetiva atuação de intelectuais, organizadores e dirigentes.

Dessa forma, entende-se que o modo de pensar e se organizar politicamente exige uma ação sistemática e educativa que conduza à superação subalternidade na qual está a classe trabalhadora. Consonante com essa visão, Cardoso e Lopes (2009)

destacam que a organização e consciência de classe são basilares para a conquista política das classes subalternas. Assim, a participação da sociedade civil, organizada em lutas sociais, partidos, sindicatos e Associações de Moradores, é essencial no amadurecimento da consciência política (SILVA, 2019).

No pensamento marxista, essa participação da sociedade civil organizada em movimentos e associações é o motor da história e, na ótica gramsciana, se constitui espaço de luta de classe, que tem como objetivo central modificar o aspecto social e as condições às quais os trabalhadores estão submetidos. Desse modo, as lutas engendradas na sociedade civil organizada são essenciais no processo direcionado à transformação social rumo à emancipação humana e à superação da vida alienada (SILVA, 2014).

Quanto a essa dimensão da luta, Marx e Engels (2005, p. 21) indicam que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. É, então, no interior dessas lutas que mudanças podem acontecer e os trabalhadores, dentro das organizações políticas, podem se reconhecer como integrantes de uma classe, visto que os indivíduos obtêm a consciência de classe para si e lutam por mudanças significativas na sociedade. Por isso, a organização política é um elemento fundamental na luta dos trabalhadores.

Reforçando esse viés, concorda-se com Gramsci (2001) sobre a organização política como fator necessário e eficaz na luta dos trabalhadores. É nessa direção de consciência e crítica da luta que se desenvolve uma transformação política que visa desvelar os fenômenos sociais e o reconhecimento da totalidade da realidade. Cabe evidenciar que as organizações políticas englobam conselhos, associações culturais, partidos, sindicatos, que se mobilizam contra as instituições hegemônicas.

Considerando essa assertiva, concorda-se, também, com Luxemburgo (1979), quando revela que a organização é uma manifestação da luta de classes e que a revolução implica um processo, um movimento orientado para frente, que se fortalece no interior da luta. Por isso, como assinala Bogo (2008), é preciso restabelecer as bases da teoria revolucionária para saber quando se deve avançar e recuar, a fim de manter o fôlego e a força contra as façanhas dos inimigos da classe trabalhadora.

Nessa acepção, Luxemburgo (1979) aponta que a organização, a consciência de classe e a educação política são conquistas dos espaços de luta. Isso porque é no interior dessa luta que o trabalhador adquire educação política viva e amadurece a sua consciência de classe e organização, ou seja, a vivência nessas lutas possibilita

a esse sujeito político a construção desses elementos. Por essa razão, como ressalta a autora, a luta deve ser permanente, e os trabalhadores devem participar dela.

Com esse direcionamento, entende-se que a organização política e resistência dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria é imprescindível para o desenvolvimento da sua consciência política, a compreensão da realidade à qual eles são submetidos e a criação de estratégias políticas de luta e resistência. Destarte, a inserção desses trabalhadores nas instâncias organizativas é um espaço que possibilita a luta por seus direitos e interesses, pois é na organização política que os sujeitos podem superar as condições de vulnerabilidades instauradas pelo capital e alcançar a sua emancipação humana e política.

Com base no que foi exposto, a análise da situação da comunidade orientou o desenvolvimento da pesquisa e a obtenção de conclusões a partir de estudos que se aproximam da realidade local enquanto totalidade histórica que intervém no modo de vida e trabalho, especialmente com o anúncio de instalação do projeto da Petrobras na localidade. As inquietações esboçadas suscitaram questões que nortearam este estudo, por meio da análise histórica de Santa Quitéria, das condições materiais de existência e dos enfrentamentos frente às adversidades vividas:

- a) quais as implicações da Refinaria *Premium I* e as formas de organização e resistência dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria para enfrentamento?
- b) qual a configuração dos projetos de grande porte em Bacabeira/MA e suas particularidades em Santa Quitéria?
- c) quais estratégias de resistência são utilizadas pelos trabalhadores rurais de Santa Quitéria em face das mudanças ocorridas?

Com base nessas questões, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar as implicações da Refinaria *Premium I*, empreendimento da Petrobras, e as formas de organização e resistência dos trabalhadores rurais no enfrentamento dos grandes projetos. Para tanto, tornou-se necessário evidenciar particularidades da comunidade de Santa Quitéria, levando em conta os seus aspectos históricos, sociais, políticos e culturais diante desse projeto de desenvolvimento.

Para responder às questões levantadas e compreender as particularidades do objetivo de pesquisa, define-se como objetivos específicos: configurar a inserção dos grandes projetos em Bacabeira e suas particularidades em Santa Quitéria; identificar

as mudanças ocorridas na comunidade, diante das ações do Estado e dos projetos empresariais; caracterizar as estratégias de resistência utilizadas pelos trabalhadores rurais na comunidade, em face das mudanças ocorridas.

Em linhas gerais, a relevância do estudo pauta-se na necessidade de entender criticamente a organização política e os conflitos vivenciados no território de Santa Quitéria, com o intuito de contribuir para a ampliação de pesquisas relativas ao tema. À vista disso, é importante assinalar que a escolha por essa comunidade se deu em razão da luta pela terra vivenciada nessa localidade, o que fornece inteligibilidade a esse processo e suas implicações no conflito agrário.

Tendo em vista a realidade empírica do objeto de estudo e seus movimentos, debruçou-se na perspectiva teórico-metodológica, em que o método é compreendido como um instrumento de mediação entre o sujeito e o objeto. Na concepção de Netto (2009), sustentada em Marx, o real sintetiza complexos, mediações e relações, cuja compreensão implica considerar a complexidade que compõe a totalidade, presente na sociedade com os seus diversos processos e unidades.

Compreender a sociedade como totalidade significa, conforme Cardoso (1995, p. 264), “desvendar a suas contradições, a correlação de forças antagônicas que a constituem e os seus conflitos. Significa, enfim, captar a dinâmica da luta de classes que se firma no mundo capitalista contemporâneo com todas suas mudanças.”. Por essa razão, a estrutura e os movimentos da realidade são os aspectos que norteiam os procedimentos da pesquisa e do pesquisador.

Portanto, de acordo com Arcangeli (2020) pautado no pensamento marxista, o método envolve uma posição específica do sujeito que realiza a pesquisa: aquela que se impõe ao pesquisador ao se relacionar com o objeto e que extrai dele as inúmeras determinações percebidas na realidade concreta. Acerca disso, Marx (2008, p. 258-259) assevera que:

O concreto é concreto, porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, o resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

Ao examinar o método de Marx, Trotsky (2008) ressalta que esse método é materialista por perpassar da existência para a consciência, não devendo ocorrer em outra ordem. O seu aspecto dialético, por sua vez, reside na possibilidade de observar

a mudança da natureza e da sociedade, a qual é considerada uma luta contínua diante das forças antagônicas. Por meio desse método, o pesquisador pode apoderar-se da matéria, em suas determinações e examinar o elo existente entre teoria e prática.

Nesse processo, os instrumentos e as técnicas foram diversificados, desde a literatura especializada até a análise documental de jornais, notícias e dados. Desse modo, para compreender o objeto de estudo, escolheu-se o método marxista, pois ele permite compreender, de forma crítica, as mediações da realidade concreta nas suas minúcias. Com essas possibilidades, a escolha por esse método partiu do movimento real da comunidade de Santa Quitéria e da análise documental para a extração de determinações, sobretudo a partir de 2010, da vivência dos moradores frente à forte intervenção do Estado e do suposto dono de retirada de sua terra.

Para compreender qualitativamente o problema levantado, foram adotadas, no que tange aos procedimentos metodológicos, pesquisas bibliográfica e documental. Ao longo do estudo, fez-se um amplo levantamento em livros, legislação, documentos estatísticos, *sites* especializados, revistas e outros suportes virtuais e impressos que propiciaram o embasamento do tema abordado. Inclinou-se para fontes bibliográficas e documentais devido às imposições do contexto pandêmico.

Convém destacar que, devido ao contexto atual, marcado pela pandemia do novo coronavírus, os estudos e as análises desta dissertação foram baseados em pesquisas bibliográfica e documental. Dessa forma, dentro dos limites impostos pela pandemia, foram priorizados a saúde e o bem-estar da comunidade, bem como da própria pesquisadora. Por essa razão, não foram desenvolvidas pesquisas de campo, debruçando-se, assim, em fontes bibliográficas e documentais.

Todavia, priorizar essas fontes não impossibilitou a pesquisadora de participar³ de palestras, debates, seminários, simpósios, encontros, congressos, assim como de eventos acadêmicos e políticos para incrementar o estudo crítico acerca da questão em pauta. No âmbito teórico, voltou-se, especialmente, para autores que abordam as noções de organização política, resistência e grandes projetos de desenvolvimento, como: Arcangeli (2018, 2020), Barbosa (2006, 2011), Bogo (2008), Fernandes (1999, 2000, 2001, 2013), Galeano (2020), Gramsci (1976, 1978, 1995, 2004), Harvey (2011,

³ O detalhamento dessas participações consta no relatório final do projeto de pesquisa: *A organização política dos trabalhadores rurais em Bacabeira/MA: formas de resistência no povoado Santa Quitéria, em face das implicações dos grandes projetos de desenvolvimento*, que foi desenvolvido, de julho de 2019 a fevereiro de 2021, no PPDSR.

2013, 2014), Löwy (2010), Marini (2017), Marx e Engels (1991, 2005), Mészáros (2008), Moreira (2015), Netto (2009), Netto e Braz (2012), Rostow (1974), Sant’Ana Júnior, Teisserenc e Brustolin (2018), Silva (2014, 2019), Silva (2015) e outros.

Portanto, definiu-se como natureza da pesquisa, conforme já foi assinalado, o método materialista histórico-dialético e suas aplicações na realidade social, segundo pensado por Karl Marx. Como teoria social, o materialismo histórico-dialético explica as relações sociais constitutivas da sociedade burguesa. Essas relações estendem-se entre os homens detentores dos meios de produção e capital e os que detêm a força de trabalho.

Como entende Löwy (2010), o referido método é, antes de tudo, histórico, de modo que o historicismo é o elemento motor e se constitui como aspecto dialético e revolucionário, pois a história é guia de relevância para o estudo. Marx reconhece e desenvolve a sua ciência a partir da história, criticando e superando. No entanto, como sinaliza o filósofo, todo início para qualquer ciência manifesta dificuldades, sendo a questão do método alvo de polêmicas e dificuldades.

Como tal, a teoria social de Marx também enfrenta obstáculos demasiados e ataques, tendo em vista que manifesta o seu horizonte intelectual vinculado ao projeto revolucionário. Segundo Marx (apud LÖWY, 2010, p. 113): “A ciência produzida pelo momento histórico, associando-se a esses movimentos consciência de causa, já não é mais doutrinária, mas é uma ciência revolucionária.”.

Nesse aspecto, Marx entende a ciência como revolucionária, que expressa um terreno do conhecimento e manifesta o ponto de vista da classe trabalhadora. Assim, o filósofo reafirma o seu compromisso com a classe trabalhadora e preconiza que o pesquisador deve manter o espírito de entender e contribuir para a transformação da realidade.

No tocante ao método de Marx, Netto (2009) salienta que não se trata de um conjunto de normas que o sujeito escolhe de acordo com a sua vontade de enquadrar o objeto de investigação. Antes tudo, implica uma posição do sujeito que pesquisa, na qual se articulam três categorias que nucleiam a concepção teórica-metodológica de Marx: totalidade, contradição e mediação.

Nessa acepção, a metodologia constitui-se um elemento fundamental para a pesquisa, pois não há trabalho científico sem um procedimento organizado em sua realização. De acordo com Minayo (2001), consiste no caminho do pensamento e na prática exercida mediante a aproximação com a realidade. A metodologia abrange as

concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas, haja vista que, como expressa Lenin (apud NETTO, 2009), o método é a alma da teoria.

Considerando essa perspectiva, o estudo a respeito dos projetos industriais e da organização política em Bacabeira/MA, bem como das formas de resistência dos trabalhadores rurais em Santa Quitéria diante das implicações dos grandes projetos de desenvolvimento, partiu do materialismo histórico-dialético de Marx, com vista a analisar a realidade dessa comunidade, levando em consideração os determinantes e as determinações do objeto de estudo problematizado.

Cumpram ressaltar que as determinações se configuram como traços relevantes no conjunto da realidade. Consoante Netto (2009, p. 658), são concebidas como “um momento essencial constitutivo do objeto” e atrelam-se às categorias constituintes da articulação interna da sociedade. Tais categorias, para Marx, exprimem as formas do modo de ser e determinações de existência caracterizadas por dimensões históricas, transitórias e reflexivas.

A abordagem marxista busca compreender o fenômeno no seu movimento real e concreto, na medida em que, segundo Marx (1983), é o ser social que determina a sua consciência, e não o contrário. As formulações teórico-metodológicas do filósofo consideram os pressupostos reais e compreendem que os homens são sujeitos ativos do seu processo de vida, mas é esta que determina a consciência.

Na concepção de Marx, o ser social é um processo e a sociabilidade advém ontologicamente do trabalho, que constituirá o modelo da práxis. Logo, o processo de investigação possibilitou apreender, a partir do método escolhido, a totalidade, a mediação e a contradição vivenciadas pelos trabalhadores rurais em Santa Quitéria, Bacabeira/MA, bem como a correlação de forças e organização política diante dos projetos empresariais, em níveis de complexidade e estrutura distintos.

A totalidade evidenciada através do fenômeno estudado demonstra múltiplas determinações de maior e de menor complexidade das totalidades mais complexas, considerando-a elemento constitutivo da realidade. Portanto, o método escolhido é fundamental para a análise crítica, visto que considera a realidade em geral e suas inúmeras relações acerca dos fenômenos sociais na sua essência e dinâmica. Como salientam Marx e Engels (apud NETTO, 2009), não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, e sim como um conjunto de processos.

Com tal enfoque, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos, estabelecidos para a análise do objeto problematizado em seus determinantes e suas determinações:

- a) aporte teórico-metodológico relacionado a temas e categorias que versam sobre organização política, conflitos agrários e resistência dos trabalhadores rurais na comunidade de Santa Quitéria;
- b) revisão bibliográfica referente às particularidades de luta e às implicações dos grandes projetos em Santa Quitéria, situados em Bacabeira, bem como à identificação da referida comunidade e à análise da sua história e do seu modo de vida e resistência dos trabalhadores rurais;
- c) coleta de dados documentais, em documentos municipais, estaduais e federais a respeito do município de Bacabeira e, particularmente, de Santa Quitéria, para a devida análise da pesquisa;
- d) sistematização dos resultados do processo de investigação na análise crítica do material bibliográfico e documental, para fins de elaboração do plano de redação na dissertação.

A partir desses procedimentos, foi possível realizar o estudo do objeto por meio da apreensão de conhecimentos sobre o movimento do real, mediante árduo trabalho investigativo e crítico (NETTO, 2009). À vista disso, os resultados da pesquisa foram estruturados em dois capítulos, além da introdução e da conclusão.

O primeiro capítulo, denominado “A instalação dos grandes projetos industriais sob a lógica do capital e suas implicações no conflito pela terra”, busca discorrer e contextualizar as forças da política desenvolvimentista e a lógica do capital nos países hegemônicos e periféricos, destacando o contexto histórico dos conflitos pela terra no país e no estado maranhense, a expansão dos projetos empresariais em Bacabeira e a disputa pela terra na comunidade de Santa Quitéria.

O segundo capítulo redimensiona a discussão, de forma crítica e aprofundada para a luta e resistência pela terra dos trabalhadores rurais na conjuntura brasileira, destacando a consciência de classe desse grupo social na perspectiva da organização política. Além disso, são analisadas as instâncias políticas dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria, Bacabeira/MA, diante das investidas do grande capital internacional

e do suposto dono das terras, considerando que é por meio desses espaços de luta que os sujeitos podem alcançar interesses e objetivos.

Na conclusão desse processo investigativo, é importante evidenciar que não se pretende esgotar as discussões sobre o tema referido apenas no presente trabalho, mas busca-se contribuir para o debate científico, apesar das lacunas existentes em qualquer pesquisa de natureza acadêmica, visto que acompanhar a realidade e suas múltiplas determinações é uma tarefa árdua e complexa.

Dessa forma, na conclusão, demarca-se a lógica imperialista sobre os países hegemônicos e periféricos, especialmente na periferia regional do Maranhão, com a introdução de grandes projetos industriais. Nesse processo, verificam-se as ofensivas desses grandes projetos diante das lutas e resistências dos trabalhadores rurais das comunidades inseridas na rota do desenvolvimento.

Nesse bojo, são elencadas ações de empreendimentos transnacionais em comunidades tradicionalmente rurais, que modificam as relações agrárias e provocam novas dinâmicas nas localidades, em que não só o espaço é alterado, mas também as relações sociais, de produção, afetivas, culturais, isto é, o modo de vida. Logo, são indispensáveis as lutas sociais pela garantia de direito ao território e, acima de tudo, as constantes organizações e resistências dos trabalhadores perante as ofensivas do capital. É a luta pelo modo de vida, pela terra e, principalmente, pela condição de existência!

2 A INSTALAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS SOB A LÓGICA DO CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONFLITO PELA TERRA

Este capítulo objetiva analisar a instalação dos grandes projetos industriais sob a lógica do capital e suas implicações no conflito por terra, destacando a dinâmica do capital nos países periféricos e a política de desenvolvimento na economia do Brasil, desde a década de 1950 até a atualidade. Evidencia-se, nesse contexto, a atuação do Estado e das grandes empresas frente a essas políticas, destacando as profundas transformações socioambientais e espaciais determinadas pela implantação desses projetos industriais no país.

Além disso, analisam-se as ações dos projetos industriais no Maranhão, bem como o processo de expansão de projetos empresariais financiados por verbas federais e transnacionais que anunciam o “desenvolvimento” e o “progresso” no município de Bacabeira, especificamente na comunidade de Santa Quitéria.

2.1 A lógica do capital nos países hegemônicos e periféricos e a política de desenvolvimento

No último período do século XIX, o capitalismo experimentou transformações significativas nos processos sociopolíticos e econômicos advindos da articulação histórica do fenômeno global conhecido como “estágio imperialista”. Nesse estágio, o desenvolvimento do capitalismo ultrapassa o capitalismo concorrencial e direciona-se para o capitalismo dos monopólios, cujo marco representa novas dinâmicas, leis do desenvolvimento do capital, condições conflituosas e determinações.

Essas novas determinações expressam particularidades inauguradas pela organização monopólica no estágio imperialista, visto que os monopólios representam acréscimos dos lucros capitalistas por meio do controle dos mercados. Nesse bojo, Netto (2009, p. 20) salienta que:

Essa organização — na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substancialmente redimensionado — comporta níveis e formas diferenciados que vão desde “acordos de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo pool, o cartel e o truste.

As fusões dos capitais monopolistas industriais com os bancários instituem, então, o capital financeiro, que ganha centralidade e papel decisivo nesse estágio de desenvolvimento do capitalismo. Essa introdução dos monopólios industriais também é seguida pela monopolização no setor do capital bancário no estágio imperialista, no qual eles subsidiaram o processo de centralização do capital, ocasionando o controle de poucos bancos sobre os demais e aumentando a condição de dependência do capitalismo industrial por eles.

Assim, os traços característicos dessas fusões que formam a organização monopolista incorrem na duplicidade de obter lucros acima da média e evitar os efeitos da queda da taxa de lucro. De acordo com Mandel (1969), o objetivo central dos capitalistas na etapa monopolista é, antes de tudo, manter e elevar a taxa de lucro dos trustes.

Contudo, segundo Harvey (2013), a história do capitalismo tem sido marcada por condições de exploração e modificações contínuas para conter as tensões entre as classes. Afinal, as configurações do imperialismo nos objetivos centrais constituem o sistema totalizante inovador, repleto de contradições da ordem burguesa no mais alto patamar, com incidências diretas de exploração, alienação e transitoriedade histórica (NETTO, 2009).

Em razão disso, o ingresso da sociedade burguesa na etapa imperialista ascende a sua maturidade histórica e se consagra o elemento indispensável para conter as pressões exercidas pelo movimento imperialista sobre as classes e para perpetuar as suas tendências de expansão ou exploração entre os países, isto é, para assegurar as leis de desenvolvimento geral do capitalismo e as leis particulares do estágio imperialista.

Essas leis particulares do estágio imperialista são divididas, por Lênin (2011, p. 128), em cinco traços:

[...] 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Evidentemente, o imperialismo é resultado do avanço do capitalismo liderado pelas classes burguesas, através do intenso desenvolvimento de forças produtivas, em que a dominação dos monopólios e do capital financeiro se fortaleceu. Como tal, tem como característica a exportação de capitais e a partilha do mundo por meio de trustes internacionais entre as potências hegemônicas.

A exportação de capitais é bastante expressiva no imperialismo, uma vez que se realiza sob o capital de empréstimo (países centrais concedem créditos em troca de juros a outros países) e o capital produtivo (aplicação de atividades industriais e modernizadoras nos países periféricos). Em ambos os casos, o interesse desses capitais é manter os vínculos de dependência e exploração dos países hegemônicos sobre os países periféricos.

Cabe destacar, conforme Harvey (2013), que, além dessas formas expressivas de subordinação, as organizações hierárquicas estruturadas pelo estágio imperialista concentram um imenso poder repressivo — financeiro, político e militar — em seus mais altos graus. Tais poderes podem ser usados para crescer diretamente a taxa de exploração nos países periféricos ou redistribuir o mais-valor já produzido entre as regiões.

Portanto, constata-se que o estágio imperialista representa a nova dinâmica combinada às tendências basilares dos monopólios, a qual rearranja inteiramente o Estado e a divisão internacional do trabalho capitalista. Isso porque, de acordo com Harvey (2013), o capitalismo é destrutivo e procura revolucionar incessantemente, eliminando todas as barreiras que inibem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração.

Para que isso ocorra, o âmbito monopolista demanda o redimensionamento da intervenção estatal para garantir os exorbitantes lucros pelo domínio dos mercados, ou seja, seu vetor econômico. Assim, na ótica de Netto (2009), o redimensionamento estatal é qualificado por ultrapassar a função pontual de assegurado da propriedade privada dos meios de produção burgueses e inaugurar entradas nas condições externas de manutenção da produção capitalista, isto é, na organização ou dinâmica econômica de maneira contínua e sistemática.

Em virtude disso, o Estado imbrica as suas atribuições políticas às funções econômicas, exercendo uma multiplicidade de tarefas diretas e indiretas a favor da lógica do capitalismo monopolista. Como explana Netto (2009), no plano estratégico, o Estado desempenha linhas de direção do desenvolvimento por meio de planos e

projetos de médio e longo prazos, indicando investimentos e objetivos para organizar a economia e administrar as crises.

Essas funções diretas e indiretas do Estado aos monopólios concedem, então, energia, infraestrutura, matérias-primas essenciais, preparação da força de trabalho requerida pelos monopólios, gastos com pesquisas e facilitação de transferências de empréstimos de Estados imperialistas a periféricos. Nesse contexto, todas as funções mencionadas servem para a legitimação do mais alto nível do estágio imperialista. Isso porque o Estado a serviço dos monopólios deve englobar interesses sociais, bem como mecanismos de coerção e coesão social entre os Estados periféricos, a fim de garantir forças a serviço do grande capital (NETTO; BRAZ, 2012).

As funções do Estado, combinado à iniciativa privada, também são percebidas no contexto brasileiro, visto que há uma priorização dos grandes empreendimentos favoráveis à produção e reprodução do capital, vinculando os espaços nacionais na dinâmica econômica mundial. No panorama maranhense, tal dinâmica se manifesta no modelo de desenvolvimento orquestrado em Bacabeira pela Refinaria *Premium I*, da empresa Petrobras^{4,5}.

Em síntese, o Estado, capturado pelo estágio monopolista, modifica as suas atividades para se tornar o comitê executivo da burguesia monopolista, objetivamente rumo ao conjunto necessário de produção e acumulação do capital (NETTO, 2009). Portanto, o Estado e a divisão internacional do trabalho são utilizados como elementos para assegurar o prosseguimento das leis particulares do imperialismo, devido à sua necessidade de expansão mundial na dinâmica desigual e combinada.

Nesse rearranjo, a expansão, em escala mundial, dos novos imperativos do desenvolvimento capitalista resultou na crescente divisão internacional do trabalho.

⁴ Com 68 anos, a Petrobras é uma empresa de economia mista, cujo principal acionista é o governo brasileiro, mas possui o capital aberto com operações em 26 países, atuando em seis unidades de negócios como empresa e somando as suas atividades em 20 países. A composição de capital divulgada em 2021, pela empresa, mostra o governo federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o BNDES Participações S/A (BNDESPar), com 36,75%; investidores não brasileiros, com 43,11%; e investidores brasileiros, com 20,14%. Essa empresa é consagrada no ramo de produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, sendo reconhecida, também, pela energia elétrica, biocombustível e pré-sal (SILVA, 2015).

⁵ Atualmente, existe uma proposta de privatização da Petrobras, anunciada pelo Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, e defendida pelo atual governo de Jair Messias Bolsonaro. Visa-se elaborar um projeto de lei que permita à União começar a se desfazer das ações da empresa de modo a perder o controle. Contudo, o governo poderia vetar certas operações petroleiras. Essa proposta, sustentada pelo governo de Bolsonaro, mostra as suas inclinações para a agenda neoliberal, visto que prioriza a privatização de empresas e a desresponsabilização do poder público em relação às políticas públicas (BRAUN, 2022; LIMA; AGOSTINI, 2021).

Comandada pelo capital, essa divisão determina a hierarquização entre os países, estabelecendo relações de domínio e exploração aos países menos desenvolvidos. No curso do capitalismo monopolista, essa aplicabilidade da divisão internacional do trabalho mantém as engrenagens das contradições elementares entre a socialização da produção e a apropriação privada do sistema (NETTO; BRAZ, 2012).

Em outras palavras, internacionalizada a produção, os grupos de monopólios dominam os estados periféricos. Dessa maneira, o capitalismo, em sua expansão e dinâmica mundial, aponta os elementos “desigual” e “combinado”, que operam em ritmos variados nos espaços nacionais, implicando tanto os países capitalistas como as relações estabelecidas entre eles (NETTO; BRAZ, 2012).

Com a expansão do capitalismo, firma-se, então, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, diante das contradições nos países atrasados. A partir dessa teoria, Trotsky elaborou definições aprofundadas a respeito da relação de exploração vivida pelos países atrasados. O autor revela essa teoria envolvendo o moderno e o atrasado em um campo de proporções desiguais e contraditórias, mas plenamente atendendo às demandas desenvolvimentistas do capital internacional (LÖWY, 2010).

Todos esses traços elementares esclarecem, portanto, o estágio imperialista, em que muitos certificam a exploração das pessoas de uma região pelas de outra sob o esteio do poder dominante e repressivo. Ainda nessa lógica acerca dos elementos constitutivos do imperialismo, Lênin, por sua vez, delimitou a totalidade do sistema mundial de Estados, dividindo-o em países imperialistas, coloniais e semicoloniais.

Quanto aos países imperialistas, eles têm elevado grau de desenvolvimento econômico e formas para expandir os seus domínios político, econômico e militar. No que concerne aos países coloniais, eles são determinados pela amplitude direta dos imperialistas, enquanto os semicoloniais são dominados por países imperialistas, mas conseguem certa independência formal (ARCANGELI, 2018; LÊNIN, 2011).

Os processos descritos estão sobre as bases da divisão internacional trabalho, a qual resultou na hierarquização produtiva entre os países, operando determinadas funções para garantir a execução universal do capital. Essa configuração implica profundas desigualdades entre as nações sob a égide do capitalismo mundial, instaurando as relações de domínio e exploração.

Ao tratar desses traços característicos, cabe evidenciar a situação da América Latina e sua função subordinada aos países hegemônicos na divisão internacional do trabalho, visto que o sistema se alimenta das fontes, reservas e empréstimos para

gerar maior lucratividade às potências centrais. Logo, a riqueza dessa região nutre a prosperidade alheia — o que significa que a especialidade em perder é para fazer o outro ganhar (GALEANO, 2020).

O beneficiamento dos países hegemônicos, através da invenção das cadeias de dependência nos países periféricos, assinala a história do subdesenvolvimento da América Latina no desenvolvimento histórico do capitalismo mundial. Com base na assertiva, verifica-se o início do capital internacional na região latinoamericana a partir do fornecimento de matérias-primas e metais preciosos, subsidiando, no século XVI, a função de aumentar os fluxos de mercadorias e contribuir para o desenvolvimento do comércio e de bancos na Europa, os quais incentivaram o sistema manufatureiro e a introdução da grande indústria (GALEANO, 2020).

Nas primeiras décadas do século XVIII, a Revolução Industrial ocasionou a articulação da Inglaterra com inúmeros países, visando à produção e exportação de bens primários como permuta para manufaturas de consumo e dívidas, baseada na relação desproporcional entre exportação e importação (GALEANO, 2020). Conforme explica Marini (2017), o marco dessa troca desigual ocorre mediante a transferência de valor descomunal dos países periféricos para os centrais, em que os capitalistas desqualificam as taxas de mais-valia e acentuam as condições de dependência.

É nessa conjuntura que a América Latina estabelece relações definidas com os centros capitalistas europeus, fundamentada no contexto de dependência na divisão internacional do trabalho. Por conseguinte, a produção e a reprodução ampliadas do capital são consideradas condições essenciais para a economia capitalista mundial. Assim, a América Latina é percebida como veias abertas para os centros do poder, haja vista a sua acumulação de capitais nos países alheios (GALEANO, 2020).

Com esse enfoque, a ampliação do mercado mundial, segundo Marini (2017), ocorre sob a base da divisão internacional do trabalho entre os países industriais e não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a expansão do mercado mundial. A partir desses elementos de divisão, a dependência configura-se como dinâmica de subordinação entre nações formalmente independentes. Nessa dinâmica, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas para garantir a reprodução ampliada da dependência. Os resultados dessas ações corroboram para que a nação atrasada não alcance a estrutura global imperialista, por conta do seu funcionamento subordinado às economias consideradas avançadas.

Em síntese, as manifestações na América Latina são vislumbradas, no século XVI, com a sua produção de metais preciosos e matérias-primas; no século XVIII, com o descobrimento do ouro brasileiro e o auge do sistema manufatureiro inglês. Porém, sua relação só se completa com as bases dessa economia mundial em 1840, com o surgimento da indústria que se firma na divisão internacional do trabalho.

Nessa lógica da divisão internacional do trabalho, as funções desempenhadas pela América Latina no âmbito da economia mundial perpassam pela capacidade de fornecer alimentos e matérias-primas industriais, essenciais para a sua inserção na economia internacional capitalista. Nesse panorama, os países periféricos da região auxiliam na acumulação da economia industrial, visto que a sua produção gera mais-valia absoluta e mais-valia relativa, com o incremento da exploração do trabalhador e da capacidade produtiva no trabalho.

Convém assinalar, de acordo com Marini (2017), que a taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho, contudo se efetiva pelo nível de exploração da força de trabalho, isto é, a relação instituída entre o tempo de trabalho excedente (a produção do operário em mais-valia) e o tempo necessário (o tempo em que o operário reproduz o valor da força de trabalho).

Além da centralidade na exploração, o mercado mundial lança as suas formas de opressão, com o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis e perpetuar o seu atraso. Assim, a relação de subalternidade e atraso, de acordo com Fernandes (2013), ocorre devido à evolução do capitalismo e da incapacidade de os países dominados alcançarem a integração do espaço cultural, econômico e político das nações capitalistas hegemônicas. Através da história, o capitalismo transformou-se diante das potencialidades históricas dos países latino-americanos.

As potencialidades destacadas pela dominação do imperialismo ingressam nos países periféricos mediante acordos feitos pelas empresas multinacionais, gerando a partilha econômica desses países. A atuação dos acordos de natureza multinacional nos países periféricos, conforme Harvey (2013), garante o acesso a matérias-primas, aos mercados e à força de trabalho e busca cobrir o espaço e eliminar a competição, já que essas corporações são atraídas pela monopolização e coordenação particular das determinações globais.

As expressões fundamentais desses acordos escorreram pelo Brasil em 1950, com o “Plano de Metas” do Presidente Juscelino Kubitschek (JK). Nesse cenário, a substituição de importações corresponde à lógica do desenvolvimento para expandir

economicamente e impulsionar o processo de acumulação capitalista no país por meio da industrialização.

Apesar do forte aspecto industrial potencializado pelo governo JK, foi apenas no ano de 1930, no Governo Getúlio Vargas, que a dinamização do setor industrial teve início no território brasileiro, diante das definições estabelecidas pelo setor da burguesia rural a fim de alterar a base produtiva agrária para a industrial. Conforme afirma Arcangeli (2018), nesse contexto, com a subordinação do Brasil aos Estados Unidos, emergiu a substituição das importações.

Essa substituição ocorreu em decorrência de o Brasil voltar a sua indústria às necessidades de guerra dos países aliados, concedendo ferro e aço pela Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942, e por outras indústrias com financiamento dos americanos e diversas multinacionais. Nesse cenário, o governo Vargas dedicou-se à criação da empresa Petrobras, em 3 de outubro de 1953, mediante a Lei nº 2.004/1953, tendo como objetivos explorar o petróleo no território nacional e estimular a campanha “O petróleo é nosso”, visando criar leis governamentais contra o capital estrangeiro na exploração petrolífera.

Como indica Silva (2015), durante o Governo Vargas, o Estado se consolidou como principal agente atuante na defesa dos recursos minerais brasileiros, através da criação de leis que protegem as indústrias de base. Foi nesse campo de valorização nacional que surgiram disputas de ideias entre os grupos nacionalistas e os grupos favoráveis à entrada do capital privado, que influenciaram o pensamento econômico e político nos anos 1950.

Todavia, foi no governo de JK que a política voltada para o capital estrangeiro foi reforçada pela industrialização, pois, como esclarece Barbosa (2006), o governo se transformou no instrumento efetivo da ideologia desenvolvimentista, por meio da industrialização e da intensa aceleração da reestruturação produtiva no Brasil, sob a liderança da indústria automobilística.

Nesse bojo, foi inserido um bloco integrado de investimentos que conduziu a uma revolução considerável das forças produtivas brasileiras, a partir da criação das bases de industrialização para submissão aos interesses dos centros hegemônicos. Assim, essa nova reestruturação preparou a consagração da vitória imperialista no Brasil na relação centro-periferia, em virtude da introdução de capital estrangeiro no processo de substituição de importações.

Com esse rearranjo, as parcerias entre a burguesia brasileira e os grupos estrangeiros fortalecem a relação de dependência da economia brasileira no sistema internacional e reafirmam a ideologia de superar a “condição de atraso”, por meio da industrialização. O Estado busca, então, consolidar essa nova hegemonia, utilizando intensificados recursos institucionais e políticos na indústria e estimulando os setores nacionais e estrangeiros nesse estágio de conformação.

O padrão de acumulação do governo JK é definido por Barbosa (2006, p. 51) como:

[...] o salto para uma nova fase de industrialização, em estreita colaboração entre os setores privado nacional e o grande capital monopolista estrangeiro. Combinava-se, desta forma, a ideologia nacionalista com uma política econômica que não dispensava o forte apelo aos investimentos estrangeiros. Isso implicou a relação de dependência com o capitalismo mundial, a partir da convicção de que industrialização se associava à ideia de capital estrangeiro como parte indispensável do processo de desenvolvimento econômico.

A lógica no governo JK atrelava-se, essencialmente, à ideologia nacionalista acerca das bases da política econômica influenciada pelo investimento estrangeiro, consagrando-o como um fator indispensável para o processo de desenvolvimento da economia nacional. Dessa forma, acompanhar as novas tendências instauradas nos países em subdesenvolvimento auxilia no crescimento econômico e leva economias atrasadas ao progresso.

Nesse debate teórico a respeito do desenvolvimento associado ao progresso, cumpre destacar alguns teóricos que concordam com essa premissa. Walt Rostow dirige as suas reflexões críticas a favor da noção de desenvolvimento, uma vez que, para ele, esse conceito se baseia no crescimento econômico, que pode ocorrer pela industrialização. Conforme Conceição, Oliveira e Souza (2017), Rostow apresenta a sua teoria opondo-a ao pensamento marxista e acredita na possibilidade de cinco etapas para alcançar o pleno desenvolvimento. Tais etapas são fases pelas quais os países passam até chegar ao desenvolvimento pleno, a saber: sociedade tradicional; condições para o arranco; arranco; marcha para a maturidade; Era do consumo.

Na primeira etapa, consoante Rostow (1974), tem-se a sociedade tradicional estruturada na produção autossuficiente e limitada. O fato central dessa sociedade é a produtividade limitada, devido à tecnologia e à ciência não estarem disponíveis ou não serem empregadas sistematicamente nas produções. Sua produção rudimentar,

cujo principal recurso decorre da agricultura, não tem capacidade de criar produção excedente, sendo destinada a viver no período com apenas modificações internas, sem crescimentos econômicos alarmantes.

Na segunda etapa, tem-se o período de transição, isto é, as condições para o arranco, determinadas pela exploração da ciência moderna e pela possibilidade de acumulação dos juros compostos. Nesse viés, procura-se ultrapassar as sociedades tradicionais por meio da tecnologia moderna, da ideia de progresso econômico e da acumulação de excedente (ROSTOW, 1974).

Apesar dos novos métodos econômicos e investimentos na infraestrutura, a segunda etapa continua bastante limitada na economia, visto que os seus métodos econômicos e a sua estrutura social ainda são tradicionais. No entanto, é no marco dessas transições que surgiram as modernas industriais, detonando novos métodos para a expansão da modernização.

Na terceira etapa, definida como arranco, por Rostow (1974), inauguram-se as superações das condições de resistência vivenciadas pela sociedade tradicional e das condições para o arranco. Na concepção do autor, essa fase é marcada por um intervalo no qual:

[...] as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas. As forças [*sic*] que contribuem para o progresso econômico, e que já haviam dado lugar a surtos e ilhotas de atividade moderna, dilatam-se e conseguem dominar a sociedade. O desenvolvimento passa a ser sua situação normal. Os juros compostos como que se integram em seus hábitos e em sua estrutura institucional. (ROSTOW, 1974, p. 19-20).

No decurso do arranco, a industrialização se expande com as áreas urbanas, formando as construções das bases modernas no campo político, social, institucional e econômico. Já no tocante à quarta etapa, denominada marcha para a maturidade, Rostow a define como:

[...] a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos – se não a todos eles – os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. (ROSTOW, 1974, p. 22).

Na referida etapa, os frutos da ciência e da tecnologia são difundidos para a economia — a qual, por sua vez, avança para além da fase do arranco, pois detém de aptidão técnica e organizacional para produzir qualquer mercadoria escolhida no processo de produção.

Na quinta e última etapa, relacionada à Era do consumo em massa, Rostow completa o seu modelo centralizando-se no consumo intenso da sociedade industrial. Nessa fase de desenvolvimento, diante do aumento significativo da renda per capita, o sistema econômico volta a sua produção e o consumo em massa para alimentos e bens duráveis (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2017).

Outro teórico que apresenta alguns traços similares às reflexões de Rostow sobre a teoria do desenvolvimento é Joseph Schumpeter. Esse autor baseia a sua teoria nas ondas de inovação e acredita que elas impulsionam o aspecto econômico, visto que, de acordo com Pivoto, Caruso e Niederle (2016), são peças fundamentais no desenvolvimento econômico e auxiliam a organização produtiva. Ainda conforme os autores citados, os investimentos em inovação promovem o crescimento, gerando efeitos positivos na produção, emprego, renda e salário.

Logo, a inovação é considerada o propulsor de desenvolvimento, e suas ações podem impactar benéficamente todo o processo de produção na economia. Contudo, no fato central, Schumpeter, diferentemente de Rostow, apresenta divergências entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois, como assinalam Pivoto, Caruso e Niederle (2016), o desenvolvimento não necessariamente implica crescimento, uma vez que este se direciona à natureza quantitativa e ocasiona mudanças qualitativas na forma de organização do sistema.

Desse modo, os contextos de crises ou desarmonias são importantes para a inovação porque formam condições dinâmicas na economia, isto é, a recriação e a movimentação da reestruturação produtiva. No entendimento de Pivoto, Caruso e Niederle (2016, p. 20): “o fundamental aqui é o papel que tem a inovação ao introduzir discontinuidades que produzem desequilíbrios no sistema, levando a uma nova configuração qualitativamente distante da anterior.”.

No tocante aos aspectos da crise, Netto e Braz (2012) deixam claro que ela é inerente ao capitalismo, na medida em que, por meio dela e de outros condicionantes, o sistema vigente pode reinventar formas de acumulação e de exploração da classe trabalhadora, ou seja, criar tendências de reestruturação produtiva.

Para Schumpeter, tais desarmonias marcam as novas combinações produtivas implicadas na inovação, as quais são capazes de destruir criativamente a condição anterior e criar outras formas de produção. Para que isso ocorra, torna-se necessária a função desempenhada pelo empresário, pois ele aglutina as condições e agentes essenciais para o surgimento de combinações no processo de produção.

Todavia, não é o empresário que assume os riscos dessa inovação, já que os créditos são concedidos pelos capitalistas e banqueiros, isto é, aqueles que detêm o capital. Como parte desse processo, o desenvolvimento não se efetiva de maneira estável, mas sim mediante ondas de inovação, com a entrada de novos produtos e mercados. Cabe, então, ao Estado viabilizar condições favoráveis para a inserção de empreendimentos e “a promoção das inovações, através da educação, da tecnologia, da regulação dos mercados” (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2016, p. 24).

Convém assinalar que essa lógica do Estado de inserir empreendimentos em dadas localidades foi observada com o anúncio do empreendimento da Petrobras no município de Bacabeira, em que o Maranhão realizou ações para facilitar a chegada do projeto nessa região. A exemplo, Silva (2019) cita que o referido estado mediu e facilitou o processo de remanejamento do povoado de Salvaterra para a construção da Refinaria *Premium I* na localidade.

Além disso, o Maranhão proporcionou outra condição favorável à inserção de grandes projetos no estado, com a liberação de incentivos à multinacional CBSteel para a construção da siderúrgica em Bacabeira. Nesse viés, o jornal *O Imparcial* cita que a Assembleia Legislativa aprovou medidas favoráveis a esse empreendimento, concedendo crédito e isenção de imposto mensal até 30 anos (REFINARIA..., 2017).

Essas concessões são justificadas por meio dos discursos de desenvolvimento e da geração de emprego propagados pela empresa, em virtude da geração de 5 mil empregos e uma cidade inteligente, na localidade, projetada pelo empreendimento — o qual estava previsto para ocorrer no segundo semestre de 2018, e suas operações até 2020.

Portanto, a lógica desses empreendimentos em Bacabeira reflete os traços das teorias desenvolvimentistas de Rostow e Schumpeter, quanto às noções imbricadas de “desenvolvimento” e “progresso”. Os discursos das empresas compatibilizam-se também com a ideologia em voga, haja vista que salientam a geração de emprego, renda e desenvolvimento na comunidade escolhida.

Como evidencia Silva (2014), no período de 23 a 25 de novembro de 2011, ocorreu o 8º Encontro Nacional do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (Prominp), intitulado “Desafios e oportunidades do Setor de Petróleo e Gás Natural na próxima década-2020”. Nesse encontro, foram levantados discursos em consenso com o discurso de desenvolvimento propagado no Brasil e em defesa da implantação da Refinaria *Premium I*, em São Luís, e da *Premium II*, em Fortaleza, visando oportunidades de investimento, operação e criação de renda para os locais escolhidos.

Durante o Prominp, os discursos dos gestores destacaram a necessidade do mercado maranhense de abrir as suas fronteiras, utilizando tecnologia avançada e capacitando a mão de obra para atender à lógica expansionista do capital (SILVA, 2014). É cabível lembrar que esses elementos citados pela Prominp são defendidos, também, pela ideologia desenvolvimentista de Rostow e Schumpeter, uma vez que incentivam as experiências da lógica internacional de modernização do setor industrial maranhense.

Para Rostow e Schumpeter, os espaços nacionais só podem experimentar o desenvolvimento por meio das ondas da industrialização e da modernização nos setores da economia. Contudo, observa-se que esses autores não levam em conta que cada país tem a sua particularidade e uma formação diferente no processo do desenvolvimento internacional.

Dessa maneira, mediante a busca por progresso e crescimento, acirraram-se as disparidades sociais e o endividamento externo, principalmente na América Latina (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2017). Convém ressaltar que essas teorias de desenvolvimento se contrapõem à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a qual, conforme Löwy (2010), constitui um aporte teórico fundamental, no sentido de compreender o imperialismo e buscar medidas para a superação das imposições do evolucionismo.

Com relação à dialética da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, os países desenvolvidos pressionam os países atrasados a progredirem em saltos combinados de técnicas avançadas e arcaicas. Trata-se de alterações históricas, políticas e sociais operando em ritmos distintos nos espaços nacionais, provocando um progresso ilusório, pois não lhes retira da condição de economias dependentes e exploradas. Assim, essas imposições de progressão de saltos são potencializadas no

Brasil, notadamente no Maranhão, com a introdução de grandes projetos na lógica do fortalecimento entre o centro-periferia.

Entretanto, essa lógica dos grandes projetos está relacionada à ideologia do desenvolvimento e serve como orientação para a formulação de políticas públicas em sucessivos governos. Essa orientação desenvolvimentista é consagrada inicialmente com o Plano de Metas do Governo JK nos anos 1950, que prometia crescer 50 anos em cinco e abrir a economia brasileira ao capital estrangeiro, suscitando políticas de industrialização (SANT'ANA; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018).

Ao longo dessa redefinição do padrão de acumulação definida pelo Plano de Metas, emerge o parque industrial no setor brasileiro, responsável pela introdução do novo proletariado com características distintas das atividades tradicionais da indústria. Nesse panorama, a constituição desses elementos contribuiu para expandir a política desenvolvimentista do capitalismo vinculada à ideologia nacionalista nos países de subdesenvolvimento.

Porém, esse novo proletariado sofre os impactos das contradições inerentes ao capitalismo industrial no Brasil, especialmente no final dos anos 1970, diante do contexto de crises advindas do “milagre econômico”. Tal milagre é resultado da ampla política de crédito que, após anos de sucessiva recessão, encontrou altas taxas de desemprego e mão de obra desqualificada (BARBOSA, 2006).

Diante do esgotamento do “milagre econômico”, a solução para resolver esse problema foi reorientar o padrão de industrialização por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)⁶. Nesse quadro, abriu-se o novo ciclo do desenvolvimento do capitalismo entre os anos de 1975 e 1979, em que a periferia nacional é acentuada por sua base de recursos naturais e desenvolvimento de grandes projetos industriais emoldurados pelo governo federal.

O novo padrão de industrialização baseava-se em vários projetos, definidos por Barbosa (2006, p. 52) como: “Pró-álcool, energia nuclear, petróleo, ferrovia, pólo [sic] petroquímico, papel celulose, siderurgia e metais não ferrosos (Vale Sul); mineração: Alunorte, Albrás e Carajás.”. Na época, para minimizar o que denominava “desníveis regionais” desenvolvimentistas da indústria, o Governo Geisel recorreu às políticas de desconcentração industrial, mediante concessão de incentivos fiscais, para fomentar os programas de ações integradas em regiões que adquiriram prioridade.

⁶ No II PND, conforme Barbosa (2006, p. 53): “fortaleceram-se as empresas nacionais e ampliou-se o setor produtivo estatal, sob o comando do sistema Eletrobrás, Petrobrás e suas subsidiárias.”.

O marco do PND associado à industrialização procurou, então, envolver a modernização acelerada de dados espaços nacionais essenciais para se alcançar o crescimento econômico e inserir o país na dinâmica internacional. Ações do II PND se esboçavam em diminuir as disparidades regionais, com a elaboração da concepção global de desenvolvimento ligada aos interesses privados dos agentes econômicos, políticos e sociais.

A partir dessa lógica, a abertura de grandes empreendimentos industriais sob a legitimidade do Estado e de empresas multinacionais⁷ é desenhada para fins de exportação. Nessa conjuntura, a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária, o que resultou, mais tarde, nas propostas de Carajás na região da Amazônia Oriental e da Pré-Amazônia (Maranhão).

Cabe lembrar que o Carajás foi elaborado como uma estratégia de salvação nacional diante da crise econômica brasileira de 1980. Por isso, a centralidade dessa estratégia utiliza duas políticas importantes para a superação do atual estágio da crise do petróleo: a industrialização e a energia. A decisão de priorizar essas duas políticas, lideradas por empresas estatais e internacionais, culminou na construção de plantas industriais nas áreas de jazidas minerais em regiões periféricas⁸ (BARBOSA, 2006).

O Maranhão entra, assim, na rota do desenvolvimento a partir de modificações significativas na política de transporte do Ferro Carajás e do aproveitamento do Porto de Itaqui, localizado em São Luís, para fins de exportação de commodities. Todavia, sua inserção não diminui as disparidades regionais, e sim acirra as desigualdades vivenciadas no estado para atender à lógica expansionista do capital.

Além de acirrar as desigualdades no Maranhão, a inclusão do estado na rota do desenvolvimento gerou, na região, vários conflitos por terra entre trabalhadores rurais e grandes proprietários. Entretanto, para entender esses conflitos de maneira aprofundada, é preciso apreender a realidade da luta pela terra entre os trabalhadores rurais e o grande capital — representado por latifundiários, empresas do agronegócio e empreendimentos industriais na área minero-siderúrgica.

⁷ O Estado e as corporações multinacionais determinaram uma nova divisão internacional do trabalho — na qual os estados nacionais direcionam-se de “unidades econômicas” para “unidades políticas”, moderando a reestruturação da economia capitalista (BARBOSA, 2006).

⁸ Foram definidas áreas como: mineração de ferro, em Carajás (Pará); bauxita, na Região Trombetas (Pará); cobre, em Caraibas (Bahia); gás natural, em plataformas continentais nordestinas e outras. (BARBOSA, 2006).

Por essa razão, a seção, a seguir, pretende analisar esses conflitos delineados na história do Brasil, especificamente no Maranhão, para compreender a construção desses processos e suas implicações na disputa pela terra.

2.2 O contexto histórico dos conflitos pela terra no Brasil e no Maranhão

O trabalhador rural sempre viveu, e ainda vive, em um contexto de constante conflitualidade social, caracterizado principalmente pela tentativa de apropriação, por parte dos latifundiários e empresários capitalistas, das terras desses trabalhadores. A lógica expansionista do capital incentiva tais empresários à apropriação e espoliação de terras devolutas e públicas. É nessa circunstância que o conflito agrário aflora as lutas entre os trabalhadores e os grandes capitalistas.

Assim, o conflito agrário, no Brasil, é marcado pela disputa entre o trabalhador e o latifúndio, em uma luta que não apenas se concentra na disputa pela terra, mas em um modelo de produção e condição de vida diferente. Nesse prisma, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) caracteriza o conflito agrário como:

[...] ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020, p. 14).

Logo, pode-se elencar alguns fatores que tangenciam os conflitos camponeses no Brasil, que dão vazão a divergências trabalhistas, por vezes escalando para uma resistência organizada por meio dos movimentos sindicais, de modo a desenvolver argumentações políticas através do aparelho estatal (BINKOWSKI, 2018). Entre esses fatores, tem-se a luta contra o trabalho análogo à escravidão.

Essa relação dialética presente nos embates entre camponeses e proprietários de terra no Brasil sustenta-se pela justa oposição criada pelos interesses divergentes dos atores envolvidos. O cenário de divergências aqui citado é definido por Fernandes (2013, p. 203, grifo do autor) como:

[...] o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam, por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito

pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencer ou derrotar as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido; a conflitualidade, no entanto, não. [...]. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos – *direito a ter direitos* [...].

Com base nesse conceito de estado de conflito, é possível afirmar que o Brasil vivencia essa experiência desde o momento de sua colonização, visto que a luta pelo poder e o condicionante da posse da terra integraram e ainda integram o processo de constituição do país. Como efeito da condição secular de desigualdade social, tem-se um Estado obrigatoriamente levado a investir em políticas públicas a fim de garantir direitos básicos, como a manutenção da vida, aos grupos menos favorecidos na vida no campo, que se tornou um jogo de poder (SILVA, 2019).

Essa questão agrária deriva da estrutura fundiária e das relações produtivas e de trabalho no campo brasileiro. Desse modo, o problema agrário no Brasil surgiu da distribuição desigual de terras desde a colonização, e essa questão só se agravou com o passar dos anos (SILVA, 2019). No entanto, guardadas as proporções, antes mesmo da chegada dos povos europeus, as batalhas entre as tribos já aconteciam como uma “forma de organização do espaço territorial e de exploração dos recursos naturais para subsistência. Em seguida, deu-se o inegável massacre, revestido de ‘colonização’, perpetrado pelos invasores” (SILVA, 2019, p. 103).

De acordo com Morissawa (2001) e Silva (2019), no período da colonização, as terras brasileiras pertenciam à Coroa portuguesa, e sua divisão se deu, a princípio, por meio das capitânicas hereditárias, que eram concedidas a pessoas de confiança da Coroa. Por meio dessas capitânicas, surgiu o sistema de sesmarias, que deveria conceder à população propriedades produtivas. Entretanto, essa divisão de terra se alterou em 1850, quando foi promulgada a Lei nº 601/1850 – Lei de Terras.

No pressuposto dessa lei, conforme Morissawa (2001, p. 71):

[...] só poderia ter terra quem as comprasse ou legalizasse as áreas em uso nos cartórios, mediante o pagamento de uma taxa para a Coroa. Portanto, a Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso.

Assim, a partir da Lei nº 601/1850, após o período das capitânicas hereditárias e sesmarias, os conflitos pela terra indicaram novos contornos no cenário brasileiro. Nesse panorama, essa Lei garantiu a manutenção da estrutura agrária apoiada no

latifúndio e, ao mesmo tempo, obrigou os trabalhadores a continuar trabalhando para os fazendeiros (MARTINS, 2010).

Cabe dizer que a Lei de Terras tinha como finalidade impedir o acesso à terra aos escravos que seriam libertos por meio da Lei nº 3.353/1888 – Lei Áurea e, especialmente, aos imigrantes europeus que substituíram os escravos nas lavouras de café, uma vez que ambos os grupos não possuíam recursos para adquirir as terras. Consequentemente, como ratifica Martins (2010), em um país de trabalho livre, a terra seria cativa, pois o contrário admitiria que os imigrantes não se sujeitassem ao trabalho assalariado, e sim instaurassem propriedades familiares trabalhando em suas próprias terras.

Nessa conjuntura, a Lei de Terras de 1850 negou uma estrutura agrária mais democrática, que poderia ter remediado uma parcela significativa da desigualdade na sociedade brasileira. A promulgação dessa lei, segundo Azar (2013), aconteceu em meio a disputas políticas e econômicas, constituindo-se uma estratégia da monarquia com o propósito de:

[...] receber o apoio político dos fazendeiros, pois com a iminente libertação dos escravos era preciso proteger os interesses dos senhores de terra, ou seja, a própria terra. A ideia central não era a permissão dos negros libertos apossar-se das terras existentes em abundância no país, tornando o homem liberto, mas a terra cativa. (AZAR, 2013, p. 189).

A partir dessa política de troca de favores, as posses dos grandes latifundiários e dos seus respectivos herdeiros não seriam alienadas. A lei também representou um recado direto aos camponeses que ainda tinham a pretensão de possuir um quinhão de terras, ou seja, desse momento em diante, eles estavam por conta própria. Assim, a Lei de Terras cumpriu o seu papel no andamento do processo de privação da terra aos menos abastados.

Nesse contexto, a transferência das terras para o domínio privado de maneira concentrada foi intensificada pela corrupção, grilagem e interferência na formulação das legislações agrárias que sucederam a Lei de Terras de 1850 — o que privilegiou os latifundiários e manteve o padrão agrário concentrado (GIRARDI, 2019). Portanto, são esses elementos que tornam a questão agrária ainda mais complexa e grave no país.

A questão agrária no Brasil tem como traço principal, segundo Girardi (2019), o conflito entre classes distintas: de um lado, estão as forças capitalistas de produção;

de outro lado, estão os trabalhadores rurais, que possuem uma relação diferenciada com a terra. Diante disso, nota-se que a questão da terra sempre foi uma esfera de disputa economicamente polarizado no país.

Nessa perspectiva, Fernandes (2001, p. 23) define a questão agrária como o “movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”. Logo, a problemática das terras no Brasil tem suas raízes profundamente fincadas no solo da desigualdade, em que há a necessidade de uma ação efetiva por parte do Estado, de modo a não permitir que as lutas dos camponeses se tornem movimentos inférteis.

De acordo com Kautsky (1980), a questão agrária no capitalismo expressa o caráter contraditório desse sistema, que destrói as relações não capitalistas (como as camponesas), as recria e utiliza para o seu próprio desenvolvimento — o que passa pela apropriação da mão de obra barata e pouco qualificada dos trabalhadores rurais que lutam pela sobrevivência.

Partindo dessas concepções, entende-se que existe um processo conflitivo de interesses econômicos, políticos e sociais dentro da questão agrária. Nesse sentido, Fernandes (2013, p. 174) expõe uma interpretação dessa questão ligada ao conflito agrário, o qual é tido, juntamente ao desenvolvimento, como “processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente. A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra”.

Segundo Fernandes (2013), o conflito agrário é percebido como algo inerente ao desenvolvimento, embora seja acentuado pelas contradições e desigualdades que surgem a partir do sistema capitalista. Por esse motivo, Oliveira (1991) ratifica que a questão agrária é o movimento de destruição e recriação de relações sociais, isto é, das relações capitalistas e camponesas de produção.

Corroborando com esse entendimento, Fernandes (2013, p. 177) salienta que a questão agrária é decorrente da “contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria”. Para o autor, não existe a possibilidade de superar essa questão no capitalismo, ou seja, suas contradições podem ser apenas amenizadas, uma vez que a estrutura do capitalismo está assentada na desigualdade, na expropriação e na acumulação da riqueza sobre qualquer circunstância.

Assim, é possível entender a questão agrária, nos termos de Girardi (2019, p. 177), como “o conjunto de problemas do campo que está relacionado com a estrutura geral da sociedade, tendo impactos no campo e na cidade”. Logo, a permanência da questão agrária causa problemas para todos — exceto para a elite que se apropria das terras concentradas. De maneira geral, os problemas gerados por essa questão podem ser visualizados a partir da concentração fundiária originada desde o período colonial e que perdura até os dias atuais.

Portanto, as raízes da questão agrária estão fincadas em uma estrutura fundiária profundamente desigual, que provoca o antagonismo entre as classes e o agravamento das lutas sociais no espaço rural brasileiro. As particularidades dessa estrutura determinam os principais aspectos dos problemas fundiários do país: a formação de grandes latifúndios e a falta de acesso à terra por um amplo contingente de trabalhadores rurais.

Dessa forma, o Brasil convive com extremos de riqueza e pobreza no espaço agrário. Essa realidade é evidenciada no Censo Agropecuário de 2017, que indica a elevada concentração da terra no campo (BRASIL, 2019). Os dados dessa pesquisa demonstram que apenas 1% dos proprietários de terra controlam quase 50% da área rural brasileira (BRASIL, 2019). Diante disso, ocorrem diversos conflitos em torno da terra — só em 2020, conforme aponta a CPT, foram registrados cerca 1.576 conflitos no campo (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020).

Essas informações reafirmam que o espaço rural é bastante desproporcional e o acesso à terra não se configura de maneira igualitária, pois está concentrada nas mãos dos grandes latifundiários. Todavia, como enfatiza Oliveira (2001, p. 186-187), não se pode entender a raiz dessa concentração crescente da terra no Brasil “como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista; ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que se desenvolveu no país”. Desse modo, a distribuição fundiária é feita de acordo com os interesses da classe dominante.

Como ressalta Miranda (2010), o acúmulo de terras se torna algo diretamente proporcional ao poder social e político de um indivíduo ou grupo sobre uma região. Porém, para que essas relações capitalistas fossem desenvolvidas e consolidadas, o capital necessitou, de maneira sistemática por todo o mundo, separar os produtores dos seus meios de produção para avançar as cadeias produtivas. No entendimento de Oliveira (2019, p. 199) citando Marx:

Para que se objetive uma relação capitalista é necessária a constituição do trabalho livre. As relações sociais são fundadas na liberdade da compra e venda da força de trabalho. Essa forma de reorganização do processo do trabalho não apenas conserva a sua separação, como reproduz em escala ampliada cada vez mais o distanciamento do trabalhador dos seus meios necessários.

Ante esse processo, consoante Oliveira (2019), os meios imprescindíveis para a subsistência são convertidos em capital, e os produtores diretos são transformados em trabalhadores assalariados. Essa separação é necessária para a composição da propriedade privada dos meios de produção, que historicamente desempenha a sua função na tendência da acumulação capitalista.

O capitalismo, como afirma Marx (2013), estruturou-se com base na lógica da propriedade privada, retirando o acesso comum da terra por parte dos indivíduos e reapropriando-se deles como força de trabalho assalariada sujeita à sua exploração. O capitalismo também alcança os camponeses, deixando-os sob o domínio de quem detêm os meios de produção em uma perspectiva agrária, forjando, assim, elementos de trabalhos precarizados no contexto rural — como ocorre com os boias-frias. Por conseguinte, constitui-se uma mão de obra barata e não qualificada, submetida a extensas jornadas de trabalho em prol da produção.

A partir disso, institui-se, historicamente, uma das maiores expropriações de camponeses já existentes, produzindo uma grande parcela de condenados da terra, que, nessas situações, foram obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário, pois precisavam sobreviver. Essa ação marca a história do capitalismo, que produziu as condições para seu desenvolvimento e sua consolidação no âmbito agrário, industrial e financeiro (DOLCE, 2020).

Baseado na sua orientação história de acumulação, o capitalismo, de lá para cá, acirra a exploração e as contradições de uma classe sobre a outra, assentando seus objetivos basilares durante sua trajetória. Entretanto, especificamente no caso das relações do campo, os objetivos do capitalismo avançam para além da questão da força de trabalho, pois, como explanam Brito e Peripolli (2017), citando Martins, o desenvolvimento do capitalismo não está exclusivamente assentado nas relações capitalistas marcadas pela compra e venda da força de trabalho. O que qualifica as relações sociais no campo como capitalistas “é a instauração da propriedade privada da terra” (MARTINS, 1975 apud BRITO; PERIPOLLI, 2017, p. 49).

Dessa maneira, a propriedade privada da terra é o componente que causa os contrassensos sociais no âmbito do campo. Não é possível analisar o capitalismo no campo exclusivamente através da venda da força de trabalho, mas por meio das relações instituídas na propriedade privada da terra (BRITO; PERIPOLLI, 2017). Há uma relação inerente entre capitalismo e propriedade privada da terra, visto que, nas palavras de Marés (2003, p. 81), “o desenvolvimento capitalista transformou a terra em propriedade privada, e a terra transformada em propriedade privada promoveu o desenvolvimento capitalista”.

No entanto, para compreender as particularidades da propriedade privada da terra como apropriação do capital, é preciso considerar que a terra possui relações distintas com os outros meios de produção da esfera capitalista, já que sua natureza não consiste em um produto ou resultado de uma atividade humana na produção capitalista (OLIVEIRA, 2019). Ademais, a terra não deve ser produzida ou ampliada como resultado de acúmulo do capital, mas, singularmente, segundo Martins (1983, p. 159), trata-se de “um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho”.

Assim, na análise de Marx (2013), a relação entre trabalhador e propriedade privada se realiza com a produção do valor, da riqueza e do capital decorrentes da exploração da força de trabalho. O capital expropria a força de trabalho e apropria, em regra, o resultado desse processo. Partindo desse pressuposto, a terra serve para o capital, como pontua Oliveira (2019, p. 200), “como instrumento de apropriação dos ‘frutos que ela pode fornecer’”. Dessa forma, a terra consiste em:

[...] um recurso natural disponível e encontrado na natureza, por isso, passa por um processo de apropriação pelo capital, pode ser transformada em propriedade privada para produzir riqueza através do trabalho. Somente a partir dessa condição é que podemos compreender a “relação recíproca” com o capital. (OLIVEIRA, 2019, p. 200).

Portanto, pode-se afirmar que a expansão do capital presume a expropriação como condição para a sua reprodução. Então, o seu desenvolvimento, além de gerar a dominação da terra, incentivou a concentração de terras por uma pequena porção de proprietários. Em outros termos, a concentração configura a expropriação.

No Brasil, as transformações ocorridas na realidade rural ilustram o tamanho da expropriação realizada pelo capitalismo ao longo dos anos, com consequências políticas, econômicas, sociais e ambientais na estrutura fundiária. Afinal, as relações

com a terra têm um valor inestimável para o desenvolvimento do país, essencialmente para trabalhadores rurais e comunidades tradicionais que vivem dela. Por essa razão, quando se fala sobre a terra, fala-se também das expressões dos modos de vida de uma determinada sociedade (OLIVEIRA, 2019).

Em contrapartida, o histórico de expropriação da terra, no Brasil, produziu as diversas experiências de resistência popular. Tal processo, porém, foi marcado pela violência, que extinguiu algumas formas de expressão cultural, negando, por vezes, o acesso a direitos básicos e aniquilando a soberania e a autodeterminação dos povos. A luta pela terra no Brasil está diretamente associada a esses fatos, de modo que as tentativas de resistência organizada sofreram e sofrem com a resistência violenta do Estado e das classes dominantes (MEDEIROS, 1989).

Cabe dizer que essa violência não foi somente física, mas também construiu imagens distorcidas, priorizando os vencedores no processo e inferiorizando a figura do trabalhador rural, tido “como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles” (MEDEIROS, 1989, p. 11). Assim, no Brasil, prevalece uma tendência que concebe a maior parte da população do campo como “atrasada” e “deslocada” do projeto de modernidade intentado no país, marcado por exclusões e disparidades sociais (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004).

A respeito dessa questão, Brito e Peripolli (2017, p. 56) destacam que existe sempre uma forte reação por parte do capital para “descaracterizar, desmoralizar e criminalizar qualquer ação de enfrentamento da classe trabalhadora, quer do meio urbano, quer do campo”. Todavia, apesar dessas tendências e tentativas, a luta pelo acesso e controle da terra foi ganhando forças e disseminando a resistência popular em distintos momentos no país.

Cada uma dessas formas de luta e resistência, conforme seus traços objetivos e subjetivos, traz à cena política não somente a sempre renovada luta pela terra, mas também envolve a luta pela sobrevivência e condição mínima de trabalho e a luta contra as formas políticas e econômicas de opressão (SILVA, 2019). Nesse sentido, Cardoso e Silva (2020, p. 117) ressaltam que:

O poder ou impulso que se manifesta, em cada ser, através das ações, reações e resistência, promovem múltiplas forças que se tornam acontecimentos econômicos, políticos, culturais, sociais, envolvendo a natureza, todos os seres e, sobretudo, o ser social, pois é através da consciência que o ser social é capaz de realizar a prévia ideiação e de

manifestar os desejos, aspirações, conquistas, realizações, de se recompor nas derrotas e se reinserir para uma nova possibilidade.

Dessa maneira, muitas das lutas camponesas são capazes de agregar uma multiplicidade de pautas e efeitos, já que os processos dessas lutas não são lineares ou homogêneos, mas são construídos e reconstruídos na dinâmica das contradições, de interesses opostos e do movimento dialético da sociedade (SILVA, 2019). Assim, da mesma forma que as lutas camponesas ensinam sobre a multiplicidade de suas pautas, elas também mostram a diversidade dos sujeitos sociais que compõem suas mobilizações políticas seguidas de resistência.

Diante das perspectivas apresentadas, serão analisados alguns sujeitos sociais e suas formas de lutas, para mostrar que a história brasileira também compõe esse esquema organizacional baseado nos conflitos e na resistência. Vale ressaltar que é através das denúncias de sujeitos, grupos e movimentos sociais que o conflito obtém visibilidade. O que se constata é que os conflitos são denunciados por quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais e sindicalistas, reivindicando a efetivação de direitos sociais e trabalhistas ou, ainda, uma nova ordem social (BINKOWSKI, 2018).

Segundo Oliveira (2001), os povos indígenas foram os primeiros a sentir esse processo de luta e resistência, uma vez que, desde a chegada dos povos europeus ao Brasil até a conjuntura atual, com a sociedade capitalista mundializada, eles vêm sobrevivendo a um verdadeiro etnocídio, pelo direito de permanecerem no seu território e de preservar a sua cultura e identidade. Logo, por mais de cinco séculos, eles ensinam um legado importante: a história se faz com resistência e luta.

Atualmente, as porções de terras indígenas já demarcadas sofrem com as constantes invasões de grileiros, mineiros e madeireiros. Os nativos que reivindicam o reconhecimento de novas áreas ou a preservação de suas atuais porções de terra enfrentam forte violência, pois a maior parte das terras reivindicadas já está sob o controle de latifundiários. Em 2019, a CPT registrou 7 assassinatos, 25 ameaças de morte e 12 tentativas de assassinato de indígenas (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020).

Paralelamente às lutas dos povos indígenas, surgiram as lutas dos escravos contra os senhores de terras. Derivados das lutas e fugas dos escravos, surgiram os quilombos enquanto forma de resistência e organização social nas ditas terras de liberdade durante o período capitalista colonial (OLIVEIRA, 2001). Do mesmo modo que os indígenas, os quilombolas também lutam, até hoje, pelo reconhecimento e pela delimitação de suas terras tradicionais, o que provoca muitos conflitos e faz com que

sejam alvo da violência. Em 2019, segundo dados da CPT, foram assassinados três quilombolas e quatro foram ameaçados de morte (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020).

Em meio às lutas dos povos indígenas e quilombolas, também foram surgindo, posteriormente, diversas parcelas de “sem-terra” como saldo dos conflitos sociais no campo. Conforme Oliveira (2001), esse surgimento foi uma consequência natural das inevitáveis derrotas infligidas aos menos favorecidos no combate contra os grandes proprietários rurais. Os “sem-terra” passaram, então, a compor mais um núcleo no conflito agrário brasileiro; como exemplo disso, tem-se os posseiros, incumbidos de fazer frente nos conflitos por terra. Conhecidos por lutarem contra a expropriação, os posseiros vêm construindo a sua resistência na luta pela terra contra os jagunços, os latifundiários especuladores e os grileiros.

Entre as formas de lutas que foram desenvolvidas na história brasileira, cabe destacar a resistência dos movimentos messiânicos, protagonizados principalmente pelas revoltas de Canudos e Contestado, em 1893 (MEDEIROS, 1989). Propiciados pela Lei de Terras, esses movimentos trouxeram à tona uma grande resistência às estruturas econômicas compostas pelos latifundiários daquela época. Porém, como expõe Medeiros (1989, p. 12): “Vistos como expressão de fanatismo religioso, esses movimentos nunca receberam reconhecimento político, embora tivessem mobilizado a preocupação dos governantes da época e chamado sobre si intensa repressão”.

Apesar disso, muitos desses movimentos fazem parte da história de luta pela terra e pela liberdade no campo brasileiro, constituindo-se memórias de resistências contra o capital, os capitalistas e governantes, além de representarem a construção social desses expropriados para entrar e permanecer na terra. Em meados dos anos 1950 e 1960, verificou-se nas ligas camponesas mais uma forma de resistência na cena política do campo (OLIVEIRA, 2001).

Conhecidas por causar um grande impacto no campo nordestino e conquistar a projeção nacional, as ligas camponesas repercutiram vigorosamente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um tópico importante em suas pautas. Apesar de dispersas e localizadas, essas ligas conseguiram organizar milhões de trabalhadores rurais na luta pelos seus direitos e pela distribuição de terras até 1964, uma vez que muitos movimentos foram reprimidos no período da ditadura civil-militar (OLIVEIRA, 2001).

Todavia, a reivindicação dos trabalhadores rurais pela distribuição de terra no Brasil ressurgiu na década de 1980, representada notadamente pelo Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra (MST), que teve como inspiração as lutas desempenhadas pelas ligas camponesas a priori. Segundo Fernandes e Stédile (1999), o MST surgiu oficialmente em 1979, em uma conjuntura marcada por enfrentamentos e resistências contra a política agropecuária do regime militar.

No centro da resistência política brasileira, o MST resgata as lutas pela terra e pela reforma agrária, incorporando uma perspectiva contra o capital e sua estratégia de apropriação do território. Para tanto, constitui-se a partir da “interação com outras instituições, especialmente com a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra - CPT” (MIRANDA, 2010, p. 52). É com essa estrutura organizativa, baseada na interação, que o movimento vem construindo uma caminhada mais sólida, coletiva e consciente em sua formação atual.

Embora se reconheça a constituição do MST como um marco histórico e sua importância política e social na atualidade (SAUER; PERDIGÃO, 2017), a luta pela terra, como já foi destacado neste estudo, mostra-se vasta e abrange, por exemplo: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), criada em 1963; o Incra, fundado em 1970; o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), fundado em 1982; o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), criado em 1985; a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf), fundada em 2004; entre outras entidades, instituições e atores sociais na luta.

Além disso, o MST e demais sujeitos políticos destacados não foram os únicos espaços de luta na história do Brasil; na atualidade, se sobressaem diversos atores sociais de luta e resistência na história do país. Segundo Oliveira (2001), a história da luta por terra é também das lutas do Movimento dos Atingidos por Barragens contra as desapropriações, das lutas do movimento dos boias-frias por melhores condições de trabalho e das lutas do movimento “Grito da Terra Brasil” pelas delimitações das suas reservas extrativistas, entre outros movimentos de luta.

Portanto, os processos históricos indicados até aqui demonstram que as lutas dos camponeses ou dos trabalhadores sem-terra nunca foram pacíficas, mas, ainda assim, sempre foram carregadas de resistência em vários períodos da história, visto que, como enfatiza Fernandes (1999, p. 1):

Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando. Desde as capitâneas hereditárias até

os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo.

Então, percebe-se, com base no autor supracitado, que as lutas e resistências dos trabalhadores continuam vivas e são uma demonstração da sua insatisfação em relação ao modelo agrário posto, que sustenta a classe dominante, os latifundiários e os capitalistas às custas da classe trabalhadora, especificamente no campo. Além do mais, de acordo com Fernandes (1999, p. 1): “Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência”.

Essa conjuntura evidencia a demanda pela reforma agrária, já que a estrutura fundiária, nos últimos séculos, vem sendo delineada pelos mais elevados índices de concentração de terras, constituindo-se uma das principais problemáticas da questão agrária no país. Em virtude disso, a luta pela reforma agrária passou a integrar as mobilizações políticas no século XX, tendo a seguinte configuração, como explicita Fernandes (1999, p. 1):

[...] a ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa; a intensificação da concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao sistema socioeconômico; a reforma agrária como política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas nunca implantada.

Apesar de nunca ter sido realizada uma reforma agrária estrutural no Brasil os avanços na luta pela reorganização da terra são evidenciados gradualmente através de ocupações massivas de terra, efetuadas por vários movimentos sociais no campo, especialmente o MST. Para Fernandes (1999), o aumento significativo do número de assentados que ocorreu no final do século XX foi resultado da expansão do MST, ao intensificar a quantidade de ocupação em diversas regiões do país.

Muitos sem-terra têm intensificado as suas lutas por meio dessas ocupações, impondo ao governo a implementação de uma política de assentamento rural no país (FERNANDES, 2000). Com isso, as ocupações de terra vêm representando grandes avanços na resistência dos trabalhadores sem-terra contra a concentração de terra e o próprio Estado, que deveria ser um agente de resolução das disputas entre grandes proprietários e grupos que lutam pela divisão das terras, mas age no sentido de tutelar essas disputas.

Com base nisso, tem-se que a resistência dos trabalhadores sem-terra suscitou ainda mais o debate em torno das causas da questão agrária, bem como deixou mais

evidente a resistência histórica contra os grandes proprietários de terra. Apesar dos avanços resultantes da luta e resistência dos trabalhadores sem-terra, ainda existe um grande desafio nessa questão, pois, conforme Brito e Peripolli (2017, p. 55), tem-se: “de um lado, a opulência, a riqueza, os privilégios, e, de outro, a falta do pão de cada dia de muitos trabalhadores, a miséria, a fome”.

Assim, na estrutura fundiária, depara-se com a luta entre os que detêm poder (a classe dominante agrária) e os que convivem com os desmandos nessa estrutura (os trabalhadores do campo). Enquanto a classe dominante agrária é considerada a “menina dos olhos” da economia brasileira (MULS, 2021), responsável por gerar mais de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional⁹ (USP, 2022), os trabalhadores rurais são submetidos à desigualdade social e superexploração no campo, vinculados, por vezes, ao trabalho escravo por dívidas (RODRIGUES; RONZANI, 2021).

Nessa disputa, há a figura legisladora do Estado, que, ao longo dos anos, vem cumprindo uma agenda neodesenvolvimentista e, por vezes, fomentando uma política de contrarreforma agrária¹⁰ em governos de matizes político-partidárias distintas. A esse respeito, Fernandes (1994, p. 26) ratifica que “o problema da terra no Brasil não passa simplesmente pela distribuição de terra”. Para o autor, o Estado, ao promover a desarticulação e a destruição das formas de organização dos trabalhadores rurais, busca evitar a implantação de mediações políticas que levem à redefinição do pacto político-econômico que o sustenta.

Essas condições criam um cenário propício para conflitos sociais constituídos pelas lutas travadas entre o capital e os trabalhadores, entre a classe dominante e a classe dominada, entre o opressor e o oprimido na sociedade (FERNANDES, 1994). Vivencia-se, assim, uma luta de classes histórica em vários espaços, principalmente no campo. Essas relações historicamente engendradas pelo poder e pela dominação de uma classe sobre a outra estruturam os “conflitos de interesses inconciliáveis” — responsáveis por fomentar a resistência de grupos menos privilegiados à realidade que lhes é imposta no campo (SILVA, 2019).

⁹ Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Universidade de São Paulo (USP, 2022), a participação do setor de agronegócio no PIB brasileiro foi de 27,4% em 2021.

¹⁰ Com isso, não se pretende insinuar que não há distribuição de terras no Brasil, e sim pontuar que ela é realizada de maneira tímida e conforme os interesses comerciais da elite agrária, conferindo alguns assentamentos para grupos de camponeses deslocados compulsoriamente de suas terras, a fim de diminuir a tensão entre estes e os grandes proprietários. A elite agrária, então, aparelha-se do Estado como forma de controlar aspirações dos camponeses, desmobilizando parte do movimento que se dá por satisfeita com o que lhe é oferecido.

Nota-se que muitos desses conflitos inconciliáveis ocorrem e se aprofundam na luta pela terra, que sempre foi uma questão central do poder no Brasil e, ainda hoje, estabelece conflitos entre as classes sociais, tendo o Estado como mediador e legitimador desses processos. Os conflitos por terra são considerados pela CPT:

[...] ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros [populações tradicionais que habitam os cerrados do norte de Minas Gerais], indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses [povos tradicionais que vivem na cidade de Faxinal, Paraná] etc. As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra. (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020, p. 14).

A disputa pela terra compreende interesses polarizados que, frequentemente, levam a conflitos históricos, que ainda estão muito presentes na realidade brasileira. No contexto atual, o relatório *Conflitos no campo: Brasil 2019*, publicado pela CPT, em 2020, indica o total de 1.254 casos registrados de conflitos por terra em 2019, ou seja, 12% a mais do que em 2018, que contabilizou 1.124 registros.

No que tange à quantidade de ocorrências, os dados elencados no documento contabilizaram 1.206 no ano de 2019, o que representa um aumento de 25% quando comparado aos anos anteriores (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020).

Tabela 1 – Conflitos por terra no Brasil (2016-2019)

CONFLITO POR TERRA				
Ano	2016	2017	2018	2019
Nº de ocorrências ¹	1.079	989	964	1.206
Total ²	1.295	1.168	1.124	1.254

Fonte: Canuto, Luz e Santos (2020).

1. São considerados nº de ocorrências: desejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsos, bens destruídos, pistolagem e invasões.

2. O total expressa a soma do número de ocorrência, ocupações/retomadas e acampamentos.

De acordo com os dados apresentados, percebe-se que a realidade brasileira vivenciou um crescimento expressivo de conflitos por terra, instigados, muitas vezes, pelo discurso do próprio Governo Federal, representado pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro. O escalamento da violência no campo está fortemente ligado às ações da esfera federal e sua agenda contrária aos movimentos sociais do campo e favorável

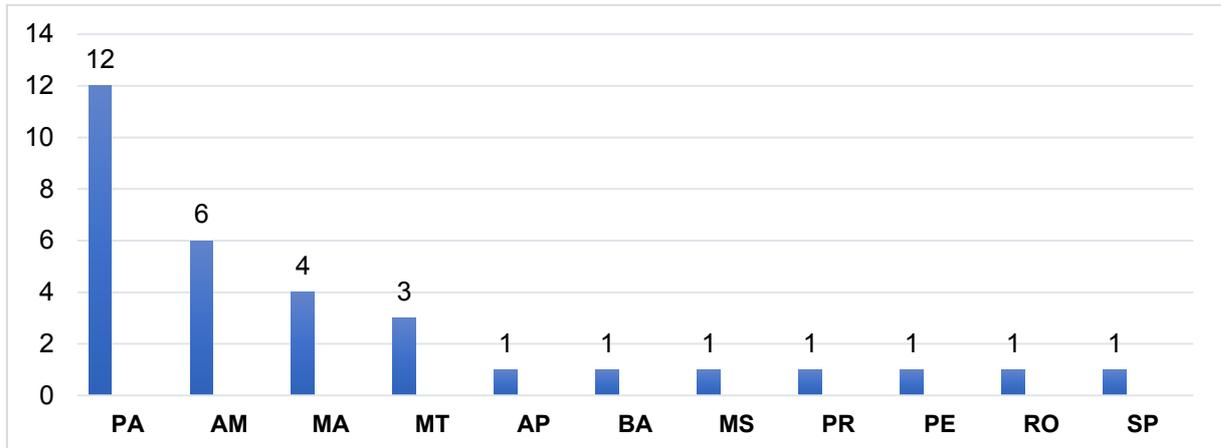
aos interesses de grandes proprietários rurais e grileiros e das atividades garimpeiras e madeireiras ilegais (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020).

Dessa maneira, a política de apoio aos interesses dos grandes produtores do campo, levada a cabo por Bolsonaro, favoreceu as investidas da bancada ruralista na Câmara e no Senado Federal, ocasionando a aprovação do uso quase irrestrito de agrotóxicos e o relaxamento das restrições que tornavam mais criterioso o registro desses compostos no território nacional. Liberou-se, abundantemente, a utilização de novos agrotóxicos no país, alguns, inclusive, considerados altamente tóxicos para os trabalhadores, a produção familiar e, sobretudo, o meio ambiente (DOLCE, 2019).

O Presidente avançou firmemente rumo ao descaso e à falta de compromisso com o bem-estar e a vida de homens e mulheres do campo. Além disso, entre as pautas do governo, estava a aprovação da reforma da previdência, cujo projeto inicial previa igualar a idade mínima da aposentadoria rural entre homens e mulheres para 60 anos, com contribuição de 20 anos (DOLCE, 2019)¹¹. Privilegia-se, assim, a agenda neoliberal, que preconiza a redução de políticas públicas e a intervenção mínima do Estado na economia — uma clara demonstração de pouco apreço à árdua vida dos indivíduos que sustentam as lavouras brasileiras de forma braçal.

Levando em conta o quadro neoliberal do governo atual, percebe-se que as disputas e os conflitos pela terra se tornaram ainda mais acirrados e violentos, como indicam os dados levantados pela CPT em 2019. Conforme dados da CPT, os últimos anos foram marcados por uma profunda brutalidade contra os trabalhadores rurais, com registro de altas taxas de violência no meio rural, principalmente ameaças de morte e assassinatos, como demonstram as informações compiladas no Gráfico 1, relacionadas ao número de conflitos seguidos de assassinatos no campo brasileiro, no ano de 2019.

¹¹ Essa previsão, porém, não foi efetivada, pois não houve alteração na modalidade de aposentadoria rural.

Gráfico 1 – Conflitos no campo seguidos de assassinatos no Brasil – 2019

Fonte: Canuto, Luz e Santos (2020).

Legenda: PA - Pará; AM - Amazonas; MA - Maranhão; MT - Mato Grosso; AP - Amapá; BA - Bahia; MS - Mato Grosso do Sul; PR - Paraná; PE - Pernambuco; RO - Rondônia; SP - São Paulo.

Nos dados apresentados, identifica-se que as áreas que mais experimentam os conflitos continuam sendo as de expansão da fronteira. Isso porque essas áreas recebem incentivos (Anexo A) para a ampliação do agronegócio, mineração, projetos de geração de energia (hidrelétricas e eólicas) e outras obras de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e hidrovias, que estão ligadas às condições para instalar grandes projetos de desenvolvimento. Essa expansão destaca-se, sobretudo, na Amazônia e nos Cerrados, como assinala Silva (2019).

As taxas de conflitos demonstram uma batalha velada, totalmente camuflada, pelo discurso desenvolvimentista, o qual, frequentemente, reduz vidas a termos como “crescimento econômico”, diretamente vinculados a argumentações ligadas à geração de emprego e renda, ao fomento à infraestrutura e educação e à melhoria de vida dos moradores das localidades exploradas. Esse discurso apresenta-se como uma mola propulsora que, todavia, impulsiona apenas os mais frágeis social e economicamente para o fundo do poço e/ou do túmulo.

Vale lembrar das vidas ceifadas no “Massacre de Eldorado do Carajás”, no estado do Pará, quando 21 trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados e 70 ficaram feridos em uma operação truculenta e desordenada, cometida pela Polícia Militar (PM) em 1996 (SILVA, 2019). Passado mais de 25 anos, nota-se que poucos são os avanços na luta pela terra e por uma reforma agrária igualitária no país.

Os ataques e ameaças aos trabalhadores rurais, que antes eram realizados principalmente por latifundiários do agronegócio, agora também são promovidos por grandes empresários de vários setores, como mineração e energia. Nesse cenário,

de acordo com o relatório da CPT, os índices de conflitos seguidos de assassinato são alarmantes e refletem recordes preocupantes no país:

Além da violência coletiva, contra as famílias, os Conflitos por Terra revelam, em 2019, mais um trágico aumento de violência individual, que a CPT chama de Violência contra a pessoa, por vezes extrema, a promover a eliminação física de camponeses, camponesas, indígenas, quilombolas e lideranças de suas lutas e resistências. Os dados principais: *Assassinatos* – 32, 14,3% mais que as 28 em 2018; *Tentativas de Assassinato* – 30, 7,1% mais que as 28 do ano anterior; *Ameaças de Morte* - 201, 21,8% mais que as 165 de 2018. (CANUTO *et al.*, 2020, p. 103, grifo dos autores).

Os dados relacionados aos assassinatos derivados dos conflitos por terra, no ano de 2019, dão conta da morte de um elevado número de lideranças do MST, bem como líderes de movimentos sindicais, religiosos e ambientalistas (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020). Essas informações dão vasão à afirmação de que o fato de esses indivíduos serem lideranças que tomavam a frente nas lutas dos trabalhadores rurais e indígenas estava diretamente associado ao interesse em pôr fim às suas ações; por essa razão, muitas vidas são ceifadas durante os conflitos.

As análises e os dados fornecidos pela CPT sobre os conflitos agrários também destacam que as ocorrências de conflitos por terra se referem a qualquer situação de expulsão, tentativas de expulsão, demolição de casas, roças ou outros pertences e pistolagem. Nesses conflitos, são recorrentes as violências contra a pessoa, como assassinatos, ameaças de morte, agressões e outras formas de violência, inclusive com anuência ou intervenções diretas do Estado, por meio de despejos, ameaças e prisões (CANUTO; LUZ; SANTOS, 2020). Alguns desses fatos são vivenciados no Maranhão, especialmente na comunidade de Santa Quitéria.

A ocorrência desses conflitos está associada à própria condição geográfica do Maranhão, pois o estado está alocado no corredor de exportação do Projeto Grande Carajás (PGC), localiza-se entre as regiões Norte e Nordeste e dispõe de vegetação e condições climáticas características da Amazônia. Por isso, ele é considerado pré-amazônico e se destaca como plataforma de exportação de *commodities* agrícolas, da pecuária e de eucalipto para abastecimento da produção siderúrgica, estimulando o mercado de terras, acelerando a expropriação dos trabalhadores rurais e ampliando os conflitos agrários na região (SILVA, 2019).

Desse modo, pode-se perceber que os conflitos agrários no Maranhão estão ligados às relações socioeconômicas reprodutivas do desenvolvimento privilegiado.

Essa realidade é demonstrada nos indicadores sociais e econômicos do estado, que revelam que o Maranhão sempre esteve submerso em conflitos fundiários — foi assim, por exemplo, durante a Lei Áurea dos ciclos econômicos atrelados às monoculturas. Tais conflitos também reverberaram na década de 1940, quando o governo estadual divulgou propagandas de grandes terras devolutas com vantagens fiscais para serem exploradas por grandes empresas (SILVA, 2014).

De acordo com Pedrosa (1999), desde a década de 1940, os conflitos foram delineados de diferentes maneiras, conforme as mudanças da conjuntura fundiária. Um exemplo disso é que, antes da Lei nº 2.979/1969, conhecida como “Lei de Terras Sarney”, eram predominantes os conflitos das regiões de colonização em razão das cobranças arbitrárias de renda e às explorações extrativistas. Com os movimentos de migração, houve o desequilíbrio da demanda por terras dos camponeses, sobretudo na área do Vale do Itapecuru.

Convém salientar, com base em Silva (2014), que a Lei de Terras instituída pelo Governo Sarney revelou um mercado de terras e alterou as relações no campo maranhense, ocasionando diversos conflitos entre trabalhadores rurais, latifundiários e supostos “donos” que se apoderavam das terras por meio da grilagem. Conforme esclarece Barbosa (2006), pode-se dizer que houve a institucionalização da violência no Maranhão por meio da chamada “grilagem cartorial”, que era o artifício de maior uso do governo e era incrementado pela força policial.

Dessa forma, por meio da grilagem de pequenas propriedades agrícolas, de terras devolutas ocupadas por posseiros ou por comunidades tradicionais, ocorreu a formação de grandes fazendas próximas as principais rodovias federais e estaduais. Por conseguinte, esse processo também alterou o panorama geográfica em razão do cercamento de áreas para o cultivo agrícola (BARBOSA, 2006).

Com isso, impulsionada pela violência dos proprietários de terra, emergiu outra corrente migratória à procura de terras livres. Na década de 1960, diante da pressão da grilagem pelas terras devolutivas do Estado, atrelada às expropriações causadas por grandes empreendimentos, surgiram outros conflitos durante o desenvolvimento da malha rodoviária, a qual se tornou um atrativo para grupos econômicos que se interessavam pelo valor de mercado da terra (PEDROSA, 1999).

Na década de 1970, foram introduzidos, no campo, grandes empreendimentos agropecuários e de exploração de recursos minerais e florestais, visando-se dar uma nova orientação ao desenvolvimento agrário no Brasil, por meio de políticas oficiais

(PEDROSA, 1999), a exemplo dos PNDs. Assim, nos anos 1970 e 1980, o estado do Maranhão vivenciou uma nova onda de conflitos por terra ocasionada pelo I PND (1972-1974) e pelo II PND (1975 -1979).

Esses planos, como indica Barbosa (2011), foram responsáveis por inserir as regiões Norte e Nordeste na mira dos projetos de desenvolvimento de grande porte, com a implantação de empreendimentos industriais de ferro, aço, celulose, alumínio. Tratava-se, na concepção do governo, de um desenvolvimento que unia interesses transnacionais, regionais e locais. No entanto, ainda conforme a autora, a instalação desses projetos desenvolvimentistas no Maranhão ocasionou:

[...] mudanças que vão desde a exploração intensiva de recursos naturais à exploração intensiva da força de trabalho sustentada por sucessivas políticas governamentais. Assim, ao se analisar as determinações desse processo, constata-se que, nesta nova rodada de transnacionalização, o Maranhão vivenciou rápidas transformações que, para se constituírem, implicaram na [sic] destruição de outras, num turbilhão de violência, expropriação de trabalhadores rurais, devastação de florestas, represamento de rios para geração de energia elétrica, degradação ambiental. (BARBOSA, 2011, p. 7).

Na década de 1990, os conflitos por terra ganharam novos contornos através das investidas do agronegócio, compreendido, neste estudo, a partir do conceito de Teubal (2008, p. 140), como um modelo em que predomina o capital financeiro e tem um modo de funcionamento global direcionado, sobretudo, para “uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração”.

No Maranhão, como explica Delgado (2010), o agronegócio estabeleceu-se e expandiu-se na década de 1990, tornando-se um agravante para a questão agrária no processo de expropriação e exploração sofrido pelos camponeses e trabalhadores rurais do estado. Nesse bojo, a autora identificou a realidade maranhense como uma particularidade dessa questão, “que expressa a expansão do capitalismo nas regiões periféricas do país” (DELGADO, 2010, p. 50).

No cenário maranhense, a questão agrária se intensificou com a instalação do capital transnacional em uma conjuntura sociopolítica dominada por uma oligarquia ao longo de 50 anos. A entrada do estado na rota do capital internacional, portanto, impactou e complexificou a questão agrária, dinamizando e ampliando investimentos de capital no intuito de expandir a produção no campo, por meio da modernização da lavoura, da dinamização industrial, da pecuária e da exportação (DELGADO, 2010).

Atualmente, no Maranhão, os conflitos agrários são diretamente proporcionais à implantação de grandes projetos industriais. A partir do final dos anos 1970 até a atualidade, foram implantados: estradas de rodagem atravessando a região e ligando-a ao restante do país; Estrada de Ferro Carajás (EFC), ligando grandes empresas de minas do Pará ao Maranhão; Complexo Portuário de São Luís (CPSL), formado pelo Porto do Itaqui, Terminal Portuário da Ponta da Madeira da Vale e Porto do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar); hidrelétrica de Estreito e Termelétrica do Porto do Itaqui (SANT'ANA JÚNIOR, 2009).

Associado a tais obras de infraestrutura, foram instalados no mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa próximas à EFC; um empreendimento de grande porte de alumina e alumínio (da Alumar/Alcoa) e bases para armazenamento e processamento de minério de ferro no litoral do estado (da Vale); o CLA; o anúncio e a construção do Porto São Luís na comunidade do Cajueiro; projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho) no sul e no sudeste do estado, entre outros (SANT'ANA JÚNIOR, 2009).

Esse conjunto de empreendimentos no estado do Maranhão, decorrentes de planejamentos governamentais e da iniciativa privada, tem ampliado os conflitos por terra. Dessa forma, os efeitos perversos desse processo têm provocado a expulsão dos trabalhadores de suas terras, a alteração ou perda dos seus modos tradicionais de vida, bem como a degradação do meio ambiente que, por vezes, está vinculado diretamente à sua fonte de produção e renda (SANT'ANA JÚNIOR, 2009).

Imerso nesse contexto de especulação econômica e fundiária, observa-se que o município de Bacabeira vem vivenciando o avanço de grandes projetos na região, principalmente após o anúncio da implantação da Refinaria *Premium I* e a duplicação da BR-135. Esses projetos vêm tensionando a relação entre os moradores locais e os dos municípios vizinhos, que vivem sob a perspectiva de alienação dos seus direitos e expropriação das suas terras.

No município de Bacabeira, o anúncio e a fase de terraplanagem da refinaria instigou a especulação imobiliária e tem ocasionado diversos conflitos no tocante às questões ambientais, sociais e políticas, especialmente entre o município de Rosário e Bacabeira, que enfrentam uma disputa quanto à arrecadação fiscal. Isso acontece porque a área concedida para a refinaria está localizada em Bacabeira, porém a sua demanda, na esfera pública, acontece frequentemente em Rosário.

De acordo com o Secretário de Cultura e Turismo de Rosário, citado por Silva (2019), o anúncio da implantação da Refinaria *Premium I* foi marcado por uma série de tensões e complicações territoriais, políticas, econômicas e sociais, iniciadas com a disputa entre Bacabeira e Rosário pela área cedida para esse empreendimento, por estar “à margem do trilho”, isto é, em ambos os municípios. O secretário explica que, há quase uma década, a ida desse projeto da Petrobras para Rosário já era discutida.

Porém, esse processo não foi planejado, e a população rosariense foi bastante afetada na área da saúde, devido ao uso do atendimento público pelos trabalhadores da refinaria e à falta de arrecadação de imposto para suprir essa demanda. Ademais, de um lado, diversas problemáticas se intensificaram, como uso de drogas, tráfico e prostituição; de outro lado, a Segurança Pública não era fomentada. Houve, ainda, a cooptação dos moradores locais na esperança de melhores rendas (SILVA, 2019).

O secretário afirma, ainda, que não houve o planejamento de uma política de desenvolvimento e que o Governo do Estado realizou a doação da terra em prol do empreendimento sem discutir previamente com o poder local e sem investir, sequer, em capacitação para os trabalhadores da localidade, que, em sua maioria, atuavam na roça e almejavam conseguir emprego na refinaria, todavia ficaram à própria sorte, sem trabalho e sem moradia (SILVA, 2019).

Além da disputa entre Rosário e Bacabeira, outros municípios e comunidades vizinhas, diante da propaganda de instalação da refinaria, vêm vivenciando situações de conflitos, previamente sentidas por moradores locais, em virtude da especulação imobiliária e das alterações sucedidas na vida e no trabalho nas localidades, mesmo após o cancelamento do empreendimento no município (SILVA, 2019).

A comunidade de Santa Quitéria também está imbricada nessas situações de conflitos, uma vez que ela vem vivenciando implicações da especulação imobiliária e sofrendo com sucessivas tentativas de desapropriação dos antigos moradores. Essas situações iniciaram-se em 1998, quando o advogado José Valmir Moura, conhecido como “Sr. Biril”, entrou com pedido, na justiça, de reintegração de posse, declarando ser o único e legítimo dono das terras dessa comunidade (CARDOSO, 2012; SILVA, 2014, 2019).

Na ata da 95.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 17.^a Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alema), realizada no dia 15 de agosto do 2011, há registros dos fatos supracitados. Nesse documento, a deputada estadual Eliziane Gama do Partido Popular Socialista (PPS), atualmente designado

Cidadania, demonstrou a sua preocupação em relação ao município de Bacabeira e à comunidade de Santa Quitéria, no tocante à frequência com que ocorrem despejos compulsórios.

Ao mencionar a situação bacabeirense, a deputada salientou que faria outra apresentação do Projeto de Lei, de autoria da ex-deputada Helena Barros, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), que pretendia criar o “Dia Estadual de Combate aos Despejos Forçados no Maranhão”. A deputada destacou a situação de 260 famílias residentes da comunidade de Santa Quitéria que, mesmo vivendo há mais de 15 anos no local, estavam sob ameaça de despejo. Por fim, a parlamentar afirmou que entraria em contato com a PM em busca de informações atualizadas acerca dessa situação (MARANHÃO, 2011).

Diante desse panorama, vale destacar que, na comunidade de Santa Quitéria, os moradores estão em franco processo de resistência, articulados politicamente na Associação de Moradores, na luta pela permanência na terra e garantia de moradia e sobrevivência por meio dela. No contexto atual, a comunidade contabiliza cerca de 220 mil famílias, que vivenciam o processo de especulação imobiliária e a luta pela regularização da terra.

Na maioria dos casos, a especulação imobiliária e a falta de regularização da terra acabam incentivando muitas famílias a se deslocarem para a comunidade — o que provoca novos conflitos na área, inclusive internamente, dificultando estratégias de organização política da Associação de Moradores. Todos esses sinais demonstram que Bacabeira está em um campo de conflitos, disputas e contradições próprias da penetração e expansão do capital, sobretudo na relação de dependência, como se dá frequentemente nos países da América Latina (SILVA, 2019).

Logo, essa realidade demonstra a contradição existente entre a modernização e as formas de produção e de reprodução social consideradas ultrapassadas. Esse processo contraditório incide diretamente sobre os aspectos territoriais e culturais dos trabalhadores atrelados à terra pleiteada, bem como sobre os seus anseios por uma vida com dignidade, em que as relações de comunidade e tradições estão enraizadas na consciência desses sujeitos que lutam apesar das adversidades (SILVA, 2019).

Nesse cenário de condições adversas, os trabalhadores rurais envolvidos na luta pela permanência carregam, na sua história de vida, um exemplo de que a consciência política pode mudar a sua realidade, mesmo estando sob a pressão do capital e suas formas de expropriação. Apesar da intensa disputa histórica por terra,

agravada pela falta de políticas públicas rurais de divisão e garantia à terra, os sujeitos desse processo ensinam que a sua história de coragem, luta e sobrevivência pela terra não pode ser apagada!

Em meio a essa resistência, a comunidade de Santa Quitéria tem sido afetada pelo agravamento do processo de litígio. Em 2012, os moradores descobriram que o suposto dono das porções de terra da localidade havia vendido essa área para um empresário, que criou, posteriormente, a Bacabeira Empreendimentos S/A¹², e que o processo já estava no estágio de reintegração de posse. Desde então, os moradores afirmam sofrer frequentes ameaças físicas, psicológicas e verbais, por meio de atos extrajudiciais que têm impedido “construções, reformas e plantios, roubo de materiais de construção, demolições, queima de plantações e até prisões” (COSTA; MATTOS JÚNIOR, 2019, p. 12).

Como resultado dessas ameaças e impedimentos, a comunidade se encontra em ruínas, com construções inacabadas e casas que foram vendidas a preço baixo como forma de escapar do litígio. Paradoxalmente, também se observa, em Santa Quitéria, habitações de programas estaduais e municipais de substituição de casas de taipas por alvenarias de tijolos cerâmicos, a mansão do ex-prefeito do município, bem como a construção, atualmente paralisada, de um hotel.

Ainda que existam, em Santa Quitéria, diversas obras públicas, como posto de saúde, escola, caixa d'água e algumas ruas pavimentadas, a prefeitura, através das suas gestões intercala, segundo Costa e Mattos Júnior (2019, p. 12), o discurso “entre se dizer impedida de realizar obras de infraestrutura enquanto litigantes não entrarem em acordo e promessa de asfaltamento de ruas em período eleitoral”. Diante disso, muitos moradores sentem insegurança e até evitam fazer grandes investimentos nas suas residências por sentirem medo do processo de litígio.

Logo após essas investidas, os moradores da comunidade foram novamente surpreendidos, no ano de 2017, com a construção de uma cerca na porção noroeste do terreno, levada a cabo pela Bacabeira Empreendimentos. O terreno também era dividido por áreas de cultivo e açude, cujo acesso foi totalmente perdido pelos a priori beneméritos das terras (COSTA; MATTOS JÚNIOR, 2019).

¹² Com base em nota publicada no *site* da Alema, ressalta-se que a Bacabeira Empreendimentos S/A é uma empresa sediada na cidade de Imperatriz e registrada no estado da Bahia, por Ernesto Vieira Carvalho Neto, que alega ser proprietário das terras do povoado Santa Quitéria (PINDARÉ, 2012).

Além de todo esse processo em Santa Quitéria, a comunidade e o município de Bacabeira viveram — e vivem — uma série de possibilidades na esfera econômica geradas pela perspectiva de instalação de grandes empreendimentos, a exemplo: do projeto petrolífero da Petrobras; da possível implantação da CSM, através do grupo Aurizônia Empreendimentos S/A, e do Terminal Portuário do Mearim para subsidiá-la; e a descoberta de indícios de gás na região de Barreirinhas, perpassando o município por meio da rodovia MA-104 (SILVA, 2019).

Portanto, há uma gama de possibilidades econômicas entre uma população predominantemente rural, sem investimentos do Estado para agricultura, piscicultura e produção local e, por conseguinte, sem condições estruturais para receber grandes projetos desenvolvimentistas no município. Tais empreendimentos, em expansão no estado e no município, atuam como diagnóstico da materialização dessa localidade como ponto estratégico para a nova fase da transnacionalização do capital, recebendo investimentos estrangeiros e impactando totalmente as relações de produção nessas localidades.

A partir dessas argumentações, direciona-se a análise para a implantação de grandes empreendimentos industriais no Maranhão e suas implicações na vida dos trabalhadores rurais, dando ênfase às singularidades de Bacabeira, especificamente da comunidade de Santa Quitéria, de modo a esmiuçar, na seção a seguir, todos os pormenores que compõem o fruto mais amargo produzido por essa terra: a luta pela sobrevivência e o avanço dos empreendimentos.

2.3 O processo e a expansão dos projetos empresariais em Santa Quitéria, Bacabeira/MA, e a disputa pela terra

A integração das economias periféricas no capitalismo internacional acarretou uma intensificação do modelo de desenvolvimento na década de 1970, consolidando o novo estágio imperialista nas indústrias transnacionais. Nessa ótica, no *Manifesto comunista*, Marx e Engels (2005) já sinalizavam a intenção expansionista do capital através das indústrias, as quais não usam matérias-primas locais, e sim oriundas de localidades mais distantes, de modo a expandir o consumo dos produtos para todo o mundo, e não apenas no país de produção.

O empenho das forças capitalistas na esfera do seu desenvolvimento busca integrar-se e explorar em toda parte, impelindo as necessidades de dominar novos

mercados e invadir todo o globo para assegurar a produção ampliada. Assim, essas implicações de integração demarcam o início do novo estágio do desenvolvimento do capitalismo, em que as periferias nacional e regional se vinculam decisivamente aos interesses da fase atual da expansão do grande capital. É o que se evidencia, por exemplo, nas sucessivas tentativas de várias multinacionais mediadas pelo Estado.

Nesse caso, o Estado exerce a função de organizador das classes dominantes e desempenha o papel de agente das grandes empresas multinacionais na relação combinada entre os interesses estatais do Brasil e os interesses dessas empresas. Segundo Harvey (2013), tais empresas são núcleos responsáveis pelo processo de reestruturação, visto que elas podem organizar o mercado internacional e expropriar os espaços nacionais para obter o máximo de mais-valor dos espaços periféricos.

No contexto regional, o Estado, articulado ao capital privado, constitui-se pelo planejamento regional, impulsionando a atuação das forças internacionais capitalistas na região. O planejamento é compreendido por Oliveira (1989, p. 28, grifo do autor):

[...] como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização ou, conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da “integração nacional”. O planejamento não é uma forma neutra dessa presença; ao contrário, ele é no mais das vezes uma forma transformada da própria luta de classes, tanto ao nível das contradições entre as formas diferenciadas “regionais” daquela reprodução e as mesmas formas das relações de produção.

A ocupação regional incorre nas vias desse planejamento, uma vez que, de acordo com Barbosa (2006), a sua ocupação é manifestada na ótica da integração nacional, remodelando, assim, as bases desenvolvimentistas cepalinas¹³ acerca dos desequilíbrios regionais. Seguindo essa perspectiva, ressurgiu no Brasil a ideia de planejamento nas regiões Norte e Nordeste, com a utilização econômica dos seus recursos naturais.

Com esse enfoque, a concepção de planejamento reaparece no contexto da estagnação da economia mundial em 1970, como forma de apropriação das riquezas naturais dessas regiões através dos grandes projetos industriais, cujo planejamento

¹³ Refere-se à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), instituída para monitorar políticas e o desenvolvimento econômico e social da região latino-americana (GONÇALVES, 2015).

dessas estratégias deveria ser efetuado por meio do planejamento regional, sob a orientação do Estado integrado à dinâmica capitalista.

Na esteira desse planejamento, ressurgiu, então, o debate socioambiental na Amazônia, envolvendo os grandes projetos de desenvolvimento, implantados ao longo da década de 1970. De modo mais específico, toma-se como referência o Programa Grande Carajás (PGC).

No tocante a esse programa, Barbosa (2006) afirma que ele surgiu na região da Amazônia Oriental, em uma conjuntura marcada pela disputa impetuosa entre os países imperialistas, que, em busca de recursos naturais¹⁴ essenciais para os seus campos industriais, demonstravam interesses nas periferias nacionais administradas pelos governos locais. A participação das oligarquias regionais foi fundamental para a introdução dos empreendimentos, visto que se colocaram a serviço do processo de integração da economia regional ao sistema capitalista internacional, na mediação dos acordos entre governo brasileiro e empresas transnacionais (japonesa e americana), que também se beneficiaram das vantagens fiscais, financeiras e geopolíticas.

O PGC foi sancionado pelo Presidente da República João Figueiredo, através do Decreto nº 1.813/1980, visando articular as ações de vários projetos sob a gestão da CVRD (MOREIRA, 2015). Dessa maneira, constitui-se uma política econômica que prioriza a formação de divisas para o Brasil, viabilizada por projetos de exportação e de infraestrutura básica de grande porte (GISTELINCK, 1988).

Em linhas gerais, esse decreto determinava o regime de incentivos para os empreendimentos do PGC e criou, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, um conselho interministerial a fim de coordenar, promover e executar as condições necessárias para a viabilidade do programa (BRASIL, 1980). Já o Projeto Ferro Carajás¹⁵ divide-se em três eixos: a exploração da mina de Carajás, a Ferrovia Ferro Carajás e o Porto da Ponta da Madeira (MOREIRA, 2015).

Especificamente, o decreto também instituiu outras medidas ao PGC — entre as quais, vale destacar algumas prioridades, como: serviços de infraestrutura, com a construção da EFC, ligando a Serra de Carajás/Pará ao CPSL; expansão do sistema

¹⁴ A esse respeito, Oliveira (1989, p. 129) destaca que a disputa implantada pela escassez de matérias-primas vitais nos países centrais reflete “a luta pelo controle das fontes de recursos naturais dos países subdesenvolvidos”.

¹⁵ O Projeto Ferro Carajás e o Projeto de Alumínio expressam o contexto, em nível nacional e regional, de novas relações com o sistema financeiro internacional e a divisão internacional do trabalho, em uma astuta combinação entre a concentração da produção e a centralização dos lucros estabelecida por corporações industriais e financeiras (SANTOS FILHO apud BARBOSA, 2006).

portuário e investimentos para a constituição do corredor de exportação, além de outras medidas.

Com base em Silva (2019), convém assinalar que a construção e a ampliação da EFC manifestaram a entrada e a saída de *commodities* na Amazônia Oriental, reafirmando o seu papel de modernizador nas economias. Desse modo, o Maranhão, em decorrência da sua potencialidade geográfica e econômica, torna-se parte desse processo para receber as ações agressivas do capital, estabelecendo, assim, a sua função no corredor de exportação, por meio de alguns municípios, como é o caso de Bacabeira¹⁶.

Fica evidente, então, que o PGC cria uma ampla rede de infraestrutura para facilitar a exploração e o escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão (MOREIRA, 2015). Essa infraestrutura é justificada para dinamizar a economia regional; entretanto, o que se verifica é a atração de investimentos para grandes empresas multinacionais em espaços regionais, ocasionando dívidas de créditos internacionais.

Nesse cenário, o Maranhão situa-se no novo modelo de desenvolvimento que foi traçado, de acordo com Holanda (2008), a partir do II PND (Governo Geisel, 1974-1978) sob a bandeira do PGC. Na época em que os grandes projetos começam a ser implantados, o contexto político e social encontrado no estado é oportuno para a acumulação e expansão do capital sem muitos obstáculos. Nesse período, vivia-se o regime militar, e até 1983 os políticos estaduais eram indicados pelo próprio governo por meio dos cargos biônicos, como os governadores e senadores biônicos.

Por outro lado, a população e boa parte dos administradores locais não tinham oportunidade de participar e resistir aos projetos que se construam no seu território. No caso do Maranhão, que historicamente convivia com o patriarcalismo político dos coronéis e, nesse período, já se situava na Era Sarney, reafirmava-se a dominação e a repressão contra a população, principalmente a rural (VEIGA, 2011).

Ao examinar o processo de implantação de grandes projetos no Maranhão, Veiga (2011) afirma que, no regime militar, o governo reduziu a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Maranhão a uma simples coordenadoria da Secretaria de

¹⁶ Além de Bacabeira, destacam-se os seguintes municípios que compreendem a EFC no Maranhão: São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, São Francisco do Brejão, Cidelândia, Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Bom Jardim, Alto Alegre do Maranhão, Santa Inês, Tufilândia, Pindaré-Mirim, Igarapé do Meio, Monção, Vitória do Mearim, Miranda do Norte, Arari, Itapecuru-Mirim, Anajatuba, Santa Rita e São Luís (SILVA, 2019).

Minas e Energia, para colaborar com a instalação da indústria pesada. Percebe-se, nesse cenário, uma leitura do Maranhão como uma região com ampla potencialidade econômica, embora existam “atrasos e déficits que devem ser supridos numa atuação conjunta do Estado e iniciativa privada” (SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 3), sendo essa atuação um artifício utilizado para promover o desenvolvimento e a modernidade.

Nesse processo, o Maranhão redefine as suas estruturas econômicas na nova dinâmica das indústrias minero-metalúrgicas, sob o comando da Alcoa e da CVRD¹⁷. Ao analisar a entrada da Alcoa no estado, Barbosa (2006) explica que a implantação dessa fábrica, no ano de 1980, demarcou a constituição de um capitalismo moderno no estado, baseado no taylorismo/fordismo, em um panorama de crise permeado por disputas de grandes potências capitalistas objetivando controlar matérias-primas dos países subdesenvolvidos e articular outros espaços nessa nova etapa transnacional do sistema capitalista.

Para Barbosa (2006), a inserção desses projetos gera alterações acentuadas em todo o sistema produtivo na localidade, diante da nova etapa da industrialização e modernização, notadamente com a transnacionalização capitalista ocasionada pelo PGC, que inclui o Maranhão sob as novas bases da divisão internacional do trabalho na expansão mundial.

Por conseguinte, as mudanças oriundas desses empreendimentos marcam o estágio de transformações sociais e ambientais, tendo em vista que, de acordo com Barbosa (2006), a apropriação do território por essas empresas provoca a expulsão de trabalhadores rurais, poluição ambiental e a implantação de pastagem, ampliando o latifúndio improdutivo¹⁸. Assim, esse estágio é materializado sem levar em conta a organização fundiária da região¹⁹ e as populações locais²⁰.

Diante disso, instala-se um grande conflito pelo controle da região, entre as populações locais e os agentes dinamizadores do “desenvolvimento”, ocasionando o confronto com lógicas distintas de ocupação e uso dos territórios e seus recursos (SANT’ANA JÚNIOR *et al.*, 2013). Além de acarretar mudanças e conflitos territoriais,

¹⁷ Atualmente, a CVRD é denominada “Vale”, empresa de mineração responsável pela construção de infraestrutura de transporte para o PGC (ARCANGELI, 2018).

¹⁸ Nos moldes do desenvolvimento agrário, segundo Zeneratti (2017), o latifúndio não cumpre a função social e impossibilita o acesso dos trabalhadores rurais.

¹⁹ A organização fundiária da região não é levada em conta por estar situada em vazios demográficos nas linhas do planejamento (SANT’ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018).

²⁰ Povos indígenas, quebradeiras de coco, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, pescadores.

a inserção das grandes indústrias reorganiza os espaços com o propósito de atender às exigências do mercado exterior.

Desse modo, o processo de “desenvolvimento” regional instigado pelo Projeto Carajás e pelos demais projetos acirra as desigualdades para as populações locais, principalmente nas relações agrárias. Nessa conjuntura, o Maranhão também passa por mudanças na relação agrária, que atingem, sobretudo, os trabalhadores rurais, a fim de desapropriá-los das suas terras e eliminar as suas formas tradicionais de vida (SILVA, 2019).

Nessas relações, o Estado cria condições para a entrada do capital nacional e internacional, mediante a concessão de isenções fiscais e de outras vantagens para a implantação desses empreendimentos, visando promover o crescimento econômico da região alvo, como o Maranhão. Assim, o Estado exerce a sua função econômica, subsidiando a garantia legal de reprodução do capital, como planejador e reformador das estruturas econômicas, financiador da acumulação e expansão capitalista, entre outras funções que garantam a sua existência como indispensável e legítima no modo de produção capitalista (SILVA, 2019).

Ao desempenhar essas funções, o Estado constitui-se, nos termos de Harvey (2014), como entidade e corpo político que pode criar arranjos institucionais e operar as forças de acumulação do capital a fim de manter o padrão desigual nas relações que seja mais benéfico aos interesses capitalistas preponderantes nessa esfera.

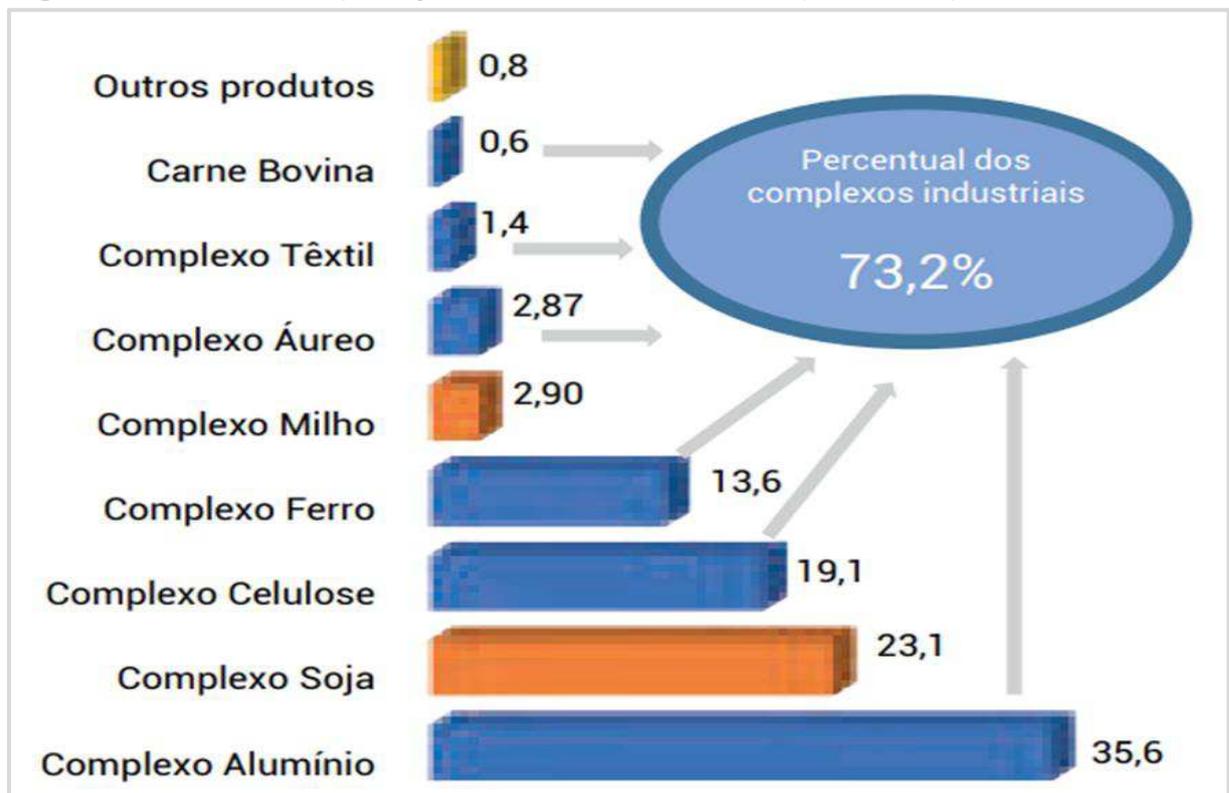
A presença do Estado como mediador foi, então, determinante para conduzir os interesses do capital transnacional e das oligarquias locais. A implantação desses projetos ocasionou alterações significativas com a exploração intensiva dos recursos naturais, sustentadas por sucessivas políticas governamentais, sobretudo nos anos 1980 e 1990, quando o Brasil vivenciou um forte processo de concentração espacial em nível nacional e mundial (BARBOSA, 2006, 2011).

Na atualidade, as mudanças sociais, econômicas, ambientais e espaciais são definidas por diferentes processos de ocupação de grandes empreendimentos que se apropriaram e se apropriam de grandes extensões territoriais, com o aperfeiçoamento da grilagem e disputas pelo uso e posse da terra. Nos movimentos mais recentes, é possível verificar que o Maranhão se atrelou ao mercado mundial, entre os anos de 2000 e 2008, pela “ampliação das exportações de *commodities* primárias minerais e agrícolas” (HOLANDA, 2013, p. 33).

Entre 2000 e 2010, as principais fontes do dinamismo econômico do Maranhão foram: o aumento das exportações de *commodities* minerais e agrícolas; a ampliação das transferências federais; o aumento de créditos para consumo e financiamento imobiliário. Além disso, a partir dos anos 2009 e 2010, destacam-se os investimentos de ordem pública e privada nos setores petrolífero, energético, logístico, mineral e de agronegócio (HOLANDA, 2013).

A articulação desses investimentos reforçou a tendência primário-exportadora do Maranhão. Dados recentes do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2021d), demonstram que, em 2019, a pauta de exportações do estado envolveu, principalmente, *commodities* de alumínio (35,6%), soja (23,1%), celulose (19,1%) e ferro (13,6%) — representando 91,4%. Além disso, os complexos relacionados à indústria equivalem a 73,2% do total das exportações maranhenses, conforme indica a figura a seguir.

Figura 1 – Pauta de exportações do Maranhão – 2019 (% do total)



Fonte: IMESC (2021d).

Com a ampliação dessas exportações, o Maranhão se vinculou novamente à economia mundial, sobretudo em virtude da EFC e do Porto do Itaqui. Essas cadeias produtivas intensificaram e dinamizaram o segmento, provocando múltiplos efeitos no

estado (SILVA, 2015). Na atualidade, o Maranhão é um dos estados brasileiros com a maior abertura econômica para o mercado internacional, porém essa concentração deixa a economia maranhense vulnerável às variações dos mercados internacionais de *commodities* (HOLANDA, 2013).

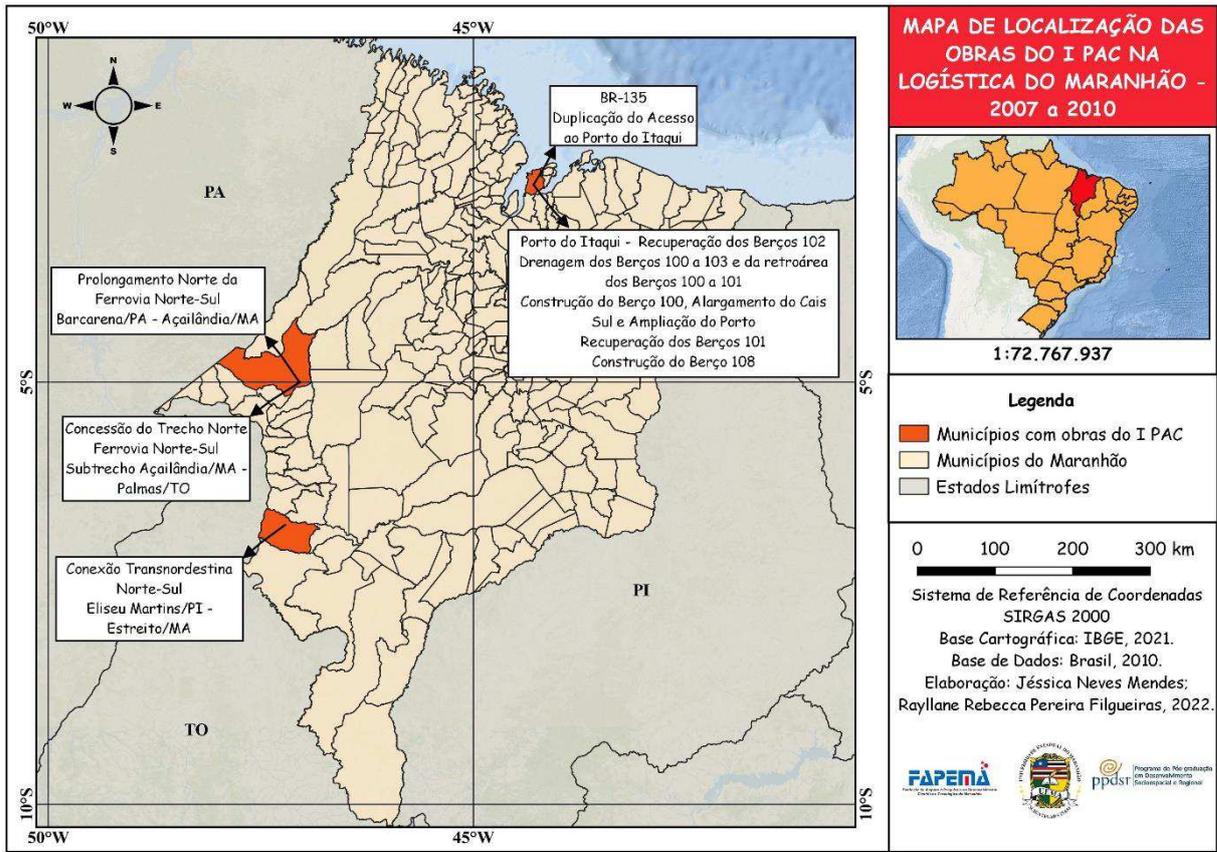
É nesse contexto que se evidencia e se intensifica, de acordo com Maranhão (2012a, p. 6): “empreendimentos nas áreas de refino de petróleo, exploração de gás e petróleo, geração de energia limpas e fabricação de celulose, biomassa, cimento, aço, alumínio, alimentos, dentre outros relevantes setores da economia”. Convém ressaltar que alguns desses projetos industriais foram realizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em um valor que ultrapassa R\$ 100 bilhões.

As obras iniciadas através do PAC²¹ eram financiadas com recursos da União e capital de investimentos de empresas estatais, como a Petrobras, e privadas, com o estímulo de recursos públicos e parcerias. O governo pretendia investir nas áreas de recursos hídricos, habitação, energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás, combustíveis renováveis), infraestrutura social e urbana (saneamento, moradia, transporte urbano, água potável, “Luz para Todos”) e transporte (rodovias, portos, ferrovias, aeroportos e hidrovias) (BENTIVI, 2012).

No estado do Maranhão, na primeira fase do PAC (2007-2010) – I PAC, esses investimentos objetivavam expandir a infraestrutura existente para o escoamento da produção regional no consumo interno e na exportação, incitando a competitividade na localidade por meio das seguintes obras: BR-135, Ferrovia Norte-Sul, dragagem, construção e reparação de berços do Porto de Itaqui (BENTIVI, 2012), como ilustra a figura a seguir.

²¹ Inaugurado, no dia 22 de janeiro de 2007, pelo Governo Lula e continuado pelo Governo Dilma, o PAC objetivava elevar as taxas de crescimento econômico com o aumento de investimentos em infraestrutura e estimular o financiamento e crédito no país (MORAES, 2009).

Figura 2 – Obras do I PAC na logística do Maranhão – 2007 a 2010



Fonte: elaborada por Jéssica Mendes para a pesquisa (2022).

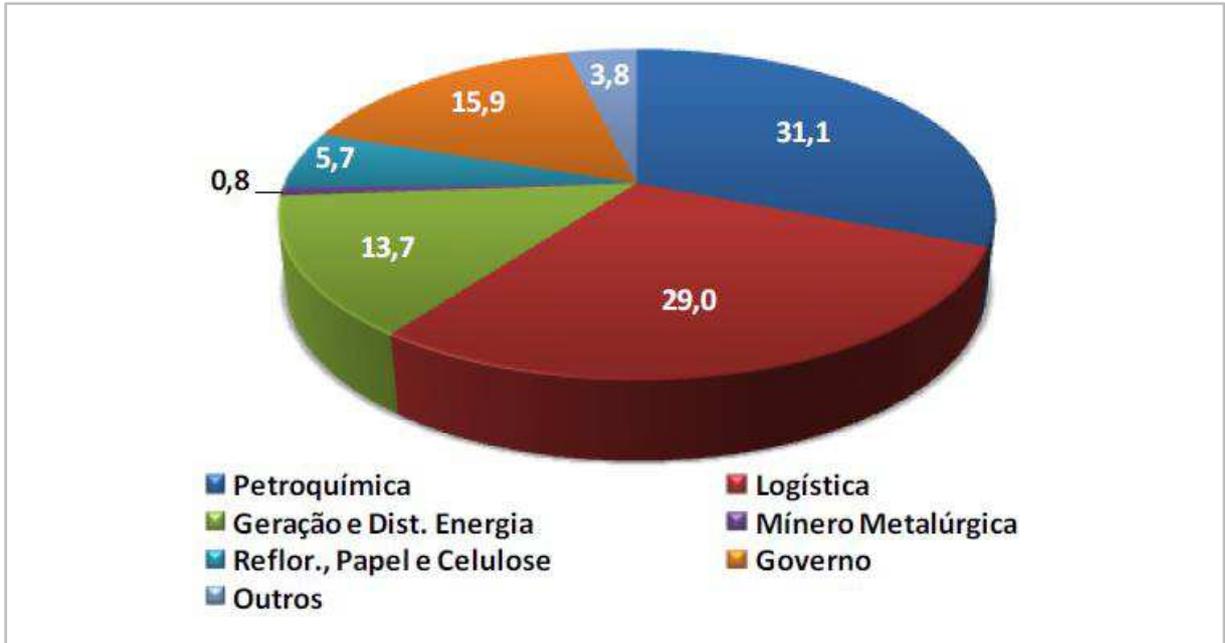
Na área de energia, os investimentos do PAC no Maranhão visavam construir um parque de refino de derivados de petróleo tendo um padrão internacional a fim de fomentar o desenvolvimento do Brasil e garantir segurança energética e modicidade tarifária para o estado e o Nordeste. À vista disso, a maior parcela dos investimentos designados ao estado seriam implementados nessa área. Um exemplo disso foi o investimento de R\$ 850,5 milhões direcionados à construção da Refinaria *Premium I* apenas na primeira etapa do projeto; havia, inclusive, a previsão de investir um valor estimado em R\$ 37 bilhões até o término das obras (BENTIVI, 2012).

A respeito disso, Holanda (2013) ressalta que os investimentos destinados à Refinaria *Premium I* com a faixa de dutos de interligação e o terminal de tancagem²² nas adjacências do Porto do Itaqui equivalem a 31,1% no Maranhão; ao passo que outros 29% estavam voltados à logística (estradas, duplicação da EFC e expansão das instalações portuárias); 13,7% correspondiam à geração e distribuição de energia

²² Refere-se aos tanques para armazenamento de petróleo (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013).

(Usina Hidrelétrica de Estreito, Termelétrica do Itaqui da MPX e outros); 5,7% para o reflorestamento de eucalipto e a instalação da Suzano Papel e Celulose²³ (Figura 3).

Figura 3 – Investimentos em andamento e planejados para o Maranhão – 2010 a 2017 (% do total)



Fonte: Holanda (2013).

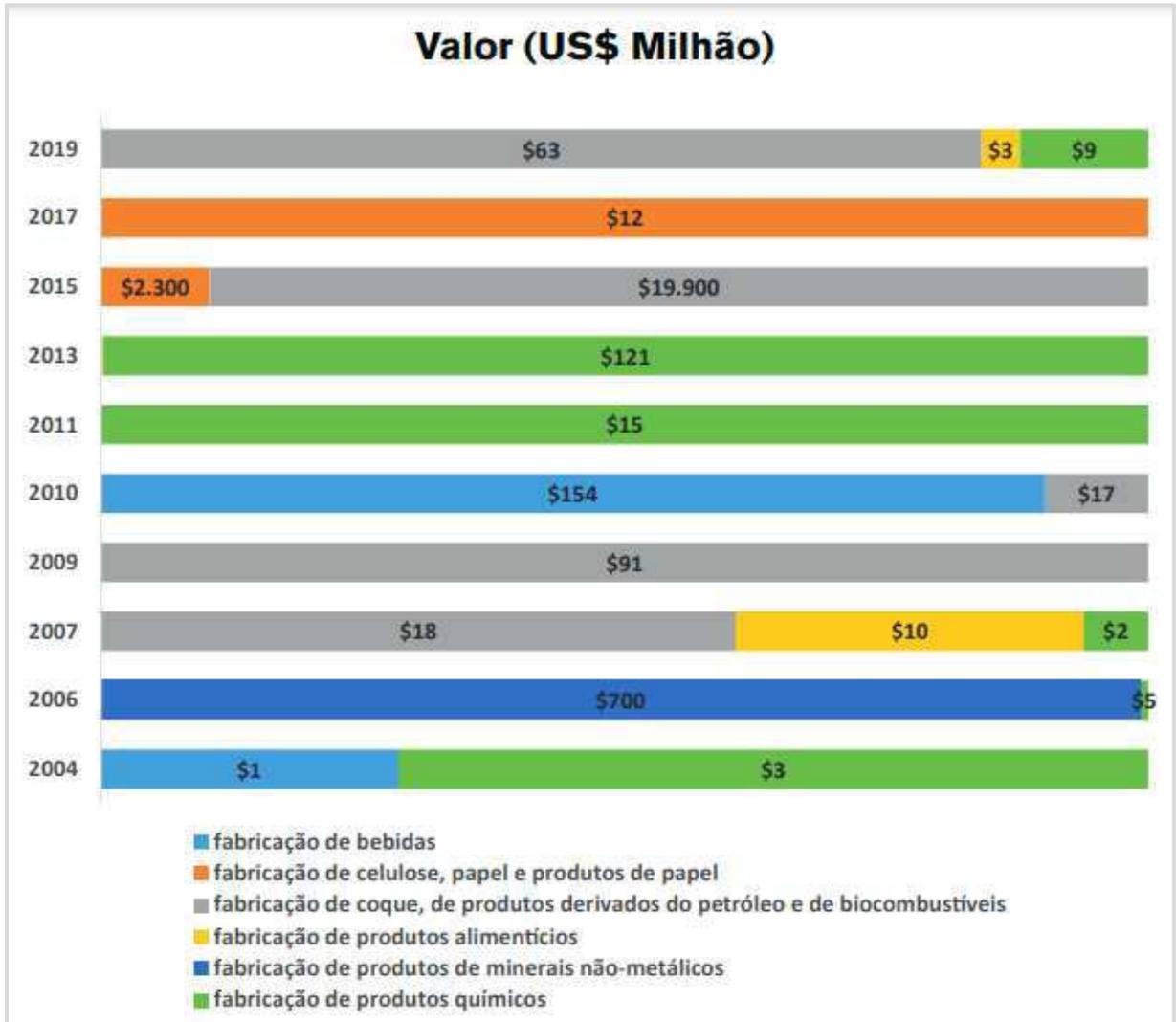
Com base nos dados apresentados, pode-se notar que a Refinaria *Premium I* centralizou a maior quantia de investimentos no estado, equivalente a R\$ 37 bilhões (HOLANDA, 2013). Nesse ciclo, observa-se que o capital investido pode indicar novas condições de competitividade industrial de transformação do Maranhão, visto que são atividades que geram empregos e criam condições para um crescimento econômico sustentado e endógeno (LIMA, 2013).

Mais recentemente, no que tange aos investimentos privados aplicados entre 2004 e 2019, o setor industrial recebeu US\$ 23,42 bilhões de dólares, com destaque para o ano de 2015, que recebeu US\$ 22,2 bilhões de dólares voltados à indústria de transformação. Nesse período, a maior parte do montante recebido foi investida na

²³ A Suzano Papel e Celulose é o destaque do novo Polo Industrial de Imperatriz, com capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas por ano de celulose para exportação, de forma autossuficiente em energia, e com geração de empregos acima de 15 mil vagas. A nova unidade da Suzano pretende exportar toda a produção para a Europa e os Estados Unidos. Desde 2008, essa empresa já havia planejado a base florestal necessária para a planta industrial. O fornecimento da madeira vem dos próprios plantios, do Programa Vale Florestar e de outros produtos locais através do Programa de Parceria Florestal (SILVA, 2015). Com essa nova fábrica, tem-se a previsão de que a Suzano se transforme na principal referência em produção de celulose mundialmente, entre outros projetos (MARANHÃO, 2012).

fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, cuja soma equivale a US\$ 208,9 milhões de dólares (IMESC, 2021d), como pode ser notado na figura a seguir.

Figura 4 – Investimentos privados aplicados no Maranhão – 2004 a 2019



Fonte: IMESC (2021d).

No tocante aos investimentos públicos e privados anunciados para o período de 2021 e 2022, tem-se a previsão da execução de projetos nos ramos siderúrgico, petroquímico, logístico, termelétrico, ferroviário etc. (Quadro 1), com expectativas de aumento do PIB e geração de empregos no Maranhão, conforme indicam as últimas edições do *Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense*, publicado pelo IMESC, no ano de 2021.

Quadro 1 – Investimentos previstos para o Maranhão – 2021 e 2022

Investimentos planejados	Valores estimados (R\$)	Municípios/MA
Implantação de fábrica de derivados de aço	R\$ 20 milhões (1ª fase do projeto)	Itinga do Maranhão
Implantação de uma empresa de tancagem (distribuição de combustíveis)	R\$ 6 milhões (1ª fase do projeto)	Balsas
Implantação da usina termelétrica Parnaíba V do Complexo Parnaíba	R\$ 1,3 bilhão (projeto de montagem mecânica)	Santo Antônio dos Lopes
Modernização e melhorias do Porto do Itaqui (terminais IQI03, IQI11, IQI12 e IQI13)	R\$ 600 milhões	São Luís
Implantação da usina termelétrica Parnaíba VI do Complexo Parnaíba	R\$ 4 bilhões	Santo Antônio dos Lopes
Ampliação da cervejaria Ambev	R\$ 130 milhões	São Luís
Implantação de um novo berço no Porto do Itaqui para exportação de celulose	R\$ 390 milhões	Imperatriz
Construção de um terminal de armazenamento de combustíveis líquidos	R\$ 200 milhões	São Luís
Implantação de um terminal de exportação de etanol e importação de derivados	R\$ 200 milhões	São Luís
Expansão do Terminal 1 do Porto do Itaqui	R\$ 85 milhões	São Luís
Expansão da malha ferroviária (520 km)	R\$ 5,2 bilhões (1ª fase do projeto)	Açailândia e Alcântara

Fonte: IMESC (2021a, 2021b, 2021c).

Observa-se que o montante de investimentos ultrapassa R\$ 11 bilhões, com recursos públicos e privados, objetivando o crescimento econômico do estado. Com essa expectativa, a instalação da Refinaria *Premium I* foi divulgada pela Governadora Roseana Sarney, de 2009 a 2013, como um trunfo do seu último mandato, a partir mensagem midiática “De volta ao trabalho”, proveniente de um panorama conturbado na política maranhense.

A divulgação desse empreendimento ressaltou a enorme capacidade de refino de petróleo (600 mil de barris por dia – bpd), que tornaria essa refinaria a quinta maior em nível mundial e a maior no Brasil. Para tanto, o escoamento de sua produção se daria pelo Terminal Portuário do Mearim, próximo à foz do rio Mearim, em Bacabeira, cuja construção será realizada pela Aurizônia Empreendimentos S/A (SILVA, 2015).

Desse modo, visando à instalação da *Premium I* em Bacabeira, o licenciamento ambiental foi organizado, no mês de novembro de 2009, pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Antes, ocorreram cinco audiências públicas nos municípios afetados por essa refinaria de petróleo: 9 de setembro de 2009 em Bacabeira; 10 de setembro

de 2009 em Rosário, 11 de setembro de 2009 em Santa Rita; 12 de setembro de 2009 e 13 de setembro de 2009 em São Luís. Na capital maranhense, respectivamente, uma audiência foi efetuada na área urbana, no bairro Renascença I, e a outra na área rural e perto do CPSL, na Vila Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013).

Nessas audiências públicas e no material de divulgação da Refinaria *Premium* I, constata-se, como legitimação discursiva do empreendimento, uma grande ênfase na geração de emprego. Segundo os seus agenciadores, seriam gerados, durante a implantação desse projeto, 130 mil empregos diretos, indiretos e por efeito de renda (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013). Esses empregos teriam relação com as seguintes atividades:

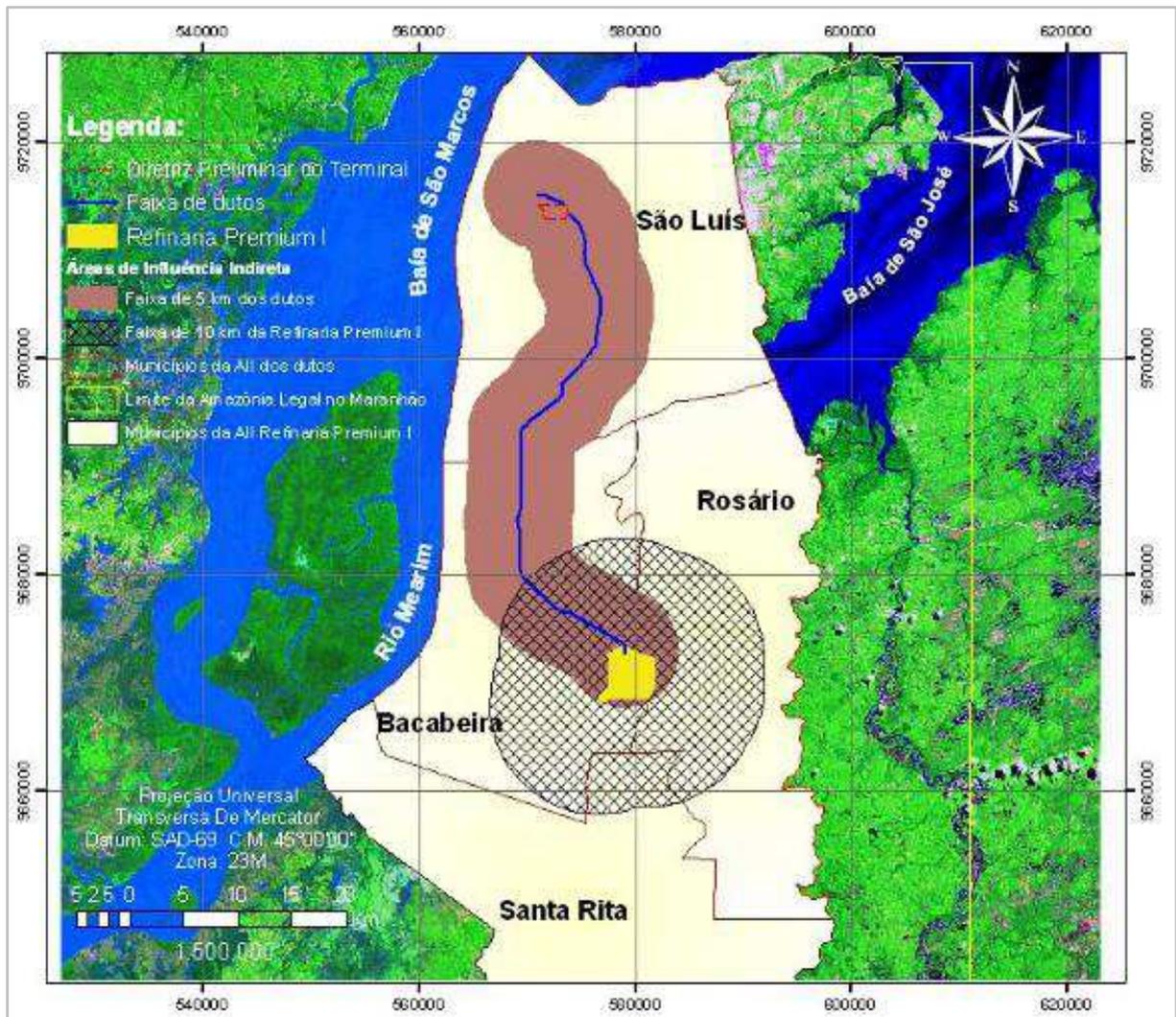
[...] transporte de pessoal; apoio administrativo (secretaria, copiadora, arquivo), hospedagem, serviços de mensageiros, fornecimento de refeições, manutenção predial e de equipamentos diversos, fornecimento de vale-refeição, vigilância, despachos aduaneiros, serviços de recepção e portarias, serviços de agência de viagens, serviços de coleta de lixo, construção civil (auxiliar de obras civis na construção de galpões, prédios administrativos, urbanização, arruamento, pavimentação, plantio, drenagem e dragagem, fundações, cravação de estacas, execução de blocos e pilares, sondagem, topografia, movimentação de terras, fornecimento e montagem de andaimes, pintura industrial). (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013, p. 246).

Após a instalação da refinaria, a quantidade de vagas seria reduzida a cerca de 1.500 empregos diretos, de caráter permanente. Contudo, em sua maioria, esses empregos solicitam qualificação técnica, o que acabaria eliminando grande parte dos moradores dos municípios impactados pela construção desse empreendimento, bem como dos trabalhadores envolvidos nesse processo e atraídos de outras regiões do Brasil à procura de atividades laborais (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013).

Com a finalidade de consolidar a construção da refinaria no Maranhão, como explicam Sant'Ana Júnior *et al.* (2013), o Governo do Estado desapropriou um terreno de 20 km² e o concedeu, de maneira gratuita, à Petrobras. Contudo, ancestralmente, essa área foi instituída como território sociocultural de famílias de trabalhadores rurais, moradores das comunidades rurais de Salva Terra I, Salva Terra II, Pequi e Pode Ser, as quais se tornaram alvo de ameaças de deslocamento compulsório.

Complementando essa explanação, o mapa a seguir mostra precisamente, na cor amarela, a área delimitada para a construção desse empreendimento (Figura 5).

Figura 5 – Mapa da área de construção da Refinaria Premium I



Fonte: Universidade Federal do Maranhão (2009).

Essas comunidades escolhidas para sediar a refinaria pertencem, *a priori*, ao município de Bacabeira, localizado às margens do rio Itapecuru e perto do município de São Luís. Conforme Sant'Ana Júnior *et al.* (2013), entre os principais motivos para a escolha da região, destacam-se a rede de infraestrutura instalada na localidade e, em especial, a proximidade com o CPSL, que asseguraria o fornecimento do petróleo e a exportação dos seus derivados com gastos mínimos.

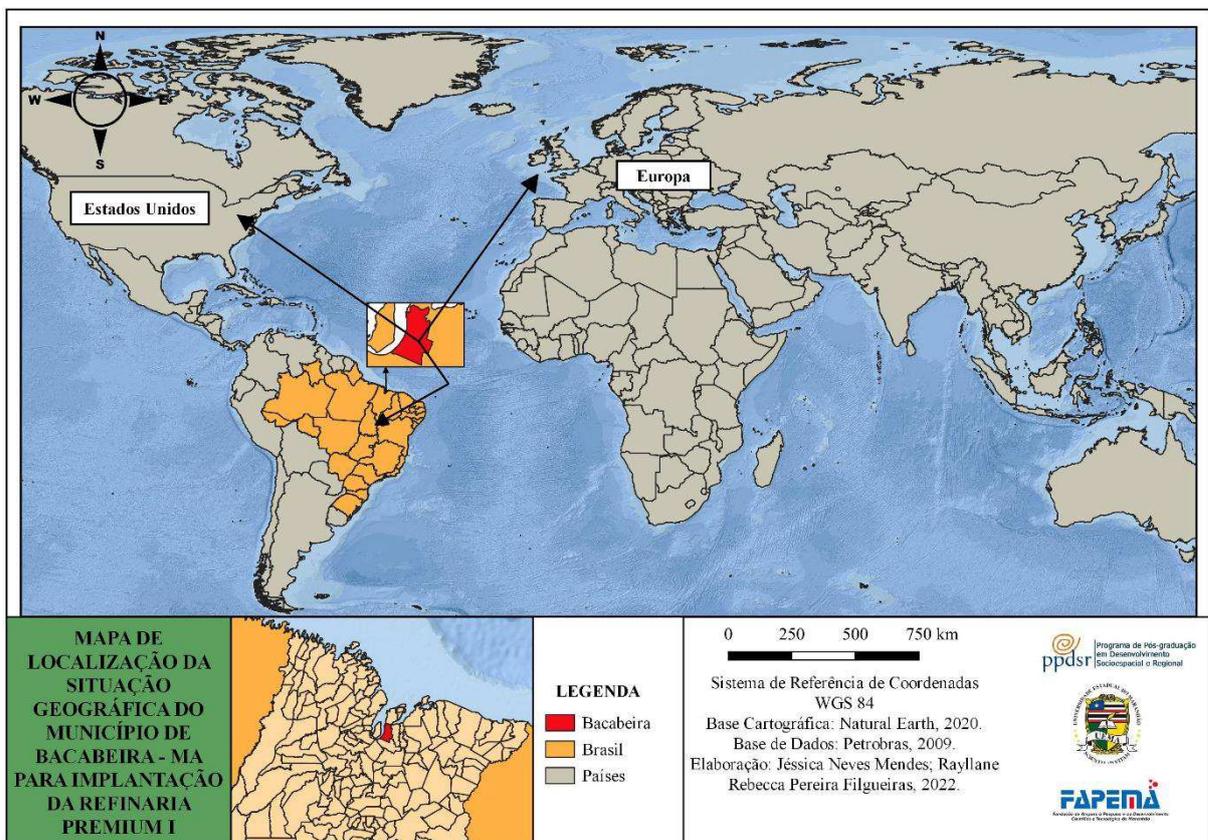
Desse modo, o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), realizado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e exposto no processo de licenciamento ambiental do projeto, aponta que o petróleo bruto e os produtos do seu refino seriam transportados através de uma faixa de dutos de 54 km (Anexos B e C), conectando a refinaria ao terminal de tancagem que seria construído

em um terreno de 3 km² na área industrial de São Luís, próximo ao CPSL (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013; UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009).

Além das razões citadas, outros motivos utilizados para legitimar a instalação da Refinaria *Premium I* no município de Bacabeira foram: o acesso à matéria-prima; a boa oportunidade de adequação a questões ambientais e sociais; a disponibilidade hídrica e energética; o potencial de “desenvolvimento” e “crescimento”; o potencial de acesso marítimo, fluvial e terrestre na construção e montagem desse grande projeto (SILVA, 2015).

Seguindo essas lógicas, Bacabeira dispõe de um conjunto de potencialidades para instalar a refinaria e outros empreendimentos, por sua localização privilegiada (Figura 6), suas riquezas naturais e sua área ainda não regularizada, propícia para a desapropriação — como no caso de Santa Quitéria e de Salvaterra (do município de Rosário/MA), duas comunidades que sentiram diretamente os impactos do anúncio do projeto nessa região (SILVA, 2015).

Figura 6 – Situação geográfica do Brasil e localização estratégica do Maranhão para a construção da Refinaria *Premium I*



Fonte: elaborada por Jéssica Mendes para a pesquisa (2022).

Além dessas motivações, justificava-se a construção da refinaria no Maranhão, especificamente em Bacabeira, com base nos seguintes aspectos: o empreendimento contribuiria para elevar o PIB brasileiro e maranhense; propiciaria o desenvolvimento humano e social, com melhoria de renda, escolaridade e saúde; fomentaria a indústria metalmeccânica e a infraestrutura, com a geração de emprego. Todos esses aspectos aconteceriam em um dos estados com os menores índices sociais e econômicos do país (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013).

Dessa forma, a construção de novas refinarias de petróleo no Brasil constitui uma estratégia do governo federal para diminuir a exportação de petróleo *in natura* e expandir a exportação de derivados, adicionando valor ao produto. Essa estratégia também objetiva diminuir a exportação de diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) — comumente designado “gás de cozinha” — e nafta petroquímica, a fim de garantir o combustível necessário para o crescimento econômico do país (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013).

Conforme anunciado na divulgação do projeto, os derivados de petróleo que seriam obtidos pela refinaria teriam boa qualidade e produziram menos poluentes atmosféricos no meio ambiente em seu uso; daí surgiu a denominação “*premium*”. Boa parte da produção seria, então, exportada para os Estados Unidos e a Europa, com alto valor agregado (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013).

Assim, segundo projeções da Petrobras e do EIA/Rima do projeto, citados por Sant'Ana Júnior *et al.* (2013), a Refinaria *Premium I*, quando estivesse funcionando, produziria o refino de 600 mil bpd, o que equivaleria a quase o dobro da capacidade de 365 bpd da Refinaria de Paulínia (Replan), maior refinaria brasileira em operação, e elevaria a capacidade de processamento nacional para 2.600 bpd. Além disso, era estimada a extração, por barril, de 50% de diesel, 20% de nafta petroquímica, 11% de querosene de avião, 8% de coque, 5% de GLP e 3% de *bunker*.

A Refinaria *Premium I*, assim como o PGC e empreendimentos ligados a esse e a outros projetos desenvolvimentistas, foi anunciada, pelo governo estadual e pela Petrobras, como um megaprojeto que dinamizaria a economia maranhense, induziria o desenvolvimento do estado e solucionaria graves problemas econômicos e sociais (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2013). Contudo, Bentivi (2012) ressalta vários impactos sofridos por populações locais devido à instalação de um grande empreendimento (Figura 7), como a refinaria anunciada para o município de Bacabeira.

Figura 7 – Principais impactos de grandes projetos em populações locais

<p>Desestruturação Social e Cultural (transtornos à administração pública):</p> <p>Aumento de tensões e conflitos; propagação de boatos; organização da população local em movimentos; perda de identidade social; perda de sentimento comunitário; mudanças nas interações sociais cotidianas; transformações no estilo de vida; perda de técnicas e matéria-prima da economia artesanal; perda de marcos históricos; perda de valores e sentimentos referidos a lugares; esvaziamento da população da área inundada; alteração do padrão da população urbana e rural; movimentos migratórios; pressão sobre a infraestrutura de educação, preservação, lazer, saúde, saneamento e segurança pública; problemas sociais: prostituição, gravidez precoce, alcoolismo etc.</p>
<p>Desestruturação Econômica:</p> <p>Pressão sobre os recursos naturais; especulação imobiliária; elevação do custo de vida; perda de bens; transformações no mercado de trabalho, provocando desemprego, marginalização social, e/ou abertura de novos mercados; falência de empresas; empobrecimento regional; perda de recursos turísticos atuais e potenciais e/ou criação de novas oportunidades; desequilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços no comércio; transformações no comportamento do consumidor; abertura de novos mercados; transformações na economia pesqueira; perda de sistemas agropecuários; pressões sobre o uso do solo; aumento de pequenos produtores; surgimento de economia marginal/informal; endividamento; pauperização etc.</p>

Fonte: Bentivi (2012).

Analisando essas e muitas outras situações decorrentes da instalação de um grande empreendimento, nota-se que esse processo gera problemas sociais sérios, que os moradores locais não estão prontos para lidar e que poder público e empresas não estão dispostos a corrigir. Esses impactos são indicados como necessários na sociedade capitalista, figurando como “preço pelo progresso”.

Assim, de acordo com Bentivi (2012, p. 107), cria-se um consenso de que “a degradação do meio ambiente e da forma de vida de sociedades tradicionais é algo necessário” para atingir o nível de desenvolvimento desejado. Conseqüentemente, a devastação é justificada e admitida pelos defensores do “desenvolvimento”. No caso da Refinaria *Premium I*, o EIA/Rima desse projeto já indicava os seguintes impactos ambientais e sociais negativos (Quadro 2):

Quadro 2 – Impactos ambientais e sociais negativos da Refinaria *Premium I*

Implicações negativas do projeto	
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de vazamento, que pode gerar estragos irreversíveis na fauna e flora nativa. • Agravamento do efeito estufa em razão da emissão de gases poluentes e despejos líquidos. • Poluição de recursos hídricos causada, sobretudo, por derramamento de óleo. • Contaminação do solo por hidrocarbonetos derivados de petróleo. • Desmatamento, entre outros impactos.
Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Danos à saúde da população local, principalmente a de baixa renda, como efeito da exposição à poluição ambiental. • Alteração do cotidiano da população em virtude do aumento do seu contingente e da especulação imobiliária causada pelas expectativas de emprego e renda. • Transtorno à população devido às obras geradas por desapropriação. • Deslocamento populacional, sobretudo nas áreas de influência direta e indireta. • Aumento de tensões e conflitos por conta do remanejamento de famílias do local. • Alteração nas formas de trabalho das populações rurais. • Aumento da violência, entre outros impactos.

Fonte: Universidade Federal do Maranhão (2009).

Apesar dos impactos citados, o presidente da Petrobras da época, José Sérgio Gabrielle, e a Governadora Roseana Sarney assinaram o “Termo de Compromisso”, em 2009, para instalar a Refinaria *Premium I*. No ano seguinte, foi lançada a pedra fundamental da refinaria no município de Bacabeira (Figura 8), com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do presidente da Petrobras, da Governadora do Maranhão, além dos Ministros de Minas e Energia, Edson Lobão, e da Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (BENTIVI, 2012; SILVA, 2015).

Figura 8 – Cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Refinaria *Premium I* em Bacabeira/MA – 2010



Fonte: Stuckert (2010).

Durante a solenidade, o presidente Lula anunciou que a nova refinaria entraria em operação em duas fases: a primeira fase, prevista para setembro de 2013, teria

início com a terraplanagem do terreno para a construção da refinaria visando produzir 300 mil bpd; a segunda fase, prevista para 2015, concluiria a instalação da refinaria com dobro da produção anterior (BRASIL, 2010a).

As obras da refinaria começaram em setembro de 2010 (Figura 9), quando o Consórcio Galvão Serveng Fidens — incumbido pela primeira fase de construção — abriu seleção de mão de obra para iniciar essa etapa, viabilizando a contratação de profissionais para executar serviços de terraplanagem, drenagem e obras de acesso ao empreendimento (BENTIVI, 2012).

Figura 9 – Placa na entrada principal da Refinaria *Premium I* em frente à comunidade de Santa Quitéria em Bacabeira/MA – 2010



Fonte: Gonçalves (2015).

Nessa primeira fase da refinaria, foram ofertadas vagas para 57 funções, entre as quais: eletricista, operador de máquinas, encanador, vigilantes, mestres de obras, encarregado de laboratório, topógrafo e outras (Figura 10).

Figura 10 – Anúncio de vagas de emprego para a construção da Refinaria *Premium I* em Bacabeira/MA



CONSORCIO
**Galvão
Serveng
Fidens**

Empresa de grande porte do ramo da Construção Civil Pesada, situada em Bacabeira-MA, está selecionando profissionais para possível contratação:

<p>Ajudante Apontador Apropriador Armador Carpinteiro Pedreiro Eletricista Eletricista FC Encanador Operador de Máquinas Ajudante de Manutenção Ajudante Lubrificação Almoxarife Auxiliar Administrativo Auxiliar de Compras Auxiliar de Almoxarife Auxiliar de Documentação Auxiliar de Mecânica Auxiliar de Laboratório Auxiliar de Limpeza Auxiliar de Topografia Auxiliar Técnico Auxiliar Greidista Borracheiro Cadista Copeira Eletricista Encanador Encarregado de Apropriação Encarregado de Mecânica Encarregado de Campo Encarregado de Central de Concreto Encarregado de F. Terraplenagem Escriturário (Aux. de Contabilidade)</p>	<p>Encarregado de Laboratório Encarregado de O.A.E Encarregado de Almoxarifado Encarregado de Serviços Gerais Feitor Greidista Inspetor Material Rodante Laboratorista Lavador Lubrificador Lanterneiro Mecânico / Controlador Torneiro Mecânico Mecânico Mestre de Obras Motorista Motorista Caminhão Munck/Carretas Moto-Boy Motorista Topógrafo Motorista Ambulância Abastecedor Pedreiro / Pintor Recepcionista Secretária Soldador Socorrista Patrimonial Tecnologista de Concreto Topógrafo Sinaleiro Vigias Master Drive Controlador</p>
--	---

Os currículos com pretensão salarial deverão ser encaminhados para este jornal, até dia 30/09/2010, sob a silga GSF e/ou enviados para rh.consociogsf@gmail.com.

Fonte: Bentivi (2012).

Desse modo, na fase de terraplanagem do projeto da refinaria, previu-se a contratação de 3.903 trabalhadores, sendo 1.170 para os moradores de Bacabeira e adjacências. Nesse contexto, ressalta-se, ainda, que cargos de gerência ou de nível hierárquico elevado foram preenchidos por profissionais de outros estados, restando apenas o trabalho braçal para os moradores de Bacabeira e suas proximidades. Essa disposição de vagas foi justificada sob o argumento de que os trabalhadores dessa localidade possuíam baixa escolaridade e pouca qualificação (LEDA; SANTOS, 2015).

Nesse cenário, de acordo com Leda e Santos (2015), várias mudanças foram observadas na vida dos trabalhadores locais, cujo destaque principal foi a mobilidade das comunidades rurais para Bacabeira. Essas alterações geraram situações como o êxodo rural, uma vez que as pessoas, em busca de uma melhor qualidade de vida, abandonaram o trabalho nas áreas de agricultura e pesca a fim de obter um emprego formal/assalariado.

Assim como em Santa Quitéria (Bacabeira/MA), a comunidade de Salvaterra (Rosário/MA) sofreu grandes impactos em relação à empregabilidade, em virtude da construção da Refinaria *Premium I*, como evidenciam Sant'Ana Júnior e Alves (2010, p. 3) em seu estudo:

O outro caso, objeto de discussão neste trabalho é do povoado de Salvaterra, cuja situação de conflito iniciou-se com a construção de estradas para a preparação do terreno almejado pela Refinaria *Premium I* da Petrobrás, nas áreas de roça das famílias. Trata-se de uma comunidade com mais de 200 anos, ocupando uma área de 450 hectares, sendo herança sem partilha de quatro herdeiros, constituindo-se um grupo de pelo menos 34 famílias de pescadores e agricultores.

Essa questão da empregabilidade dos trabalhadores locais também foi notada com a paralisação das obras, “em dezembro de 2012, com cerca de 80% dos serviços contratados finalizados” (PETROBRAS, 2014, p. 1). Por conseguinte, como apontam Leda e Santos (2015), a suspensão dessas obras gerou altas taxas de desemprego em Bacabeira. A esse respeito, sabe-se que a Petrobras anunciou o cancelamento da construção devido à crise econômica internacional de 2008²⁴.

Nessa conjuntura, a economia brasileira e, em especial, a maranhense foram afetadas por essa crise econômica, deixando o país e o estado vulneráveis ao ciclo internacional, à desistência de acionistas da Petrobras, em função da queda do valor

²⁴ No Brasil, as pressões inflacionárias registradas no período de 2008 a 2010 ocasionaram a redução, pelo governo federal, dos preços administrados, tais como as tarifas de combustíveis. Essa situação acirrou as dificuldades financeiras da Petrobras e se tornou um grave obstáculo para a efetivação dos “investimentos necessários à ampliação da matriz energética do país e ao equilíbrio da balança de transações correntes” (HOLANDA, 2013, p. 23).

do petróleo no mercado internacional, e aos indicativos de corrupção²⁵ e denúncias²⁶ (Figura 11) de superfaturamento de obras dessa empresa (SOUSA, 2021).

Figura 11 – Manchetes de revistas sobre denúncias de superfaturamento e corrupção nas obras da Refinaria *Premium I*



Fonte: Silva (2015).

Como é possível notar, as denúncias envolvendo a Petrobras foram publicadas na mídia impressa/eletrônica; no entanto, percebe-se, nas manchetes das capas das revistas expostas (*Veja*, *Carta Capital* e *Exame*), que a transnacional é apresentada como mera “vítima” do governo que presidia o país na época, o qual, sob tal lógica, seria o algoz responsável por “afundá-la” e “destruí-la”. Segundo Silva (2015), essa imagem foi veiculada em diferentes jornais e revistas de notícias.

Em meio a esse cenário de denúncias e investigações, a economia nacional também se deparou com a baixa produtividade nas áreas de exploração petrolífera que seriam instaladas na Bacia de Barreirinhas, constituindo-se uma obra de grande valor simbólico, mas sem nenhuma serventia para o Brasil. A falta de utilidade dessa bacia sedimentar decorre do fato de não ser qualificada como “produtora de petróleo”,

²⁵ O cancelamento das obras da Refinaria *Premium I* também foi incitado por denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras, que teriam surgido na operação Lava Jato. Essa operação, iniciada no ano de 2014, investigou irregularidades na transnacional petrolífera e acusou o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva de utilizar a empresa para fins eleitorais no seu primeiro mandato (SILVA, 2015).

²⁶ Um relatório de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) de abril de 2013, divulgado pelo jornal *O Globo*, revelou sérios indícios de irregulares na fase de terraplanagem da Refinaria *Premium I* e destacou um prejuízo de R\$ 84,9 milhões no projeto, o que ocorreu porque “o contrato não poderia ter sido assinado sem a liberação das áreas para o consórcio construtor” (GOIS, 2014, p. 128).

pois, apesar do “aumento de perfuração de poços exploratórios, a atividade geofísica continuou nos mesmos níveis” (SOUSA, 2021, p. 86).

Logo, percebe-se que todo esse quadro socioeconômico afetou diretamente a instalação da Refinaria *Premium I*, cujo contrato de terraplanagem encerrou, segundo informações da Petrobras (2014), em abril de 2013, depois da finalização de obras e serviços específicos, abrangendo:

[...] terraplanagem, construção de canais perimetrais, canteiros de obras e pontes de acesso, licenças de tecnologia adquiridas para construção das unidades, projetos básicos, estudos ambientais físicos e biológicos, análises do canal do Mearim, monitoramento de ruído, levantamento, captura e reintrodução de fauna, cadastramento florestal, compensação ambiental para o Estado do Maranhão, convênio com a Prefeitura de Bacabeira, realização de audiências públicas, estabelecimentos de escritórios em São Luís, salários de empregados da Petrobras, transporte e hospedagem de equipes, obras da subestação de Energia Elétrica para recebimento de Linha de Transmissão, estudos de projeto para interligação com a rede elétrica, entre outros. (SOUSA, 2021, p. 86).

Nas obras e serviços iniciais, teve-se um gasto total de R\$ 1,5 bilhões, o que ocasionou grandes despesas ao Brasil e ao município de Bacabeira, em particular, de ordem tanto econômica como socioambiental. Desse modo, a terraplanagem do local onde seria implantada a refinaria provocou inúmeros danos, tais como: destruição da vegetação nativa de uma área de 20 km²; morte e fuga de animais silvestres; poluição e contaminação fluvial; redução de espécies de peixes; comprometimento da atividade pesqueira na região e outros danos (SOUSA, 2021).

Entre os diversos problemas socioambientais gerados, o dano mais perceptível do projeto foi o desmatamento da área designada para a refinaria (Figura 12).

Figura 12 – Fase de terraplanagem da Refinaria *Premium I* em Bacabeira/MA – 2011



Fonte: Gonçalves (2015).

Além desses danos socioambientais, o município de Bacabeira foi afetado por outros problemas durante a fase da terraplanagem, tais como:

[...] êxodo rural, com a mobilidade de comunidades rurais para a área urbana de Bacabeira; planos de trabalhos com carteira assinada frustrados; edificações de hotéis e restaurantes inacabados; máquinas abandonadas em um local desmatado para fins de terraplanagem, impactando negativamente a geodiversidade e biodiversidade da área, com o desmatamento, poluição e contaminação de recursos hídricos, impactos na fauna e flora local, entre outros. (SOUSA, 2021, p. 86).

Os prejuízos desse projeto mal empreendido atingiram, também, empresários do setor de comércio, restaurante e hotelaria, que visavam atender às demandas da Refinaria *Premium I*, com a construção de centros comerciais, restaurantes, hotéis, pousadas etc. Assim, em Bacabeira, pode-se observar construções inacabadas, que foram iniciadas durante a primeira fase de instalação do projeto petrolífero, e outras construções que, apesar de finalizadas, acabaram relegadas ao abandono por não estarem em funcionamento — a exemplo dos empreendimentos da Figura 13.

Figura 13 – Empreendimentos de hotelaria abandonados após o cancelamento da Refinaria *Premium I* em Bacabeira/MA



Fonte: Carramilo (2015) e Sousa (2021).

Nota: (1) Construção de hotel abandonada após o cancelamento da refinaria; (2) Pousada abandonada após o cancelamento do empreendimento petrolífero.

Como pode ser visualizado na primeira imagem apresentada, a construção do hotel foi interrompida e, atualmente, encontra-se abandonada, bem como a pousada exposta na segunda imagem, que, mesmo concluída na primeira fase do projeto da Petrobras, não está em atividade (SILVA, 2021). No que tange ao hotel, é relevante assinalar que o empreendimento de 6 andares e 150 apartamentos foi iniciado em Bacabeira, por uma rede hoteleira, entretanto, devido ao cancelamento do projeto petrolífero, a edificação foi interrompida, apesar de toda a estrutura básica já estar erguida, como indica o *G1 MA* (CARRAMILO, 2015).

Além disso, nota-se que várias casas e terrenos estão disponíveis para venda (Figura 14), pois, com o anúncio e início das obras da refinaria, houve a mobilidade de pessoas de outras localidades para Bacabeira, em busca de melhores condições de vida e oportunidade de trabalho, além da expectativa de especulação imobiliária. No entanto, com o anúncio de cancelamento desse empreendimento, tais projeções transformaram-se em frustração (SILVA, 2015; SOUSA, 2021).

Figura 14 – Casa e terreno disponíveis para venda em Bacabeira/MA



Fonte: Sousa (2021).

Dessa forma, a Refinaria *Premium I* concebeu benefícios provisórios para os habitantes da localidade com a benesse de empregos, colaborando para a expansão econômica do Maranhão e, particularmente, de Bacabeira. Todavia, a suspensão das obras decepcionou boa parte da população que se deslocou de outras cidades para o município e que estabeleceu empreendimentos de pequeno e médio porte, alterando a vida de trabalhadores em função de um projeto mal empreendido, restando apenas danos ambientais, econômicos e sociais (SOUSA, 2021).

É importante destacar, ainda, que as profundas transformações causadas pela refinaria vão além dos fatos descritos, pois, na área destinada ao empreendimento petrolífero, havia a comunidade tradicional de Salvaterra. Com o anúncio do projeto da Petrobras, os conflitos territoriais na comunidade acirram-se, devido à resistência de moradores às investidas de expulsão do setor público e privado, como: Petrobras, Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria do Desenvolvimento Agrário e Instituto de Terras do Maranhão (Iterma). Como resultado, houve a expropriação das famílias de suas terras, com anuência das autoridades políticas, e o deslocamento para outro local no município de Rosário, ocasionando a perda do seu modo de vida e trabalho.

Na esteira desse processo, a comunidade de Santa Quitéria, em Bacabeira, também tem vivenciado os efeitos danosos da Refinaria *Premium I*. A respeito disso, Silva (2014, 2019) assinala que as implicações desastrosas do empreendimento da Petrobras afetaram, primeiro, os moradores locais com a especulação imobiliária e as mudanças no modo de vida e nas condições de trabalho.

Nesse panorama, Santa Quitéria vem vivenciando todos os efeitos descritos acima, agravados pelo litígio da terra. De um lado, registram-se mil famílias residentes

nos 235 ha de terra que compõem a comunidade; de outro lado, tem-se um suposto dono da terra, que apareceu em agosto de 1988 exigindo a reintegração de posse. Assim, a especulação e a iminente expulsão da terra, após o anúncio da Refinaria *Premium I*, provocaram o aumento dos conflitos por terra nessa comunidade e, como efeito, brigas cartoriais e jurídicas de reintegração de posse (SILVA, 2014, 2019).

É, portanto, nesse contexto que se evidenciam e se intensificam as constantes ameaçadas pelo suposto “dono” da terra, o “Sr. Biril”, representado por Ernesto Vieira Carvalho Neto, que, em virtude do litígio da terra, passou a residir na área e dispor de um trator, parado na frente da residência, para derrubar casas dos moradores locais que requeriam indenização de R\$ 2.000,00 (SILVA, 2014) — conforme demonstra a figura a seguir.

Figura 15 – Residência do Ernesto na comunidade de Santa Quitéria, Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2014).

Nota: Imagem alterada para preservar a identidade das crianças.

Encarregado de auxiliar o suposto “dono” da terra e espionar os moradores da comunidade, Ernesto supervisionava a área e possuía informações confidenciais e fotos dos trabalhadores locais (SILVA, 2019). No entanto, esse encarregado perdeu todas as informações sigilosas e fotos dos trabalhadores, após a “invocação de uma

chuva tempestiva com raios”²⁷. Diante disso, nota-se que, na comunidade de Santa Quitéria, os conflitos por terra são camuflados e, quando vêm à tona, são encarados ideologicamente como empecilhos ao “desenvolvimento” e ao “progresso”.

Nesse prisma, com base em depoimentos coletados por Silva (2014), sobre o entendimento de desenvolvimento dos moradores da comunidade, convém destacar que a maioria dos entrevistados (60%) relacionou crescimento econômico à criação de emprego e renda, ao progresso para o município, à instalação de infraestrutura na educação, ao saneamento básico e às condições adequadas de moradia e saúde. No entanto, os moradores apontaram que não estavam experimentando esse hipotético “desenvolvimento”, pois vivenciam situações de vulnerabilidade.

Ademais, os entrevistados relataram que a implantação da Refinaria *Premium I* não proporcionou o desenvolvimento prometido, pois não têm acesso à água potável e não podem investir ou melhorar as suas moradias em decorrência do embargo da juíza da Comarca de Rosário após o litígio da terra. Apesar dessa liminar, que impede a construção, a reforma e o plantio por parte dos moradores locais até ser resolvida juridicamente a questão da posse da terra, tem-se o registro, na mesma localidade, de uma construção efetuada por empresários da Bahia (SILVA, 2014).

Perante essa situação, os moradores da comunidade de Santa Quitéria têm resistido às ameaças do encarregado Sr. Ernesto e enfrentado as suas ações. Além disso, organizados através da Associação de Moradores, encaminham denúncias à juíza da Comarca de Rosário, apresentando, formalmente, o relatório e a solicitação de melhorias nas casas desgastadas pelo tempo. Todavia, o projeto do empresariado da Bahia continua as suas obras de forma acelerada, enquanto as famílias locais são submetidas a viver em condições precárias de moradia e sustento (SILVA, 2014).

Assim, ante o exposto, percebe-se que o processo de litígio de terra instigado pela especulação imobiliária, após o anúncio da Refinaria *Premium I*, tem dificultado a efetivação dos direitos à moradia e subsistência. Nesse sentido, é inegável que os efeitos nocivos da implantação desse projeto da Petrobras atingiram diretamente as famílias da comunidade de Santa Quitéria, pois elas sofreram uma dupla violência.

²⁷ Conforme Silva (2019), o termo “invocação de uma chuva tempestiva com raios” é empregado, pelos moradores, como uma forma de proteção “divina”, para não assumirem a sua ação de resistência e enfrentamento contra as ameaças do encarregado Ernesto, cuja residência foi queimada, bem como todos os arquivos coletados por ele.

Acerca dessa dupla violência, Silva (2019) elucida que existe, de um lado, a violência cometida contra direitos básicos, como o direito à vida e à moradia, o que implica diretamente nas condições de trabalho para sobrevivência. De outro lado, o acesso a esses direitos no território almejado para grandes projetos é visto como um obstáculo — que precisa ser eliminado — para a efetivação do dinamismo econômico nessa localidade, o que incide sobre os moradores locais.

Apesar desse cenário de violência contra o próprio direito universal de viver e sobreviver, as grandes empresas continuam se apropriando de extensas áreas de Bacabeira e implementam uma ocupação que expulsa os moradores e destrói o meio ambiente e suas formas de vida de trabalho (SILVA, 2014, 2019). Um exemplo claro e atual disso são os anúncios de outros empreendimentos promovidos pelo Estado e pelas empresas na região.

Entre esses empreendimentos, pode-se citar: a possibilidade de instalação da CSM, da Aurizônia Empreendimentos S/A, e um porto para subsidiá-la; o Terminal Portuário do Mearim; o gás “descoberto” em Barreirinhas, passando por Bacabeira, através da rodovia MA-104; e a possível instalação da usina siderúrgica da empresa chinesa CBSteel. Em suma, nota-se a circulação de várias possibilidades econômicas em Bacabeira.

No tocante ao Terminal Portuário do Mearim, capitaneado pela Aurizônia, são estimados R\$ 4,5 bilhões em investimentos, com previsão de 3.600 empregos diretos e indiretos. Projetado para oferecer grandes oportunidades para o Maranhão, o porto privado terá uma área portuária em torno de 950 mil m², capaz de atender navios de até 70 mil toneladas de porte bruto (tpb). Ademais, contará com um píer propício para cargas siderúrgicas, capaz de atender embarcações de 43 a 72 mil t (MARANHÃO, 2012b; SILVA, 2015).

De acordo com publicações da revista *Isto é Dinheiro* e do jornal *Folha de S. Paulo*, no ano de 2008, para fomentar esse empreendimento, o Governador Jackson Lago entregou ao então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, um projeto para a criação da “Zona de Processamento de Exportação de Bacabeira”, uma área industrial que garantiria benefícios fiscais e cambiais para empresas atuarem na localidade. Nessa mesma época, foi liberada a licença prévia ambiental do terminal portuário (A SIDERÚRGICA..., 2008; BARROS, 2008).

Com essas projeções, conforme reportagem de *O Estado*, o Porto Mearim vem sendo divulgado “como uma solução para os fluxos competitivos de granéis sólidos e

carga geral” (CUNHA, 2015, p. 1). Quando estiver em operação, a expectativa é que o terminal movimentará 1,5 milhão t de fertilizantes e 1,5 t de carga geral (celulose), na primeira etapa — na qual dois berços de atracação atenderão a essa demanda cargueira. Na segunda etapa, além de duplicar a movimentação de fertilizantes e carga geral, será iniciada a operação de grãos, avaliada em 5 milhões t, devendo alcançar a marca de 10 milhões t na terceira etapa (CUNHA, 2015).

Com negociações iniciadas em 2011, pelo governo estadual, o Porto Mearim, de acordo com o presidente da corporação, “é um projeto ímpar para o Maranhão e para a região de influência econômica do Matopiba [Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia]” (CUNHA, 2015, p. 1). À vista disso, o projeto será instalado em uma área de 598,9 ha na margem leste da Baía de São Marcos, com o aval da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) para movimentar e armazenar carga a granel sólida e geral, por até 25 anos — a contar da data de assinatura do termo de adesão, com possibilidade de prorrogação por períodos consecutivos (CUNHA, 2015).

De acordo com uma matéria da *Veja*, o projeto é fruto de um novo consórcio entre a Aurizônia e a Vale. Essa parceria, segundo o presidente do Porto Mearim, foi uma escolha natural, pois a multinacional é a operadora ferroviária da região. Essas empresas, atualmente, aguardam um momento favorável para colocar o projeto em ação, visto que o cenário atual apresenta preços baixos e grande ociosidade mundial para o setor. Além disso, o presidente do terminal ressalta que o projeto vem sendo estudado há bastante tempo, porém aguarda a recuperação do mercado siderúrgico para ser tomada qualquer decisão economicamente viável (GUIMARÃES, 2011).

Associado ao Porto Mearim, o projeto da CSM da Aurizônia Empreendimentos em Bacabeira, requeria R\$ 11,2 bilhões para concretizar a primeira etapa em 2016, capaz de produzir 2,5 milhões t de placas de aço por ano (SILVA, 2015). Porém, na atualidade, o projeto ainda está em implantação. Pelas estimativas, mais de 8 milhões de empregos serão gerados com a nova siderúrgica, com capacidade de 10 milhões t de placas de aço anualmente. A produção será voltada ao mercado internacional, com ênfase nos mercados europeu, americano e asiático (AURIZÔNIA, 2021).

Dessa forma, observa-se que os empreendimentos descritos ainda não saíram do papel, mas receberam o apoio do Estado, pois esses empreendimentos precisam do aparato estatal para se desenvolver na região. Isso acontece porque as expansões industriais do capitalismo não nascem nem se reproduzem sob quaisquer condições.

Acerca dessas questões, Harvey (2011) assinala que o Estado colabora na expansão do sistema capitalista e de seus projetos.

Dando continuidade à lógica de possíveis empreendimentos em Bacabeira, é oportuno destacar a construção do Estaleiro Naval do Mearim, com capacidade para fabricar, instalar e reparar embarcações e plataformas para a exploração de petróleo na Bacia de Barreirinhas. Estimado em R\$ 340 milhões, tal projeto prevê a geração de 4 mil empregos diretos e 12 mil indiretos (REIS *et al.*, 2014; VAZ; TSUJI, 2019).

À vista disso, em 2008, o Governo do Estado, na gestão de Jackson Lago, assinou um protocolo de intenções junto à Estaleiro Ilha S/A (Eisa) — empresa responsável por esse empreendimento, que faz parte do Grupo Synergy²⁸ — para a instalação do “Estaleiro Mearim”. Após a assinatura do protocolo, a estimativa era iniciar as operações do estaleiro em 2010 (VAZ; TSUJI, 2019).

A instalação do Estaleiro Mearim, de acordo com Vaz e Tsuji (2019), ocorrerá em três fases: construção das instalações administrativas, operação do dique seco e operacionalização plena. Após essas fases, o empreendimento poderá montar navios com capacidade de carga de até 185 mil tpb (VAZ; TSUJI, 2019). Porém, atualmente, esse projeto naval do Mearim continua na fase de estudo. Essa estagnação pode ser decorrente das dificuldades financeiras enfrentadas pela Eisa, que, em dezembro de 2015, entrou com pedido de recuperação judicial (GÓES, 2015).

Além desse possível empreendimento naval, cabe salientar a construção, em Bacabeira, de uma siderurgia da CBSteel, cujas negociações iniciaram em 2015. No mesmo ano, segundo o jornal *O Imparcial*, a contratação dos serviços da empresa foi formalizada (Figura 16) com a assinatura do protocolo de intenções, pelo Governador Flávio Dino junto ao diretor executivo da CBSteel, e com a assinatura do contrato de instalação, pela Prefeita do município, Fernanda Gonçalo, e por representantes do grupo chinês (REFINARIA..., 2017).

²⁸ O grupo Synergy Shipyard também é proprietário do Estaleiro Mauá, localizado na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, em operação desde 1845 no país (ESTALEIRO MAUÁ, 2022).

Figura 16 – Contratação da CBSteel para a instalação de um projeto siderúrgico em Bacabeira/MA



Fonte: *O Imparcial* (REFINARIA..., 2017).

Nota: (1) Assinatura do protocolo de intenções da siderurgia, pelo governador do estado do Maranhão e pelo diretor executivo da CBSteel; (2) Assinatura do contrato de instalação da siderurgia, pela prefeita do município de Bacabeira e por representantes da empresa.

Essa parceria entre o Governo do Maranhão e a empresa chinesa, conforme anunciado pelos agenciadores do projeto, objetiva, de um lado, instalar a siderurgia e, de outro, construir uma cidade inteligente em Bacabeira. Assim, a estimativa era começar “a construção em 2018 e a operação até 2022” (REFINARIA..., 2017, p. 1). Para tanto, a siderúrgica contará com o investimento de US\$ 8 bilhões, destinados à produção de até 10 t de aços longos.

Com esse projeto, a expectativa, então, é de gerar 3 mil a 5 mil empregos e de desenvolver a infraestrutura do município de Bacabeira e, por extensão, da região do Matopiba, conferindo-se à siderurgia incentivos fiscais como a isenção de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) (MARANHÃO..., 2016). Portanto, nesse contexto, é possível perceber o discurso de desenvolvimento com a promessa de empregabilidade e a transformação de Bacabeira em uma cidade inteligente.

Segundo informações divulgadas em 2018, esperava-se começar as obras de construção da siderúrgica em 2019 (EMIR, 2018), porém, até então, a situação atual do projeto não foi divulgada, cuja execução pode ter sido afetada pela pandemia do novo coronavírus, declarada em março de 2020. Apesar desses atrasos, nota-se que Bacabeira está continuamente na rota do desenvolvimento devido às potencialidades encontradas no município.

No entanto, essa rota do desenvolvimento não é esporádica no município nem no Maranhão, haja vista que o cenário é caracterizado pelo processo de ocupação de empreendimentos transoceânicos em comunidades rurais — desde o Projeto Carajás

até os dias atuais. Dessa maneira, convém ressaltar alguns projetos já instalados em Bacabeira, que compõem o seu quadro atual de empreendimentos e o legitimam como “extensão do distrito industrial de São Luís” (SILVA, 2019, p. 83).

Essa legitimação deriva, sobretudo, da localização de Bacabeira em um ponto estratégico: a 60 km da capital maranhense, na intersecção entre a BR-135 e a BR-402, cortada pelo Estreito dos Mosquitos. Com essa posição geográfica, o município é transpassado pela BR-135, pelo trajeto da EFC com a Ferrovia Norte-Sul e pela Ferrovia Transnordestina, que possibilitam o acesso ao CPSL. Constitui-se, então, um percurso obrigatório para a entrada/saída de São Luís rumo ao continente, ou vice-versa, e aos municípios que englobam o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (SILVA, 2019).

Nesse bojo, Silva (2019) explica, com base em informações da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid), que Bacabeira, desde o ano de 2013, compõe a “Grande São Luís”, por meio da Lei Estadual Complementar nº 161/2013, que também incluiu os municípios de Rosário, Santa Rita e Icatu. A partir disso, a região metropolitana ludovicense passou a abarcar nove municípios: a capital do Maranhão, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Alcântara, além dos já citados.

Assim, compondo essa região metropolitana, Bacabeira é transpassada pelas grandes redes de energia elétrica que abastecem a Grande São Luís, por meio das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte)²⁹ e pelo “Sistema Italuís” da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema)³⁰, que fornece a maior parte da água tratada/encanada distribuída na região. Como elementos do processo de metropolização almejado para a localidade³¹ (MOREIRA; GOMES; DINIZ, 2011), essas empresas abastecem as indústrias que abrangem a Grande São Luís e, em

²⁹ A Eletronorte consiste em uma empresa de capital misto com atuação, em diversos estados do Brasil, no segmento de geração e transmissão de energia elétrica por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN) (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2006).

³⁰ A Caema é uma empresa de economia mista que atua nos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto no Maranhão. Dos 217 municípios do estado, presta atendimento, com água tratada, a 156 sistemas de abastecimento; destes, 136 abarcam sedes municipais e povoados (CAEMA, 2022).

³¹ A metropolização envolve o processo de urbanização que institui como metrópole cidades e regiões com elevada extensão territorial e populacional e uma gama de atividades econômicas (MOREIRA; GOMES; DINIZ, 2011). Nesse prisma, é possível observar um forte empenho do Poder Público para institucionalizar e efetivar a metropolização da Grande São Luís, da qual Bacabeira faz parte, para promover o “desenvolvimento” socioeconômico de forma integrada (RIBEIRO, 2017).

particular, o município de Bacabeira, como no caso da Cerâmica Industrial Ita Ltda. (Cerita) e da Maranhão Gusa S/A (Margusa) (SILVA, 2019).

No que tange à Cerita, a empresa está situada em Bacabeira — BR-135, Km-53, Periz de Cima — há quase 40 anos e tem como principal atividade a produção de artefatos de cerâmica vermelha e barro cozido para serem utilizados na construção (CERITA, 2022). No tocante à Margusa, a empresa siderúrgica atua há mais de 30 anos no município — BR-135, Km-48, Periz de Cima — na produção de ferro gusa, utilizando como insumos minério de ferro oriundo da Serra Carajás e carvão vegetal proveniente da Marflora Energética Ltda., que opera na extração de madeira florestal plantada (CALSETE, 2022).

Segundo informações divulgadas pelo Grupo Calsete³², do qual a Margusa faz parte, a localização da metalúrgica de Bacabeira estimula a competitividade do ferro gusa em relação à aquisição de matérias-primas e ao escoamento de sua produção, por sua proximidade com a área portuária de São Luís (CALSETE, 2022). Dessa forma, percebe-se que Bacabeira vive uma gama de possibilidades econômicas em virtude de sua localização, considerada estratégica, e suas riquezas naturais, o que acarreta a instalação de indústrias como as supracitadas.

No entanto, essas possibilidades econômicas representadas pelos grandes projetos provocam a insurreição de vários de conflitos, ao mesmo tempo que incita a resistência e a luta de trabalhadores de Bacabeira, embora nem sempre de forma organizada. São nesses movimentos de luta e resistência, organizados ou não, que os trabalhadores locais encontram os caminhos para confrontar os conflitos de terra acirrados pelas grandes empresas.

Logo, torna-se fundamental compreender como ocorrem os enfrentamentos e como os trabalhadores se percebem e se organizam para resistir diante das ações de dominação e opressão incorporadas pelos grandes projetos de desenvolvimento. Por essa razão, assume-se o desafio de analisar, no capítulo a seguir, os processos de luta e resistência desenvolvidos pelos trabalhadores rurais no país e, em particular, no Estado do Maranhão e na comunidade de Santa Quitéria, Bacabeira.

³² Com atuação no ramo de florestas energéticas, o Grupo Calsete é composto por cinco empresas: a Pró-Flora, a Calsete Concretos, a Indústria de Cimento do Brasil (Icibra), a Marflora e a Margusa (CALSETE, 2022).

3 RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA E AS PARTICULARIDADES DE SANTA QUITÉRIA EM BACABEIRA/MA

Neste capítulo, assume-se o desafio de analisar a organização e a resistência nas suas formas de expressão e manifestação, com o apoio teórico do pensamento de Gramsci e de outros autores clássicos e atuais da vertente marxista. Direcionado por essa vertente, entende-se, com base em Silva (2019, p. 122), que a organização de uma classe se materializa por um processo de consciência de classe constituído por “mediações ontológicas concretas, entre a imediatividade cotidiana e a dimensão genérica da ação humana”.

Nesse processo, surgem a consciência e a resistência, compreendidas aqui como parte da luta de classes, que se realiza em diversos momentos históricos da sociedade. Evidencia-se, assim, que a formação da consciência de classe, segundo Marx, se manifesta no processo social, haja vista que a ação humana é teleológica³³ (CARDOSO, 1995).

A respeito dessa categoria, o pensamento marxiano, em *A ideologia alemã*, traz as primeiras reflexões para se apreender a consciência de classe como um processo histórico e dialético, formado por homens reais situados em um modo de produção e em suas respectivas relações sociais (CARDOSO, 1995). Sob tal ótica, ressalta-se que: “Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tais como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas” (MARX; ENGELS, 1991, p. 36-37).

Desse modo, como afirma Cardoso (1995, p. 85), a consciência de classe está intrinsecamente ligada à “atividade material e coletiva dos homens, sendo impossível concebê-la em cada homem isolado no conjunto das relações sociais”. Seguindo a concepção de Marx e a perspectiva marxista, Gramsci defende que só é possível alcançar essa consciência de classe com o abandono do pensamento corporativista e a superação de propensões imediatistas e particularistas (CARDOSO, 1995).

A partir dessa superação, o trabalhador vai, então, desenvolvendo o processo de formação de uma nova consciência, a consciência de classe, que se materializa na prática política. Assim, na concepção gramsciana, à medida que o trabalhador luta

³³ Trata-se de uma ação ou um comportamento intencional, ou seja, com finalidades, propósitos. Para Marx, a teleológica consiste em uma categoria própria do ser humano, presente apenas nessa esfera (MARX; ENGELS, 1991).

contra o estado de coisas, a sua consciência de classe se constitui e se transforma, levando-o a descobrir-se como sujeito político capaz de alterar a realidade histórico-social — unidade orgânica aplicada por Marx entre teoria e prática (CARDOSO, 1995).

Com base nesse entendimento, pode-se afirmar que é no contexto da luta de classe que os trabalhadores se educam substancialmente. No tocante à resistência, é possível compreendê-la como uma relação de forças na luta política, na disputa de interesses opostos de classes, isto é, constitui-se enquanto um processo dialético de confronto, oposição, conflito, crise e ruptura (SILVA, 2019).

É nesse contexto, sobretudo no atual momento político, que, em face das crises das relações de forças opostas, se constroem estratégias de resistência e de ações ofensivas na busca de liberdade democráticas com a perspectiva de emancipação. Partindo dessas proposições, nota-se que, na dinâmica do mundo contemporâneo, existe uma pluralidade de organizações e ações de sujeitos históricos e político, que congregam a consciência e as estratégias de resistência, cuja unidade se institui na prática política, construindo projetos coletivos em uma perspectiva de classe.

Segundo Cardoso (2005, p. 1), esses projetos são:

[...] capazes de confrontar as novas formas de exploração do capital sobre o trabalho nas sociedades contemporâneas onde não se aboliu a contradição de classe, pelo contrário, onde se verifica uma crescente afirmação das classes e da luta de classes.

A conjuntura brasileira não está distante desse quadro e evidencia, de um lado, a ação econômica e política da classe dominante, representada, geralmente, por grupos empresariais; e, de outro lado, as classes dominadas, que, em movimentos e organização, têm congregado:

- a) trabalhadores do setor primário, isto é, das atividades de produção relativas à agricultura, à pecuária e ao extrativismo;
- b) trabalhadores do setor secundário, isto é, das atividades do setor industrial, de produção de bens de consumo, construção civil e geração de energia;
- c) trabalhadores do setor terciário, ou seja, de atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços;
- d) trabalhadores em potencial, não inseridos no mercado de trabalho;

e) todos os segmentos que não detêm os meios de produção e estão sob o domínio — econômico, político e ideológico — das classes representantes do capital (CARDOSO, 2005).

Em face desse quadro de forças opostas, observa-se a insurreição de vários conflitos, bem como a construção de espaços de resistência e luta dos trabalhadores no Brasil, que podem ser de maneira organizada ou não. O desenrolar dessas lutas, que geralmente são a expressão do conflito entre capital e trabalho, se espalha por todas as regiões do país, seja na zona urbana ou rural.

Entretanto, não se pretende, no presente estudo, pontuar as formas de lutas e organização na zona urbana, e sim pontuar e analisar algumas lutas travadas na zona rural pela sobrevivência, por condições mínimas de trabalho e no enfrentamento às formas políticas e econômicas de opressão. Conforme Silva (2019), entende-se que as lutas sociais refletem o movimento da sociedade e das relações constituídas entre as classes.

É nesse processo constante e do vir a ser que os fragmentos da realidade indicam a história de resistência dos trabalhadores, em que as lutas camponesas são parte dessa história. Contudo, não é um processo linear ou homogêneo, uma vez que ele se constrói e reconstrói na dinâmica das contradições e do movimento dialético. Por essa razão, concorda-se com os autores Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009, p. 23), quando declaram que:

Toda periodização traz consigo sérios riscos de apagar o passado e inaugurar um novo tempo, no qual são ressaltadas as rupturas, e pouca importância acaba sendo dada às continuidades. Esse risco foi enfaticamente apontado pelo historiador inglês Edward Thompson, quando, na sua análise sobre a formação da classe operária inglesa na passagem do século XVIII para o XIX, afirma que “é muito freqüente [*sic*], visto que toda narrativa tem que começar em algum ponto, que vejamos apenas as coisas novas” [...].

Nesse sentido, reafirma-se que, com este estudo, se pretende indicar que as lutas possuem sequência, mesmo em situação de crise, em uma conjuntura que lhe é própria. Dessa maneira, reforça-se com base nos autores supracitados que é possível verificar na história brasileira:

[...] um forte elemento de continuidade em relação ao passado. Como ele afirma em seu estudo, perpetuam-se aspirações, temores, tensões, mas que se revelam “num novo contexto, com nova linguagem e argumentos e num

equilíbrio de forças modificado” [...]. (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 23).

Portanto, analisam-se as lutas como parte fundante da história brasileira e da existência dos sujeitos nela envolvidos. A importância deste estudo se faz diante do esforço de compreender tal processo, a partir da luta de classe e da construção de estratégias, organização e resistência em diferentes cenários históricos e políticos. Por essa razão, possuem um grau distinto de negociação, conforme a batalha dos diferentes interesses e a constituição da possibilidade de avanço ou recuos, em um determinado período histórico e político.

A luta pela terra retrata, então, a história da desigualdade, de exploração e de expropriação, instituindo um fosso de diferenciação entre as classes, principalmente na disputa entre o domínio e o uso dela, por aqueles que moram, que utilizam e que sobrevivem nela (SILVA, 2019).

Assim, ressalta-se que, no Brasil, as lutas dos trabalhadores pelo domínio da terra, visando garantir melhores condições de vida e trabalho, compõem a história do povo brasileiro: de tribos indígenas, dos quilombolas, das quebradeiras de coco, das famílias sem-terra, dos movimentos e entidades dos trabalhadores rurais, das revoltas como a Cabanagem e de litígios e reações das populações pobres, cujas lutas foram frequentes ao longo da história brasileira.

Durante todos esses anos, de acordo com Silva (2006, p. 66), ocorreram:

[...] ações populares de intervenção na ordem social, práticas reprimidas de participação social e política do povo que colocaram em ebulição os direitos políticos e sociais, antes que a cidadania e a sociedade civil se estabelecessem entre nós, e que tiveram nos camponeses(as) sujeitos protagonistas de várias dessas lutas e mobilizações.

O resgate itinerário de algumas dessas lutas, que são raízes da organização no campo brasileiro e do aparecimento do sindicalismo rural brasileiro, pode indicar descobertas significativas na construção de uma sociedade mais igualitária e no fortalecimento das organizações atuais. Esse resgate também indica que o campo brasileiro sempre esteve submerso em conflitos pela terra, os quais, geralmente, são inflamados pelo Estado e pelo grande capital — representado, sobretudo, por grandes latifundiários e grandes empresas.

Nesse processo de resgate, pode-se sinalizar vários processos de resistência e luta inflamados por esses agentes no Brasil. Contudo, o objetivo desta pesquisa é

destacar os processos organizativos e formas de resistência dos trabalhadores rurais em face da implantação dos grandes projetos de industrialização no Maranhão. Por essa razão, pontuam-se os processos organizativos e formas de resistência desses trabalhadores, atingidos pelo grande capital e que lutam para permanecer no seu território.

É, portanto, no caminho desses processos que se reforça: a resistência dos trabalhadores rurais da comunidade do Cajueiro, em São Luís, após o anúncio do Porto Privado; as estratégias de luta e resistência de comunidades tradicionais e quilombolas, em Alcântara, após a implantação do CLA; e a luta e a organização dos trabalhadores, em Bacabeira, após o anúncio da Refinaria *Premium I* e a duplicação da BR-135 (SILVA, 2019).

Além desses espaços de resistência e luta no Maranhão, existem entidades e movimentos sociais que têm auxiliado os trabalhadores rurais, em sua organização e no combate à questão agrária maranhense e à expansão de projetos industriais. Entre eles, convém mencionar: a CPT; o Fórum Carajás; a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (Fetaema); a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Maranhão (Fetraf/MA); a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema); o Movimento dos Trabalhadores Camponeses Sem Terra do Maranhão (MST/MA); o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural do Maranhão (Centru/MA); o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e outros (DELGADO, 2010).

Em face do exposto, acredita-se que muitos desses trabalhadores, entidades e movimentos sociais têm apreendido que, lutando e procurando alternativas a partir de suas realidades, podem contribuir para defesa do seu território, modo vida e trabalho em face da instalação de grandes projetos na região. Nesse sentido, destaca-se que os trabalhadores rurais de Santa Quitéria, em Bacabeira, têm apreendido que esses processos de luta e resistência podem auxiliar na sua permanência na terra, perante o litígio que foi instigado pela suposta implantação da Refinaria *Premium I*.

Dessa maneira, na comunidade de Santa de Quitéria, os trabalhadores rurais resistem e organizam-se na Associação de Moradores, buscando suas táticas de luta para fortalecer a coletividade, através de:

[...] articulações com outras instâncias organizativas, assessoria jurídica na luta pela terra, caminhadas para a prefeitura, fechamento da BR, entre outras iniciativas em defesa da terra como condição necessária para manutenção de sua existência. (SILVA, 2019, p. 218).

Apropriados desses processos, esses trabalhadores utilizam estrategicamente a Associação de Moradores para articular suas forças e congregar sua luta contra o processo de litígio. Logo, nesses espaços de luta, os trabalhadores se organizam, articulam, aprendem, lideram, resistem e buscam parcerias e alternativas para garantir a sua permanência na terra e a sua sobrevivência por meio dela.

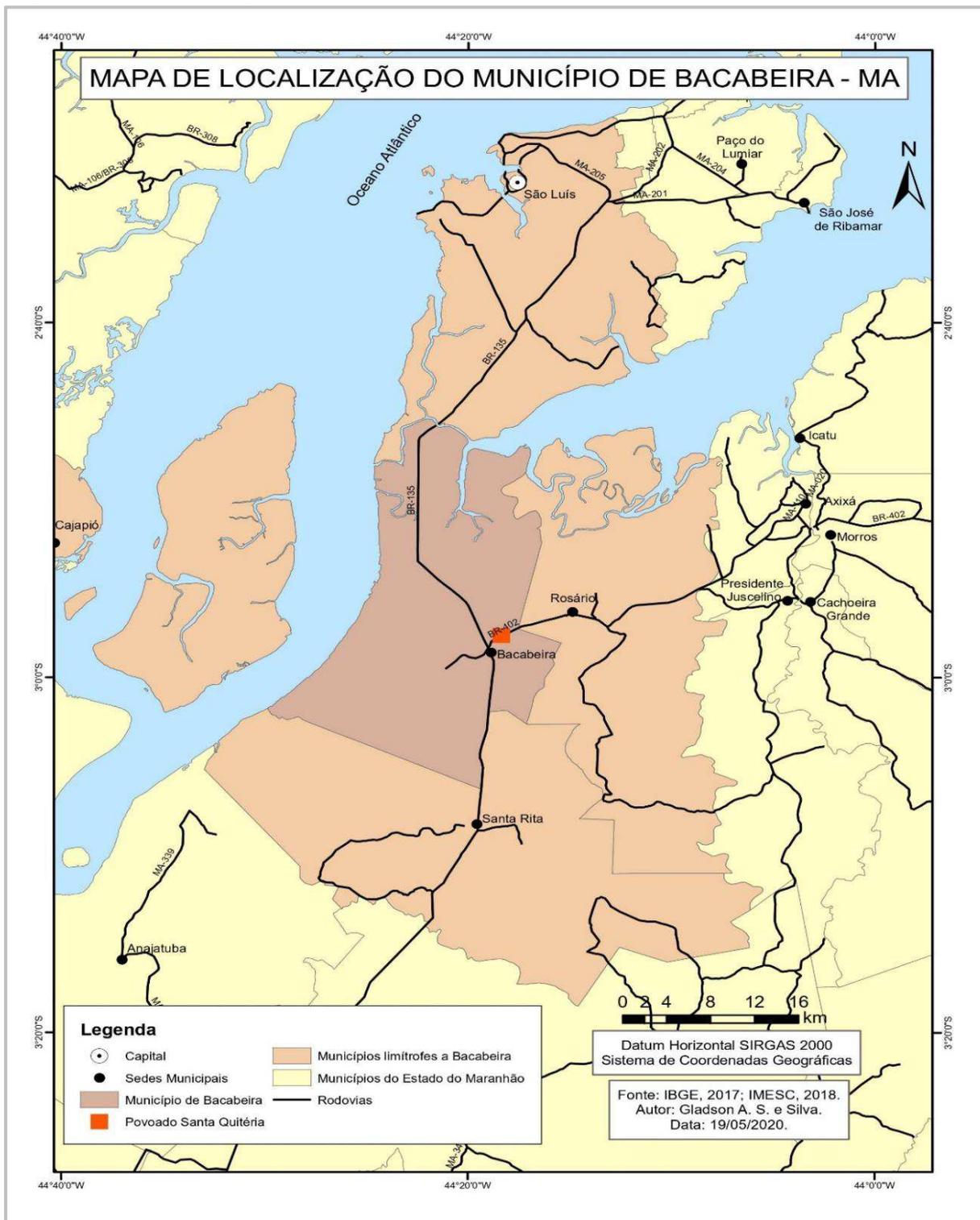
Entretanto, para compreender a atual configuração desses processos de luta e resistência em Santa Quitéria, Bacabeira, é preciso relembrar a sua história, o seu povoamento e os motivos que levaram esses trabalhadores para os espaços de luta e resistência. Por essa razão, a seção, a seguir, busca compreender de forma sucinta a história de Bacabeira e as particularidades de Santa Quitéria.

3.1 A organização do município de Bacabeira/MA na conjuntura política brasileira e as particularidades de Santa Quitéria

Posicionado no Golfão Maranhense e banhado na margem esquerda pela Baía de São Marcos, o município de Bacabeira, como delineado pelo IMESC (2014) e por Silva (2015), se situa na Mesorregião do Norte Maranhense, microrregião de Rosário. Sua extensão territorial ocupa 615,586 km² e limita-se ao norte de São Luís, a oeste de Cajapió, ao sul de Santa Rita e ao leste de Rosário, como descreve o *site* oficial da Prefeitura de Bacabeira (2021).

Desse modo, Bacabeira é o município continental de maior proximidade com a capital maranhense, cujo acesso se dá por meio da BR-135, o que lhe potencializa sediar grandes projetos, por possuir uma boa logística e por estar localizado perto do CPSL. Geograficamente, desenvolveu-se no cruzamento entre a BR-135 e a BR-402, anteriormente chamada MA-110, como pode ser notado no mapa a seguir (Figura 17), sendo, ainda, cortado pelo Estreito do Mosquito (SILVA, 2019).

Figura 17 – Localização do município de Bacabeira/MA



Fonte: elaborada por Gladson Silva para a pesquisa (2020).

Além disso, a localidade possui clima úmido distribuído em dois períodos: um chuvoso, de janeiro a junho, e outro com estiagem, de julho a dezembro. Apresenta,

também, vegetação marcada pela transição entre cerrado e Amazônia e está inserida nas bacias hidrográficas dos rios Itapecuru e Mearim (IMESC, 2014; SILVA, 2015).

Em relação ao povoamento de Bacabeira, tal processo ocorreu entre 1932 e 1935, quando o primeiro morador, o cearense Antônio Simeão Costa, se instalou nas proximidades dessa região, que ficava a aproximadamente 300 m da atual BR-135. Com a construção dessa estrada, em 1941, o Departamento de Estradas de Rodagem fixou acampamento no local (IMESC, 2014; SILVA, 2015).

Esse local, que posteriormente passou a ser designado Bacabeira, atraiu as pessoas que estavam querendo morar na região — na maioria, migrantes do Ceará que buscavam melhores condições de vida e viram na localidade uma oportunidade. Assim, o município surgiu como um lugarejo situado nas margens da BR-135, cujo nome deriva da palmeira bacaba (*Oenocarpus bacaba*), que existia em abundância na área e, durante a construção da estrada, era usada como local de descanso pelos trabalhadores, devido à sombra formada por sua folhagem.

Acerca disso, Travassos (1998 apud SILVA, 2015) explica que o local passou a ser designado Bacaba e, posteriormente, Bacabeira, devido à elevada quantidade da planta homônima. Com tais características, o então povoado de Bacabeira, ainda inserido no município de Rosário, tornou-se grande atrativo populacional, fenômeno proporcionalmente ligado ao seu processo de estruturação.

Como resultado disso, convém citar a instalação de um posto de táxi utilizado na condução de pessoas e produtos para outras localidades ou regiões próximas. A partir daí, ocorreu a construção de diversas casas, bem como a instalação de pontos de venda de alimentos e cerâmicas. No decorrer dos anos, a população do povoado se ampliou com o comércio informal às margens da BR-135 (SILVA, 2015).

Em 1993, existia um aglomerado de casas espalhadas próximo à rodovia, bem como uma rua que vai da margem direita da BR-135 até o campo de Perizes (SILVA, 2015). No ano seguinte, o povoado de Bacabeira tornou-se município através da Lei Estadual nº 6.187/1994, que alterou a cartografia política-administrativa do Maranhão com a criação de vários municípios, incluindo o bacabeirense.

Entretanto, a emancipação de Bacabeira não ocorreu de maneira pacífica, pois o seu desmembramento foi marcado por conflitos, incidindo em desacordos quanto à legalidade e às condições objetivas para a sua emancipação. Esse processo ocorreu em 10 de novembro de 1994, com a elevação do povoado a município e o destaque

dado a ele por sua localização e por ser visto como vazio demográfico propício para descoberta e exploração em prol do progresso (SILVA, 2019).

Esse destaque foi validado, até mesmo, pelo recolhimento de impostos e pela redução fiscal no município. Dessa forma, Bacabeira passou a agregar os seguintes povoados: Santa Quitéria, Pequi, Gameleira, Vila Cearense, Periz de Baixo, Periz de Cima, Placa de Recurso, Rancho Papouco, Videl, Ramal do Abude, Pataqueira, Zé Pedro, Malvinas e, mais recentemente, o povoado de São Cristóvão (SILVA, 2019).

Portanto, o fortalecimento de Bacabeira como um município independente de Rosário tornou-se possível graças à grande demanda populacional, que, de acordo com Silva (2015, p. 83), foi fomentada pela “expansão do número de residências e estabelecimento comerciais que se espalham às margens da BR-135”. Todavia, essa configuração residencial e comercial perto da BR-135 passou por alterações devido à sua duplicação, para suprir às demandas de expansão comercial, e à desapropriação de várias pessoas que moram ou trabalham nas margens dessa rodovia.

Nesse viés, Lefebvre (2021), na obra *A cidade do capital*, já apontava que as cidades refletem o processo industrial com base na intensa exploração das forças de trabalho e na exclusão social e, por isso, são pensadas para atender a demandas do capital. Seguindo essa lógica, como foi salientado no capítulo anterior, recentemente, Bacabeira passou a compor, por meio da Lei Estadual Complementar nº 161/2013, a Grande São Luís.

Através da mesma lei, os municípios de Rosário, Santa Rita e Icatu também foram anexados. Atualmente, a Região Metropolitana da Grande São Luís agrega os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Alcântara, Rosário, Santa Rita e Icatu, conforme determina o artigo 1º da referida lei. A inclusão de Bacabeira, Rosário, Santa Rita e Icatu na Grande São Luís se justifica pela Lei Federal nº 13.089/2015, também denominada “Estatuto da MetrÓpole”, que define os seguintes critérios para a inserção de municípios:

[...] espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [...]. (BRASIL, 2015, p. 1).

A partir disso, tem-se uma reorganização territorial, que tem por função atender a uma demanda econômica, uma vez que, como efeito colateral dessa determinação,

Bacabeira foi inserida no mapa das regiões potencialmente exploradas por grandes projetos industriais. Essa reestruturação afeta diretamente os habitantes da região, os quais, por vezes, são retirados de suas casas e/ou impedidos de manter o seu modo de vida, fundamentalmente ligado à terra, como destacam o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU, 2013) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), no tocante ao modo de vida da população da região.

Conforme dados do PNUD de 2013, no tocante às atividades econômicas, a população bacabeirense ainda prepondera no setor primário, pois cerca de 31,01% dos ocupados com idade igual ou superior a 18 anos estão na agropecuária (pesca, agricultura e criação de animais); 28,17% no ramo de serviços; 11,07% no setor de construção, por ter um polo industrial de cerâmica (Cerita), produção de ferro gusa (Margusa) e pedra britada (Granorte) e devido à fase de terraplanagem da Refinaria *Premium I*; 9,76% na área de comércio; 8,93% na indústria de transformação; 3,93% na indústria extrativa; 0,42% na área de utilidade pública (ONU, 2013).

Além disso, o último Censo Agropecuário do IBGE (2017) identificou um total de 166 estabelecimentos agropecuários em uma área de 5.049,474 ha — dos quais cerca de 39,301 ha são destinados a condomínios, consórcios ou união de pessoas, e 4.519,373 ao produtor individual. Quanto ao uso da terra, 2,203 ha são usados para lavouras permanentes e 96,348, temporárias. Os dados também demonstram que a produção em Bacabeira se sobressai na agricultura, pesca e criação de animais com vista à subsistência familiar, o que evidencia a relação que as famílias possuem com a terra e como sobrevivem por meio dela.

Em Bacabeira, segundo Silva (2015), pode ser observado um território misto, distribuído em zonas urbanas, industriais, rurais — meio que apresenta maior parte da densidade demográfica municipal, abrigando-se 11.641 dos 14.925 habitantes em 2010 (Tabela 2) — e zonas de grupos sociais com baixa qualidade de vida. Essa distribuição demonstra o interesse do Estado em atender a demandas econômicas e políticas, ao invés de beneficiar a população em situação de vulnerabilidade.

Tabela 2 – Número de habitantes do município de Bacabeira/MA

ANO	POPULAÇÃO				
	Total	Rural	% sobre o total	Urbana	% sobre o total
2000	10.516	8.624	82,5%	1.892	18%
2010	14.925	11.641	77,8%	3.324	22,2%
2017	16.855	*	* %	*	* %
2021	17.446	*	* %	*	* %

Fonte: adaptada do IBGE (2021).

*Dados não divulgados na estimativa populacional³⁴.

Como pode ser observado na tabela, há uma estimativa de 14.925 habitantes em 2010, de 16.855 em 2017 e de 17.446 em 2021. Os dados também revelam um possível aumento na estimativa populacional entre 2000, 2010 e 2017, o que pode estar ligado ao anúncio da implantação da Refinaria *Premium I*, haja vista que houve uma explosão demográfica e surgiram outras necessidades na região, resultando na dificuldade do Estado em respondê-las.

Nesse processo, observa-se que Bacabeira tem vivenciado, no seu contexto histórico, a aproximação das ações de investimentos de caráter público e industrial, desde o seu processo de emancipação e de realocização — através da inclusão na Grande São Luís — até a inserção de empreendimentos industriais na localidade.

No entanto, a dificuldade de o Estado responder às demandas de Bacabeira fica evidente nos dados do Índice de Desenvolvimento Municipal de 2010, levantado pelo IMESC (2012)³⁵, em que se nota uma infraestrutura (iluminação, rede bancária, telefonia, comércio, banda larga, violência, água potável etc.) um pouco limitada no município, conforme indica a Figura 18, o que pode levar os moradores a recorrer às cidades mais próximas para atender às suas necessidades, como Rosário e São Luís.

³⁴ Em razão da pandemia de Covid-19, não foram realizadas novas pesquisas do IBGE envolvendo a estimativa populacional, devido às medidas de distanciamento, isolamento e contenção adotadas no período de 2020 a 2021.

³⁵ Vale destacar que os dados mais recentes levantados se referem ao ano de 2012. Realizou-se uma visita à sede do IMESC, mas recebeu-se a informação de que novos dados estão sendo levantados para ser publicada uma versão atualizada do Índice de Desenvolvimento Municipal. Entretanto, até então, não foi encontrada publicação recente — o que justifica o uso do material disponível, mesmo contendo indicadores referentes há uma década.

Figura 18 – Indicadores de infraestrutura de Bacabeira/MA – 2012

Município	INF	Energia elétrica na Iluminação Pública (Mwh) para cada 1000 habitantes	Emissoras de radiodifusão para cada 1000 habitantes	Postos e estabelecimentos bancários para cada 1000 habitantes	Telefones fixos e orelhões em serviço para cada 1000 habitantes	Estabelecimentos comerciais e de serviços para cada 1000 habitantes	Número de conexões de banda larga fixa em relação ao total de domicílios (%)	Número de óbitos por causas violentas (%)	Número de residências com Abastecimento de água da rede pública em relação ao total de domicílios (%)	Número de unidades residenciais de consumo de Energia elétrica em relação ao total de domicílios (%)
Fonte:	CEMAR	ANATEL	BACEN	ANATEL	MTE	ANATEL	DATASUS	IBGE	IBGE	
09 – REGIÃO DO BAIXO BALSAS	0,841	37,97	0,04	0,10	4,29	3,12	3,84	0,00	57,01	84,07
Benedito Leite	0,822	42,53	0,00	0,12	4,18	1,09	0,14	0,00	73,78	82,24
Loreto	0,751	38,03	0,00	0,09	4,05	2,50	4,89	0,00	58,61	75,13
Sambaíba	0,785	35,11	0,00	0,12	4,71	1,09	3,99	0,00	40,18	78,52
São Domingos do Azeitão	0,958	41,37	0,00	0,09	4,80	2,40	3,63	0,00	55,75	95,77
São Félix de Balsas	0,773	60,39	0,00	0,14	4,75	1,29	3,93	0,00	7,34	77,31
São Raimundo das Mangabeiras	0,892	30,23	0,06	0,09	4,03	5,54	4,40	0,00	69,92	89,16
10 – REGIÃO DO BAIXO ITAPECURU	0,928	54,23	0,05	0,06	4,09	1,95	3,63	0,00	54,02	92,79
Anajatuba	0,933	52,60	0,03	0,05	4,05	0,77	1,72	11,56	60,88	93,25
Itapecuru Mirim	0,956	63,97	0,02	0,05	4,01	3,30	5,31	15,65	60,95	95,61
Nina Rodrigues	0,958	40,86	0,05	0,05	4,66	0,53	2,77	0,00	50,08	95,79
Presidente Vargas	0,873	51,60	0,00	0,06	4,20	1,00	3,07	18,24	31,34	87,34
Santa Rita	0,956	54,12	0,03	0,10	4,05	2,28	4,04	2,95	60,89	95,59
Vargem Grande	0,871	47,02	0,04	0,05	4,09	1,20	2,42	13,56	41,32	87,09
11 – REGIÃO DO BAIXO MUNIM	0,932	44,83	0,05	0,07	4,19	1,84	4,11	0,00	49,20	93,23
Axixá	0,973	46,75	0,06	0,09	4,40	1,64	3,48	0,00	64,79	97,79
Bacabeira	0,923	88,57	0,00	0,06	4,17	2,63	3,51	19,24	66,83	92,32
Cachoeira Grande	0,840	32,72	0,08	0,12	3,95	0,23	0,22	0,00	14,63	83,95
Icatu	0,957	30,84	0,03	0,05	4,24	0,62	2,15	3,89	41,38	95,69

Fonte: IMESC (2012).

Nota: INF = índice de infraestrutura.

Em relação ao sistema de saúde (Figura 19), Bacabeira conta um hospital na localidade e com unidades básicas de saúde para atender à população. Os dados também demonstram que, no município, o número de médicos e ambulâncias para fazer o deslocamento dos casos mais graves para hospitais da capital ainda é baixo, tornando deficiente o atendimento dos moradores. A localidade não tem um sistema de esgotamento sanitário adequado, tampouco um aterro sanitário eficiente, pois os resíduos são colocados em um lixão, gerando um grande risco à saúde da população local, bem como do entorno.

Figura 19 – Indicadores de saúde de Bacabeira/MA – 2012

Município	INS	Número de médicos para cada 1000 habitantes	Doses de vacinas aplicadas em relação a população (%)	Número de leitos para cada 1000 habitantes	Número de Unidades Básicas de Saúde para cada 1000 habitantes	Taxa de Mortalidade Materna	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de detecção de Hanseníase	Taxa de incidência de Leishmaniose Visceral	Taxa de incidência de Tuberculose	Óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos em relação ao total de óbitos (%)
Fonte:	DATASUS	DATASUS	DATASUS	DATASUS	DATASUS	DATASUS	DATASUS	DATASUS	DATASUS	DATASUS	DATASUS
09 – REGIÃO DO BAIXO BALSAS	0,546	0,3	0,5	0,2	0,4	1	8	19,2	0,0	13,4	0,0
Benedito Leite	0,761	0,7	66,9	4,4	0,7	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Loreto	0,480	0,3	135,7	1,9	0,2	0	2	34,5	0,0	0,0	0,0
Sambaíba	0,499	0,4	136,9	1,6	0,0	0	1	18,1	0,0	36,2	0,0
São Domingos do Azeitão	0,511	0,3	69,1	3,0	0,4	0	1	14,1	0,0	14,1	0,0
São Félix de Balsas	0,750	0,4	76,7	5,0	0,9	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
São Raimundo das Mangabeiras	0,507	0,1	169,4	1,3	0,4	1	4	22,4	0,0	22,4	0,0
10 – REGIÃO DO BAIXO ITAPECURU	0,452	0,3	0,3	0,1	0,3	85,4	16,8	75,2	2,5	18,6	1,1
Anajatuba	0,471	0,3	57,2	1,6	0,4	0	5	53,9	0,0	19,3	0,0
Itapecuru Mirim	0,476	0,5	83,9	1,0	0,3	1	15	108,0	6,3	20,3	0,3
Nina Rodrigues	0,495	0,4	56,1	1,6	0,3	0	7	7,6	0,0	0,0	0,0
Presidente Vargas	0,498	0,2	88,1	2,0	0,3	0	1	54,7	0,0	27,4	18,8
Santa Rita	0,507	0,2	77,8	2,8	0,3	1	10	73,9	3,0	20,7	0,8
Vargem Grande	0,417	0,2	65,5	0,9	0,3	1	21	67,8	0,0	17,4	0,0
11 – REGIÃO DO BAIXO MUNIM	0,491	0,4	0,3	0,2	0,2	89,8	9,9	21,9	6,8	25,7	5,7
Axixá	0,608	0,4	63,9	1,8	0,5	0	3	17,2	8,6	8,6	2,9
Bacabeira	0,569	0,5	101,4	0,6	0,3	0	4	19,2	12,8	12,8	0,0
Cachoeira Grande	0,407	0,1	86,0	0,1	0,1	0	3	34,9	0,0	0,0	0,0
Icatu	0,529	0,2	50,7	1,3	0,4	0	2	0,0	0,0	19,5	27,8
Morros	0,540	0,5	65,3	2,7	0,3	1	2	0,0	0,0	32,8	0,0

Fonte: IMESC (2012).

Nota: INS = índice do nível de saúde.

Ainda em relação à população bacabeirense, complementando os informes do IMESC, cabe citar que os indicadores do IBGE referentes ao ano de 2019, apontam que, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Bacabeira alcançou, na rede pública de ensino, 4,4 pontos nos anos iniciais do ensino fundamental; 4,2 nos anos finais do ensino fundamental; 3,8 no 3º ano do ensino médio (BRASIL, 2021).

Com base nisso, observa-se que o município se aproximou da meta estadual estabelecida para os anos iniciais do ensino fundamental (4,8); contudo, ainda está distante da meta nacional (5,7). Além disso, permanece abaixo da meta fixada para os anos finais do ensino fundamental (5,2 em escala nacional e 4,8 no Maranhão) e para o ensino médio (5 no país e 4,3 no estado) (BRASIL, 2021).

Considerando as características locais, Silva (2015) ressalta que as maiores fontes de recursos do município estão na pecuária, na extração vegetal, nas lavouras permanentes e temporárias, no setor empresarial (com 58 unidades na localidade), nos programas governamentais de transferência de renda e nos trabalhos informais. Apesar das 58 unidades empresariais instaladas em Bacabeira/MA, serão enfocadas a Margusa, dedicada à produção de ferro gusa, e a Cerita, direcionada à produção de cerâmica vermelha. Apesar da presença de grandes empresas na região, o indicador social do IDHM evidencia que houve um crescimento mínimo no município, já que, em 2000, o indicador registrou 0,433; e em 2010, passou para 0,629 (IBGE, 2021).

Cerca de 22,3% da população reside na zona urbana, enquanto 77,7% estão na zona rural. Com relação aos níveis de vulnerabilidade, o município registra que 52,24% estão na linha de pobreza, enquanto 39,63% estão abaixo dessa linha. Os dados expostos revelam que esses 58 empreendimentos não asseguram, para a população, a distribuição de renda e ascensão social, visto que o IBGE aponta níveis baixos quanto à média da capital do estado. Desse modo, notam-se as contradições que esse município vem vivenciando diante dos processos industriais e da expansão de um projeto de modernização.

Logo, o município de Bacabeira vem, historicamente, sendo submetido a essa constante desigualdade articulada, pois, de um lado, existe o crescimento em nome do “progresso”, como a construção da BR-135, a instalação de usinas, cerâmicas e a anunciada Refinaria *Premium I*; de outro lado, opondo-se a esses ares de progresso, tem-se a ocorrência de níveis baixos no IDHM. Assim, a população desse município sente a lógica do capital invadindo, desmatando e impondo um novo cotidiano para os moradores dessa região.

Todavia, esse pequeno município, situado no estado do Maranhão, na região da Amazônia Legal e no Nordeste do Brasil, possui uma posição privilegiada, por ser drenado pelas maiores bacias hidrográficas maranhenses representadas pelos rios Itapecuru e Mearim, além de ser atravessado pela BR-135 e pelas ferrovias Carajás e Transnordestina, as quais viabilizam o acesso ao CPSL. No município, também há grandes redes de energias que abastecem São Luís e as demais indústrias da capital, além da adutora do Sistema Italuís da Caema, que supre 60% da água consumida na ilha ludovicense.

Dessa forma, percebe-se que Bacabeira apresenta um bom potencial por sua localização estratégica e riquezas naturais e por ter áreas ainda não registradas e legalizadas, a exemplo de Santa Quitéria e Salvaterra (SILVA, 2014). Nesse sentido, Bacabeira torna-se um dos municípios mais promissores para investimentos, negócios e instalação de grandes projetos industriais.

Diante desses atributos, Silva (2014, 2019) destaca, citando Sant'Ana Júnior, que essa localidade se encontra no projeto de desenvolvimento da Amazônia, visto que apresenta reservas naturais que, até então, não foram exploradas, mas que são imprescindíveis para efetivar a modernização almejada, devido:

1. À existência de minerais e minerais não metálicos responsáveis pela implantação de indústrias extrativas e metalúrgicas, como: a Margusa Maranhão (produtora de ferro-gusa) (BR-135, 48, Periz de Cima); Pedreira Primavera – Ltda. (BR-135, km-45, Periz de Baixo); Cerita – Cerâmica Industrial Ita Ltda. (BR-135, km-53, Periz de Cima); Cerâmica Industrial Bacabeira Ltda. (BR-135, km-52, Periz de Cima); Granorte de Mineração S/A (BR-135, km-43 – Periz de Baixo), para citar algumas. 2. À construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, entre 1910-1930 e, posteriormente, a Carajás-Norte-Sul. 3. À presença do estuário do rio Mearim, um dos maiores rios do Maranhão, que, antes de desaguar na Bahia de São José, passa pelo município de Bacabeira. (SILVA, 2019, p. 85).

Apesar desses projetos na região, observa-se a inserção de mão de obra local ainda baixa no setor industrial de cerâmica, de produção de ferro gusa e pedra, bem como na fase de terraplanagem da Petrobras. A respeito disso, Silva (2019) aponta que as modificações na esfera produtiva vêm acontecendo nessa região, acarretando mudanças no cotidiano das famílias locais, devido a inúmeros investimentos, projetos e especulação imobiliária na localidade (Anexos E e F).

Essas mudanças afetam substancialmente o modo de vida e trabalho desses moradores, uma vez que a força de trabalho dos trabalhadores locais se desenvolve majoritariamente na agricultura, além de terem, como nível de escolaridade, o ensino

fundamental incompleto. Por isso, poucos são contratados para trabalhar nesse novo espaço “rural brasileiro”, e suas atividades laborais se limitam à agricultura tradicional, ao artesanato e ao setor de serviços — muitos deles permanecendo na informalidade, como é possível observar em rodovias e avenidas de Bacabeira.

Figura 20 – Pontos comerciais na BR-135, município de Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2019).

Assim, no trajeto para Bacabeira, percebem-se pontos comerciais localizados na BR-135 e na MA-104, para a venda de produtos cultivados da terra e produção local através do artesanato em barro e argila. Convém ressaltar que, mesmo diante da tendência de industrialização nas atividades econômicas no município, a produção local permanece, seja na agricultura ou em artesanatos como cerâmicas, adquiridas de modo tradicional e cultural na região.

No entanto, é inegável que essa região vem enfrentando condições adversas na sua produção agrícola, levando muitos desses trabalhadores a buscar meios para a sua sobrevivência. Nessa perspectiva, Carneiro e Costa (2009) ressaltam o quadro de adversidade na agricultura familiar, ao analisarem as condições de emprego e de ocupação no Maranhão, bem como a relevância do trabalho agrícola não assalariado.

Embasados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, os autores ratificam que 85% das pessoas que se dedicam à agricultura, equivalente a 41% das ocupações do estado, fazem parte de empreendimentos de cunho familiar. Esses dados evidenciam a importância da agricultura familiar no âmbito da economia maranhense, pois não apenas tem a função de gerar renda, mas também envolve o

uso sustentável dos recursos naturais e fortalece as relações culturais mantidas e dinamizadas nas diversas regiões do Maranhão (CARNEIRO, 2009).

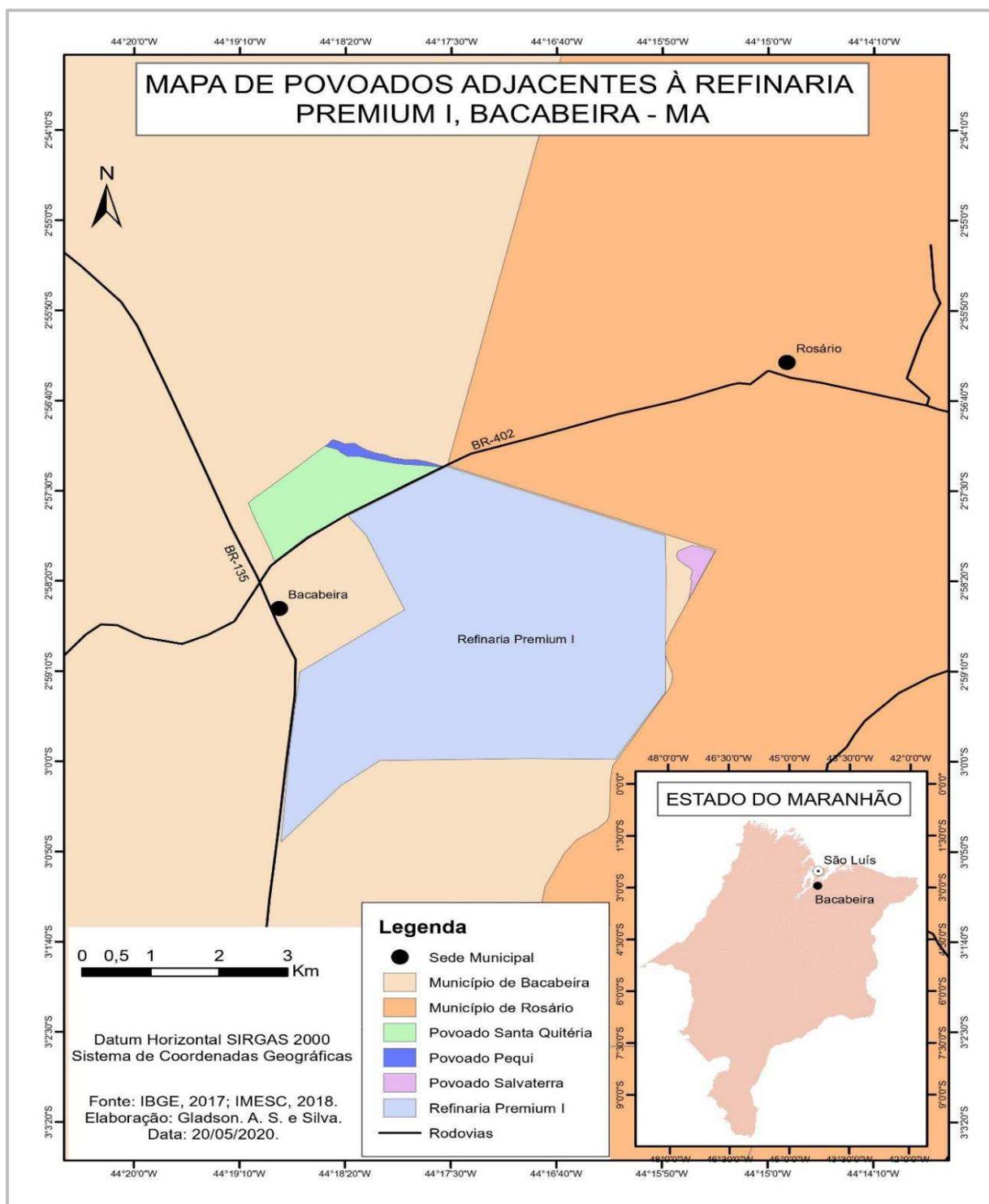
Mesmo com a dinamização econômica, Bacabeira continua enfrentando várias problemáticas que têm atingido significativamente o cotidiano dos seus moradores, cujos principais meios de subsistência são a pesca, a roça, a criação de abelha e de gado, serviços autônomos e artesanais (como a produção de cerâmicas). Acerca da questão laboral dessa localidade, Silva (2019) aponta que as demandas de trabalho relativas à industrialização no município não têm abarcado os trabalhadores locais, devido ao seu nível de escolaridade e à sua relação com a agricultura familiar, bem como em razão de as ofertas de emprego nessas empresas serem preenchidas por trabalhadores de outras cidades ou estados.

Contudo, mesmo os trabalhadores de Bacabeira não sendo absorvidos como força de trabalho no setor industrial, a inserção desses empreendimentos na região modifica as condições de produção através da elevação do custo de vida, altera os meios anteriores de produzir e comercializar e, logicamente, gera uma especulação imobiliária, além de conflitos pelo uso e ocupação da terra, afetando diretamente as condições de vida e trabalho desses trabalhadores (SILVA, 2014, 2019).

Todas essas transformações são sentidas, inicialmente, pela comunidade de Santa Quitéria, quando os moradores locais enfrentam a especulação imobiliária e as modificações no seu modo de vida e trabalho, acirradas pelo processo de instalação de projetos industriais, especialmente pela Refinaria *Premium I*. Cabe pontuar que Santa Quitéria está posicionada na antiga MA-104, atualmente BR-404, no Km-4, em frente à área voltada à Refinaria *Premium I*. Sua localização é estratégica em relação à possibilidade de investimentos na região, considerando a proximidade do projeto industrial da Petrobras.

Na atualidade, Santa Quitéria já é afetada pelos efeitos dessa refinaria, visto que se situa na porta dianteira do empreendimento petrolífero e seus investimentos transnacionais (SILVA, 2014). O mapa a seguir demonstra a situação vivenciada pelos moradores e explicita o motivo da luta pela terra entre um suposto “dono” e seus antigos moradores (Figura 21).

Figura 21 – Mapa de Santa Quitéria, Bacabeira/MA, e das comunidades próximas à Refinaria Premium I



Fonte: elaborada por Gladson Silva para a pesquisa (2020).

O povoamento de Santa Quitéria decorre da construção da estrada em direção à Rosário, cujos trabalhadores buscaram moradia e melhores condições de vida e trabalho. A ocupação da comunidade ocorreu no ano de 1996, sendo nomeada Santa Quitéria, segundo Silva (2014), em razão da existência abundante da planta medicinal

denominada Santa Quitéria (*Kalanchoe pinnata*), que é ideal para curar problemas no estômago e oferece benefícios para a saúde.

De acordo com Silva (2014), a partir dos relatos dos moradores locais, existia, na área, diversas muitas plantas frutíferas, como mangueiras e jaqueiras. As famílias que chegavam à comunidade ficavam impressionadas com fertilidade da terra para o plantio, com árvores e frutas em abundância que a natureza oferecia a eles. A autora explica que, há cerca de 26 anos de moradia, ocorreu a plantação das lavouras por essas famílias, que convidaram outros familiares para trabalhar nas terras.

Baseada nos relatos dos moradores, Silva (2014) também evidencia que não se registrava, no período, qualquer propriedade particular, existiam somente famílias centenárias, como os Caires, Desterro, Marcolinos e Tavares. Nenhum conflito existia desde o processo de ocupação, até o aparecimento da refinaria nessa localidade.

Em agosto de 1998, o advogado José Valmir Moura, comumente conhecido como “Sr. Biril”, entrou com uma ação no Tribunal de Justiça do Maranhão, solicitando reintegração de posse e declarando ser o único e legítimo proprietário das terras da referida comunidade. Porém, conforme explana Silva (2014), até então, o Sr. Biril não pretendia retirar nenhum morador do local, pois para eles a terra era meio de vida e trabalho.

No entanto, após o anúncio da refinaria (Anexo D) e a especulação imobiliária, o valor da terra se ampliou, passando a ocorrer, com frequência, visitas de grileiros, que contataram o suposto “dono”, oferecendo-lhe uma grande quantia para comprar as terras dessa região. Desde então, eclodiram conflitos nos quais o encarregado do suposto proprietário, o Sr. Ernesto, tem intimidado e ameaçado os moradores locais a mando da Pedro Iram Pereira Espírito Santos (PIPES), empresa de Carolina/Goiás, e com o consentimento do Governo do Estado do Maranhão.

Segundo depoimentos coletados por Silva (2014), o Sr. Biril entregou à Juíza um documento novo, porém não foi aceito porque a escritura do documento possuía uma data recente. Devido a isso, a causa não foi para frente, e os moradores locais que plantavam e habitavam na terra ganharam o direito de permanecer na região. Contudo, o Sr. Biril entrou novamente na justiça com o documento contendo uma nova data retroativa, a qual, dessa vez, foi aceita pela Justiça, mas o georreferenciamento do Itermo não era condizente com o tamanho da terra, que era de 235 ha, todavia a documentação apresentada pelo Sr. Ernesto era de 203 ha.

A partir daí, os moradores locais perceberam que essa documentação era fraudulenta e que estavam sendo enganados. Nessa época, muitos trabalhadores rurais de Santa Quitéria adoeceram e sentiram o medo e a insegurança em virtude desse processo de disputa pela terra, o qual vem sendo marcado pela derrubada de casas e violência entre ocupantes e proprietários, como ilustra a figura a seguir.

Figura 22 – Disputa e desocupação em Santa Quitéria, Bacabeira/MA



Fonte: Calvet (2012a).

Apesar do medo e da insegurança, muitos trabalhadores rurais não ficaram inertes e decidiram se reunir em igrejas e em algumas casas dos próprios moradores. Todavia, as reuniões nesses espaços incomodavam alguns trabalhadores por não se sentirem à vontade para “falar tudo” devido à presença de “olheiros”. Diante disso, os trabalhadores rurais organizaram a documentação no cartório para registro e construção da Associação de Moradores³⁶ (SILVA, 2019).

³⁶ Associação de Moradores em Santa Quitéria foi criada, como delineia Silva (2019, p. 191), “a partir da iminência de expulsão da terra em que moram e trabalham, que está localizada na parte frontal da área desapropriada para a construção da Refinaria *Premium I*, em Bacabeira. Assim, como forma de mobilização e enfrentamento coletivo dos trabalhadores do povoado ao suposto proprietário da

Em abril de 2010, foi expedido um mandato de reintegração de posse, e a Associação de Moradores recorreu na Justiça, conseguindo uma medida cautelar, que suspendeu a decisão até que se julgue o mérito da questão. Na época, os moradores declararam que desconheciam a propriedade das terras como sendo pertencentes à José Valmir, já que ele concorreu em 2006 às eleições estaduais, como candidato à deputado, e não apresentou as terras de Santa Quitéria em sua declaração de bens.

No entanto, em dezembro de 2011, o efeito foi suspenso, sem julgamento do mérito, graças a um despacho da Desembargadora Maria das Graças Duarte, por entender que não estavam sendo preenchidas as condições da ação, determinando mais uma vez a reintegração de posse em favor de José Valmir (SILVA, 2014).

Preocupados com toda essa situação, os trabalhadores rurais de Santa Quitéria, organizados através da Associação de Moradores, entraram com mandado de segurança para suspender a retomada da terra. A liminar, então, foi concedida pelo Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que fundamentou sua decisão na necessidade de intervenção do Ministério Público na ação.

Como a questão parece estar longe de ser resolvida, em meio às constantes ameaças de violência, os trabalhadores rurais de Santa Quitéria requisitaram, à Juíza da Comarca de Rosário (responsável pela área), a intimação de José Valmir Moura sobre a liminar que suspendeu a reintegração de posse, para impedir que ele pratique qualquer ato atentatório à comunidade, visando manter a ordem e a integridade dos trabalhadores rurais que moram na região há mais de 18 anos (SILVA, 2014).

Nessa trajetória de reivindicações, a comunidade passou a ter o apoio do “Movimento de Defesa da Ilha” e de outros segmentos da sociedade civil que lutam pela terra. Em função dessa mobilização com a participação de outras entidades e movimentos, a Associação de Moradores de Santa Quitéria formou uma base social capaz de criticar e questionar o processo de reintegração de posse e as fraudulentas ações do suposto dono. Dessa maneira, a Associação vem descortinando as práticas violentas do suposto dono e fomentando a articulação dos trabalhadores rurais na luta pela permanência na terra.

Assim, é participando da Associação de Moradores e encarando as investidas do suposto dono que os trabalhadores rurais da comunidade têm percebido que a luta

terra, fundaram a associação no dia 7 de outubro de 1999, registrada no Cartório do município, com CNPJ nº 03507517/0001-60 e sede própria”, entendendo que as reivindicações seriam através dela, e isso reduziria as constantes ameaças do suposto dono e do seu encarregado.

é constante, cotidiana, e que precisam estar unidos, perseverando e resistindo para alcançar o seu objetivo principal. Segundo Silva (2019), a partir de depoimentos das lideranças, os trabalhadores rurais reconhecem a importância da organização política, da construção de estratégias e de articulação com outras organizações para trocarem informações e conhecimentos, como forma de fortalecer e legitimar a sua luta.

Conforme esses relatos, a Associação de Moradores, junto aos membros do Conselho Deliberativo da Associação, tem buscado mobilizar outras associações para “despertarem” sobre a situação vivenciada no município. Os relatos das lideranças também indicam que a luta na comunidade não é um movimento homogêneo, pois existem conflitos internos, mas a Associação de Moradores tem ganhado força com a participação dos demais trabalhadores, na certeza de que somente através luta eles podem mudar o trajeto da história (SILVA, 2019).

Logo, a luta dos trabalhadores de Santa Quitéria retrata processos de avanços e recuos e mostra a importância da organização política coletiva para enfrentar essa questão de reintegração de posse da terra e as condições para a sobrevivência pela terra. Diante disso, nota-se que as formas de organização política na comunidade têm sido essenciais na luta dos trabalhadores rurais.

As formas de organização dos trabalhadores de Santa Quitéria estão, portanto, na esteira da concepção de Gramsci (1995), no sentido de que é essa organização que possibilita a distinção e a independência dos grupos sociais, mediante a atuação de intelectuais, sejam eles organizadores ou dirigentes. Nessa ótica, é possível dizer que o pensamento e a organização política exigem um trabalho educativo ordenado, que conduza os trabalhadores à superação da condição de subalternidade que lhes é imposta (SILVA, 2014).

Sob a concepção de Gramsci, entende-se que a formação das organizações políticas da classe subalterna retrata uma fase intermediária de direção consciente, na qual os grupos subalternos exercem pressão de forma coletiva por reivindicações e demandas políticas (SILVA, 2014, 2019). Com base na ótica gramsciana, Cardoso e Lopes (2009) afirmam que a hegemonia tem um papel de destaque na constituição das classes subalternas como protagonistas dotadas de vontade coletiva.

Nessa constituição, a formação ideológica é essencial, mas requer a conquista da hegemonia das classes subalternas, na medida em que propicia o rompimento da dominação ideológica por parte das classes antagônicas. Contudo, esse rompimento

só é possível por meio da organização das classes subalternas e da consciência de classe por elas alcançada (CARDOSO; LOPES, 2009).

Assim, em uma ótica pedagógica, participar de forma organizada é expressar a capacidade de interferir no processo de transformação social e política, de maneira consciente (CARDOSO; LOPES, 2009). Contudo, isso só é possível através de uma necessidade prática de prover uma “direção consciente” para as atividades dos grupos subalternos, permitindo que transformem o seu “senso comum” em “bom senso”, nos termos de Gramsci, com elementos de consciência histórica e crítica.

Quando as classes subalternas são apropriadas do processo de consciência de classe e de suas condições históricas, tornam-se capazes de reestruturar a história de opressão, não em um duelo de destruir uma hegemonia em função da outra, mas de construir uma sociedade que tenha princípios de igualdade e de noção de direito, especialmente no modo de pensar, agir e propor (SILVA, 2014).

A participação da sociedade civil organizada em associações e movimentos sociais consiste, no entendimento de Silva (2014), em uma atividade que, na ótica marxiana, impulsiona a história e, no prisma gramsciano, se constitui um espaço de lutas objetivando a mudança da condição que lhe é imposta. Desse modo, as lutas desenvolvidas pela sociedade civil são fundamentais na vivência de um processo direcionado à transformação social, em uma perspectiva que busca a emancipação humana e a libertação de uma vida alienada.

Entretanto, esse processo de luta só é viável quando a sociedade civil está organizada, pois é na luta organizada que os segmentos subalternos da sociedade elevam a sua consciência e a solidariedade e se instituem sujeitos coletivos. Os fragmentos desses movimentos podem ser percebidos na sociedade brasileira, quando os trabalhadores se organizam politicamente e manifestam as formas de expressão de sua consciência de classe em diversos momentos da história do país.

Considerando a importância desses processos para a luta e a construção de um novo horizonte, na seção a seguir, será iniciada uma discussão a respeito das formas de expressão da consciência da classe trabalhadora na conjuntura brasileira na perspectiva da organização, com a finalidade de compreender, de maneira crítica, os desdobramentos desse processo na sociedade brasileira.

3.2 Breve histórico da organização política e a consciência da classe trabalhadora

Durante a história brasileira, como já foi evidenciado neste capítulo, existiram diversas organizações e formas de lutas reivindicando os direitos dos trabalhadores, comprometidos com a transformação da estrutura econômica e política da sociedade. No entanto, muitas dessas organizações foram aniquiladas pela intensa repressão do Estado, a exemplo dos grupos armados da década de 1960, que resistiram à Ditadura Militar e foram violentamente perseguidos, presos e assassinatos (BOGO, 1999).

Nesse período, o fim das liberdades democráticas, a repressão e o terror como política de Estado entraram em cena, através da estrutura legislativa, que sustentava o regime militar. Dessa maneira, a Ditadura Militar não foi uma obra do acaso. Pelo contrário, ela se apresentou como efeito do contexto sociopolítico que foi interpretado pelas elites como um momento de desprestígio e uma possível aliança com grupos de esquerda portadores de um espectro comunista.

O grupo militar que tomou posse em 1964 sustentou o seu golpe através de um tripé composto pela sociedade civil burguesa brasileira, pelas forças armadas do país e pela grande pressão exterior promovida pelo governo norte-americano, que possuía grandes interesses econômicos no Brasil, tendo como objetivo prioritário desarticular a mobilização dos trabalhadores desencadeada a partir da crise do populismo.

No começo dos anos 1960, por meio das classes populares, deu-se início a um processo de contestação da dependência brasileira ao capital exterior, ao passo que se propunham mudanças nas estruturas econômicas vigentes, ansiando pela maior inclusão da classe pauperizada e trabalhadora. No mesmo contexto de efervescência das classes populares, como frisam Maciel e Demier (2018, p. 106), “outros setores sociais também se colocam em movimento, como os trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras”.

Assim, demonstrou-se que o desconforto das elites diante da ameaça de um levante popular poderia ser sentido não apenas no âmbito citadino, visto que, no caso dos trabalhadores camponeses, a luta pela reforma agrária estava no cerne de suas pautas — o que deu vazão a um processo de organização e mobilização, pautado na reivindicação de direitos sociais.

A constituição dessas mobilizações populares gerou, nas forças armadas, um sentimento reacionário, denominado “contrarrevolução”³⁷, ideologicamente orientado por interesses e valores da classe dominante, agindo no sentido de “impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia” (IANNI, 1989, p. 125).

Com isso, o regime militar tentava extinguir qualquer organização política da sociedade civil e promover uma nova política econômica para atender às demandas do grande capital, criando condições para a retomada do crescimento econômico e a solidificação do padrão de acumulação capitalista dependente associado. Para isso ocorrer efetivamente, o grupo militar contou com o apoio significativo de importantes setores do empresariado brasileiro, especialmente os ligados aos grandes bancos e às federações industriais do país (MACIEL; DEMIER, 2018).

Esse regime político, de acordo com Jaguaribe (1974), era subsidiado por um sistema produtivo que tinha como base a empresa privada nacional e internacional e a pública. Além disso, o movimento era amparado e influenciado por oficiais militares norte-americanos através das ideias de “defesa nacional” e luta contra o comunismo. Nesse viés, Sodré (1984, p. 91) ressalta que “o anticomunismo foi, assim, e sempre, o caminho para a ditadura”.

Com todo esse apoio e influência das três forças armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — do país, o contexto brasileiro experimentou, nos primeiros anos da década de 1960, a partir do golpe de Estado em 1964, profundas transformações nas esferas econômica, social e política. Na economia, existe a rápida diversificação e modernização da indústria e serviços, estruturada por uma economia que intensificava a concentração de renda, endividamento externo e abertura ao capital estrangeiro.

Todas essas transformações ocorridas no contexto do golpe militar de 1964 e no regime instaurado foram, de acordo com Ferreira Junior (1998 apud DINIZ, 2012, p. 1), “a consolidação do processo de desenvolvimento capitalista iniciado em 1930. Consolidação esta que com o modelo político de exceção garantiu o que chamou de modernização autoritária do capitalismo, simbolizada pelo milagre econômico³⁸”.

³⁷ A contrarrevolução tornou-se uma ferramenta de controle muito utilizada pelas elites, contra qualquer forma de movimento popular que busque romper com a ordem preestabelecida, para que, assim, se mantenham os *status* de dominador e dominado inalterados e bem definidos.

³⁸ Segundo Cardoso (1995), o milagre econômico abrange, de um lado, a acumulação de riqueza e, de outro lado, a acumulação de pobreza, trabalho atormentante, ignorância e degradação. Consiste na acumulação da riqueza por uma pequena parcela da sociedade, em decorrência do arrocho salarial, da falta de liberdade de expressão e da repressão às manifestações de resistência.

Diferentemente do discurso de que a tomada do poder pelos militares, com a participação efetiva de setores civis, assegurava a independência do Brasil e a sua plena estabilidade, o movimento político-econômico instituído asseverava a presença e a aplicação do capital no mercado brasileiro, introduzindo-o no contexto mundial. Trata-se, em suma, de um movimento de desenvolvimento instituído verticalmente, de cima para baixo, sem a participação das classes populares, no âmbito tradicional da modernização conservadora no país (DINIZ, 2012).

Com esse modelo, a economia brasileira desenvolveu as suas relações sociais de produção e, subsequentemente, elevou a força de trabalho especializada. Dessa forma, a ampliação da mão de obra manteria baixos níveis saláris e proporcionaria, por conseguinte, maior expropriação da mais-valia, mantendo significativas taxas de lucros, necessárias para o progresso do capitalismo no território brasileiro. Analisando esse contexto, Ferreira Junior e Bittar (2006) assinalam que o quadro institucional do regime militar brasileiro era considerado:

[...] um Estado autoritário, dotado de grande capacidade superordenadora da sociedade civil; um sistema produtivo baseado na grande empresa privada, apoiada por uma importante rede de empresas de serviços públicos; e um ordenamento jurídico orientado no sentido da exclusão seletiva de qualquer influência dos intelectuais, da Igreja, e de grupos organizados de estudantes e trabalhadores, além das organizações de esquerda, ou seja, de quaisquer possibilidades efetivas de oposição. (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 1170).

Em síntese, o regime instaurado em 1964 tornou-se extremamente autoritário, cujos mecanismos de poder, como aponta Jaguaribe (1974), eram controlados pela hierarquia militar, principalmente pelo exército. Assim, os agentes eram atraídos pela cooptação e recebiam subsídios da classe média e da burguesia, representados por diversos setores e grupos.

Nessa conjuntura, o modelo estabelecido concentrava-se nas relações entre o Estado de Segurança Nacional, instituído em substituição ao Estado Populista, e a oposição, caracterizada de forma abrangente como sociedade civil. Nota-se, ainda, como indica Alves (1989), o processo de implantação e consolidação da Doutrina de Segurança Nacional, entendida como *Weltanschauung* ou cosmovisão³⁹.

³⁹ A cosmovisão, como explanam Nickel Junior e Dück (2020), refere-se a uma visão de mundo. É um modo de observar e analisar a realidade, de ver e compreender o mundo, especialmente as relações humanas e os papéis dos indivíduos na sociedade.

Cabe dizer que a cosmovisão era utilizada com tríplice função pela coalização civil-militar que se apossou do Estado brasileiro através do golpe de 1964. As ideias estabelecidas nesse modelo tinham relação direta com uma ideologia caracterizada pela modelação das estruturas do Estado, pela imposição de formas de controle da sociedade civil e pela elaboração de um projeto de governo capitalista associado, dependente e autoritário (ALVES, 1989).

No ano de 1968, como explicam Priori *et al.* (2012), a Doutrina de Segurança Nacional foi transformada em lei com a publicação do Decreto-Lei nº 314/1968, que visava, principalmente, identificar e eliminar todos que criticavam ou contestavam o regime instaurado, ou seja, considerados “inimigos internos”. Portanto, essa doutrina não era um produto acabado em 1964 e se instituiu a partir de componentes internos ao grupo no poder.

Nessa perspectiva, Alves (1989, p. 27-28) reforça que só é possível analisar a natureza do Estado de Segurança em relação:

[...] ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil. Tanto as estruturas do Estado quanto as formas de oposição vão permanentemente se transformando à mercê das tentativas de cada parte de controlar, conter ou modificar a outra. O relacionamento mútuo é, portanto, essencialmente dialético.

Diante disso, no quadro político-militar de 1968-1990, a vigilância do governo sobre as organizações se manifestou, por vezes, através das disposições da Lei de Segurança Nacional e de mecanismos de violência, como torturas e assassinatos, contra as lideranças dessas organizações. Esse ato repressivo objetivava propagar o medo entre os opositores do regime, intimidá-los e dificultar as ações dos grupos ou indivíduos que participavam das lutas populares (CARDOSO, 1995).

Após o golpe de 1964, estabeleceu-se, então, uma intensa repressão sobre as várias formas de manifestação e organização. Nesse panorama, conforme explana Ianni (2004), as lutas no campo também foram silenciadas, mas não aniquiladas, pois resistiram a esse contexto de repressão militar. Desse modo, não havia outra saída aos trabalhadores, senão lutar pela mudança do quadro instituído, diante da reiterada e contínua contrarrevolução burguesa:

A burguesia não quis ceder, nem concordando com a criação da democracia burguesa; apenas contrafacções, reformas "de cima para baixo". Diante

dessa situação, o povo, trabalhadores, operários e camponeses podem compreender que a sua revolução, de baixo para cima, emancipará o povo, a classe operária, o campesinato e o conjunto da sociedade. (IANNI, 2004, p. 305).

Essa resistência mostrava, de certa forma, que nem tudo caminhava como a ditadura queria, uma vez que alguns grupos não estavam consentindo e incorporando as novas estruturas de poder. Por conseguinte, o regime autoritário teve que enfrentar a resistência dos trabalhadores organizados em movimentos sociais e em partidos de esquerda (PRIORI *et al.*, 2012).

Nesse sentido, vale ressaltar que os primeiros movimentos articulados contra a ditadura se organizaram na área urbana, reunindo diversos trabalhadores, partidos e movimentos na luta por outro cenário. Posteriormente, outras tentativas de luta e resistência foram sendo formuladas na área rural, tendo como referência principal a resistência do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região do Bico do Papagaio, atual estado do Tocantins (PRIORI *et al.*, 2012).

Nessa região, de acordo com Mocellin (1989), grandes projetos agropecuários passaram a se desenvolver com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Assim, com o consentimento do governo, iniciou-se a exploração de grandes regiões do território brasileiro, por multinacionais, incitando o processo de internacionalização da economia do país.

Junto à exploração do território nacional, realizava-se a expansão latifundiária com a expulsão de posseiros e trabalhadores rurais das regiões atingidas, que eram perseguidos violentamente ou, até mesmo, assassinados por jagunços a serviço das classes dominantes. Além disso, esses trabalhadores do campo e da cidade sentiam dificuldades para se organizar, uma vez que a coerção e as perseguições eram uma realidade imposta aos grupos que contestavam o regime instaurado (PRIORI *et al.*, 2012).

Nesse cenário repressor, os trabalhadores do campo e da cidade tiveram que enfrentar várias ações do regime ditatorial — entre elas, pode-se citar o fechamento de partidos políticos, a cassação de mandatos, a intensa repressão contra operários, camponeses e estudantes. À medida que essas ações eram incorporadas, as lutas no campo e na cidade entraram em refluxo, em virtude da forte repressão e violência que passaram a enfrentar (IANNI, 1984).

Nesse período, marcado pela tutela militar, ocorreram diversas mudanças no país, segundo Medeiros (1989), tais como um conjunto de reformas com a finalidade de modernizar a economia e a sociedade brasileira; algumas requeridas no pré-64. Entre essas reformas, vale mencionar a bancária, a universitária, a administrativa e, ainda, a agrária — a qual foi materializada pelo Estatuto da Terra, mediante a Lei nº 4.504/1964. Logo após, deu-se início a um “período de fechamento”, em 1968, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

A partir daí, como assinala Medeiros (1989), iniciou-se a definição da política econômica que originou o chamado “milagre brasileiro”, sem qualquer abertura para as diferentes forças sociais se manifestarem. Dessa maneira, houve um crescimento econômico acelerado, caracterizado pela concessão de subsídios e incentivos fiscais e ancorado no acúmulo de capital e renda. Em decorrência disso:

Ampliou-se a produção de bens de capital, modernizou-se o parque industrial, estimulou-se a modernização agrícola e a ocupação das fronteiras pelos grandes empreendimentos incentivados. O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional. (MEDEIROS, 1989, p. 84).

Associado a essas medidas, efetivou-se no país uma ampla propaganda em volta de projetos especiais, a exemplo do Programa de Integração Nacional (PIN), do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste (Proterra) e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), bem como em torno de grandes empreendimentos, como a Transamazônica, considerado o mais desastroso (MEDEIROS, 1989).

No que tange aos trabalhadores urbanos, o novo modelo resultou no arrocho salarial. Já no campo, ocorreu um intenso êxodo rural, o crescimento de despejos e o aumento do trabalho temporário em amplas proporções. Houve, ainda, a proibição de manifestações de protestos e greves, a censura à imprensa, a intensa repressão às organizações “clandestinas” de esquerda que resistiam ao regime estabelecido, além de graves violências (MEDEIROS, 1989).

No entanto, após 1964, a luta dos trabalhadores rurais estava em um cenário muito particular, vinculado ao desenvolvimento e ao populismo⁴⁰ e ao crescimento do

⁴⁰ Nos estudos de Jaguaribe (1967), populismo implica uma relação direta entre as massas e um líder, em uma aliança que proporcionaria ao líder o apoio das massas, em seu objetivo de conquista de

movimento operário, cuja diversidade e intensidade garantiam a esses trabalhadores e suas respectivas organizações uma maior visibilidade em determinados momentos (MEDEIROS, 1989).

Nesse quadro, como expõe Medeiros (1989), a constituição dos trabalhadores rurais enquanto sujeitos políticos implicou a criação de várias organizações políticas, no campo, que buscavam representá-los e articulá-los a um projeto político que ia além dos interesses imediatos. Como exemplos dessas organizações, destacaram-se as ligas e o sindicalismo rural, que proporcionaram aos trabalhadores experiências de luta e resistência no campo, na conjuntura brasileira.

Entretanto, no período da ditadura civil-militar, essas organizações rurais foram totalmente reprimidas ou desarticuladas, e os seus principais membros foram presos ou mortos. Nesse período, o regime ditatorial tinha um discurso e até uma justificativa para legitimar a prática de repressão nas organizações políticas do campo. Alegava-se que essas organizações políticas no campo congregavam terroristas, objetivavam a implantação de um regime comunista no país e eram contrários à liberdade, às leis, à família, à propriedade e a outros aspectos sociais (PRIORI *et al.*, 2012).

No entanto, quando usavam a extrema violência contra as organizações e os movimentos sindicais, evidenciava-se a expressão mais cruel e violenta da ditadura, através de caçadas brutais e desarticulações desses agrupamentos. Assim, o golpe militar representou um governo de dupla face em relação aos movimentos sociais no campo (PRIORI *et al.*, 2012).

Nesse contexto, marcado por uma forte repressão, os canais institucionais de organização popular (partidos políticos, sindicatos e associações) foram impedidos por meio do AI-5, que “suspendeu o princípio do *habeas corpus* e instituiu, de forma clara e objetiva, a tortura e a violência física contra os opositores do regime” (PRIORI *et al.*, 2012, p. 201). Essa repressão física atingia diretamente os trabalhadores rurais e urbanos por constituírem formas de combate e resistência contra o governo militar.

Portanto, os atos institucionais e a autoridade absoluta do regime militar eram empregados para proteger as forças repressivas, independentemente dos métodos usados. Embora o governo militar tivesse uma política econômica e um forte aparato

poder político. O estudioso apresenta uma interessante análise crítica acerca do fenômeno populista na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular — o qual é considerado, pelo autor, um método inoperante nessas localidades.

de repressão sustentados por atos institucionais⁴¹ e pela Lei de Segurança Nacional, os movimentos sociais e políticos conseguiram construir uma rede de resistência que colocava em risco as medidas adotadas pelo regime (PRIORI *et al.*, 2012).

Nesse período, como pontua Cardoso (1995), surgiram vários movimentos de base, de forma defensiva e fragmentada — muitos deles resultantes das relações de vizinhança, parentesco e amizade, ou seja, de pessoas que acreditavam umas nas outras e se articulavam. Esses movimentos de base, como caracteriza Brant (1980), consiste em:

[...] associações comunitárias, grupos políticos de crescimento molecular, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães ou de jovens, grupos de oposição sindical, tendências estudantis, enfim, uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentavam-se na confiança direta entre os membros e na consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas. (BRANT, 1980, p. 13-14).

Convém destacar que o aspecto fragmentário desses movimentos não implica um sinal de insignificância ou inviabilidade, mas indica que estão atrelados às suas próprias condições de aparecimento. Desse modo, embora os movimentos operários pré-64 não tenham se firmado em ideais revolucionários e em conquistas do Estado, eles evidenciaram suas condições de trabalho e vida, propagaram “as experiências reprimidas, ocuparam o espaço da produção, reatualizaram a reivindicação social negada pelos patrões e prometida pelo Estado” (PAOLI, 1987, p. 97).

Em vista disso, percebe-se que as classes antagônicas se enfrentam na luta em defesa de seus objetivos, utilizando os instrumentos que possuem em benefício próprio. Esse antagonismo também é experienciado no processo organizativo, pois, no seu interior, há embates e desacordos específicos do movimento contraditório e dialético, mas que prejudicam o sentido e a politização da luta (SILVA, 2019).

Por conseguinte, ocorre o enfraquecimento e a desarticulação desse processo organizativo — daí a importância de uma direção mais coletiva, enquanto classe, que deve ser desenvolvida no processo de luta. Nessa trajetória histórica, questiona-se o caráter de classe dos movimentos populares, visto que a heterogeneidade compõe a sua formação, definida por frações que se diferenciam das classes subalternas. Além disso, entra em questionamento a natureza das lutas dos movimentos populares, por

⁴¹ Durante o período do regime militar, foram publicados 17 atos institucionais, mas, entre eles, o mais polêmico e violento foi o de nº 5.

estarem na esfera da produção e emergirem como condições opostas à organização política (ABREU, 1955).

Contudo, segundo Paoli (1987), a heterogeneidade dos movimentos populares saiu da condição de opressão e entrave a uma classe e passou a ser encarada como componente da sociedade brasileira, com todas as suas discrepâncias e expressões de classe. Assim, os movimentos sociais evidenciaram que a dominação não é aceita pacificamente, ou seja, sem confrontos e contestações.

Nessa direção, ao analisar as novas configurações dos trabalhadores em São Paulo, Sader (1988, p. 197) aponta que “a heterogeneidade constitutiva da estrutura social induziria à reprodução das diversidades no plano das manifestações sociais”. Conforme indica o autor, um aspecto que distingue os movimentos sociais instituídos na década de 1970 é que, apesar de não surgirem de maneira fragmentada, eles se reproduziam como formas específicas de expressão.

Logo, mesmo contendo mecanismos de articulação, esses movimentos, como explica Sader (1988, p. 198), “se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma ‘superior’ e ‘sintetizadora’”. Constituíram-se, então, múltiplos movimentos oriundos de vários pontos do espaço social, cuja universalização em relação ao poder instaurado acontecia raramente. Por isso, a entrada desses movimentos na cena sociopolítica do país deu-se de maneira plural e autônoma, em uma conjuntura que buscava sair do regime militar.

Esses movimentos sociais, conforme pontua Sader (1988), não possuem uma base homogênea, nem se instituem dentro de formas organizativas e discursivas já conhecidas. O autor também explana que, quando essas formas surgem em algum movimento, elas são analisadas como opções políticas que podem ser debatidas, e não como inevitabilidades históricas. Assim, tais movimentos conservam ativamente a sua diferença interna, destacando desigualmente as dimensões reivindicativas.

Dentro desses movimentos, a participação dos sujeitos políticos ocorre a partir do momento que percebem uma falta de representação que atenda a seus direitos e suas demandas. Diante disso, esses sujeitos, antes isolados, passam a se organizar em prol das mesmas necessidades. A necessidade material comum coloca-se como elo, fazendo com que esses sujeitos adquiram consciência acerca da sua situação e se organizem em torno de suas lutas (SADER, 1988).

Nesse aspecto, Sader (1988) constata que, quando as classes não possuem representação e se encontram em situação de desigualdades comuns, elas buscam,

por si próprio, meios para reivindicar os seus interesses. Porém, o autor reitera que os movimentos sociais de 1970 foram bastante diversificados — dentro dos quais se instituíram novos sujeitos políticos.

Para entender melhor essa questão, Sader (1988) faz uma comparação com os padrões existentes no período de 1945-1964, quando surgiram diversas formas de manifestações de operários, posseiros, assalariados agrícolas e consumidores contra carestia, em virtude da heterogeneidade social. No entanto, esses grupos inclinavam-se para a unificação no sentido atribuído pelo discurso getulista ou para a unificação operada pelo partido na contrapartida comunista.

Nesse ponto de vista, é inegável que o partido é um espaço de centralização política, mas ele não é o único que realiza essa unificação política, podendo ocorrer também em outros terrenos de organização política, como o sindicato. Cabe destacar que essa organização política não ocorre de forma voluntarista, nem mecanicista, e sim mediante um trabalho intelectual qualificado das classes, manifestado na relação dialética “intelectual/massa” (CARDOSO, 1995).

Todavia, esse trabalho não se dá apenas na militância partidária, mas também em outros espaços políticos. Na dialética intelectual/massa, segundo Cardoso (1995, p. 176), “uma das funções do intelectual é impulsionar a unidade dos movimentos das classes subalternas para que essas se capacitem e apreendam, de forma mais aproximada possível, a totalidade social e façam frente à ordem do Estado burguês”.

Nesse sentido, Sader (1988) constatou, no seu estudo, que os movimentos por ele investigados — Clube de Mães da Periferia Sul, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e Comissão de Saúde da Zona Leste — eram modalidades de expressão de classes populares, que sentiram a necessidade de construir as suas identidades enquanto sujeitos políticos, por serem excluídas dos cenários públicos instituídos.

Além disso, o autor indica que os movimentos sociais que surgiram no âmbito político, no final dos anos 1970, trouxeram novas condições de vida para as classes populares e de expressão social, que, por terem características comuns, implicaram outra configuração de classe, em comparação às condições predominantes antes de 1964 (SADER, 1988).

Assim, os movimentos populares que surgiram, no âmbito político no final da década de 1970, demonstraram novas formas de manifestação e lutas coletivas das classes subalternas, caracterizados pela autonomia e pela pluralidade de discursos e

identidades, depois de um extenso período de repressão nos canais de expressão da sociedade civil, através do regime autoritário instaurado no país (ABREU, 1955).

O surgimento desses movimentos, segundo Sader (1988), ocorre no período em que o regime militar detém o poder de exercer controle e dominação e, por isso, subestima a habilidade de resistência dos trabalhadores. Mesmo tendo uma trajetória histórica distinta dos parâmetros tradicionais, tais movimentos indicavam uma ruptura com as formas de organização atreladas a partidos e sindicatos (DE PAULA, 2013).

Outra característica ressaltada por Sader (1988), parte da nova configuração de classe, é a ampliação da noção de “política” pelos movimentos sociais, mediante as suas formas de organização e luta, que politizam variados domínios do cotidiano. Nessa esteira, Cardoso (1995) destaca que o cotidiano se torna um eixo reprodutor, de um lado, das relações de dominação e, de outro, da luta contra elas, negando-se a noção de “política” na esfera das relações em volta do poder do Estado.

Nessas vivências do cotidiano, situa-se a organização das classes populares, seja segundo o local de trabalho ou de moradia, seja segundo alguma pauta que as motiva ou agrega. Nessa ótica, Sader buscou compreender os movimentos sociais a partir de uma análise que prioriza a ação e o movimento dos sujeitos, em detrimento de análises e esquemas predeterminados que limitam a sua apreensão da realidade e desconsideram as suas particularidades. Logo, a análise dos movimentos populares deve considerar a sua ação e as suas particularidades na realidade concentrada (DE PAULA, 2013).

A esse respeito, Hiro (2012) explicita que, nos anos 1970 e 1980, ocorreram múltiplas lutas e experiências de organização das classes subalternas. Esse cenário evidencia a politização da fábrica e dos espaços de reprodução e o reconhecimento da presença de novos sujeitos políticos nas suas mais diversas lutas e experiências. É possível perceber, assim, “a recusa de restringir a vida social e a dinâmica política aos espaços organizativos institucionais tradicionais [...] multiplicando-se os espaços onde se faz a classe” (PAOLI; SADER, 1986, p. 65).

Dessa forma, as décadas de 1970 e 1980 foram “movidas por intensas lutas e mobilizações, ascensos e refluxos, vitórias e derrotas, ilusões e desilusões” (HIRO, 2012, p. 62). Esses decênios, por serem recentes e, concomitantemente, distantes, enevoam a memória e geram variadas interpretações. Por isso, antes de entender criticamente esses fatos, é preciso analisar o período em questão, levando em conta a totalidade e a dinamicidade desses processos.

Portanto, entender essas décadas implica considerar a totalidade vivenciada no século XX, tanto antes quanto depois desse período, como resultado das ações exercidas coletivamente na dinâmica da luta de classe. Isso porque, de acordo com Hiro (2012, p. 62), “a vida humana é um processo histórico, no qual o passado, o presente e o porvir constituem algo único, em constante processo de transformação, a partir de suas contradições ao longo de seu devir histórico”.

Esse desenvolvimento histórico — incluindo-se as ações coletivas e os seus processos revolucionários — é marcado por constantes transformações econômicas e movido no contexto de contradições geradas na própria realidade socioeconômica, em dado momento. Nesse prisma, compreende-se que as décadas de 1970 e 1980 estão localizadas nesse processo histórico, em que as lutas e manifestações sociais eclodem no país em uma disputa entre classes antagônicas (HIRO, 2012).

De um lado, tem-se a classe dominante, representada pela burguesia e pelos militares, que tentam, a todo custo, manter a sua ordem e os seus interesses; de outro lado, tem-se a classe trabalhadora, que procura sair desse contexto de repressão e instaurar uma sociedade mais democrática e menos desigual. Esses trabalhadores buscam, então, compreender a sua realidade e interferir nela.

Esses processos de luta da classe trabalhadora podem ser visualizados nos movimentos sociais de bairros, dos operários, dos sindicatos, de servidores públicos, de organizações vinculadas à Igreja e outras formas de expressão. Contudo, não se pode esquecer que esses espaços não substituem os partidos, nem são as únicas instâncias organizativas. Conforme Cardoso (1995), o partido e as outras formas de expressão e organização das classes podem instituir espaços para a criação de uma vontade coletiva e consciente, capaz de superar interesses imediatos e individuais, culminando em uma direção mais consciente nas lutas da classe trabalhadora.

A concepção de Cardoso sobre a organização política se aproxima das ideias de Gramsci (2004), segundo o qual a luta da classe trabalhadora pode ser exercida por uma pluralidade de organizações: o conselho, o sindicato, o Partido Socialista. O autor atribui grande importância para a rede de instituições que propicia a unificação da classe trabalhadora e uma perspectiva mais consciente.

Nesse bojo, Silva (2014) evidencia que a organização da sociedade civil em movimentos sociais implica uma atividade que, na perspectiva de Marx, impulsiona a história e, no entendimento de Gramsci, constitui um espaço de lutas de classe com vista a transformar socialmente a condição que lhe é imposta. Logo, as lutas que se

formam são essenciais para promover a transformação social rumo à emancipação e à desalienação.

Contudo, cabe destacar que essas lutas sociais têm uma forte relação com a experiência de classe e as formas de consciência e evidenciam a dimensão subjetiva da classe trabalhadora, que não decorrem, na vertente marxista, de forma imediata das condições objetivas da produção. Com base nessa reflexão, pode-se afirmar que as classes não se determinam apenas por seu lugar na produção, mas também por sua consciência e ação política no processo de fazer-se classe e reconhecer-se como tal em luta (DALMAGRO; BAHNIUK, 2019).

Nesse prisma, entende-se que a consciência de classe é produto das relações humanas a partir das circunstâncias materiais às quais esses indivíduos são expostos. Isso significa que a consciência “se encontra entrelaçada com a base material que a gera” (DALMAGRO; BAHNIUK, 2019, p. 45). A consciência social alienada decorre, para Marx e Engels (1991), das relações de produção invertidas, em que o produto do trabalho, sob o domínio capitalista, controla os homens, cujo lugar, como produtor da história, é reificado e reduzido.

A vertente marxista ensina que a consciência tem uma base material e que a transformação das ideias corresponde à mudança das relações que lhe dão suporte. Essa vertente também indica que a consciência não é somente o reflexo da base material, mas que é constituída pela complexidade das relações e se encontra em constante movimento (DALMAGRO, BAHNIUK, 2019).

Desse modo, o pensamento marxista ressalta a importância da base material e pontua que a construção das ideias é diretamente proporcional ao incremento das relações que lhes dão vazão. Portanto, expressa-se uma relação dialética na qual o contexto material e as relações sociais têm o mesmo peso na formação da consciência ou do pensamento intersubjetivo, conferindo a ela um caráter fluído e em constante movimento (DALMAGRO; BAHNIUK, 2019).

Ao discutir sobre a formação da consciência de classe, na tradição marxista, entende-se que consiste em um processo histórico e dialético, formado por sujeitos concretos situados em dado modo de produção e relações sociais correspondentes. Nesse sentido, como assinalam Marx e Engels (1991, p. 36-37), os homens são os “produtores de suas representações, de suas idéias [*sic*] etc., mas os homens reais e ativos, tais como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas”.

Por conseguinte, a consciência de classe está atrelada à atividade material e coletiva dos trabalhadores, não sendo possível concebê-la, de maneira isolada, em cada ser humano na esfera das relações sociais. Na visão de Engels (1991, p. 36), a consciência envolve:

[...] antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas para o indivíduo que toma consciência; é, simultaneamente, a consciência da natureza que inicialmente se depara ao homem como uma força francamente estranha, toda poderosa e inatacável, perante a qual os homens se comportam de uma forma puramente animal e que os atemoriza tanto como aos animais; e, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal.

Ao tomarem consciência da necessidade de instituir relações com as pessoas do seu entorno, os sujeitos tomam consciência de que vivem em sociedade. Porém, a questão determinante da formação da consciência humana é o trabalho, visto que, diferentemente do que ocorre com o trabalho animal, o produto do trabalho humano já está dentro do pensamento do trabalhador, que atribui ao material o projeto que, conscientemente, objetiva. Sobre isso, Marx (2008, p. 47) discorre que:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Adotando o pensamento de Marx e de sua tradição, concorda-se com Cardoso (1995), quando a autora defende a premissa de que a consciência de classe é, para as classes subalternas, uma construção histórica, que se institui na relação dialética da infraestrutura com a superestrutura. Essa construção é determinada por forças que impulsionam mudanças estruturais e conjunturais em dados contextos e períodos e que atuam sobre as condições objetivas.

É através da tomada de consciência de classe que as classes subalternas, em meio às ações opressoras do capital, podem alterar, mediante uma vontade coletiva, consciente e ativa, os rumos das formas de dominação e superar a estrutura vigente dessas relações de dominação. Ao se apropriarem dessa consciência de classe, os

trabalhadores têm a possibilidade de promover uma luta revolucionária. Contudo, ela se instaura sob um condicionante: a inserção na luta organizada, por meio da qual as classes trabalhadoras elevam a sua consciência, promovendo a solidariedade entre elas e constituindo o sujeito coletivo e político (CARDOSO, 2005).

Na ótica de Marx e Engels (1991), a consciência de classe surge através das lutas organizadas e se apresenta como agente transformador, pois dá aos sujeitos a possibilidade de se perceberem como parte de algo maior, um agente ativo da luta que busca promover a saída da condição de subalternização. Nesse sentido, trata-se de uma nova visão de mundo, que, como afirma Galine (2020, p. 8), “visa romper com as relações produtivas anteriores, ou seja, com a estrutura existente”.

Para Marx (1980), a função da consciência amplia-se com o desenvolvimento das forças produtivas humanas, cujo entendimento não deve se restringir aos fatores organizacionais e ideológicos do âmbito político, também deve abarcar o movimento social, político e econômico. Como tal, a consciência é indissociável “do interesse de classe com base na posição que ocupa na estrutura da organização econômica na sociedade” (CARDOSO; SILVA, 2020, p. 113).

Partindo dessas reflexões, reforça-se que a tomada de consciência de classe proporciona aos trabalhadores uma nova visão de mundo e uma maior organização política, que sedimenta o percurso para construir uma sociedade horizontal, ou seja, sem a exploração de uns para ganhos de outros. Porém, para a luta não perder a força, é preciso um estímulo constante, pois a manutenção e a ampliação passam por um exercício diário de afirmação e discussão nas organizações (GALINE, 2020).

Somente com esse estímulo é possível obter uma nova visão de mundo, que ultrapasse o campo das ideias e se apresente, também, de forma material. Para isso ocorrer, Gramsci (1995) afirma que a consciência social precisa atingir um nível de conhecimento do real, que vai do campo da ética para o da política. Consiste em um conhecimento de si e uma teoria da cultura, que, “em sua relação recíproca, conhece a realidade em suas determinações e em seus movimentos histórico e contraditório” (SILVA, 2019, p. 137).

O pensar em si ou a consciência de si exprime o rompimento do pensamento anterior que se colocava contra o mundo construído e absorvido pela sua trajetória de pensar e agir, até então encarado como verdadeiro. Quando as classes subalternas atingem esse nível de maturidade e os processos históricos avançam, essas classes

conseguem sair da condição de passividade e subalternidade e assumir a consciência de ser protagonista de suas lutas e seus interesses de classe (SILVA, 2019).

Conforme indicam Cardoso e Silva (2020), com base nos estudos de Gramsci, sair da passividade significa deixar de aceitar a subordinação impelida, pela ordem capitalista, à classe trabalhadora em condição de subalternidade. Assim, as forças dominantes passam a sofrer com as forças emergentes (dominadas), que lutam pela mudança da ordem social. Essa nova ordem social pressupõe novas normas e meios de sentir, pensar e viver, a partir de outra realidade de vida da classe trabalhadora, que deverá se tornar dominante na sociedade pós-revolucionária.

Paralelamente à conquista do poder econômico e político, esses trabalhadores também devem obter o poder intelectual, organizando-se culturalmente para produzir outros valores, ética e liberdade, isto é, uma nova concepção de mundo. Porém, essa condição só é possível quando esses trabalhadores se organizam, conscientemente, em prol de um mesmo propósito nas instâncias organizativas. Logo, é através da luta organizada que os trabalhadores podem elevar a sua consciência e unir interesses e vontades em uma só finalidade (GRAMSCI, 1995).

Diante disso, percebe-se que as instâncias organizativas são importantes para a constituição da consciência de classe e a união dos trabalhadores. Considerando a relevância da luta organizada para o desenvolvimento da consciência de classe, a seção a seguir propõe analisar os processos de luta e resistência dos trabalhadores de Santa Quitéria, em Bacabeira/MA, tendo em vista as instâncias organizativas que compõem as lutas dos trabalhadores rurais dessa localidade.

3.3 A organização e resistência dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria, Bacabeira/MA, frente às ações dos grandes projetos empresariais e do Estado

A luta pela terra se faz de maneira consciente ou inconsciente. Isso porque, por um lado, ela pode manifestar o espírito “revolucionário” dos sujeitos políticos por meio da luta cotidiana e da inserção desses sujeitos em espaços de organização política, em uma direção consciente. Por outro lado, ela pode ser uma expressão imediata de luta pela sobrevivência, pela garantia de um espaço para morar e se sustentar, e não necessariamente para amadurecer a consciência política em uma organização de luta e resistência que vise se libertar das amarras do capital.

Em suas reflexões, Luxemburgo (1979) indica uma discussão do movimento espontâneo e a consciência de classe, em que as massas manifestam abertamente os seus interesses imediatos. Para a autora, a consciência de classe não resulta de um simples saber teórico, mas sim da prática. Dessa maneira, a espontaneidade e a consciência são processos simultâneos e dialéticos.

Esses processos não são meras abstrações, e sim o reflexo das experiências que os trabalhadores têm em seu cotidiano e no decorrer da história. Além disso, a autora ressalta a dialética existente entre espontaneidade e organização, de modo que é por meio dessa relação e do automovimento que se mobilizam os processos sociais transformadores da sociedade (LUXEMBURGO, 1979).

Nesse entendimento, Cardoso (1995) destaca que a ação educadora das lutas de classe é essencial na organização e no desenvolvimento da maturidade política dos trabalhadores no processo de união de interesses e conquistas na unidade da consciência de classe. Portanto, de acordo com Luxemburgo (1979), é indispensável ao trabalhador um nível de educação política, consciência de classe e organização. Essas condições são conquistadas por meio da escola política viva, com a luta e na luta, no processo contínuo da revolução.

Outro autor que explica a importância dos processos destacados é Lênin, ao destacar que existe “espontâneo e espontâneo”, dependendo de como o camponês ou o operário se comporta (LÊNIN, 2006 apud SILVA, 2019). O autor evidencia que o elemento espontâneo, no seu cerne, não é senão a forma introdutória do consciente, pois os tumultos primitivos já interpretavam certo despertar da consciência (LÊNIN, 2006 apud SILVA, 2019).

Para Lênin (1979), era possível educar os trabalhadores para a luta de classe por meio da forma mais simples e concreta, e nesse processo gera-se a revolução — dentro do qual o sindicalismo exerceria uma tarefa, assim como o partido político. A constituição do proletariado como classe revolucionária seria, então, garantida pelo partido político, o qual possibilita “resolver a contradição entre os limites objetivos do movimento de massa e a sua missão histórica” (LÊNIN, 1979, p. 70), ao transformar o movimento espontâneo de massa em movimento revolucionário de classe.

Como um instrumento revolucionário, ao partido político cabe conduzir a luta de classes para alcançar condições adequadas na força de trabalho e promover a abolição da ordem social que obriga quem não possui “a se vender” a quem detém o capital (LÊNIN, 2006 apud SILVA, 2019). Nessa lógica, a luta dos trabalhadores pela

terra pode surgir de maneira espontânea e amadurecer para o nível de consciência política e de classe. Assim, o movimento espontâneo impulsiona o desenvolvimento da luta, consciência e organização (LÊNIN, 2006 apud SILVA, 2019).

Por essa razão, Lênin (2010) enfatiza que a luta política é muito maior e mais complexa do que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo, mas é o econômico que tem a capacidade de manter o trabalhador em uma consciência sindical. Embora o sindicato não tenha a obrigação de conduzir a luta política, ela se constitui e se movimenta através de uma força social de classe, em defesa dos seus interesses, sobretudo os de sobrevivência.

Em seu estudo, Cardoso (1995) sublinha que a luta econômica demonstra uma continuidade e que a luta política concebe, muitas vezes, o espaço para que as lutas econômicas ocorram. Segundo Luxemburgo (2005), é nesse movimento dialético que se estabelece a consciência de classe e se desenvolve a revolução, em que a crise econômica é a mola “propulsora no movimento de coalização de forças na conquista do poder, na construção de estratégias de lutas e do processo de amadurecimento para uma revolução” (SILVA, 2019, p. 183).

Nesse quadro de correlações de forças na luta pela terra, que tem como base a questão econômica que se expande para uma luta política, entende-se, a partir de Gramsci (1976), que o partido político, como espaço de organização do proletariado, requer um suporte teórico para revelar a realidade e atuar nela. O autor frisa que é preciso constituir um partido forte e com oportunidades de aliança entre operários e camponeses.

Na conjuntura brasileira, a luta pela terra dos trabalhadores rurais tem trazido alguns desses aspectos no seu cotidiano, mostrando que, através de suas lutas, eles estão despertando para a realidade e intervendo nela. Portanto, esses trabalhadores reescrevem a sua história de luta e resistência, com momentos de avanços e recuos (PRADO JÚNIOR, 2005).

Dessa maneira, esses processos de luta social e política protagonizados por organizações representativas de trabalhadores rurais demonstram uma contradição histórica no país, em que uma minoria de grandes proprietários detém o monopólio da terra, controla a ocupação de trabalho e a produção agrícola, enquanto a maior parte dos trabalhadores depende dessas oportunidades para a sua subsistência (PRADO JÚNIOR, 2005).

Essa contradição retrata a concentração de amplas extensões de terra por uma pequena parte da sociedade, enquanto a maioria sofre constantemente com abusos e com o sangue de diversos brasileiros que lutam incessantemente por igualdade de direitos no país. Na sociedade brasileira, como indicam Silva e Cunha (2012), muitos indivíduos sobrevivem em condições de vulnerabilidade social, que envolvem desde analfabetismo, subnutrição e outros fatores.

Na conjuntura brasileira, os crimes ocorridos no campo são maquiados pelo Estado e por uma sociedade individualista, onde os trabalhadores lutam para ter voz e vez na questão agrária. Na atualidade, essa situação contraditória e desigual da questão agrária brasileira vem ganhando novos contornos, marcados por disputas e conflitos territoriais entre a agricultura familiar e os modelos de “desenvolvimento” centrados no grande capital.

O Maranhão, estado predominante agrícola, acompanha a estrutura fundiária concentradora do país, embasando as suas relações socioeconômicas e políticas no Estado, no qual encontram as mediações necessárias para a manutenção do *status quo* exercido pelo poder do latifúndio. Porém, na realidade maranhense, assim como na nacional, o conjunto dessas práticas indica uma ampla conflitualidade e violência no âmbito agrário, com fortes casos de violação de direitos humanos.

Conforme Silva e Cunha (2012), as raízes históricas dos conflitos agrários no Maranhão remontam, aproximadamente, há quatro séculos; entretanto, pouco se fez em relação à reforma agrária. As ações governamentais, até agora, são insuficientes, pois ainda não foram capazes de solucionar o atraso da distribuição de terras e da efetivação de uma igualitária reforma agrária.

Essa realidade demonstra que a impunidade sempre esteve ligada ao poder político e à riqueza de quem pratica atos de violência contra os trabalhadores rurais do campo. Nesse viés, Silva e Cunha (2012) pontuam que, no Maranhão, a questão fundiária está ligada à distribuição do acesso aos recursos fundiários e às políticas governamentais que vêm se desenvolvendo desde o final dos anos 1970, cujo marco inicial ocorreu através da autorização da Lei nº 2.979/1969 – Lei de Terras, que tinha como finalidade a transferência de grandes porções de terra a grupos empresariais do Nordeste e Centro-sul do Brasil.

O Maranhão, conforme indicado na seção anterior, sempre esteve submerso em conflitos agrários. Desde 1940, propagandas realizadas pelo Governo do Estado apontavam que, nessa região, existiam grandes extensões de terras devolutas para

incentivar, com vantagens fiscais, a exploração por grandes empresas nessa área. Tradicionalmente, a ocupação das terras maranhenses, como afirma Andrade (1984), ocorreu de forma desigual. A ocupação dos franceses, portugueses e, posteriormente, holandeses aconteceu de maneira injusta, visto que, em busca dos seus interesses, se apropriaram das terras dos povos nativos.

Durante o desenvolvimento histórico do processo de ocupação do Maranhão, pode-se notar que a instauração da Lei de Terras no período de 1966 a 1970, pelo governo Sarney, foi outro marco que acirrou, ainda mais, a lógica de ocupação das terras maranhenses, pois mostrou um mercado de terras que modificou as relações instituídas no campo, provocando conflitos entre trabalhadores rurais, latifundiários e supostos “donos” que se apropriavam das terras através de grilagem (SILVA, 2014).

Na atualidade, a lógica de ocupação e uso das terras maranhenses tem sido orientada por agentes públicos e privados de planejamento e desenvolvimento, que objetivam desqualificar o modo de vida e trabalho das comunidades rurais do estado. Em contrapartida, as comunidades ameaçadas por essa lógica buscam, na luta e na resistência, mecanismos para manter o seu território e enfrentar essa questão (SILVA, 2014).

Essa luta, como elucida Sant’Ana Júnior (2016), também ocorre para evitar o avanço do desenvolvimento, de modo a subjugar e relegar os moradores, ampliando as desigualdades sociais e situações de vulnerabilidade. A luta dessas comunidades, para preservar o seu território, implica uma luta por dignidade e acesso aos direitos básicos, ao mesmo tempo que busca combater o aumento das disparidades sociais, ambientais e econômicas.

Dentro dessa luta, as comunidades também enfrentam os efeitos da questão agrária que foi sendo desenvolvida no território maranhense e nacional. Consoante Azar (2011), esse desenvolvimento é o reflexo das relações de favorecimento que, ao longo do tempo, o Estado propiciou à classe dominante, promovendo-lhe condições de privilégios que têm por base a apropriação da terra por meio de mecanismos de expropriação, a exemplo do arcabouço jurídico estabelecido no país e no Maranhão.

De acordo com Azar (2011), tanto o projeto de colonização quanto os projetos desenvolvimentistas atingiram a organização produtiva, de modo a acirrar conflitos nas relações sociais. No desenrolar desse processo, várias famílias foram afetadas negativamente, sobretudo as do campo, que sofreram mudanças significativas nas

tradicionais relações de trabalho. Além disso, diversas famílias foram expropriadas e expulsas da terra para atender à lógica dos projetos de desenvolvimento.

Como pontua a referida autora, esses projetos receberam a ajuda do Estado por meio da construção de portos, ferrovias, estradas, rodovias, aeroportos, hidrovias e um distrito industrial na capital, a fim de facilitar a produção e o escoamento dos produtos. Diante disso, inúmeras famílias que vivem da terra e retiravam dela o seu sustento foram expropriadas de suas condições laborais e inseridas no desordenado processo de urbanização, que tem ocasionado um profundo “inchaço” populacional, característico de cidades como São Luís e Imperatriz (AZAR, 2011).

Em contrapartida, o conjunto dessas alterações gerou no Maranhão diversas mobilizações de luta e resistência por parte dos trabalhadores rurais para enfrentar esses e outros problemas no campo. Embora nem sempre organizados, tais sujeitos lutam sobretudo para terem acesso ou permanecerem na terra e contra as tentativas de retirada dos seus direitos.

Com base nisso, a seguir, serão evidenciadas algumas mobilizações políticas, com o objetivo de identificar os principais processos de luta no Maranhão e os seus desdobramentos nas formas de organização política. Nesse prisma, ao examinar as singularidades experimentadas no estado, Fernandes (1999) afirma que, em meados dos anos 1950, famílias de trabalhadores rurais expulsas do vale do Mearim, do Piauí e do Ceará chegaram à área de Pindaré.

Nesse mesmo período, iniciou o processo de grilagem, expulsando outra vez muitas famílias de trabalhadores rurais, que partiram em direção ao oeste e sudoeste do Maranhão, em busca da terra livre e da conquista da liberdade. Em razão disso, houve a migração de camponeses para a região conhecida como “Bico de Papagaio”, local que incorpora os municípios do Tocantins, Maranhão e Pará, onde acontecem diversos conflitos entre posseiros e grileiros (FERNANDES, 1999).

Desde essa época até hoje, os conflitos transformaram essa região em uma das mais violentas do país, com intensos confrontos por terra e contínua resistência dos camponeses. Nesse contexto, segundo Almeida (2015), surgiu no Maranhão o movimento sindical dos trabalhadores rurais, a partir das resoluções aprovadas na II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em São Paulo, em 1954, visando-se reivindicar, junto ao Congresso Nacional, uma reforma agrária igualitária, a concessão de títulos aos proprietários da terra e a erradicação dos latifúndios.

Além disso, ao examinar a mobilização política dos trabalhadores rurais e os seus processos migratórios, Almeida (2015) aponta que, com a chegada do grupo conhecido como “flagelados”, surgiu, no estado, outra corrente migratória de famílias nordestinas que foram expulsas de suas terras de origem, tais como Ceará, Piauí e Pernambuco. Com a seca, o governo federal facilitou o deslocamento dessas famílias, oferecendo passagens gratuitas de “segunda classe” na Estrada de Ferro São Luís-Teresina (EFSLT).

Essas famílias foram abrigadas em São Luís, na Estação João Pessoa e em albergues temporários na Praia Grande, porém reclamavam da escassez de comida distribuída nesses locais, pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), visto que esse órgão assistencial fornecia alimentos por apenas seis dias. Após esse período, essas famílias deveriam prosseguir com as suas viagens ou se fixar em outros lugares.

Essa realidade era própria de Rosário⁴², pois muitos trabalhadores foram para esse município em busca de uma terra fértil para o plantio, fugindo da seca de outros estados do Nordeste, e encontraram, perto do rio Itapecuru, um clima favorável e uma terra fértil para a agricultura. Ademais, verificou-se que o processo de povoamento do município ocorreu através da retirada de trabalhadores para a construção da BR-135 e da EFSLT e que por lá se acomodaram (SILVA, 2019).

Diante desse processo migratório e de todos os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais no Maranhão, solicitou-se, através das Associações locais, em 1956, em São Luís, a Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária, com o intuito de reivindicar melhores condições para os trabalhadores rurais e de denunciar as adversidades vivenciadas. No ano seguinte, foram instituídas as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também chamadas União de Independência, além de outras associações com o objetivo de lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais do estado (ALMEIDA, 2015).

Essas associações tornaram-se, assim, um importante espaço de mobilização e encontro de lavradores e trabalhadores rurais, que usavam diferentes estratégias para unir e congregar as pessoas. Dessa maneira, de acordo com Silva (2019), tais associações utilizavam os espaços para agrupar, conhecer e dividir as dificuldades

⁴² Destaca-se Rosário/MA por abrigar o povoado de Bacabeira até novembro de 1994, quando o Projeto de Lei nº 362/1994 desmembrou esse povoado do referido município e se tornou outro município no estado do Maranhão.

vivenciadas, dialogar, compartilhar experiências e mobilizar os trabalhadores em prol de suas lutas.

É diante do temor e momentos de pressão que essas entidades associativas despertam para a luta e a criação de estratégias de reivindicação e resistência para garantir a sua sobrevivência a partir da terra. Essas associações abrangem relações afetivas, de parentesco, de vizinhança, de identidade com a terra e sobrevivência por meio dela (SILVA, 2019).

Assim, nesse sucinto resgate, foram identificadas algumas manifestações de luta e resistência dos trabalhadores rurais no contexto maranhense, e verificou-se a insurreição de vários conflitos na região. No tocante à luta pela permanência na terra, serão destacados, a seguir, alguns exemplos desses processos no Maranhão.

Sobre isso, percebe-se que a luta pela permanência na terra é uma questão estrutural da sociedade brasileira, que vem trazendo à tona, conforme Lima (2021), várias formas de conflitos, conquistas e recuos. Esses processos, engendrados por meio das estratégias de resistência e de enfrentamentos, vêm sendo executados por diferentes sujeitos sociais, cujos interesses se delineiam de maneira antagônica e manifestam um campo em contínua disputa.

Nesse prisma, evidencia-se, segundo Silva e Cunha (2012), que o direito pela permanência na terra tem sido uma pauta de luta de trabalhadores rurais no estado do Maranhão. Nesse processo reivindicatório, as lutas extrativistas também entram em questão, bem como os conflitos relacionados aos babaçuais, sobretudo na região do Mearim, pertencente à Zona dos Cocais, local que concentra a maior produção de babaçu maranhense.

Com base no *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2022), outro exemplo de luta pela permanência na terra é a luta das comunidades quilombolas no município de Alcântara, que se revela um dos casos mais significativos dessa pauta no país. Essa relevância se deve à extensão da área quilombola titulada, à ancestralidade de sua ocupação, que remete ao século XVIII, e ao confronto de interesses com a União — notadamente com a Aeronáutica e o Programa Espacial Brasileiro (PEB).

Nesse território, foram identificadas 110 comunidades quilombolas, em 2008, pelo Incra. Em razão disso, Alcântara é considerada um município majoritariamente quilombola; ainda assim, as famílias remanescentes de quilombos vivem de maneira

confinada e têm o seu direito à terra constantemente ameaçado devido à instalação do CLA (FIOCRUZ, 2019).

Convém salientar, com base na *Nova Cartografia Social da Amazônia*, que o PEB foi inaugurado nos anos 1980 e, nessa mesma época, Alcântara foi selecionada para sediar o CLA, cuja implantação foi iniciada em 1983. Com essa implantação, os quilombolas que ocupavam essa localidade passaram a enfrentar desapropriações e expulsões e foram inseridos em agrovilas feitas pela Aeronáutica, que sequer tinham saneamento básico (FIOCRUZ, 2019).

Na definição dos locais de assentamento, as relações familiares e de amizade foram desconsiderados, o que ocasionou a separação das pessoas e o rompimento de suas tradições. A perda desse território tradicional gerou uma série de violações “ao direito de manutenção à cultura quilombola, insegurança alimentar, proibição de livre circulação no território, falta de acesso às políticas públicas de educação, saúde, saneamento básico e transporte” (FIOCRUZ, 2019, p. 1).

Diante dessas problemáticas, a luta das comunidades pela garantia da posse da terra tradicionalmente ocupada continua através de ações judiciais empreendidas pelo Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), pela União, pelo Incra e pela Fundação Cultural Palmares (FCP). As principais demandas reivindicatórias dessas lutas giram em torno da demora da delimitação e da titulação territorial e da garantia dos direitos quilombolas instituídos na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e nos acordos internacionais dos quais o país é signatário (FIOCRUZ, 2019).

Em meio a essas demandas e aos constantes conflitos instaurados na região, as comunidades continuam em luta com o apoio de instituições e movimentos sociais aliados ao Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe). Dessa forma, essas comunidades têm recebido apoio do STTR de Alcântara, da SMDH, da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq), do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e outras instituições que denunciam essa empreitada e lutam em prol da causa do Mabe (FIOCRUZ, 2019).

Mais um exemplo dessa luta, como destacam Almeida, Sodré e Mattos (2019), é o projeto de assentamento Santa Tereza, localizado no município de Brejo, onde a população luta contra as ofensivas do agronegócio que atingem e desapropriam os moradores das suas terras, os quais resistem e mobilizam o Estado a favor da sua causa. Ante essa realidade, os autores expõem que, nos territórios das comunidades tradicionais, há uma intensificação dos conflitos e impactos ambientais:

Através da violência as classes hegemônicas se impõem sobre as demais e criam novas relações que obedecem a ritmo de acumulação de capital, nesses lugares são (re)criadas manifestações ouvidas pelas diferenças de estilos de vida e de riquezas, dividindo privilegiados de um lado e excluídos do outro. (ALMEIDA; SODRÉ; MATTOS, 2019, p. 249).

Em um contexto similar, a comunidade do Cajueiro tem vivenciado a luta pela terra diante das investidas do Porto Privado na localidade. A respeito, Arcangeli (2020) cita a existência de uma disputa entre os trabalhadores da localidade e a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., subsidiária da WTorre, empresa nacional do setor de engenharia, que almeja instalar o projeto portuário na praia de Parnauçu⁴³, com suporte efetivo do Estado, para movimentação cargueira de grãos, celulose e derivados de petróleo.

Para enfrentar essa questão, a comunidade do Cajueiro emprega uma série de estratégias, como a luta direta através da Associação de Moradores e o esforço para criar a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, considerada uma maneira de garantir a permanência nesse território e de conter a implantação do Porto Privado e de outros projetos na região (ARCANGELI, 2020).

Além disso, as lideranças do Cajueiro agregaram forças com as lideranças das comunidades Rio dos Cachorros e Taim⁴⁴, objetivando discutir as suas vivências e montar estratégias de luta para permanecerem nos seus territórios. A aliança entre essas lideranças comunitárias, como aponta Alves (2014), também recebe apoio de outros segmentos da sociedade civil, formando um amplo e articulado movimento chamado “Reage São Luís”.

Com as intensas mobilizações dessas comunidades, o movimento Reage São Luís criou uma base social com capacidade crítica de questionar as bases legais do Porto Privado e do Polo Siderúrgico⁴⁵ e as implicações socioambientais que seriam

⁴³ Nessa praia, localizada na comunidade do Cajueiro, em São Luís/MA, o sustento dos trabalhadores da região advém da pesca de peixes e crustáceos (camarão e caranguejo).

⁴⁴ As comunidades Rio dos Cachorros e Taim, localizadas na Zona Rural II de São Luís, protagonizam uma luta contra a instalação do Polo Siderúrgico na capital do estado e a ampliação da política de desenvolvimento industrial nessa região.

⁴⁵ O Polo Siderúrgico foi iniciado com a assinatura de um termo de intenção entre o governo do Estado do Maranhão e a CVRD em 2001. Na área de 2.471 ha, ocorreria a instalação de três usinas, e a sua produção objetivava alcançar 24 milhões t anuais de placas de aço nessas unidades. No entanto, a implantação desse polo em São Luís afetaria o modo de vida tradicional das populações quilombolas, ribeirinhas e de pescadores das comunidades de Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnauçu, Camboa dos Frades e Madureira (ALVES, 2014; FIOCRUZ, 2014).

produzidas com a execução desses projetos não apenas nessas comunidades, mas na cidade de São Luís como um todo (ALVES, 2016).

Dessa forma, as ações de contestação contra esses projetos, iniciadas pelas comunidades rurais, receberam apoio de outras organizações, congregando sujeitos políticos diversificados e abrangendo mais de 40 entidades, como: a CPT, o MST, a SMDH, a Associação dos Geólogos do Maranhão (Agema), a Central de Movimentos Populares (CMP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB/MA), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência no Maranhão (SBPC/MA), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Cáritas Brasileira, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís e o Bispo dessa circunscrição eclesiástica, a Congregação das Irmãs de Notre Dame, além de outros coletivos (ALVES, 2016).

Contudo, observa-se que, apesar desse intenso processo de luta e resistência das comunidades, os projetos de instalação do Porto Privado e do Polo Siderúrgico vêm tramitando na capital maranhense com suporte do Estado. Porém, o movimento Reage São Luís “passou a questionar as ilegalidades encontradas nos processos de licenciamento ambiental e na concessão do terreno” (ALVES, 2016, p. 1) para esses empreendimentos, o que acarretou o processo de resistência dos moradores frente a esses projetos.

No que concerne à implantação do Polo Siderúrgico, Alves (2014) elucida que investidores desistiram desse empreendimento em virtude do atraso na execução do projeto, da desvalorização do aço no mercado externo e das disputas políticas entre grupos antagônicos locais.

Em relação ao Porto Privado, esse projeto vem avançando no Cajueiro desde 2014, causando grandes impactos socioambientais na região, como a derrubada de casas, desmatamento e conflitos territoriais. Com isso, os moradores têm enfrentado constantes tentativas de deslocamento compulsório, pelo Governo do Estado e pela WPR São Luís, que visam destinar o território dessa comunidade a outras finalidades, como a implantação de atividades industriais e de infraestrutura, que desconsideram as dinâmicas socioculturais tradicionalmente estabelecidas nessa localidade.

Cabe destacar que a comunidade do Cajueiro, também chamada Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, é constituída por cinco núcleos: Parnuaçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro, cujos moradores resistem e lutam a fim de permanecerem no território e preservarem o seu modo de vida e trabalho. Para tanto,

organizam-se na União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro, um grupo de importante representatividade para a comunidade (FIOCRUZ, 2014).

Em uma realidade similar, os moradores da comunidade Salvaterra, localizada em Rosário/MA, encontram-se em processo de luta e resistência frente às investidas da Refinaria *Premium* I. Essa situação teve início, como explicam Sant’Ana Júnior *et al.* (2013) e Silva (2019), quando o Governo do Estado do Maranhão se incumbiu de realizar a desapropriação de uma área de 20 km², onde residiam cerca de 34 famílias, e doá-la à Petrobras para a construção do empreendimento petrolífero.

Contudo, essa área instituiu-se ancestralmente como um território sociocultural dos trabalhadores rurais que vivem da agricultura familiar e moram nas comunidades de Salva Terra I, Salva Terra II, Pequi e Pode Ser, que se tornaram alvo de ameaças de deslocamento compulsório. Assim como essas comunidades, os moradores de Santa Quitéria também sentiram os efeitos da Refinaria *Premium* I e buscaram, no processo de luta e resistência, alternativas para enfrentar essa situação. No caso de Santa Quitéria, a situação começou, como já foi mencionado, em 1998, quando o “Sr. Biril” entrou com o pedido, na justiça, de reintegração de posse, declarando ser o único e legítimo das terras da comunidade.

Desde então, os moradores da comunidade de Santa Quitéria estão inseridos na luta pela permanência na terra e em conflito com o poder local, representado pela Prefeitura Municipal, por causa das lutas judiciais em torno da reintegração de posse do suposto proprietário do terreno e da constante especulação da terra — inclusive com o processo migratório de outros trabalhadores para a ocupação da área. Esse processo tem reforçado a Associação de Moradores (Figura 23) como alicerce dessa luta.

Figura 23 – Placa da Associação de Moradores de Santa Quitéria, Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2019).

A comunidade de Santa Quitéria, atualmente, abrange 235 ha, visto que uma parte foi desmembrada na época da refinaria para a construção de um hotel de um grupo empresarial da Bahia. Enquanto isso, os moradores que estão sob o processo de litígio, segundo Costa e Mattos Júnior (2019), tentam negociar 90 ha dessa área para a Associação e a outra parte para o suposto proprietário. Para os moradores, essa partilha é suficiente para os trabalhadores associados trabalharem, não trazendo prejuízo para ninguém e resultando no fim desse conflito.

Entretanto, esse conflito parece estar longe de ser resolvido, pois a situação continua tensa e as ações do poder local sobre esse processo tramitam lentamente na justiça. Assim, com base nos estudos de Costa e Mattos Júnior (2019), a situação de Santa Quitéria é tensa e exige, por parte dos moradores, cautela e estratégias de luta e organização para o enfrentamento dessa questão. Além disso, os moradores, organizados na Associação, precisam lidar:

[...] com a desconfiança retratada nos anos de luta para regularização da situação de Santa Quitéria, que vem desde agosto de 1998 até os dias atuais, em que tiveram colegas trabalhadores rurais que foram cooptados pela prefeitura, assumindo cargos e se “voltando contra a luta”, além de inúmeras

visitas institucionais que não deram retorno, ação policial engendrada pelo governo e pelo suposto proprietário da terra. (SILVA, 2019, p. 186).

Nesse sentido, Silva (2019) explana que as ações políticas e governamentais do grande capital provocam distintas formas de silenciamento e violação dos direitos desses trabalhadores, ao impedi-los de acessar e cultivar as suas terras e ameaçá-los mediante força policial. Por conseguinte, essas ações fracionam as atuações e os objetivos de luta desses trabalhadores e manifestam as contradições existentes nas organizações desses sujeitos.

Essas contradições são observadas, como indica Pinto (2012), quando alguns trabalhadores acabam sendo cooptados pelas ações do capital, diante de ameaças, violações de direitos e criminalização da luta — nesse caso, em prol da permanência na terra, sem recorrer a essa “moeda de troca”. Acerca dessa questão, Silva (2019) explica que a cooptação de trabalhadores é um ato comumente praticado pelo Estado quando o processo de luta ainda não alcançou maturidade política pelas instâncias organizativas.

Apesar de ser um artifício usual no processo de luta, como forma de silenciar os trabalhadores, os sujeitos políticos que participam da Associação de Moradores de Santa Quitéria, mesmo diante de constantes perseguições e intimidações, continuam firmes no enfrentamento das investidas de cooptação e expulsão, dialogando com a Prefeitura de Bacabeira e com o suposto dono da terra, bem como sugerindo acordos para a resolução do conflito (SILVA, 2014, 2019).

Nessa ótica, ao entrevistar alguns moradores de Santa Quitéria, Silva (2019) constatou que até mesmo cargos na Prefeitura de Bacabeira foram oferecidos aos trabalhadores associados, na tentativa de realizar um acordo “na surdina”. Contudo, a compreensão de que esse acordo constituiria uma estratégia oposta à sua luta não deixou esses sujeitos esquecerem a base que os direciona e os impulsiona para uma ação condizente com os interesses da sua classe.

Dessa forma, compreender as nuances da luta e não esquecer a classe à qual pertence constituem um trabalho educativo que deve ser exercido constantemente dentro das instâncias organizativas dos trabalhadores. Corroborando com essa visão, Abreu (2011), ao analisar a organização da cultura, ancorada em Gramsci, destaca a importância dos espaços de politização das relações sociais e intervenção da classe trabalhadora no movimento histórico, no tocante ao seu processo emancipatório.

Essa politização, de acordo com a referida autora, está vinculada ao nível de homogeneidade, autoconsciência e organização atingido pelos grupos sociais, isto é, “corresponde aos momentos de consciência política coletiva” (ABREU, 2011, p. 133). Apoiada em Gramsci, a autora ainda explica que esse processo ocorre em três níveis, conforme a maneira como se manifestam historicamente.

O primeiro nível refere-se à solidariedade manifestada entre os integrantes de um grupo social. O segundo nível está relacionado à consciência da solidariedade de interesses manifestada coletivamente, isto é, por todos do grupo, mas ainda limitada ao aspecto econômico. O terceiro nível abarca “a consciência da solidariedade entre diversos grupos subordinados, traduzida na unidade dos fins econômicos e políticos e na unidade intelectual e moral, cuja culminância é a formação de partidos” (ABREU, 2011, p. 133).

Nesse bojo, a partir dos estudos de Silva (2019) a respeito do processo de luta e resistência dos trabalhadores de Santa Quitéria, constatou-se que a Associação de Moradores representa a principal instância organizativa dessa comunidade, reunindo, entre as suas pautas iniciais, demandas da vida cotidiana referentes à infraestrutura, isto é, ao acesso à água potável, à pavimentação das ruas, ao saneamento básico, à moradia digna, à educação de qualidade e às condições adequadas de trabalho. Por sua vez, os sindicatos e a Associação de Pescadores representam a esfera produtiva em relação à aposentadoria e ao acesso a créditos e financiamentos.

Dessa maneira, com base nos estudos de Abreu (2011) e Silva (2019) acerca dos estágios de amadurecimento da consciência política dos trabalhadores, observa-se que os trabalhadores de Santa Quitéria se situam no primeiro e no segundo nível, visto que a consciência da solidariedade de interesses está voltada, especificamente, para a questão econômica. No entanto, considerando as análises de Costa e Mattos Júnior (2019) e Silva (2019), é possível notar que algumas lideranças da Associação de Moradores se encontram no terceiro nível, pois afloram os esforços políticos pela unidade dos interesses econômicos e políticos e pela unidade intelectual e moral.

Os esforços desses sujeitos políticos podem ser percebidos, por exemplo, na solicitação de cursos a universidades e a organizações não governamentais (ONGs) como a CPT, para fomentar o entendimento da luta e o desenvolvimento de táticas de enfrentamento ao conflito por terra. Além disso, os trabalhadores da comunidade de Santa Quitéria enxergam no Conselho Escolar, no Conselho Tutelar, no Conselho de

Saúde, na Secretaria de Cultura, na Liga Esportiva e no Clube de Mães espaços que corroboram para a compreensão da luta e a criação de estratégias.

Ainda que não constituam instâncias organizativas que possam representar os trabalhadores como classe, esses espaços são considerados importantes, por esses sujeitos, por propiciarem o “acesso a conhecimentos e [a] troca de experiências, que acabam somando na apreensão da realidade em que vivem e, portanto, no processo de suas lutas e construção de alternativas de organização e de resistência” (SILVA, 2019, p. 189).

No que diz respeito aos conselhos, a CF/88 trouxe, no seu conjunto de leis, abertura para a sociedade civil participar da elaboração e do controle de políticas nos três níveis de Administração Pública. Em outros termos, essa abertura à população se concretiza por meio desses órgãos, os quais consistem em instâncias colegiadas, com caráter permanente e deliberativo, incumbidas de formular, fiscalizar, promover e resguardar as políticas públicas (BRASIL, 2022).

Assim, como organização representativa, o conselho efetiva a participação da população “na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 2022, p. 114), conforme estabelece o art. 204, II, da Carta Magna. Nesse viés, entende-se o conselho como um espaço democrático, de natureza deliberativa, de decisão e participação social — a qual, por sua vez, consiste em um exercício de cidadania que vai além do ato de votar e que torna esse espaço um instrumento de mediação na relação entre o Estado e a sociedade civil.

Reforçando esse entendimento, Siraque (2009) destaca que os conselhos são ferramentas que possibilitam o controle social das ações do Estado, a distribuição do poder entre os governantes e a população e a democratização da tomada de decisão em relação à criação e à gestão de políticas públicas. De forma consonante, Moroni (2009, p. 114-115) entende os conselhos:

[...] como espaço fundamentalmente político, institucionalizado, funcionando de forma colegiada, autônomo, integrante do poder público, de caráter deliberativo, composto por membros do governo e da sociedade civil, com as finalidades de elaboração, deliberação e controle da execução das políticas públicas.

Assim, a construção desses espaços representa um avanço significativo para a democracia brasileira; entretanto, no governo atual, do Presidente Jair Bolsonaro, eles vêm sofrendo ataques sob a alegação de inoperância e de cortes orçamentários

nos gastos públicos. Diante desse cenário, os conselhos são espaços fundamentais nas lutas dos trabalhadores, especialmente dos trabalhadores rurais da comunidade de Santa Quitéria, por serem um lugar de participação, aprendizagem, articulação e denúncia para os sujeitos conquistarem os seus direitos.

Portanto, é participando da Associação de Moradores, instância organizativa, que os trabalhadores de Santa Quitéria conseguem analisar mais criticamente — por meio de reuniões e audiências públicas (Anexos H e I) — a situação territorial que estão vivenciando e desenvolver estratégias de luta política e resistência (Figura 24).

Figura 24 – Audiência pública da Associação de Moradores de Santa Quitéria, na sede da Prefeitura de Bacabeira



Fonte: Fetaema (2012).

Nota: Reunião de moradores de Santa Quitéria com a participação de autoridades públicas municipais, estaduais e federais para discutir a sua permanência na terra.

Por meio da Associação de Moradores, os trabalhadores associados também conseguiram definir uma mensalidade para ampliar a sede dessa organização (Figura 25) e efetuar o pagamento dos advogados incumbidos de defendê-los no processo de posse e regularização da terra.

Figura 25 – Ampliação da Associação de Moradores de Santa Quitéria por moradores da comunidade



Fonte: Silva (2019).

Com base nessas imagens, percebe-se que o processo de luta e resistência, organizado pela Associação de Moradores, acontece no cotidiano da comunidade de Santa Quitéria. Desse modo, considerando esses movimentos históricos instituídos pelos trabalhadores, entende-se, a partir de Gramsci (1995), que o contato entre os aspectos intelectualistas e práticos torna a filosofia “histórica” e a transforma em vida prática, por meio da depuração de elementos intelectuais individuais.

Nesse cenário, organiza-se uma nova cultura, em um momento que, segundo Silva (2019), se torna objetivo na constituição de uma vontade coletiva, baseada no pensar e no agir e ligada organicamente à base econômica experimentada por meio da relação direta com a luta pela terra como condição indispensável para o trabalho, a moradia e a preservação do modo de vida.

Assim, a Associação de Moradores de Santa Quitéria tem avançado em sua estrutura e em sua organização política na comunidade, no enfrentamento ao poder local e na articulação com outras esferas organizativas, como o Movimento de Defesa da Ilha, o STTR, a Teia dos Povos coordenada pela CPT e o Iterma. Nesse processo, os trabalhadores formulam distintos mecanismos sociais de articulação e divulgação na própria comunidade e no município de Bacabeira (SILVA, 2014, 2019).

Entre esses mecanismos, cabe citar o envio de mensagens em um grupo de bate-papo do *WhatsApp*, chamado “Grupo de Luta”, a divulgação de informações por meio de carros de som, o encaminhamento de cartas aos moradores e à Prefeitura, além da realização de postagens no *blog* “Associação dos Moradores do Povoado de

Santa Quitéria em Bacabeira/MA” (Anexos G, H e I) e no *Facebook*, para convocar reuniões e divulgar, amplamente, conquistas e denúncias referentes à luta pela terra (SILVA, 2014, 2019).

Por meio dessas estratégias, os trabalhadores de Santa Quitéria observam a força de sua instância organizativa e de sua articulação política, bem como notam a sua potência eleitoral em Bacabeira, em virtude do expressivo número de moradores, cerca de 220 mil famílias. Conforme indica Silva (2019, p. 193-194), quando contava com mil famílias, a comunidade já correspondia a:

[...] 25% do eleitorado bacabeirense, reforçando a força política do povoado. Apropriados dessa informação e realidade, estes trabalhadores se utilizam estrategicamente desse contingente de pessoas e logicamente, das demandas que surgem por infraestrutura a partir do crescimento de ocupação da área, passam a exigir do poder público ações correspondentes a esse processo.

Dessa forma, com relação às demandas de infraestrutura, constatou-se, com base nos estudos de Costa e Mattos Júnior (2019) e Silva (2019), que a comunidade de Santa Quitéria, ao longo de dez anos, conseguiu — por meio das reivindicações, articulações e mobilizações dos trabalhadores — o asfaltamento das ruas principais, a ampliação dos prédios da escola de ensino fundamental e do centro de educação infantil (Figura 26), a instalação de caixa d’água para uso coletivo e o recebimento de equipamentos para o posto de saúde (Figura 27).

Figura 26 – Ampliação da Escola Municipal Santa Quitéria e do anexo, Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2019).

Nota I: (1) Prédio da “Escola Municipal Santa Quitéria” após reforma; (2) Prédio do “Centro Educacional Infantil Chapeuzinho Vermelho” após reforma.

Nota II: Imagem alterada para preservar a identidade das crianças.

Figura 27 – Posto de Saúde Santa Quitéria, Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2019).

Nota: (1) Caixa d'água de uso coletivo; (2) Posto de saúde da comunidade.

Além disso, por meio da Associação de Moradores, os trabalhadores de Santa Quitéria se mobilizaram juridicamente, junto à Prefeitura e à Secid, no ano de 2010, para terem acesso ao programa de habitação popular “Minha Casa, Minha Vida”. No entanto, apesar de a comunidade conseguir a aprovação de cem moradias, as obras foram embargadas, em 2013, devido ao processo de litígio das terras (SILVA, 2014, 2019) — como mostra a figura a seguir.

Figura 28 – Unidades habitacionais embargadas em Santa Quitéria, Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2014).

Nota: (1) Obra embargada de uma casa do Programa “Minha Casa, Minha Vida”; (2) Casa construída através desse programa habitacional.

Mesmo com a conclusão de algumas unidades habitacionais, os moradores de Santa Quitéria não puderam utilizar essas moradias, em razão do embargo das obras

e da ordem de despejo emitida em novembro de 2013, o que inviabilizou a efetivação desse projeto habitacional. Diante da falta de ações por parte do poder público nessa circunstância de vulnerabilidade social, a Associação de Moradores tem sido basilar para ampliar as táticas de luta dos trabalhadores (SILVA, 2014, 2019).

No enfrentamento dessa situação, esses sujeitos têm procurado respaldo legal através da contratação de advogados, visando à efetivação do direito social à moradia (digna), instituído no art. 6º da CF/88. Esse direito ancora-se nas disposições sobre a função social da propriedade (art. 5º, XXIII) e a promoção de programas habitacionais (art. 23, IX) (BRASIL, 2022), em que se enquadra o “Minha Casa, Minha Vida”.

Entretanto, como é possível notar, há uma dissonância entre o que preconiza o texto constitucional, no tocante à garantia da moradia, e o que o próprio Estado vem realizando para atender aos interesses do grande capital, o que, conseqüentemente, submete as famílias locais a precárias condições habitacionais e coloca em risco a saúde, a segurança e o modo de trabalho da comunidade (SILVA, 2014, 2019).

Por outro lado, a luta dos trabalhadores por moradia digna em Santa Quitéria demonstra a força da organização política desses moradores, que se mantêm firmes na reivindicação dos seus direitos e, conscientes disso, se mobilizam para intervir na sua realidade. Logo, em meio aos confrontos com o suposto proprietário das terras e com o próprio Estado, os moradores notam que a sua luta deve ser contínua e que, para enfrentarem a questão do litígio da terra, a “união” é imprescindível.

Desse modo, percebe-se, com base nos estudos de Silva (2014, 2019), que há o reconhecimento, por parte dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria, da relevância e necessidade de sua organização política, da formulação e aplicação de estratégias de enfrentamento, bem como de sua articulação com outras instâncias organizativas para que haja a troca de experiências de luta e o fortalecimento da causa.

Segundo a autora mencionada, os moradores, organizados na Associação de Moradores e no Conselho Deliberativo dessa organização, têm procurado se articular com outras associações para mostrar a situação que estão vivendo e somar forças. No entanto, mesmo com a percepção a respeito da importância da articulação, esse movimento de luta em Santa Quitéria tem sofrido com conflitos internos, visto que o processo de luta não é homogêneo nessa comunidade.

Por outro lado, esse movimento tem se fortalecido através da articulação com outros trabalhadores rurais, pois é apenas mediante a luta que essas organizações podem intervir na realidade que estão vivenciando. Diante disso, é possível observar

que a trajetória de luta e resistência dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria tem retratado momentos de avanços e recuos, nos quais manifestam a compreensão da importância das instâncias organizativas, da terra e da manutenção do seu modo de vida e trabalho (SILVA, 2014, 2019).

Assim, desde 2012, os moradores de Santa Quitéria vem criando e aplicando diferentes táticas de luta para que esse movimento tenha uma maior visibilidade e chance de negociações. Uma das formas encontradas, por esses trabalhadores, para enfrentar as investidas do suposto dono das terras da comunidade foi a realização de manifestações, com interdições de rodovias.

Um exemplo dessa tática foi a manifestação, organizada pela Associação de Moradores, no dia 14 de novembro de 2012, quando fizeram a interdição (Figura 29), no início da manhã, das duas pistas da BR-402, que liga as cidades de Bacabeira e Rosário, para protestar e denunciar uma liminar, dada pela Justiça, de desocupação de três casas em Santa Quitéria.

A respeito, no *blog* “Bacabeira em Foco”, destaca-se que o tráfego da rodovia foi interrompido devido aos manifestantes atarem fogo no local, para obterem maior visibilidade para permanecerem nas suas casas e na própria comunidade diante da ameaça de desocupação para a instalação da Refinaria *Premium I*. Os manifestantes exigiam a presença da imprensa e de autoridades como o prefeito de Bacabeira e a juíza da Comarca de Rosário. Além do mais, reclamavam da postura aparentemente omissa do prefeito ante à iminência de despejo (CALVET, 2012b).

Figura 29 – Manifestação dos moradores da comunidade de Santa Quitéria na BR-402



Fonte: Calvet (2012b).

Diante dessas manifestações, a Comarca de Rosário recebeu uma comissão de moradores da comunidade de Santa Quitéria para debaterem acerca da ação de reintegração de posse (Anexo H). Durante essa reunião, os moradores salientaram as ameaças sofridas e as práticas arbitrárias do suposto proprietário das terras, do seu encarregado e da PM. Então, ficou acordado, entre a comissão e representantes da Justiça, que tais denúncias seriam investigadas pelo Ministério Público do Maranhão (MP/MA) (JUÍZA..., 2012).

Como a situação não foi devidamente resolvida pelo Estado, no ano seguinte, os moradores, organizados pela liderança da Associação de Moradores, voltaram a realizar manifestações na BR-402 em Bacabeira. Uma das manifestações, realizada em 3 de dezembro de 2013, foi motivada pela derrubada de duas casas em Santa Quitéria, pelo suposto proprietário da terra da comunidade e pelo seu encarregado. Nessa ocasião, os moradores atearam fogo na estrada e interromperam o tráfego de veículos nas duas faixas da rodovia (Figura 30).

Figura 30 – Outra manifestação dos moradores de Santa Quitéria na BR-402



Fonte: Calvet (2013).

Segundo informações apuradas pelo jornal *O Imparcial*, os moradores cortaram a pista e atearam fogo em pneus, galhos de árvores e móveis antigos para obstruir o trânsito e, assim, chamar a atenção das autoridades públicas. Mais de 100 famílias de Santa Quitéria participaram dessa ação, interditando a rodovia BR-402, no trecho que conecta Bacabeira e Rosário. Essa manifestação foi motivada, sobretudo, pela iminência de despejo devido ao ganho de causa pelo suposto proprietário das terras da comunidade, apesar de a maioria dos moradores residir há quase duas décadas no local (SILVA, 2019).

Para cessar as manifestações, foram realizadas diversas audiências públicas (Anexo H) com a presença de representantes da OAB, da Prefeitura de Bacabeira, da Câmara Municipal, do Incra, do Iterma e outros órgãos envolvidos com movimentos agrários, com o intuito de resolver o problema que atinge esses moradores. Todavia, nada foi concretamente resolvido nessas audiências, e o Governo do Estado não se pronunciou sobre essa questão — o que indiretamente está ligado às especulações dos grandes projetos, como o da falida Refinaria *Premium I*.

Apesar dessa situação estar longe de uma resolução, os moradores, nessas manifestações, mostraram que a sua organização e resistência contra a coerção do Estado capitalista têm força para defender os seus interesses e rearticular o papel

desses sujeitos na estrutura social, de modo a participar e reivindicar os seus direitos básicos de sobrevivência.

A articulação dessas manifestações pela Associação de Moradores de Santa Quitéria alude às concepções de Gramsci (2004) a respeito do intelectual orgânico, que atribui à liderança a função de organizar um novo modo cultural relacionado a um grupo ou classe social. Nessa direção, o estudioso indica que todo agrupamento social constitui, para ele mesmo, de forma orgânica, “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 2004, p. 16).

Na perspectiva marxista, tornam-se, então, imprescindível que, na apuração da realidade, os sujeitos políticos formulem estratégias para expressar, nas lutas sociais, as suas inquietudes frente à contradição capitalista e as suas intenções de libertação das práticas autoritárias, exploratórias e coercitivas coordenadas historicamente pelo sistema capitalista (SILVA, 2019).

Dessa maneira, pode-se entender que os Governos Federal e Estadual, ligados ao grupo hegemônico e aos ideais neoliberais, perseguem e criminalizam as lutas de quem se opõe ao estado capitalista. Entende-se, também, que esse estado, quando colocado em risco pelas lutas sociais, utiliza-se da coerção e do consenso, por meio de políticas compensatórias, para cessar ou silenciar as inquietações de um coletivo social (SILVA, 2014, 2019).

Além disso, o Estado, como agente de poder político e territorialidade, realiza seu papel de mediador em relação a um dado território e sua respectiva população, representando dada classe social que dirige os seus objetivos e interesses. Assim, descarta-se qualquer tipo de neutralidade na esfera estatal, uma vez que o “Estado se coloca na posição de defensor dos interesses do capital” (BENTIVI, 2012, p. 57).

Nesse sentido, como salienta Silva (2014), o Estado tem um papel crucial na adequação das condições para implementar políticas e programas que gerenciarão as relações sociopolíticas e econômicas do país. Dessa forma, age como um agente regulador da economia e como uma instituição representante da população. Trata-se de uma instância representativa e um aparato temporal e espacialmente situado, que abrange um todo permeado por complexidade e contradições (FARIAS, 2001).

O Estado distingue-se do governo, pois este é a expressão oculta daquele e a essência da luta de classes sociais, pautada na divisão capitalista que representa as contradições institucionalizadas. Essa institucionalização atribui à instância estatal,

dentro da produção capitalista, a função de agente facilitador do capital e do trabalho, isto é, de sua movimentação e circulação sem qualquer obstáculo.

O Estado apresenta-se, então, como um recorte da classe dominante de uma época, mostrando os interesses e as garantias de propriedade privada e acúmulo de mais valia. Diante de conflitos emergentes, exerce o papel de mediador das relações a favor da classe dominante, apropriando-se estrategicamente de uma política ou um programa que supra as demandas da classe dominada para a resolução do conflito (SILVA, 2014, 2019).

Nesse bojo, Marx e Engels (1991) afirmam que o Estado, dentro do sistema capitalista, consiste, essencialmente, em um mecanismo de dominação de classe, já que o seu modo de organização se direciona para a manutenção das relações entre o capital e o trabalho. Os autores explicam que o Estado corresponde aos interesses das classes dominantes que, historicamente, existem e se unificam internamente para impor as suas ideias à sociedade como um todo, por meio da violência e da ideologia.

Na concepção marxista, não há fragmentação entre a sociedade civil e a esfera estatal, uma vez que o Estado resulta da relação entre as classes sociais. Verifica-se, ainda, que essa fragmentação reforça a ideologia da burguesia em ascensão. Para Fontes (2008), a classe dominante buscava mascarar a relação social exploratória e a condição subalterna entre as novas classes sociais, formulando a esfera estatal e a autonomizando, desconsiderando os aspectos históricos que levaram à sua instituição e ratificando o Estado burguês como fundamental e duradouro.

Logo, de acordo com Marx e Engels (2005, p. 7), o Estado tem como uma de suas funções manter a ordem social, e “o executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa”. Desse modo, Saes (1998) ratifica que, na concepção de Nicos Poulantzas, o Estado burguês organiza, de maneira singular, a dominação de classe e, como tal, pode ser definido por meio da criação de condições ideológicas fundamentais para reproduzir as relações de produção capitalistas. Nesse prisma, desempenha uma dupla função: “individualizar os agentes da produção e neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva” (SAES, 1998, p. 30).

Ademais, o Estado burguês compreende um conjunto de recursos materiais e humanos, que mantém a dominação de uma classe sobre a outra, isto é, a hegemonia. Nesse viés, Codato e Perissinotto (2001), ao analisarem a concepção de Estado em Marx, sinalizam que se trata de um conjunto com vários níveis dominantes, também

designados pontos decisórios, de onde se controlam “as rédeas da administração”, e diversos níveis de dominação. Portanto, a esfera estatal envolve “poder decisório” e considerável capacidade de alocação de recursos.

Dessa forma, o Estado é considerado uma organização com os seus próprios recursos, especificamente no contexto dos Poderes Executivo e Legislativo, que visa ao desenvolvimento dos seus interesses em um panorama político instável, marcado por forças sociais que se encontram fora dele em uma relação de conflitos. Embora Marx compreenda o Estado na dimensão funcional, Poulantzas considera, por sua vez, que ele não acaba na dimensão estatal, uma vez que envolve o poder político e a política (CODATO; PERISSINOTTO, 2001).

Destarte, o Estado não deve ser reduzido à esfera da dominação política, pois ele possui uma ossatura material própria. A atividade de mediação executada, pelo Estado, entre as funções administrativas e burocráticas é, então, o que define o seu caráter de classe (CODATO; PERISSINOTTO, 2001). Além dessas funções, é papel do Estado planejar e preparar o território para consentir as determinações das classes hegemônicas, considerando que o capital não consegue se reproduzir sob quaisquer condições.

Partindo dessa realidade, desvelam-se três sujeitos nessas relações: o Estado, que tenta assegurar as condições mínimas para as empresas em dada localidade, objetivando o crescimento local; a empresa, que tem como objetivo arrecadar mais valia, gerando lucros crescentes; e a população local, que sofre as ações dos atores, tentando, com poucos recursos, montar estratégias e resistências para permanecer ou entrar na terra com melhores condições de vida.

Quanto ao Maranhão, observa-se que o Estado e as empresas têm trabalhado sincronizadamente para trazer o “desenvolvimento e progresso” por meio dos novos investimentos para a região. No entanto, o que se observa é que essas promessas econômicas já desapropriaram diversas famílias e causaram problemas ambientais, como a Alumar e a CVRD. Logo, as grandes empresas apropriam-se de áreas que não são suas e expulsam os trabalhadores rurais, retirando o seu modo de vida.

Na esteira desse processo, a comunidade de Santa Quitéria, como já indicado, tem vivenciado tentativas de desapropriação do suposto dono devido à especulação imobiliária provocada pelo anúncio de implantação da Refinaria *Premium I*. Apesar do cancelamento do empreendimento, esse processo, que ocasionou o litígio da terra,

não terminou, visto que o suposto proprietário cria diversas estratégias de suborno e violência psicológica para atingir as famílias que ainda resistem.

Além disso, o suposto dono visita as casas dos moradores com o propósito de fazê-los assinarem a documentação de transferência de posse da terra. Diante dessas situações, Silva (2014) indica que as lideranças têm sofrido ameaças verbais e, até mesmo, grampeamento telefônico. Todavia, esses trabalhadores não ficam inertes, eles se unem e fortalecem a luta, criando estratégias de resistência, como:

- a) não receber estranhas nas residências;
- b) identificar, na localidade, possíveis visitantes ou estudiosos/pesquisadores;
- c) assinar documentação somente com a devida avaliação jurídica por parte de advogados da Associação de Moradores;
- d) organizar e realizar sistematicamente reuniões na Associação de Moradores para elucidar aspectos legais e acompanhar o processo judicial;
- e) buscar parcerias a fim de fortalecer a causa, como: OAB, CPT, Fetaema, Iterma, SMDH e outras instituições/entidades (SILVA, 2014).

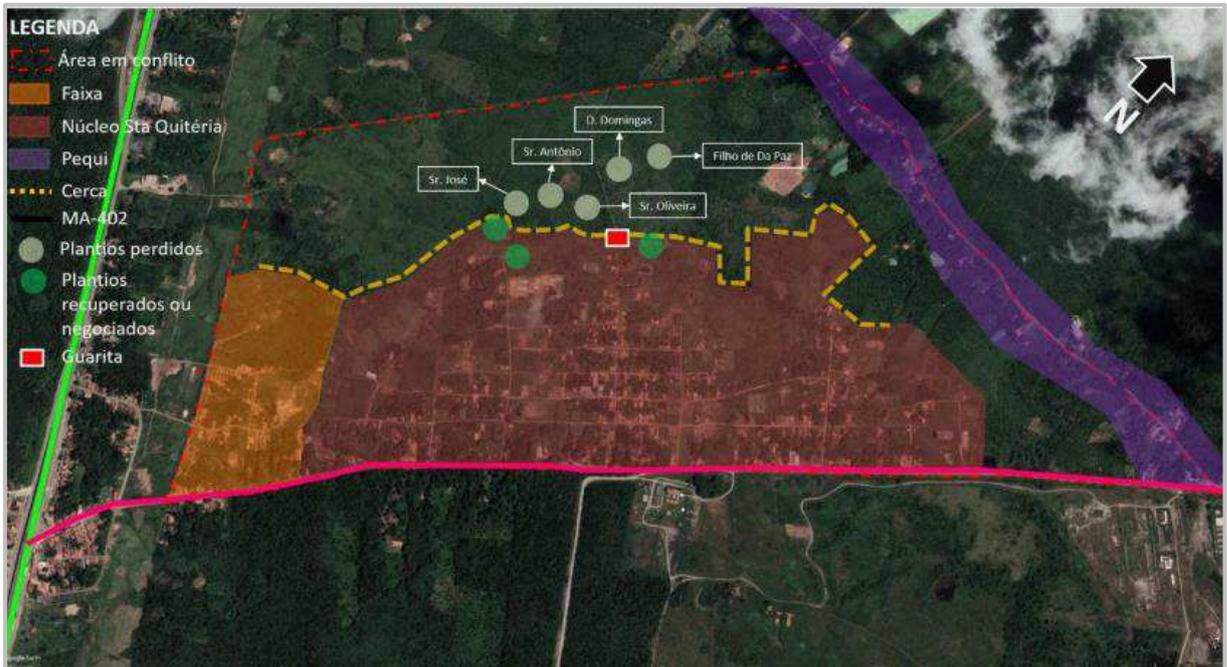
Além dessas estratégias desenvolvidas pelos moradores no seu cotidiano, os trabalhadores rurais da comunidade têm buscado outras formas para a ampliação da visibilidade da causa, como a realização de manifestações e caminhadas à sede da Prefeitura de Bacabeira, fazendo uso de cartazes e faixas com pedidos de justiça e diálogo com a Comarca de Rosário (Anexo H) para negociações (SILVA, 2014; 2019).

Mesmo com essas estratégias de luta e resistência, o suposto proprietário, no ano de 2017, surpreendeu os moradores com o cercamento da porção noroeste do terreno, que era usado coletivamente pelos trabalhadores rurais para cultivo e pesca. Para vigiar essa cerca, foi instalada uma guarita na qual é possível verificar o nome da Bacabeira Empreendimentos, impedindo completamente o acesso dos moradores (COSTA; MATTOS JÚNIOR, 2019).

Convém ressaltar, com base em depoimentos coletados por Costa e Mattos Júnior (2019), que os próprios moradores relatam que, apesar da industrialização em Bacabeira, esses trabalhadores ainda desenvolvem atividades agrícolas, criação de animais de pequeno porte e piscicultura. Por isso, quando a cerca foi colocada, muitas famílias que dependiam do plantio para a sua subsistência foram atingidas, enquanto

outras perderam parcialmente o acesso ao terreno; contudo, boa parte da comunidade perdeu tudo o que havia plantado nessa área (Figura 31).

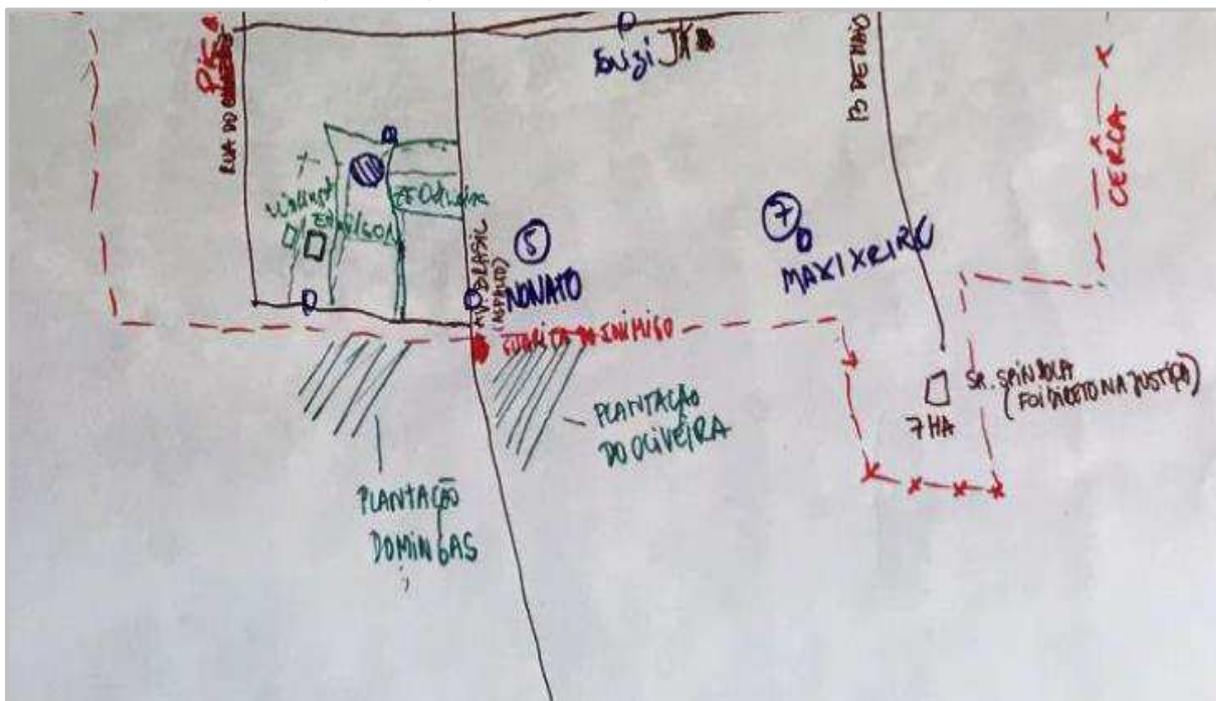
Figura 31 – Mapa indicando o cercamento e as perdas de plantio dos moradores de Santa Quitéria, Bacabeira/MA



Fonte: Costa e Mattos Júnior (2019).

Na tentativa de resolver essa questão, a Associação de Moradores de Santa Quitéria, em parceria com o Curso de Especialização em Assessoria Técnica para o Habitar Urbano e Rural (Athuar) da UEMA, realizou uma atividade para identificar os limites, ruas, suas casas e de vizinhos, prédios públicos, açudes, áreas de plantio e outros pontos importantes para a comunidade. Nessa atividade, também foi projetada a imagem do *Google Earth* da área onde está localizada Santa Quitéria, para que os moradores construíssem o mapa do povoado e suas vizinhanças (COSTA; MATTOS JÚNIOR, 2019) — conforme pode ser observado nas Figuras 32, 33 e 34.

Figura 34 – Mapa destacando as áreas de plantio perdidas após o cercamento do território pelo suposto dono



Fonte: Costa e Mattos Júnior (2019).

Através da construção desses mapas, foi possível verificar que os moradores, organizados na Associação, decidiram fazer reuniões para discutir a autodemarcação de suas terras. Depois de muitas reuniões, a atividade foi colocada em prática por meio da criação do ato coletivo de estacas para demarcação do território (COSTA; MATTOS JÚNIOR, 2019).

Associado a essas atividades, Silva (2019) aponta que a Associação realizou um abaixo-assinado para pressionar a Prefeitura de Bacabeira e para encaminhar à Promotoria Pública da Comarca de Rosário uma decisão de conciliação sobre o uso da terra. Nas imagens a seguir, pode-se observar a reunião para coleta de assinaturas e o ato coletivo de demarcação da área feita pelos moradores (Figuras 35 e 36).

Figura 35 – Reunião na Associação de Moradores para a coleta de assinaturas após a decisão de colocar estacas para demarcar as terras de Santa Quitéria, Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2019).

Nota: Imagem alterada para preservar a identidade da criança.

Figura 36 – Autodemarkação dos moradores por meio de estacas em Santa Quitéria, Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2019).

Além dos motivos já citados, a comunidade de Santa Quitéria decidiu realizar a autodemarkação com as estacas devido às ordens de despejo recebidas por alguns moradores. À vista disso, a Associação de Moradores intensificou as reuniões com a finalidade de esclarecer a atual situação da comunidade — das quais participaram representantes da Prefeitura, membros da Câmara Municipal, advogados, moradores e a mesa diretora da própria associação. Foi uma reunião extremamente conturbada, em virtude das diversas interrupções de agentes motivados por objetivos eleitorais. Porém, ao final, de acordo com Costa e Mattos Júnior (2019, p. 16):

[...] quando os moradores conseguiram ficar a sós com alguns alunos, professores e o advogado da Comissão Pastoral da Terra que lhes dá suporte jurídico, construiu-se o entendimento de que era necessário o levantamento de informações sobre a própria comunidade de Santa Quitéria para ajudar na fundamentação da sua defesa, e que precisariam entrar em acordo quanto à definição dos limites da necessária autodemarcação.

A partir daí e de outros motivos, os moradores decidiram continuar os atos coletivos de inserção de estacas para a demarcação do território e dos seus limites e para o balizamento do perímetro da área que reivindicariam, processo iniciado já em janeiro de 2019. Desse modo, observou-se que, quando os trabalhadores de Santa Quitéria se sentiram ameaçados, eles se uniram para criar as suas próprias táticas de enfrentamento das condições impostas pelo suposto proprietário das terras e pela especulação imobiliária na área.

Durante todo esse processo, percebeu-se que os moradores de Santa Quitéria têm um longo caminho para a regularização fundiária, mas, apesar disso, continuam desenvolvendo várias táticas de resistência pela permanência na terra, para superar o obstáculo da insegurança da posse e reivindicar seus direitos fundamentais, como saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, trabalho e lazer.

Ao longo deste estudo, notou-se, ainda, que os trabalhadores rurais, quando estão organizados politicamente, se educam na luta, reescrevem as suas histórias e compreendem a importância das instâncias organizativas para a criação de um futuro menos violento na comunidade. Assim, é participando ativamente dos processos de luta que os sujeitos podem adquirir amadurecimento.

Reforça-se essa constatação a partir dos estudos de Luxemburgo (1979), pois a autora afirma que a organização, a consciência de classe e a educação política só são viáveis por meio da escola política viva na luta e pela luta. Desse modo, a autora enfatiza a inserção dos trabalhadores nas instâncias organizativas para que haja o desenvolvimento e o amadurecimento do processo de luta e da consciência. Quanto à consciência, a estudiosa aponta que é um processo adquirido quando o trabalhador reconhece o seu papel diante dos antagonismos da sociedade capitalista.

Corroborando com essa visão, Mészáros (2008) explana que essa consciência decorre de um processo dialético que precisa ser guiado por uma organização política para alcançar o devido amadurecimento. O autor também evidencia que a atuação da consciência se eleva de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. Porém,

o objetivo do proletariado é derrubar essas forças produtivas e extinguir a si mesmo, para desenvolver um novo mundo sem exploração, dominação e desigualdades.

Logo, o proletariado precisa destruir todas as condições que foram impostas a ele na sociedade capitalista, sobretudo as garantias da propriedade privada vigentes. (MARX; ENGELS, 2005). Ressalta-se que é na propriedade privada que se encontra a primeira expressão da violência, e a luta dos trabalhadores decorre dessa violência do Estado e do capital, o que resulta na busca pela autodefesa (BOGO, 2008).

Dentro do processo revolucionário, o avanço nas lutas da classe trabalhadora requer, segundo Bogo (2008), o restabelecimento das bases revolucionárias, pois é necessário apreender as mudanças das ações do capital de maneira crítica, uma vez que os indivíduos são capazes de desenvolver várias formas de se manter no poder. O autor também reforça que, para abolir as condições de desigualdade estruturadas pela sociedade capitalista, os trabalhadores devem estar participando das instâncias organizativas, direcionados em um só viés.

No que concerne à organização da comunidade de Santa Quitéria diante das tentativas do suposto dono, verificou-se, nos estudos Costa e Mattos Júnior (2019) e Silva (2019), que os trabalhadores vêm desenvolvendo diversas estratégias de lutas e resistência, como: manifestações, caminhadas, interdições de rodovias, audiências públicas com instituições federais, estaduais e municipais, alianças com professores, pesquisadores, sindicatos e outros movimentos sociais em torno da causa.

A respeito dessa questão, Silva (2019) pontua que a luta em Santa Quitéria é histórica pela sua relação com a terra em prol da moradia, do sustento familiar e da efetivação de direitos básicos. Nesse processo, esses trabalhadores amadurecem no prisma da ação coletiva e política, tendo como eixo a luta pela terra como condição essencial para a sua sobrevivência, despertando-os para a realidade e fortalecendo a sua resistência contra o projeto do capital.

Conforme Bogo (2010), a resistência e os projetos da classe trabalhadora se manifestam em diversos níveis dentro da sociedade civil. Alguns grupos se adaptam à ordem estabelecida nessa realidade, enquanto outros tentam combatê-la até o fim. Partindo dessas proposições, verificou-se que a luta e resistência dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria têm se posicionado contra a ordem imposta pelo Estado e pelo suposto proprietário das terras, trazendo, em sua configuração, aspectos que os fizeram despertar para a realidade e, por conseguinte, a luta. Assim, esses sujeitos,

inseridos na organização política, estão escrevendo os novos rumos da sua história e intervendo nela.

Desse modo, verificou-se que a classe trabalhadora da comunidade de Santa Quitéria tem evidenciado a realidade da questão fundiária e da correlação de forças e interesses antagônicos que estão enfrentando. Por isso, para que possam atingir os seus propósitos coletivos, é necessário que permaneçam unidos em suas instâncias organizativas. Considerando essa situação, concorda-se com Gramsci (1976) quando afirma que a luta é constante — o que exige dos trabalhadores perseverança, força e partilha de conhecimentos que só serão consolidados na organização política, a qual, como visto neste estudo, se constitui uma peça fundamental na luta pela terra.

4 CONCLUSÃO

A investigação apresentada teve como eixo central a análise da forma como grandes projetos de desenvolvimento se inserem na região de Bacabeira, município majoritariamente rural, alterando as relações socioeconômicas e culturais do entorno. Em linhas gerais, notou-se que esses empreendimentos reforçam o ciclo e a lógica de produção e acumulação capitalista; e esse movimento de aglutinação do modo de vida rural faz parte da lógica do meio moderno, para atender às demandas do mercado capitalista mundial. Em nome desse desenvolvimento associado ao progresso, há a destruição de tudo: meio ambiente, histórias de vida, laços sociais. Alteram-se cidades completas e, mais do que isso, reconfigura-se a vida de comunidades inteiras.

Levando em conta a conjuntura atual, esta dissertação baseou-se em fontes bibliográficas e documentais, uma vez que o novo coronavírus impactou diretamente o Brasil e outros países. Além disso, a pandemia de Covid-19 desencadeou limites, mostrou e agravou as desigualdades sociais vivenciadas pela classe trabalhadora. Tendo em vista esse contexto, priorizou-se o cuidado em relação à comunidade e à pesquisadora, recorrendo a fontes bibliográficas e documentais com vista à análise do objeto de estudo.

No processo de análise sobre o percurso de grandes projetos, constatou-se, ao examinar o processo de mundialização, a reafirmação da condição da América Latina como uma periferia do capital internacional que, consoante Silva (2014, 2019), produz formas necessárias para a produção, a circulação e a reprodução do capital, em uma relação predominantemente de dependência aos países que constituem o bloco hegemônico, sendo destacados pelas implantações de grandes projetos em países periféricos.

Assim, na expansão do mercado aos países latino-americanos, o capitalismo internacional torna esses países alvo central, em uma relação desigual e combinada, que, historicamente, está inserida e empenhada em auxiliar a expansão de produção de mercadorias e o desenvolvimento do capital internacional dos países hegemônicos. Essa inserção torna os países da América Latina propícios para a criação e expansão da indústria, em uma lógica de realocação dos processos de produção para uma determinada região e de reorganização dos espaços sob a lógica do desenvolvimento em nível local, regional e transnacional (SILVA, 2019).

O Maranhão, na lógica desse processo de desenvolvimento transnacional do capital, encontra-se situado na periferia mundial e regional, além de experimentar os discursos de “desenvolvimento” e de “modernização” no cerne da implantação de grandes empreendimentos no estado. Esses projetos retratam a posição privilegiada dos grupos dominantes, pois eles se beneficiam e se mantêm no poder legitimado de modo eletivo, nas urnas, a fim de estabelecer uma relação entre Estado e interesses privados, isto é, para atender às demandas econômicas, em detrimento das sociais (SILVA, 2015).

Verificou-se que o discurso de desenvolvimento sobre o “novo”, o “moderno” e o “industrial” vai de encontro ao “tradicional” e “atrasado”, sendo propagado na gestão de José Sarney e nos resultados das ações do seu mandato, que foram legitimados desde os anos 1966/70, alicerçando a entrada intensiva de capital no Maranhão, de modo a estabelecer uma associação entre o global e o local (SILVA, 2015).

Esse processo, chamado “reestruturação produtiva”, norteou-se, no Maranhão, pela atuação dos governos públicos e abriu espaço para o capital financeiro no estado, a expansão das estruturas econômicas modernas e a nova indústria que privilegia o crescimento econômico, em vez do desenvolvimento social e da qualidade ambiental das áreas almeçadas para os projetos. Essa situação resultou em efeitos severos para a população, à medida que desapropria, invade e modifica a vida e a produção dos trabalhadores, levando-os a se (re)organizarem no âmbito da produção.

No entanto, o discurso que vem sendo legitimado por esses empreendimentos expressa a melhoria da condição de vida dos trabalhadores do estado, entretanto não corresponde à realidade e necessidade da população local, cuja produção ainda está predominantemente na agricultura familiar, na produção direta na terra, na piscicultura e no extrativismo vegetal.

Além de não corresponder à realidade e necessidade local, a implantação desses empreendimentos aumenta a violência, a especulação imobiliária, o custo de vida na região, assim como devasta e fere o meio ambiente e atinge os trabalhadores que não são absorvidos por esses projetos, por não atenderem ao nível de exigência dos grandes empreendimentos industriais, sob a alegação de falta de qualificação para ocupar os cargos. Assim, na prática, os principais projetos de “modernização” do estado privilegiam uma pequena parcela da sociedade e, sobretudo, aqueles com mão de obra considerada “qualificada”.

Em outros termos, os discursos orquestrados por esses empreendimentos não condizem com a realidade da população local e acirram ainda mais as desigualdades sociais e econômicas. A sucessão desses fatos ocorreu no município de Bacabeira, quando foram feitas mudanças no âmbito produtivo pelas obras da terraplanagem na área da anunciada para a Refinaria *Premium I*, em 2010, pela duplicação da BR-135, pelo aumento de investimentos nos setores da construção civil e de serviços e pela especulação imobiliária na região, impactando drasticamente as condições de vida e laborais dos trabalhadores, levando em conta o baixo nível de escolarização que se concentra no ensino fundamental e o fato de que muitos desses sujeitos permanecem na produção agrícola ou na informalidade (SILVA, 2019).

Com base no estudo, verificou-se que, após o anúncio da refinaria e de outros empreendimentos, Bacabeira vem sendo atingida, de forma direta, pelos interesses do capital nacional e internacional, em um jogo em que não existe distribuição justa e igualitária, mas sim uma relação desigual e combinada, que desmata e se apropria da terra. Tal processo tem recebido apoio do Estado, que cria condições favoráveis para o processo de produção e acumulação do capital.

Desse modo, durante esta pesquisa, ficou evidente a lógica do grande capital que causa as múltiplas expressões da questão social na vida dos trabalhadores rurais de Bacabeira. Tudo isso vem sendo orquestrado pelo Estado, um órgão que deveria amenizar ou resolver os problemas sociais, mas que age em conluio com os grandes projetos.

Quanto a esses empreendimentos, constatou-se criticamente que os projetos inseridos no referido município não proporcionam qualidade de vida e bem-estar, nem oportunidades de emprego e renda, à população local e imigrantes. O que sucedeu foi o agravamento dos problemas urbanos em Bacabeira e em municípios vizinhos. Desse modo, a industrialização, principalmente com o anúncio da Refinaria *Premium I*, financiada por recursos federais e estaduais, acarretou efeitos perversos na região, sentidos, primeiro, por trabalhadores rurais através da especulação imobiliária, o que provocou disputas territoriais.

Um exemplo disso é a situação dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria, que estão imersos na luta pela permanência na terra. Nessa comunidade, a luta contra os cercamentos do capital, como foi analisado, não é uma questão recente, pois ela se expressou em uma disputa territorial que reverbera até a atualidade e manifesta um

conflito agrário. A solução desses conflitos vem sendo mediada pela prefeitura, mas não tem sido eficaz nesse sentido.

Sobre isso, entendemos que os conflitos agrários e a luta pela terra como eixo principal da disputa entre as classes se instituem pelas relações divergentes nas áreas política, econômica e cultural. A questão agrária no Maranhão, bem como no Brasil, tem como foco central o conflito entre as classes, pois existe, de um lado, as classes dominantes, representadas por forças capitalistas; de outro lado, há os trabalhadores rurais, lutando pelo acesso e permanência na terra, com a qual possuem outra forma de relação.

Na concepção dos trabalhadores rurais, a terra é condição de sobrevivência, moradia, modo de vida e trabalho; enquanto na visão das classes dominantes, é uma forma de produzir e acumular lucros. Regressando à questão dos conflitos agrários, verificou-se, nesta pesquisa, que o Maranhão sempre esteve submerso aos conflitos fundiários, desde os anos 1940, e lidera, por mais de duas décadas, de acordo com Sodré (2020), o *ranking* de conflitos agrários.

A incidência desses conflitos, consoante os dados da CPT, está dividida entre posseiros, quilombolas, indígenas, assentados, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, sem-terra, quebradeiras de coco babaçu e outras categorias que lutam pela terra, bem como entre fazendeiros, empresários e mineradoras que buscam expropriar e espoliá-la. No caso de Bacabeira, os conflitos em torno da terra foram intensificados pela especulação imobiliária, diante da valorização provocada pelo processo industrial nessa região, especialmente após o anúncio da Refinaria *Premium I*, que impactou drasticamente Santa Quitéria.

No tocante a essa comunidade, verificou-se que os moradores vêm sofrendo, desde 2010, os impactos da implantação da refinaria e o processo de litígio que foi instigado após o anúncio e a implantação desse projeto. Assim, conforme Costa e Mattos Júnior (2019) e Silva (2019), de um lado, existem 220 mil famílias que moram em uma área de 235 ha e, do outro lado, há o suposto proprietário, que entrou com o pedido de reintegração de posse, em função do empreendimento da Petrobras.

Como estratégia de enfrentamento a essa questão, os trabalhadores rurais de Santa Quitéria estão organizados na Associação de Moradores, criando e buscando alternativas de luta e resistência para lidar coletivamente com essa situação, através de reuniões sistemáticas sobre a questão vivenciada; audiências públicas; articulação com outros movimentos e espaços de luta, para congregar forças; manifestações e

caminhadas, para chamar a atenção dos órgãos públicos; e contratação de assessoria jurídica especializada.

Entretanto, durante o estudo, constatou-se que existem diversas contradições entre esses trabalhadores, pois o movimento de luta não é linear e homogêneo. São contradições que prejudicam a luta desses sujeitos e facilitam as ações do suposto dono, o qual constantemente vem praticando atos violentos contra a comunidade. Trata-se, então, de uma situação já elucidada por Marx, ao constatar que a realidade de Santa Quitéria é uma totalidade concreta com diversas determinações e relações que, no movimento de contradição dialética, se modificam.

Mas, apesar dessas contradições, as intensas mobilizações da Associação de Moradores desses trabalhadores conseguiram criar uma instância organizativa capaz de questionar criticamente o processo de litígio da terra e os impactos gerados pelos grandes empreendimentos. Nesses espaços, os referidos sujeitos têm aprendido a se organizar, liderar, entender a situação que vivem e congregar forças na perspectiva da luta pela permanência na terra. Desse modo, esses trabalhadores reconhecem a importância da Associação para atender às demandas da comunidade e indicam o sindicato de pescadores como outro importante espaço político-organizativo.

São nesses espaços de instâncias organizativas que os trabalhadores podem organizar, reivindicar e congregar forças para o atendimento de suas demandas e interesses. Por essa razão, a luta e a resistência dos trabalhadores nessas instâncias são formas fundamentais para pressionar o Estado para atender às suas demandas através da criação e aplicação de políticas públicas.

Além disso, as instâncias organizativas possibilitam que os trabalhadores se eduquem no contexto das lutas. Corroborando com essa ótica, Gramsci (1995) mostra que, nessas instâncias, os sujeitos políticos podem desenvolver uma consciência de classe que os permite conhecer a realidade social e intervir nela. Por isso, pode-se dizer que os trabalhadores se educam essencialmente na luta de classe (OLIVEIRA, 2007).

Essa indicação é importante, pois demonstra que, nas lutas organizadas, os trabalhadores podem atender às suas demandas imediatas e ascender, partindo de uma perspectiva revolucionária, à emancipação sociopolítica. Isso significa dizer que os trabalhadores, partindo da prática revolucionária nas instâncias organizativas, podem superar as contradições estruturais do capital e elaborar uma concepção de mundo moderna, proletária e revolucionária (GRAMSCI, 1995).

Nesse viés, cabe destacar que a organização política dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria é de suma relevância para o desenvolvimento da sua consciência de classe, a formulação e a efetivação das suas estratégias de luta e resistência. Essas formas de resistência coletiva objetivam lutar contra as violações de direitos sentidas pelos trabalhadores.

Essas violações compõem a natureza do capital e, por isso, são enfrentadas pela comunidade, seja através da luta individual ou da luta organizada, com vista a assegurar a sua permanência na terra e lutar contra a apropriação e a espoliação de grandes empreendimentos no território, orquestradas pelo atual modelo de produção capitalista. Em outros termos, trata-se de uma luta contra as vulnerabilidades sociais provocadas pelo sistema capitalista.

Portanto, é através dessas organizações que esses sujeitos políticos podem minimizar algumas vulnerabilidades sociais geradas pelo grande capital e ascender à emancipação sociopolítica. Ademais, é participando dessas instâncias organizativas que os trabalhadores podem enfrentar os projetos desenvolvimentistas e criar outras experiências sociais. Por essa razão, a organização política dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria é uma ferramenta fundamental nos processos de luta e resistência pela permanência no seu território, que busca preservar o modo de vida e trabalho da população local.

Desse modo, pode-se concluir que os trabalhadores rurais de Santa Quitéria, organizados na Associação de Moradores, têm descortinado a realidade que vivem e estão buscando alternativas para o enfrentamento da questão do litígio, assim como procuram expandir as estratégias de luta e resistência. Segundo Silva (2019), esses trabalhadores nos processos de luta ganham voz, organização e criam as suas táticas, garantindo novos contornos no enfrentamento. Logo, vão além dos limites do capital para construir uma emancipação humana e superar as distorções da realidade social.

Partindo dessas reflexões, é importante destacar que o estudo deste tema não se esgota nesta pesquisa, uma vez que a realidade concreta está constantemente em movimento e, por isso, novos elementos poderão surgir no decorrer do tempo. Cabe ressaltar, também, que a presente investigação buscou uma aproximação sucessiva com a realidade, mas sempre existirão no decorrer do tempo outros questionamentos e novos elementos sobre a temática.

Todavia, isso não é visto como problema definitivo. O tempo, apesar de exíguo, sinalizou que esse processo de investigação foi somente um passo na direção da

transformação que se quer observar no mundo — particularmente, no município de Bacabeira e no Maranhão. Assim, espera-se que esta pesquisa não se encerre aqui e que possa servir de estímulo para novas incursões em busca de relações menos desiguais e mais justas, que valorizem a riqueza cultural, social, econômica e histórica dos trabalhadores rurais, especialmente da classe trabalhadora de Santa Quitéria.

REFERÊNCIAS

- A SIDERÚRGICA que não sai do forno. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, 6 fev. 2008. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/a-siderurgica-que-nao-sai-do-forno/>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- ABREU, M. M. Movimentos populares e classes subalternas: indicações teóricas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 1-12, 1995.
- ABREU, M. M. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, A. W. B. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- ALMEIDA, J. G.; SODRÉ, R. B.; MATTOS, J. S. O Matopiba nas chapadas maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na microrregião de Chapadinha. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 248-271, 2019.
- ALVES, E. J. P. **Repertórios e argumentos da mobilização política**: um estudo sobre o movimento Reage São Luís em São Luís-MA. 2014. 217 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- ALVES, E. J. P. Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil. **L'Ordinaire des Amériques**, Toulouse, n. 221, nov. 2016.
- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANDRADE, M. C. **Ensaio sobre a realidade maranhense**. São Luís: IPES, 1984.
- ARCANGELI, S. C. **A questão do desenvolvimento industrial na área Itaqui-Bacanga**: as formas de enfrentamento da Comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.
- ARCANGELI, S. C. **Cajueiro**: a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sudermann, 2020.
- AUDIÊNCIA pública convocada pela Associação discutirá reintegração de posse em Santa Quitéria, Bacabeira/MA. *In*: BLOG ASSOCIAÇÃO SANTA QUITÉRIA. Bacabeira, 22 nov. 2012. Disponível em: <http://asantaquiteria.blogspot.com/2012/11/audiencia-publica-convocada-pela.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

AURIZÔNIA. **Histórico**. Rio de Janeiro: Aurizônia Empreendimentos S/A, 2021. Disponível em: <http://www.aurizonia.com.br/historico.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

AZAR, Z. S. A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/eG2VRdl>. Acesso em: 15 abr. 2022.

AZAR, Z. S. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão**: o assentamento Califórnia como uma expressão. 2013. 326 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

BACABEIRA. **Nossa história**. Bacabeira: Prefeitura, 2021. Disponível em: <https://www.bacabeira.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BARBOSA, Z. M. **Maranhão, Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís: Editora da UEMA, 2006.

BARBOSA, Z. M. O global e o regional: contradições entre os grandes empreendimentos e as desigualdades sociais no Maranhão. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/3FIVOs2>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BARROS, G. Mercado aberto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2501200801.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BENTIVI, D. R. C. **Da lavoura ao concreto**: os impactos sociais causados pela construção da refinaria *Premium I* em Bacabeira/MA. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

BINKOWSKI, P. Dinâmicas e relações de poder nos conflitos agrários brasileiros. *In*: BINKOWSKI, P. (org.). **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 11-49.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOGO, A. (org.). **Teoria da organização política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca, Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRANT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais. *In*: SINGER, P.; BRANT, V. C. (org.). **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 9-27.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980**. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1980.

BRASIL. Secretaria de Imprensa da Presidência da República. **Discurso do Presidente da República**: discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento da pedra fundamental e de início das obras da Refinaria Premium. Brasília, DF: SIP, 2010a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-01-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cerimonia-de-lancamento-da-pedra-fundamental-e-de-inicio-das-obras-da-refinaria-premium>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Comparativo entre as leis, a MP nº 472, de 2009, o PLV nº 1, de 2010 e as emendas apresentadas pelo relator-revisor**. Brasília, DF: Senado Federal, 2010b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3748784&ts=1594029867150&disposition=inline>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2019. 8 v.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do índice de desenvolvimento da educação básica**: 2019: resumo técnico. Brasília, DF: MEC/Inep, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 116/2022. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/596093>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRAUN, J. Privatização da Petrobras? Veja o que aconteceu com ex-estatais pelo mundo. **BBC News Brasil**, São Paulo, 23 maio 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2022/05/23/privatizacao-da-petrobras-veja-o-que-aconteceu-com-ex-estatais-pelo-mundo.htm>. Acesso em: 26 maio 2022.

BRITO, F. L.; PERIPOLLI, O. J. Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 40, p. 39-60, set./dez. 2017.

CAEMA. **História**. São Luís: CAEMA, 2022. Disponível em: <http://www.caema.ma.gov.br/index.php/a-caema/institucional/historia>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CALSETE. **Margusa**. Sete Lagoas: Grupo Calsete, 2022. Disponível em: <http://www.calsete.com.br/margusa.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CALVET, J. Moradores do Povoado St.^a Quitéria pedem suspensão da reintegração de posse. *In*: CALVET, J. **Blog Bacabeira em Foco**, Bacabeira, 27 jan. 2012a. Disponível em: <https://bacabeiraemfoco.blogspot.com/2012/01/moradores-do-povoado-st-quiteria-pedem.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CALVET, J. Moradores fecham rodovia em protesto contra despejo. *In*: CALVET, J. **Blog Bacabeira em Foco**, Bacabeira, 14 nov. 2012b. Disponível em: <https://bacabeiraemfoco.blogspot.com/2012/11/moradores-fecham-rodovia-em-protesto.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CALVET, J. Duas casas derrubadas foram a causa do protesto em Bacabeira. *In*: CALVET, J. **Blog Bacabeira em Foco**, Bacabeira, 3 dez. 2013. Disponível em: <https://bacabeiraemfoco.blogspot.com/2013/12/duas-casas-derrubadas-foram-causa-do.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CANUTO, A. *et al.* Conflitos por terra em 2019, uma introdução. *In*: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. (coord.). **Conflitos no campo**: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020. p. 100-104.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. (coord.). **Conflitos no campo**: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social na organização da classe trabalhadora. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 461-480.

CARDOSO, L. Moradores do Povoado St.^a Quitéria pedem suspensão da reintegração de posse. *In*: CALVET, J. **Blog Bacabeira em Foco**. Bacabeira, 27 jan. 2012. Disponível em: <https://bacabeiraemfoco.blogspot.com/2012/01/moradores-do-povoado-st-quiteria-pedem.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CARDOSO, F. G. **Organização das classes subalternas**: um desafio para o serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.

CARDOSO, F. G. Perspectiva das classes Subalternas nas sociedades capitalistas: reafirmação do projeto histórico dessas classes. **Em Debate** (PUC-RJ on-line), Rio de Janeiro, n. 2, 2005.

CARDOSO, F. G.; SILVA, K. F. Centralidade e metamorfoses do trabalho no século XXI: precarização das relações de trabalho, consciência de classe e resistência na perspectiva da emancipação. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2020.

CARNEIRO, M. S. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. *In*: CARNEIRO, M. S.; COSTA, W. C.

(org.). **A terceira margem do rio**: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luís: Editora da UFMA; Instituto Ekos, 2009. p. 21-35.

CARRAMILO, C. Petrobras cancela 'refinaria premium' e cidade lida com perdas e frustração. **G1 MA**, São Luís, 7 fev. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/02/petrobras-cancela-refinaria-premium-e-cidade-lida-com-perdas-e-frustracao.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2006.

CERITA. **A empresa**. Bacabeira: Cerâmica Industrial Ita Ltda., 2022. Disponível em: <http://www.cerita.com.br/a-empresa>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CODATO, A. N.; PERISSINOTTO, R. M. O Estado como instituição: uma leitura crítica das obras históricas de Marx. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 9-28, 2001.

CONCEIÇÃO, A. F.; OLIVEIRA, C. G.; SOUZA, D. B. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 15-21.

COSTA, M. C.; MATTOS JÚNIOR, J. S. **Desafios da luta pelo território em Santa Quitéria, Bacabeira, MA, contra os cercamentos do capital**. 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Assessoria Técnica para o Habitat Urbano e Rural) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

CUNHA, R. Porto Mearim deve abrir janela de oportunidades para o Maranhão. **O Estado**, São Luís, 5 jun. 2015. Disponível em: <https://oestadoma.com/noticias/2015/07/05/porto-mearim-deve-abrir-janela-de-oportunidades-para-o-maranhao/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DALMAGRO, S. L.; BAHNIUK, C. A classe trabalhadora e suas lutas no capitalismo contemporâneo: sínteses do debate marxista. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 34, p. 42-59, 2019.

DE PAULA, C. F. S. Quando novos personagens entraram em cena. **Revista Labirinto**, Porto Velho, ano 13, n. 18, p. 148-155, jan./jun. 2013.

DELGADO, L. R. S. **A relação serviço social e questão agrária na contemporaneidade**: inserção e prática de assistentes sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão. 2010. 233 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

DINIZ, C. As ondas que movimentam a história (1970-1980). **Esquerda Online**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2012. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2012/12/21/as-ondas-que-movimentam-a-historia-1970-1980/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

DOLCE, J. Cem dias de retrocessos: povos do campo são alvo do governo Bolsonaro. **De olho nos ruralistas**, [S. l.], 10 abr. 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/04/10/cem-dias-de-retrocessos-povos-do-campo-sao-alvo-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

DOLCE, J. Reforma agrária popular e a luta pela terra no Brasil. **Dossiê do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**, [S. l.], n. 27, p. 1-37, abr. 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-27-terra/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

EMIR, A. População de Bacabeira vai ter de esperar: obras da usina siderúrgica adiadas para o próximo ano. **Maranhão Hoje**, São Luís, 30 jun. 2018. Disponível em: <https://maranhaohoje.com/maranhao/bacabeira-vai-ter-de-esperar-obras-de-siderurgica-devem-comecar-somente-em-2019/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ESTALEIRO MAUÁ. **Nossa empresa**. Niterói: Estaleiro Mauá S/A, 2022. Disponível em: <https://www.estaleiromaua.ind.br/site/index.php/empresa-maua>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FARIAS, F. B. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO ESTADO DO MARANHÃO. Fotos da audiência pública ocorrida no dia 27 de novembro de 2012. *In*: BLOG ASSOCIAÇÃO SANTA QUITÉRIA. Bacabeira, 28 nov. 2012. Disponível em: <http://asantaquiteria.blogspot.com/2012/11/fotos-da-audiencia-publica-ocorrida-no.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista ABRA**: Reforma Agrária, Petrópolis, ano 29, n. 1, p. 1-12, jan./ago. 1999.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, 92).

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 7 v. p. 173-237.

FERNANDES, B. M.; STÉDILE, J. P. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo”: texto preparatório. *In*: ARROYO, M.

G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 19-63.

FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. Introdução. *In*: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (org.). **Lutas camponesas contemporâneas, v. 1: condições, dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 23-34.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FONTES, V. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Revista em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 23-36, jul. 2008.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **MA – Polo siderúrgico e industrial na Ilha de São Luís: imbróglio envolve grandes empresas, Estado e comunidades tradicionais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-polo-siderurgico-e-industrial-na-ilha-de-sao-luis-imbroglio-envolve-grandes-empresas-estado-e-comunidades-tradicionais/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **MA – Comunidade Quilombola de Alcântara continua luta contra o Centro de Lançamento e pelo seu direito de ficar na terra**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contr-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GABRIELLI, S. Refinaria no MA é projeto sem volta. **Imirante. com**, São Luís, 17 out. 2009. Disponível em: <http://colunas.imirante.com/decio/2009/10/17/gabrielli-refinaria-no-ma-e-projeto-sem-volta>. Acesso em: 25 abr. 2022.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2020.

GALINE, F. T. M. **Consciência, consciência de classe e luta política no materialismo histórico de Marx e Engels**. 2020. 110 f. (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

GIRARDI, E. P. Questão agrária, conflitos e violências no campo brasileiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 50, p. 116-134, set./dez. 2019.

GISTELINCK, F. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: Gráfica Minerva, 1988.

GÓES, F. Estaleiro Eisa entra com pedido de recuperação judicial. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2015/12/15/estaleiro-eisa-entra-com-pedido-de-recuperacao-judicial.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GOIS, C. TCU vê irregularidades em obra anunciada com pompa em 2010, no Maranhão. **O Globo**, Brasília, DF, 11 maio 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/tcu-ve-irregularidades-em-obra-anunciada-com-pompa-em-2010-no-maranhao-12451071>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GONÇALVES, E. No Maranhão, Petrobras deixa esqueleto de uma 'quase' Pasadena. **Veja**, São Paulo, 17 maio 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/no-maranhao-petrobras-deixa-esqueleto-de-uma-quase-pasadena/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

GONÇALVES, R. S. A CEPAL dos anos 50 e sua influência no pensamento político brasileiro. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 15, p. 115-131, jul./dez. 2014.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Trad. Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976. 1 v.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 2 v.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos: 1910-1920**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 1 v.

GUIMARÃES, F. Obras do Terminal Portuário do Mearim iniciam em 2012. **Veja**, São Paulo, 21 out. 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/obras-do-terminal-portuario-do-mearim-iniciam-em-2012/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2011.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HIRO, C. H. D. **História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979-1983)**. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012.

HOLANDA, F. **Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos**. São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 4).

HOLANDA, F. Dinâmica da economia maranhense no período 2000 a 2012. *In*: INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Estudos sobre a economia maranhense contemporânea**. São Luís: IMESC, 2013. p. 11-44.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

IANNI, O. A Nova República do Brasil. *In*: CUEVA, A. (org.). **Tempos conservadores**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 109-130.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IMPACTOS ambientais do Terminal Aquaviário do Itaqui vão ser discutidos. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 21 nov. 2013

INFORMAÇÕES sobre a associação. *In*: BLOG ASSOCIAÇÃO SANTA QUITÉRIA. Bacabeira, 22 nov. 2012. Disponível em: <http://asantaquiteria.blogspot.com/2012/11/informacoes-sobre-associacao.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados preliminares: Bacabeira. [Rio de Janeiro: IBGE, 2017]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/bacabeira/pesquisa/24/27745>. Acesso em: 8 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama: Brasil | Maranhão | Bacabeira**. [Rio de Janeiro: IBGE, 2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/bacabeira/panorama>. Acesso em: 8 jul. 2019.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Índice de desenvolvimento municipal**: ano 2012. São Luís: IMESC, 2012. 1 v.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Enciclopédia dos municípios maranhenses**: microrregião geográfica de Rosário. São Luís: IMESC, 2014.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense**, São Luís, v. 9, n. 1, jan./mar. 2021a.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense**, São Luís, v. 9, n. 2, abr./jun. 2021b.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense**, São Luís, v. 9, n. 4, out./dez. 2021c.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Dinâmica do setor industrial maranhense a partir do ano 2000**. São Luís: IMESC, 2021d.

JAGUARIBE, H. **Problemas do desenvolvimento latino-americano**: estudos de política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

JAGUARIBE, H. **Brasil**: crise e alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

JUÍZA de Rosário conversa com comissão da Associação de Moradores de Santa Quitéria sobre questão fundiária. *In*: BLOG ASSOCIAÇÃO SANTA QUITÉRIA. Bacabeira, 22 nov. 2012. Disponível em: <http://asantaquiteria.blogspot.com/2012/11/juiza-de-rosario-conversa-com-comissao.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperioig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEDA, D. B.; SANTOS, M. J. C. Refinaria *Premium I*: sonhos de inclusão no mercado de trabalho. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/dFIVRjr>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

LÊNIN, V. I. **A falência da segunda internacional**. São Paulo: Kairós, 1979.

LÊNIN, V. I. **Que Fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

LICITAÇÃO para a Refinaria Premium I será em abril. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 22 fev. 2014.

LIMA, A. O. **Assentamentos de reforma agrária no Território do Sisal (BA) e a luta pela permanência na terra**. 2021. 188 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

LIMA, V. F. S. A. Prefácio. *In*: INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Estudos sobre a economia maranhense contemporânea**. São Luís: IMESC, 2013. p. 6-10.

LIMA, D.; AGOSTINI, R. Governo avalia projeto de lei para privatizar a Petrobras; entenda como. **CNN Brasil Business**, São Luís, 25 out. 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/governo-avalia-projeto-de-lei-para-privatizar-a-petrobras-entenda-como/>. Acesso em: 25 maio 2022.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUXEMBURGO, R. **Greve de massas, partido e sindicatos**. São Paulo: Kairós, 1979.

MACIEL, D.; DEMIER, F. O regime da espada: o ato institucional nº 5 e a consolidação do cesarismo militar no Brasil. In: BENJAMIN, C.; DEMIER, F. (org.). **Meio século de 1968**: barricadas, história e política. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018. p. 103-124.

MANDEL, E. **Tratado de economia marxista**. México: Era, 1969.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa. Ata da 95.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 17.^a Legislatura. **Diário da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão**: São Luís, ano 38, n. 119, p. 22-28, 23 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/diarios/arquivos/DIARIO23-08-11.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. O novo Maranhão. In: MARANHÃO. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. **O Maranhão e a nova década**: oportunidades e desafios. São Luís: Seinc, 2012a. p. 6-9. Disponível em: <https://www.bellalex.net/maranhao/maranhao-e-a-nova-decada.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Os grandes investimentos privados e públicos do Maranhão e os desafios do desenvolvimento para os próximos 30 anos**. São Luís: Sedinc, 2012b.

MARANHÃO diz que usina tem apoio federal. **Isto é**, São Paulo, 18 set. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/maranhao-diz-que-usina-tem-apoio-federal/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais do campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MÉSZÁROS, I. Consciência de classe necessária e consciência contingente. *In*: MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 75-119.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, A. A. B. **De arrendatários a proprietários**: formas de sociabilidade nos assentamentos rurais. São Luís: Editora da UFMA, 2010.

MOCELLIN, R. **As reações armadas ao regime de 64**: guerrilha ou terror? São Paulo: Editora do Brasil, 1989.

MORAES, G. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *In*: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionários**: verbete temático. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MOREIRA, J. F. **Arenas, repertórios e ações**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

MOREIRA, T. S.; GOMES, F. C. R.; DINIZ, J. S. Metropolização da Grande São Luís: entre a crise urbana e a cooperação. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/wFJ6RF7>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORONI, J. A. O direito a participação no governo Lula. *In*: AVRITZER, L. (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 107-141.

MULS, N. C. Agronegócio, mineração e os impactos socioeconômicos. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 29 set. 2021. Opinião. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/opiniao/agronegocio-mineracao-e-os-impactos-socioeconomicos/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria Social. *In*: NETTO, J. P. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/Abeps, 2009. p. 17-58.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NICKEL JUNIOR, C.; DÜCK, A. W. Uma análise filosófica, teológica e antropológica do conceito de cosmovisão. **Revista Cógno**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 3-29, nov. 2020.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, dez. 2001.

OLIVEIRA, D. M. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 195-217, jan./abr. 2019.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, T. C. **Formação política e consciência de classe no jovem Gramsci (1916-1920)**. 2007. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: perfil** – Bacabeira, MA. Brasília, DF: PNUD; Ipea; FJP, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/bacabeira_ma. Acesso em: 9 mar. 2019.

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *In*: LOPES, J. S. L. (coord.). **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 16-65.

PAOLI, M. C.; SADER, E. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. *In*: CARDOSO, R. (org.). **A aventura antropológica: teoria e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.

PEDROSA, L. A. C. **A luta pela terra no Maranhão** [texto para discussão no Mestrado em Políticas Públicas]. São Luís: UFMA, 1999.

PETROBRAS. Refinaria *Premium I*: respostas ao jornal O Globo. **Fatos e dados**, Rio de Janeiro, 11 maio 2014. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/refinaria-premium-i-respostas-ao-jornal-o-globo.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PINDARÉ, B. Assessoria de Comunicação do Deputado. Bira do Pindaré destaca audiência pública realizada em Bacabeira. **Agência ALEMA**, São Luís, 17 dez. 2012. Disponível em: <http://al.ma.gov.br/noticias/21368>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PINTO, L. F. **A Amazônia em questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editores, 2012.

PIVOTO, D.; CARUSO, C. O.; NIEDERLE, P. A. Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico. *In*: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 17-27.

PRADO JÚNIOR, C. A questão agrária e a revolução brasileira – 1960. *In*: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 79-87.

PRIORI, A. *et al.* A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. *In*: PRIORI, A. *et al.* **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213.

REFINARIA e siderúrgica: a redenção de Bacabeira em dose dupla. **O Imparcial**, São Luís, 14 set. 2017. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/09/refinaria-e-siderugica-a-redencao-de-bacabeira-em-dose-dupla/>. Acesso em: 10 maio 2020.

REIS, R. J. *et al.* Demografia e o mercado de trabalho em Bacabeira – MA. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro. **Anais** [...]. São Pedro: ABEP, 2014. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-3-21-779-769.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

RIBEIRO, J. Gestores e sociedade civil avançam debate sobre metropolização da Grande São Luís. **O Imparcial**, São Luís, 21 set. 2017. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/09/gestores-e-sociedade-civil-avancam-discussao-sobre-metropolizacao-da-grande-sao-luis/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RODRIGUES, P. B.; RONZANI, T. M. Consumo de drogas em contextos rurais: revisão sistemática na América Latina e Caribe. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, e17496, dez. 2021.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento económico (um manifesto não-comunista)**. Trad. Octávio Alves Velho. 5. ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, D. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Conflitos sócio-ambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 4., 2009, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/DFIVSJV>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Complexo portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 281-294, maio/ago. 2016.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. *et al.* Refinaria *Premium*: presença da Petrobrás no Maranhão. *In: FÓRUM DOS ATINGIDOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA NAS CERCANIAS DA BAIÁ DE GUANABARA* (org.). **50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do pré-sal**. Rio de Janeiro: FASE, 2013. p. 241-254.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; ALVES, E. J. P. Conflitos socioambientais no Maranhão: os povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e Salvaterra (Rosário – MA). *In: Encontro Nacional da ANPPAS*, 5., 2010, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <https://anppas.org.br/v-encontro-associacao-nacional-de-pos-graduacao-e-pesquisa-em-ambiente-e-sociedade-2010/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; TEISSERENC, M. J. S. A.; BRUSTOLIN, C. Da ideia de desenvolvimento, das ações e de confrontos: uma introdução. *In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; TEISSERENC, M. J. S. A.; BRUSTOLIN, C.* (org.). **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luís: Editora da UFMA, 2018. p. 5-20.

SAUER, S.; PERDIGÃO, L. F. Lutas pela terra no Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. **Abya-Yala: revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 245-272, abr./jul. 2017.

SILVA, H. M. P. **O processo de implantação da Refinaria *Premium I* em Bacabeira (2010 a 2015) no contexto do desenvolvimento econômico do estado do Maranhão**. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

SILVA, K. F. **Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria *Premium I*: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira**. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

SILVA, K. F. **Organização e resistência de trabalhadores rurais na luta pela terra no Maranhão: entre a necessidade e a liberdade**. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SILVA, M. S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. *In*: MOLINA, M. C. (org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 60-93.

SILVA, A. R.; CUNHA, V. V. A luta pela terra no Maranhão: caso do Bico do Papagaio. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1195_1.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

SIRAQUE, V. **Controle social da função administrativa do Estado**: possibilidades e limites na Constituição de 1988. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SODRÉ, N. W. **Vida e morte da ditadura**: 20 anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

SODRÉ, R. B. Os conflitos não se isolaram: uma geografia dos conflitos agrários no Maranhão em 2020. *In*: CABRAL, D. D. R. *et al.* **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**: ano 2020. São Luís: UEMA Edições, 2021. p. 139-149.

SOUSA, J. O. **Evolução da paisagem no município de Bacabeira – MA, a partir das instalações desenvolvimentistas nos séculos XX e XXI**. 2021. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

STUCKERT, R. Presidente Lula participa da cerimônia de lançamento da pedra fundamental e início das obras da Refinaria Premium I, no Maranhão. *In*: BRASIL. **Biblioteca da Presidência da República**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/galeria-de-fotos/fotos-de-viagens-nacionais-2010>. Acesso em: 15 nov. 2021.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. *In*: PAULINO, E.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-190.

TROTSKY, L. **O imperialismo e a crise da economia mundial**. São Paulo: Sundermann, 2008.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro**. São Paulo: USP/Esalq, 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 20 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Fundação Sôsândrade. **Refinaria Premium I**: estudo de impacto ambiental/relatório de impacto ambiental. São Luís: UFMA/Fundação Sôsândrade, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Relatório diagnóstico ambiental área de influência direta:** terminal e estrada dos equipamentos pesados da Refinaria *Premium I*. São Paulo: UFMA, 2013.

VAZ, L. G. D; TSUJI, T. Centro de referência de navegação: suporte de tomada de decisão. **Revista do Léo**, São Luís, n. 16, jan. 2019. Edição especial: pesca no Maranhão. Disponível em: https://issuu.com/leovaz/docs/revista_do_leo__16_1__-_janeiro__20/75. Acesso em: 15 nov. 2021.

VEIGA, B. J. **A natureza na Constituição do ser social e a interrogativa do desenvolvimento para as comunidades tradicionais**. 2011. 105 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ZENERATTI, F. L. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 50, p. 441-454, jul./set. 2017.

ANEXOS

ANEXO A – Lei que concede incentivos fiscais para a implantação, ampliação e manutenção da Refinaria *Premium I*

Leis	Medida Provisória nº 472, de 2009	Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2010	Emendas apresentadas pelo Relator-Revisor
		8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, 5.025, de 10 de junho de 1966, e 6.704, de 26 de outubro de 1979; e dá outras providências.	
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	CAPÍTULO I	CAPÍTULO I	
	DO REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE – REPENEC	DO REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE – REPENEC	
	Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 2º a 5º desta Medida Provisória.	Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 2º a 5º desta Lei.	
	Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o regime de que trata o caput .	Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o caput .	

Fonte: Brasil (2010b).

ANEXO B – Peça publicitária sobre os impactos do Terminal Aquaviário em Bacabeira/MA

<p>economia@mirante.com.br O ESTADO DO MARANHÃO - SÃO LUÍS, 21 de novembro de 2013 - quinta-feira</p>	<p>encerrou o dia em 53,032 pontos</p>	<p>com a marca 3.927 pontos</p>	<p>foi vendida a R\$ 92.90</p>	<p>americana foi cotada em R\$ 2.2730</p>	<p>européia foi cotada em R\$ 3.07590</p>
---	--	---------------------------------	--------------------------------	---	---

Panorama econômico
Miriam Leitão
Com Valéria Mariani



Os inadimplentes

Uma pesquisa com inadimplentes feita pela Serasa Experian mostra que a maioria não tem ideia do valor da dívida ou das parcelas em atraso. Seis em cada dez disseram que costuma faltar dinheiro no fim do mês. E quase metade da renda mensal deles está comprometida com o pagamento de dívidas. Nos últimos anos, o crédito veio fácil, o difícil, para muitos brasileiros, é conseguir pagar as contas.

Foram ouvidos 250 inadimplentes nessa pesquisa que será divulgada hoje pela Serasa. Quando questionados sobre os motivos para não conseguirem pagar suas dívidas, 41% apontaram o desemprego, como explica Maria Zanforlin, superintendente de serviços ao consumidor da instituição. Mas essa não é a única razão. Há os que comprometeriam parte da renda com reforma ou financiamento da casa e do carro; outros disseram que a situação financeira piorou, devido ao descontrole nos gastos. O aumento do custo de vida também aparece entre os motivos. Como a inflação "come" parte da renda, acaba sobrando menos para o pagamento de dívidas ou contas do dia a dia.

—O acesso ao dinheiro foi facilitado, não é difícil conseguir uma linha de crédito de cheque especial, cartão de crédito. Os consumidores sabem que elas são caras, mas não veem alternativa na hora do sufoco. Falta planejamento, entender que se deve gastar de acordo com o que se ganha — diz Maria.

A pesquisa mostra também que para 30% dos inadimplentes a situação financeira piorou um pouco ou muito nos últimos dois anos. O período coincide com a desaceleração da economia, alta da inflação e permanência da inadimplência em patamares elevados.

Mesmo com o ótimo momento do mercado de trabalho, a queda da inadimplência das pessoas físicas tem sido lenta. Em um ano, a redução foi de 1,2 ponto percentual, caindo de 8,2% do total do crédito livre, em setembro de 2012, para 7%, em setembro deste ano, segundo o Banco Central. Em algumas modalidades, ela ainda é muito alta. No cartão de crédito, chega a 24,6% das operações; no cheque especial é de 8,7%, acima da média. A melhora dos pagamentos para a compra de veículos ajudou na redução da taxa.

Argentina: sobre a saída de Moreno

Um integrante do governo argentino contou à coluna que havia incompatibilidade entre Axel Kicilloff, o novo ministro da Econo-

Impactos ambientais do Terminal Aquaviário do Itaqui vão ser discutidos

Petrobras realizará dias 26 e 27, em Bacabeira, e 28 deste mês, em São Luís, audiências públicas para discussão do EIA/RIMA do empreendimento

A Petrobras realizará dias 26 e 27, em Bacabeira, e 28 deste mês, em São Luís, audiências públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) relativos à construção do Terminal Aquaviário do Itaqui e da extensa faixa de dutos de interligação com a Refinaria Premium I, como também da infraestrutura de suporte à logística para o transporte de equipamentos de grande porte.

De acordo com o edital de convocação publicado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema), a primeira audiência, dia 26, será realizada às 18h, na Unidade Integrada Paulo Freire, em Bacabeira, e tratará do licenciamento ambiental infraestrutura de suporte à logística para o transporte de equipamentos de grande porte para o atendimento à refinaria.

No dia 27, também no mesmo horário e local, será discutido o

Números

600 mil

Barris/dia será a capacidade de processamento de petróleo da Refinaria Premium I

55 Km

É a extensão da faixa de dutos que a Petrobras construirá de São Luís até o município de Bacabeira

EIA/RIMA do Terminal Aquaviário do Itaqui e da faixa de dutos. O tema voltará a ser discutido dia 28, às 9h, durante audiência pública na Unidade de Ensino Básico Gomes de Sousa, na Vila Maranhão, em São Luís. Só a partir dessa etapa do processo de licenciamento ambiental é que a Petrobras poderá receber a licença prévia para a iniciar as obras.

O EIA/RIMA do Terminal Aquaviário do Itaqui e da faixa de dutos foi entregue em agosto pelo Departamento de Oceanografia e Limnologia da Universidade Federal do Maranhão (Labohidro/UFMA) e corresponde ao impacto da construção três qui-

lômetros de dutos interligando uma área auxiliar e mais 55 quilômetros, até Bacabeira. O trabalho, que durou três meses de levantamento, envolveu uma equipe multidisciplinar de professores de vários departamentos, além de alunos.

O estudo avaliou aspectos relacionados aos meios físico, composto pela hidrologia, climatologia, dentre outros aspectos; biológico, referente à fauna e flora; e antrópico, que envolve situação socioeconômica, estrutura da área afetada, educação, saúde e modo de vida na região de influência da faixa de dutos.

A pedido da Petrobras, a

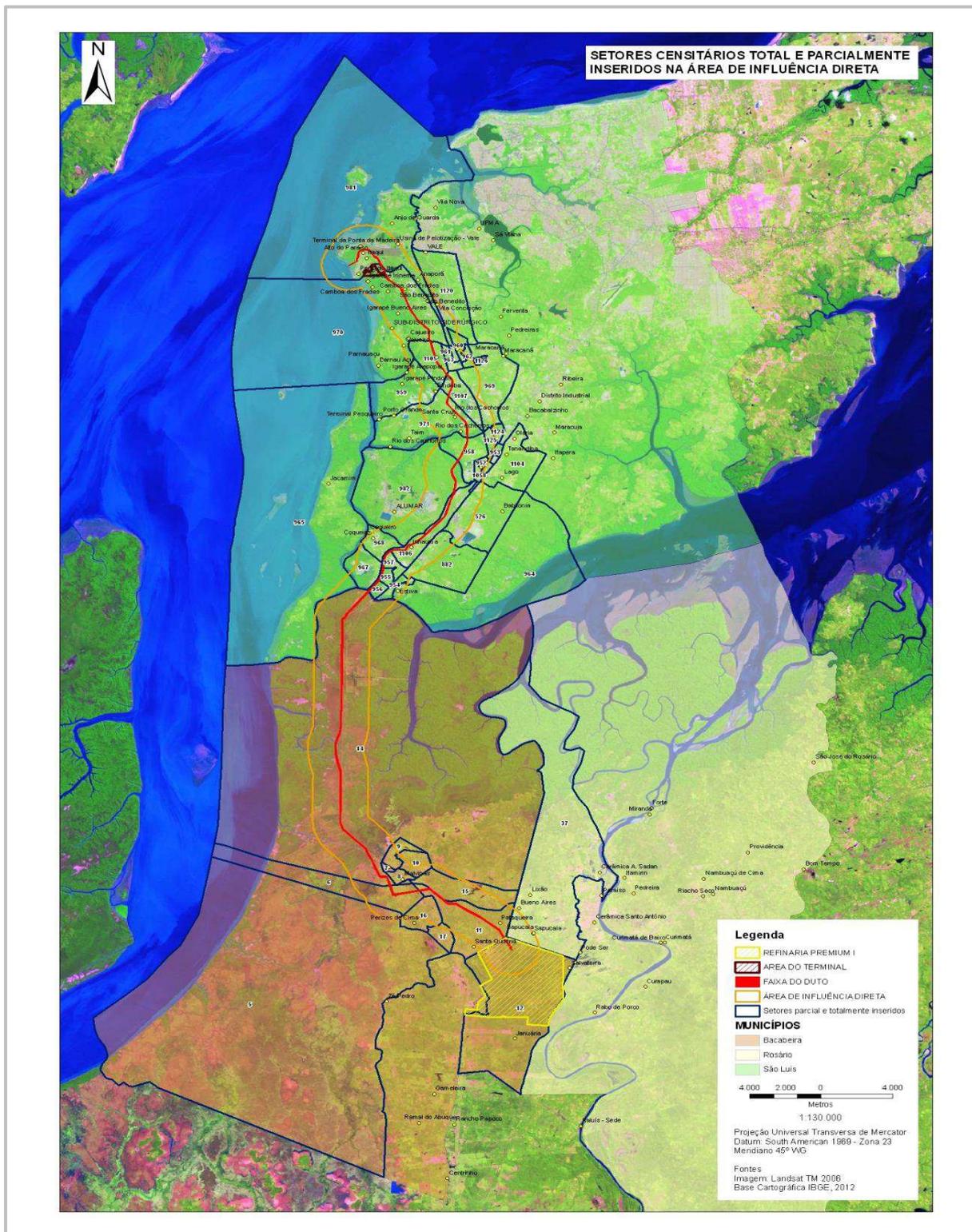
UFMA também realizou estudo complementar de logística para dar suporte à companhia no transporte de equipamentos de grande porte via barcaça até um terminal que será construído no estuário do Mearim, seguindo por estrada de 15 quilômetros até o local da refinaria.

Obras - Com relação à construção da refinaria, em Bacabeira, a presidente da Petrobras há quase dois meses informou que a licitação para a próxima fase de obras está prevista para acontecer em março ou abril de 2014. Ela disse que mesmo havendo alterações no projeto a capacidade de processamento está mantida em 600 mil barris/dia.

A refinaria será focada na produção de derivados de petróleo de alta qualidade - óleo diesel, coque, querosene de aviação (QAV), nafta petroquímica, gás liquefeito de petróleo (GLP) e bunker. Boa parte da produção será exportada para os Estados Unidos e Europa.

Fonte: Impactos... (2013).

ANEXO C – Mapa que indica o percurso da faixa de dutos e da Refinaria Premium I no estado do Maranhão



Fonte: UFMA (2013).

ANEXO D – Peça publicitária sobre a licitação da Refinaria *Premium I*

www.imirante.com

Autorizada pavimentação de ruas em mais três municípios
Luís Fernando Silva encerra agenda no Munim. **Geral 5**

Violonista espanhol de Lucía morre no México
Músico popularizou o flamenco. **Mundo 7**

O ESTADO Maranhão

www.estadoonline.com.br | O Estado do Maranhão | São Luís, 27 de fevereiro de 2014, Quinta-feira | Nº 18.825 | Capital e interior R\$ 2,00 | Outros estados R\$ 4,00

Licitação para a Refinaria Premium I será em abril

Informação foi confirmada ontem pela presidente da empresa, Graça Foster, durante a divulgação de planos para o período 2014-2018; no Plano de Negócios e Gestão, a refinaria de Bacabeira integra a carteira de processo em licitação. **Economia 7**

Governadora inaugura mai

Fonte: Licitação... (2014).

ANEXO E – Peça publicitária sobre o loteamento residencial no município de Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2015).

ANEXO F – Construção de quitinetes e *resort* que retrata a especulação imobiliária em Bacabeira/MA



Fonte: Silva (2015).

ANEXO G – Informações sobre a Associação de Moradores de Santa Quitéria no *blog* oficial dessa instância organizativa

NOV
22

Informações sobre a Associação

A Associação dos Moradores do Povoado de Santa Quitéria, localizado em Bacabeira/MA, é uma entidade que visa a defesa dos interesses não apenas de seus associados, mas também de toda a população que vive no referido povoado.

A Associação de Santa Quitéria tem trabalhado incessantemente em favor dos moradores que vivem em desespero e achincalhados sem obter um apoio. A população da localidade tem sido alvo de inúmeros e covardes ataques, os quais têm sido repelidos pela Associação.

Apesar disso, os sucessos obtidos em luta judicial e extrajudicial tem sido bem baixos. Para isso foi idealizado o presente veículo de comunicação: para levar a todos os possíveis leitores as atrocidades que têm sido cometidas contra o povo do Povoado.

Assim, pedimos a toda a população bacabeirense que, sabendo de algum fato referente ao povoado de Santa Quitéria, informe a este blog através do e-mail: asantaquiteria@gmail.com.

Postado há 22nd November 2012 por [Associação Santa Quitéria](#)

Fonte: Informações... (2012).

ANEXO H – Reunião com a juíza de Rosário e com a Comissão da Associação de Moradores de Santa Quitéria divulgada no *blog* dessa instância organizativa

Juíza de Rosário conversa com comissão da Associação de Moradores de Santa Quitéria sobre questão fundiária

A juíza Rosângela Prazeres Macieira, titular da 1ª Vara de Rosário, recebeu uma comissão formada por moradores do povoado Santa Quitéria, com o objetivo de discutir uma Ação de Reintegração de Posse. Os moradores haviam interditado a BR-402, como forma de protesto e, também, visando ao diálogo com os representantes da Justiça no município.

As principais questões suscitadas pela comissão formada pelos representantes da associação de moradores foram as ações, supostamente excessivas e arbitrárias, do atual proprietário da área, consubstanciadas em ameaças aos posseiros para desocupação de seus imóveis e utilização de policiais militares como segurança privada para garantir a posse do local. Outra reclamação feita pela comissão foi referente à atuação do oficial de Justiça no cumprimento de ordem judicial.

Participaram da reunião com os moradores, além da juíza Rosângela Prazeres, a promotora de Justiça Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, os advogados: Antonio Rafael da Silva Junior, que é membro da comissão de Direitos Humanos da OAB no Maranhão; Diogo Diniz Ribeiro Cabral, que representou a Federação de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (FETAEMA); e os também advogados Daniel Damasceno Amorim Douglas e Rodolfo Régis Nogueira Cabral, atuando em favor da comissão de moradores do Povoado Santa Quitéria.

Ao final do encontro, foi firmado o compromisso de apuração das condutas anunciadas como arbitrárias e ilegais mediante instauração de procedimento junto ao Ministério Público Estadual, sem prejuízo das demais providências que seriam adotadas pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA e FETAEMA para ingerência dos Poderes Públicos Municipal e Estadual na resolução da questão fundiária.

Fonte: Juíza... (2012).

ANEXO I – Convocação da Associação de Moradores de Santa Quitéria para discutir o processo de reintegração de posse na comunidade

Audiência pública convocada pela Associação discutirá reintegração de posse em Santa Quitéria, Bacabeira/MA

A Associação de Moradores do Povoado de Santa Quitéria realizará uma audiência pública com a finalidade de discutir o despejo das mais de 200 famílias que habitam a região.

O evento ocorrerá no próximo dia 27, terça-feira, iniciando-se às 14h, na igreja Assembleia de Deus, localizada na própria comunidade.

Para participar da audiência pública foram convidados o chefe do poder Executivo Municipal, representantes do Judiciário, do Ministério Público, dos poderes Legislativos Estadual e Municipal, além de representantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB, sindicatos de trabalhadores, lideranças comunitárias e a sociedade em geral.

Sinta-se você também convidado a participar da audiência pública, uma vez que mais que esse ato envolve mais que interesses meramente privados, mas sim interesses públicos, sociais e comunitários.

Postado há 22nd November 2012 por [Associação Santa Quitéria](#)

Fonte: Audiência... (2012).

